

ISSN ELETRÔNICO: 1982-5269
ISSN IMPRESSO (ATÉ 2018): 2236-479X

 DEBATES
REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

<https://seer.ufrgs.br/debates>
revistadebates@ufrgs.br

REVISTA DEBATES

ISSN 1982-5229

Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas / Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas.

Ano 20, n 1, jan./abril 2026, Porto Alegre, NUPESAL/UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitora: Marcia Barbosa

Vice-Reitor: Pedro Costa

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Coordenadora: Maria Lúcia Moritz

Coordenadora-Substituta: Juliane Bento

NUPESAL

Coordenador: Marcello Baquero

Editor

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Editor Emérito

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Editora Assistente

Jennifer Azambuja de Moraes, UFRGS, Brasil

Comissão Editorial Executiva

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Henrique Carlos de Oliveira de Castro, UFRGS

Conselho Editorial

Aaron Schneider, University of Denver, Estados Unidos da América

Adriana Chioleu, Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

Adriano Codato, UFPR, Brasil

Alfredo Ramos Jiménez, Universidad de Los Andes, Venezuela

Arnaud Sales, Université de Montréal, Canadá

Asimina Christoforou, Athens University of Economics and Business,

Grécia

Benjamin Goldfrank, Seton Hall University, Estados Unidos da América

Carlos Mello Moyano, IMUR, Uruguai

Eduardo Vizer, Universidad de Buenos Aires

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

José Álvaro Moisés, USP, Brasil

Julian Borba, UFSC, Brasil

Luca Andriani, Birkbeck University of London

Manuel Alcántara, Universidad de Salamanca, Espanha

Maria Tereza Sirvent, Universidade de Buenos Aires, Argentina

Mario Fuks, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Miguel Angel López Varas, Universidad de Chile, Chile

Patrício Valdivieso, Universidad de los Lagos, Chile

Rafael Antônio Duarte Villa, USP, Brasil

Rosana Katia Nazzari, UNIOESTE, Brasil

Vicente Palermo, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Secretaria executiva: Alexsander Dugno Chiodi e Felipe Silva Milanezi

Equipe Técnica: Talissa Barcelos Rosário e Henrique Rael

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: www.seer.ufrgs.br/debates e em suas bases indexadoras.

NUPESAL | PPG Ciência Política | UFRGS

E-mail: revistadebates@ufrgs.br

Publicação quadrimestral / Triannual publication

© 2026, NUPESAL/UFRGS

Versão digital disponível em:

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/debates>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

Indexadores:

Latindex

Sumarios de Revistas Brasileiras

DOAJ - Directory of Open Access Journals

Worldwide Political Science Abstracts

Google Academic

Diadorim

LatinRev

Oasisbr

LA Referencia

RCAAP

Apoio:



DEBATES de NUPESAL | UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/debates.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/debates.

2026, NUPESAL | UFRGS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

7

DOSSIÊ

A crise como linguagem política da extrema direita europeia

The crisis as political language of the european far right

Erivelto Amarante

11

Os agitadores da direita radical portuguesa: em cena as lideranças da juventude

Chega

The agitators of the portuguese radical right: the leaders of juventude Chega take the stage

Débora Messenberg

28

Cases of “pathological normalization”: AFD in Germany and FPÖ in Austria

Casos de “normalização patológica”: AFD na Alemanha e FPÖ na Áustria

Wolfgang Muno & Lucas Neuling

46

O protetor e o justiceiro: a arquitetura moral do populismo de direita nos discursos de Bolsonaro (2018) e Milei (2023)

The protector and the avenger: the moral architecture of right-wing populism in the discourses of Bolsonaro (2018) and Milei (2023)

Pedro Santos Mundim & Marcella Soares Mendonça

64

The logic of party switching: the impact of the far right on the brazilian legislature

A lógica da migração partidária: o impacto da extrema direita no legislativo brasileiro

Silvana Krause, Bruno Marques Schaefer & João Feres Júnior

83

ARTIGOS LIVRES

Discursos sobre o ideal de formação humana no Brasil

Discussions on the ideal of human development in Brazil

Danielly da Costa Vila Real

105

**Desenvolvimento humano e econômico sob a óptica do ICMS e IFDM: uma
abordagem de eficiência relativa nos municípios gaúchos**

*Human and economic development from the perspective of ICMS and IFDM: A relative
efficiency approach in municipalities of Rio Grande do Sul*

Eduardo Knebel Del Frari, Argemiro Luís Brum, Pedro Luís Büttendörfer, André
Sartori do Nascimento & Luciano Anderson Fricke

APRESENTAÇÃO

EXTREMA DIREITA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Organizadores:

Silvana Krause

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

João Feres Júnior

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Wolfgang Muno

Universidade de Rostock

A curta história política do século XXI já nos demonstrou uma importante lição: nenhuma democracia, seja ela madura ou jovem, parlamentar ou presidencialista, ocidental ou não-ocidental, parece estar imune a retrocessos institucionais ou mesmo a ameaças de fechamento autocrático. Ao longo do século passado, muito se investigou sobre as perspectivas, limites e crises das democracias representativas em várias dimensões e contextos. Sob a *pax americana*, ao longo da Guerra Fria e da subsequente globalização, foi construída, em grande medida pelas mãos de cientistas políticos, uma narrativa triunfalista da democracia liberal. Mas tal construção começou a “fazer água” já nos primeiros anos do novo século.

A velocidade e a intensidade das mudanças na dinâmica dos atores políticos e das instituições têm sido talvez a característica mais evidente deste século XXI e um sintoma comum em várias democracias. Tal crise manifesta-se nos sistemas partidários, na representação legislativa, nos governos, na comunicação política, no comportamento eleitoral e mesmo em organizações internacionais. Não há dúvidas de que a ascensão e o fortalecimento do que a literatura da Ciência Política tem definido como nova direita, direita radical, extrema direita ou populismo de direita é um fenômeno fundamental para o entendimento da instabilidade política e da crise das democracias.

Alguns exemplos ilustram esse diagnóstico com nitidez. A Alemanha, parlamentarista, considerada até recentemente pela literatura de ciência política como um sistema partidário estável e consolidado após a Segunda Guerra Mundial, tem agora enfrentado cenários desafiadores e inusitados: o crescimento expressivo da extrema direita, a emergência de novos partidos e a crescente fragmentação do sistema partidário.

A França, com seu sistema semipresidencialista, acumula sinais de desgaste entre Executivo e Legislativo, com dificuldade persistente de formar maioria estável e pressão crescente das forças oposicionistas de extrema direita. O *Rassemblement National* é o principal beneficiário da instabilidade política, pois se apresenta como alternativa ao “sistema que não funciona”. A queda do governo Barnier, em dezembro de 2024, após a aprovação de uma moção de censura, fato inédito desde 1962, ilustra com precisão os limites da governabilidade em contextos de polarização extrema.

Por sua vez, os Estados Unidos, com um presidencialismo até então considerado estável, apresentam não somente instabilidade política, mas claros sintomas de um processo de autocratização de seu sistema político. O retorno de Donald Trump à presidência, em janeiro de 2025, sob a égide de um movimento que desafiou abertamente as normas democráticas durante seu primeiro mandato e culminou na invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, representa talvez o exemplo mais eloquente de como mesmo as democracias mais consolidadas não estão a salvo da erosão institucional.

Por décadas a Ciência Política ressaltou a importância da engenharia institucional para a produção da estabilidade dos sistemas políticos democráticos. O debate sobre presidencialismo *versus* parlamentarismo, sistemas eleitorais proporcionais *versus* majoritários, e formas federativas *versus* unitárias de organização do Estado produziu farta acumulação teórica e empírica. Contudo, a variedade de opções institucionais presentes nos casos em crise demonstra que superar a instabilidade política e conter a ascensão da extrema direita no século XXI exige muito mais do que estruturas institucionais bem desenhadas. Regimes com arquiteturas institucionais díspares, como o Westminster britânico, presidencialismo do continente americano, semipresidencialismo francês, parlamentarismo alemão, enfrentam, cada um à sua

maneira, o mesmo fenômeno de erosão democrática impulsionado pela direita radical.

O crescimento indiscutível do fenômeno tem motivado a criação de novas linhas de investigação na Ciência Política. O debate não se limita ao esforço de detectar as causas do fenômeno, sejam elas de ordem econômica (desigualdade e deslocamento socioeconômico), cultural (reação ao progressismo e à chamada “agenda woke”) ou político-institucional (desconfiança nas elites e nas instituições representativas). Em termos conceituais e metodológicos, há também indefinições importantes sobre o grau de comparabilidade de experiências da extrema direita em contextos com culturas e sistemas políticos distintos. O uso de termos variados, como direita radical, direita populista, ultradireita, extrema direita, neo-fascismo, entre outros, para descrever fenômenos com traços comuns, mas não idênticos, é sinal de que há amplo espaço para aprimoramentos conceituais e para a construção de tipologias oriundas da pesquisa empírica comparada.

O dossiê deu preferência a estudos de caso e comparativos de países das Américas e da Europa, com perspectivas metodológicas quantitativas, qualitativas ou mistas. O envio de propostas de artigo revelou uma mobilização muito expressiva da comunidade acadêmica: nada menos do que 26 submissões foram recebidas, avaliadas em processo de dupla revisão cega por pares. Sem dúvida, um indicativo inequívoco de que a Ciência Política está empenhada em trazer luzes ao fenômeno político em tela.

Diante do volume e da qualidade das propostas recebidas, os organizadores do Dossiê e os editores da *Revista Debates* decidiram por dividir o dossiê em dois números da revista. Os artigos da primeira metade, publicados nesse número, são dedicados à dimensão da oferta: partidos, lideranças e discurso. A questão central é como a extrema direita se organiza, comunica e age. O segundo tratará do lado da demanda (eleitores, apoio e contexto estrutural), com ênfase nas questões de identificação do perfil dos eleitores da extrema direita, nas razões do voto e nas condições estruturais que facilitam o avanço dessas forças.

Esta primeira parte reúne cinco artigos. O texto de autoria de Erivelto Amarante, intitulado “A crise como linguagem política da extrema direita europeia”, realiza uma análise comparada do enquadramento discursivo da crise como recurso retórico central. O trabalho examina os programas partidários de cinco partidos de extrema direita europeus – *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Rassemblement National* (França), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos) e *Lega per Salvini Premier* (Itália) – e demonstra como a construção discursiva da crise opera nesses programas como estrutura narrativa que produz sentido e autoridade política. Elementos de afeto, como o medo, revelam-se fundamentais na linguagem como categoria mediadora da mobilização política.

O artigo de Débora Messenberg, intitulado “Os agitadores da direita radical portuguesa: Em cena as lideranças da Juventude Chega”, tem seu foco nas jovens lideranças do partido e suas estratégias de mobilização política. Por meio de análise de conteúdo de mensagens publicadas em redes sociais, entrevistas com elites políticas e observação participante em evento sediado pelo partido, os autores mapeiam as estratégias comunicativas do Chega para mobilizar adeptos. Em uma linha complementar ao primeiro artigo, os resultados ressaltam a importância do sentimento de medo como estratégia nas redes sociais e seus impactos positivos para a legenda nos resultados da eleição de 2024. As lideranças políticas jovens da legenda, ao articular pautas tradicionais da direita radical – anti-imigração, conservadorismo

moral, nacionalismo – em contextos de crise econômica e insegurança, lograram sensibilizar segmentos expressivos do eleitorado jovem português.

Por sua vez, o artigo de Wolfgang Muno e Lucas Neuling, “Cases of ‘pathological normalization’: AfD in Germany and FPÖ in Austria”, apresenta um ângulo de análise comparada de dois partidos de extrema direita europeus. Na dimensão da oferta, os autores demonstram o processo de radicalização de ambas as legendas, acompanhado de crescente aceitação por parte do eleitorado. O eleitorado tem dado suporte ao posicionamento radicalizado dessas legendas, conformando aquilo que Cas Mudde denominou de “normalidade patológica”. Esses dois casos analisados vão na contramão da tendência observada em outros partidos de extrema direita no continente europeu – a da moderação política como estratégia de conquista de eleitorado e de espaço na representação política –, sugerindo que a radicalização pode ser, em determinados contextos, eleitoralmente rentável.

O quarto artigo, “O protetor e o justiceiro: A arquitetura moral do populismo de direita nos discursos de Bolsonaro (2018) e Milei (2023)”, de Pedro Santos Mundim e Marcella Soares Mendonça, trata de um estudo comparado de dois casos de extrema direita na América do Sul. O trabalho mobiliza a Teoria dos Fundamentos Morais como lente analítica para examinar as estratégias discursivas das lideranças e demonstra a diversidade interna da direita radical em suas construções discursivas morais. A questão central é a demonstração de que o sucesso do populismo de direita não segue uma “fórmula única”: enquanto Bolsonaro construiu a persona de um “Herói Protetor”, com retórica que prioriza autoridade e lealdade, Milei assumiu o arquétipo do “Justiceiro”, com ênfase na denúncia moral do sistema. Tal diversidade depende da capacidade de adaptação das lideranças diante dos contextos específicos de cada país e de seus ressentimentos históricos particulares.

Por último, o artigo de Silvana Krause, Bruno Marques Schaefer e João Feres Júnior, “A lógica da migração partidária: O impacto da extrema direita no Legislativo brasileiro”, trata da ascensão da extrema direita no Legislativo brasileiro por meio do exame dos deputados federais que se filiaram aos partidos de Jair Bolsonaro em dois ciclos eleitorais (PSL em 2018 e PL em 2022). Os autores aplicam uma tipologia que distingue leais, migrantes, novatos, membros tradicionais do PL e oportunistas. Com a utilização de modelos de regressão logística e MQO (mínimos quadrados ordinários), os achados asseveram que a lealdade ao bolsonarismo foi eleitoralmente rentável, ao passo que o abandono desse campo não se revelou produtivo. Há, portanto, um movimento migratório contrário ao que a literatura observou nas migrações partidárias tradicionais, tipicamente impulsionadas por motivações oportunistas dos parlamentares. A dinâmica das migrações partidárias no campo do bolsonarismo indica que sua ascensão não apenas produziu transformações discursivas e eleitorais, mas reestruturou o próprio sistema partidário brasileiro.

Este número ainda conta com dois artigos livres: “Discursos sobre o ideal de formação humana no Brasil”, de Danielly Vila Real, e “O desenvolvimento humano e econômico sob a óptica do ICMS e IFDM: Uma abordagem de eficiência relativa nos municípios gaúchos”, de Eduardo Knebel Del Frari, André Sartori do Nascimento, Luciano Anderson Fricke, Argemiro Luís Brum e Pedro Luís Büttenbender.

Agradecemos a todos os autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas que contribuíram com avaliações cuidadosas e construtivas. Agradecemos igualmente à equipe editorial da *Revista Debates* pelo apoio e pelo rigor na condução do processo de seleção. Esperamos que os artigos reunidos neste dossiê contribuam para o avanço do debate científico sobre um dos fenômenos políticos mais urgentes e desafiadores do nosso tempo.

DOSSIÊ

A CRISE COMO LINGUAGEM POLÍTICA DA EXTREMA DIREITA EUROPEIA

***THE CRISIS AS POLITICAL LANGUAGE OF
THE EUROPEAN FAR RIGHT***

Erivelto Amarante * 

* Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciência Política, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: novo.eri@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa comparativamente a retórica da crise nos programas partidários de cinco partidos de extrema direita europeia: *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Rassemblement National* (França), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos) e *Lega per Salvini Premier* (Itália). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa comparada, orientada pela análise interpretativa de discursos políticos, e busca compreender como a ideia de crise é mobilizada como instrumento de poder simbólico e moral. Argumenta-se que a crise, nesses contextos, não é apenas uma descrição da realidade, mas uma estrutura narrativa que organiza afetos, legitima a autoridade e define os contornos da identidade nacional. O estudo mostra que os partidos analisados articulam soberania, identidade, moral e medo como base de uma gramática política comum diante da globalização e do multiculturalismo. Esse conjunto discursivo converte insegurança em pertencimento e apresenta a restauração como resposta às incertezas contemporâneas.

Palavras-chave: Extrema Direita; Populismo; Discurso Político; Crise; Europa.

ABSTRACT

This article offers a comparative analysis of crisis rhetoric in the party programs of five European far-right parties: *Alternative für Deutschland* (Germany), *Rassemblement National* (France), *Vlaams Belang* (Belgium), *Partij voor de Vrijheid* (Netherlands), and *Lega per Salvini Premier* (Italy). The study adopts a comparative qualitative approach, guided by the interpretive analysis of political discourse, and seeks to understand how the notion of crisis is mobilized as an instrument of symbolic and moral power. It argues that crisis, in these contexts, is not merely a description of reality but a narrative structure that organizes affects, legitimizes authority, and defines the boundaries of national identity. The analysis shows that the parties examined articulate sovereignty, identity, morality and fear as the basis of a shared political grammar in response to globalization and multiculturalism. This discursive configuration transforms insecurity into belonging and presents restoration as a response to contemporary uncertainty.

Keywords: Far Right; Populism; Political Discourse; Crisis; Europe.

INTRODUÇÃO

A ascensão da extrema direita na Europa nas últimas décadas consolidou-se como um dos fenômenos políticos mais significativos do início do século XXI, articulando-se a transformações estruturais mais amplas da democracia liberal. Diversos autores apontam que esse avanço não pode ser entendido apenas como efeito conjuntural, mas como expressão de mudanças profundas na relação entre Estado, sociedade e representação política (Haggard; Kaufman, 2021; Mounk, 2018). Desde os anos 1990, a expansão da chamada direita radical já havia sido observada em diferentes contextos nacionais, revelando padrões comuns de mobilização em meio à crise de legitimidade das instituições democráticas (Betz, 1994; Ignazi, 2003). Nesse cenário, a retórica da crise ocupa posição central no discurso desses partidos, articulada a múltiplas dimensões – institucional, econômica, cultural e moral.

O presente artigo parte da hipótese de que o discurso da crise constitui o eixo estruturante da retórica da extrema direita europeia contemporânea. Tal discurso opera como gramática política, reorganizando percepções, afetos e identidades coletivas, de maneira semelhante ao que autores como Wodak (2015) e Furedi (2005) descrevem como “política do medo”. A crise, nesses termos, não funciona apenas como diagnóstico de desordem, mas como estrutura narrativa que produz sentido, convertendo incerteza em coesão (Hay, 1999), ressentimento em pertencimento (Casullo, 2019) e medo em fundamento moral da ordem (Eatwell; Goodwin, 2018). Como argumentam Norris e Inglehart (2019), a reação autoritária contemporânea está fortemente enraizada em sentimentos difusos de ameaça cultural e perda de status, o que reforça o papel emocional e identitário das narrativas de crise.

O estudo concentra-se na análise de cinco partidos de extrema direita europeia – *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos), *Rassemblement National* (França) e *Lega per Salvini Premier* (Itália) – cuja diversidade organizacional permite observar convergências discursivas em tradições políticas distintas. Nos termos de Brubaker (2017), essas formações articulam elementos do nacionalismo cultural e do civilizacionalismo, reinterpretando princípios liberais como soberania e identidade em chave excludente. A escolha comparativa possibilita identificar como esses partidos utilizam a ideia de crise para redefinir as fronteiras da comunidade política e legitimar projetos de autoridade, ecoando diagnósticos presentes em obras como De la Torre (2019) e Papas (2019).

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem qualitativa inspirada na análise interpretativa do discurso. Parte-se da concepção de que os textos políticos são práticas sociais que produzem realidade, e não apenas reflexos de ideologias prévias, conforme estabelecido por Fairclough (1992) e aprofundado por Jørgensen e Phillips (2002). Os programas partidários são tratados como artefatos discursivos nos quais se condensam visões de mundo, valores e estratégias de legitimação. A análise comparada, por sua vez, segue os princípios gerais da pesquisa qualitativa de conteúdo, dialogando com autores como Krippendorff (2018) e Mayring (2014), e com a literatura sobre ação coletiva e enquadramentos simbólicos (Cefaï, 2007).

Não obstante, este trabalho também se insere no debate mais amplo sobre o desgaste das democracias liberais. Autores como Levitsky e Ziblatt (2018) e Brown (2015) argumentam que o enfraquecimento das normas democráticas e o avanço da racionalidade neoliberal abriram espaço para discursos que prometem proteção diante da incerteza, enquanto Habermas (2015) destaca o papel da tecnocratização na erosão da participação cidadã. Nesse contexto, a extrema direita se apresenta como

resposta moral e identitária à fragmentação social, transformando a crise em horizonte permanente e reconfigurando o espaço público em termos civilizacionais. Assim, compreender o discurso da crise é essencial para explicar a eficácia contemporânea do populismo de direita, bem como suas implicações para o futuro da democracia europeia.

POPULISMO, CRISE E IDENTIDADE

O conceito de populismo ocupa posição de destaque e, ao mesmo tempo, controversa no debate contemporâneo da ciência política. Tradicionalmente associado a lideranças carismáticas e à simplificação do conflito político, o populismo tem sido definido a partir de múltiplas tradições teóricas. Para Mudde e Rovira Kaltwasser (2017), ele consiste em uma ideologia de baixa densidade que estrutura o mundo político em termos de antagonismo moral entre o “povo puro” e a “elite corrupta”. Essa oposição, como observam também Gidron e Bonikowski (2013), fornece uma classificação simbólica poderosa que reorganiza afetos, identidades e fronteiras políticas. Nas experiências europeias recentes, especialmente na extrema direita, essa lógica se expande em direção a dimensões civilizacionais, articulando a noção de crise a ameaças culturais e morais mais amplas.

Nesse sentido, o populismo de direita distingue-se por vincular o conflito entre povo e elite a uma retórica de homogeneidade cultural e rejeição da diversidade (Betz, 1994; Ignazi, 2003). A ideia de crise torna-se, então, peça central do enquadramento discursivo dessas formações políticas, pois funciona como gatilho emocional que legitima o fechamento identitário e a desconfiança em relação a instituições democráticas. Para Canovan (1999), a força do populismo reside justamente em transformar tensões sociais em dilemas morais e em converter inquietações difusas em demandas políticas unificadas. Casullo (2019) acrescenta que o populismo opera como narrativa explicativa capaz de fornecer sentido a contextos de incerteza, articulando medo, frustração e expectativa de restauração.

A perspectiva discursiva proposta por Laclau (2005) aprofunda esse entendimento ao definir o populismo como lógica de articulação que conecta demandas sociais dispersas por meio da construção de equivalências. Essa lógica permite compreender como partidos de extrema direita reúnem crises econômicas, migratórias, culturais e de segurança sob um mesmo horizonte de ameaça. Como argumentam Eatwell e Goodwin (2018), o “nacional-populismo” contemporâneo transforma a insegurança cultural em fundamento político, articulando ressentimento, identidade e medo. O discurso populista de direita, assim, produz explicações simplificadoras que reduzem a complexidade social a um antagonismo moral.

Além disso, autores como De la Torre (2019) e Moffitt (2016) destacam a dimensão performática do populismo, mostrando como a política do estilo e a dramatização da crise contribuem para sua eficácia comunicativa. A crise não é apenas descrita, mas encenada como ameaça constante, o que permite aos líderes populistas se apresentarem como mediadores entre o povo e o perigo. Essa teatralização, como enfatiza Wodak (2015), integra uma política das emoções na qual medo, ressentimento e indignação são mobilizados como forma de construção comunitária.

A relação entre populismo e identidade é igualmente central. Para Brubaker (2017), identidades nacionais têm se tornado categorias cada vez mais moralizadas, nas quais civilização, religião e cultura operam como marcadores de pertencimento. Em sociedades nas quais o multiculturalismo é retratado como decadência ou dissolução, a extrema direita reconfigura o “povo” como entidade homogênea e ameaçada. Norris e Inglehart (2019) argumentam que esse processo se insere no contexto mais

amplo do *cultural backlash*, no qual segmentos sociais experimentam mudanças culturais aceleradas como perda de status.

Wodak (2020) observa que essa dinâmica se associa à produção discursiva de diferenças tratadas como ameaças intrínsecas, o que serve para justificar mecanismos de exclusão. Andersson (2019) reforça essa leitura ao mostrar como narrativas sobre fronteiras, risco e insegurança articulam medo e soberania, reconfigurando as formas de gestão da crise no campo político.

Dessa maneira, a crise assume função estruturante ao fornecer o pano de fundo dramático que legitima discursos identitários e autoritários. Como mostra Urbinati (2019), o populismo transforma a representação democrática em relação direta entre líder e povo, reforçando a tensão entre pluralismo e homogeneidade. Brown (2015) e Habermas (2015) destacam que essa dinâmica se intensifica em contextos de desdemocratização e tecnocratização, nos quais a sensação de perda de controle é traduzida em demanda por fechamento e autoridade. A narrativa da crise, assim, converte vulnerabilidades sociais em moralidade política.

A CRISE COMO GRAMÁTICA POLÍTICA

Em termos conceituais, a crise opera como chave narrativa que articula temporalidade, juízo e percepção moral, sendo mobilizada por atores políticos para definir momentos de ruptura e legitimar respostas excepcionais. A extrema direita europeia apropria-se dessa tradição ao transformar a crise em narrativa totalizante, capaz de organizar visões de mundo e orientar respostas políticas e emocionais. Essa operação está diretamente vinculada ao modo como discursos são performados e reiterados no espaço público, conforme sugere a perspectiva crítica sobre discurso desenvolvida por Fairclough (1992) e aprofundada nas análises sociopolíticas de Wodak (2015) sobre a retórica do medo.

A linguagem da crise também revela sua dimensão política como construção estratégica. Como argumenta Hay (1999), crises não são apenas estados objetivos, mas enquadramentos interpretativos que definem o que deve ser percebido como ameaça e que tipo de ação estatal é considerada legítima. Esse ponto é aprofundado por Boin *et al.* (2009), ao demonstrarem que a construção pública de crises envolve a disputa pela autoridade interpretativa e pela capacidade de gerir a exceção. No caso da extrema direita europeia, tal capacidade é reivindicada por meio da produção constante de um cenário de urgência. Assim, a crise deixa de ser evento pontual e passa a funcionar como estrutura permanente de significação, reconfigurando as fronteiras do debate democrático.

Além disso, a crise se converte em recurso que permite a simplificação de conflitos sociais complexos. Para Mudde (2019), a extrema direita opera por meio de oposições binárias – entre “povo” e “outros”, entre “civilização” e “ameaça” – que transformam ambivalências em certezas morais. Essa estrutura moralizante da política também aparece na leitura de Casullo (2019), que descreve o poder explicativo das narrativas populistas em contextos de insegurança. Nesse quadro, a crise é manejada como trama unificadora que oferece causalidade, coerência e direção emocional a públicos heterogêneos. A força dessa gramática reside justamente em sua capacidade de converter incertezas estruturais em narrativas de declínio, ameaça e necessidade de restauração.

Do ponto de vista discursivo, essa construção é inseparável da performatividade, pois, ao declarar a existência de uma crise, o ator político produz as condições de sua

própria autoridade. Essa perspectiva encontra eco no entendimento de que discursos configuram realidades, central em autores como Jørgensen e Phillips (2002). A extrema direita europeia utiliza essa performatividade para instituir um estado permanente de alerta, no qual a figura do líder aparece como mediadora entre o perigo e a proteção. Tal operação dialoga com a concepção de populismo enquanto lógica de construção de antagonismos, conforme sistematizado por Laclau (2005), para quem a articulação discursiva cria equivalências entre demandas dispersas e produz identidades políticas unificadas.

A crise também se manifesta como narrativa de temporalidade. Diversos partidos constroem o presente como momento de decadência e o passado como período de ordem e pureza, estabelecendo o que Norris e Inglehart (2019) descrevem como “reação cultural”. Esse movimento reforça a promessa de restauração típica do populismo de direita, que, nas análises de Eatwell e Goodwin (2018), opera a partir de um ressentimento difuso em relação às transformações socioculturais recentes. A crise, nesse sentido, não é apenas um diagnóstico, mas um plano moralizante de ação política, no qual a autoridade aparece como caminho para a reconstrução simbólica de uma comunidade ameaçada.

A gramática política da crise articula emoção, identidade e poder. A extrema direita europeia utiliza a crise para tornar palpáveis medos difusos, convertendo-os em demandas políticas e legitimações da autoridade. Como indicam Brubaker (2017) e De Cesari e Kaya (2020), essa articulação costuma assumir contornos civilizacionais, enquadrando conflitos políticos como lutas pela sobrevivência de modos de vida. É justamente essa dimensão civilizacional que torna o discurso da crise tão eficaz e duradouro: ele transforma vulnerabilidade em coesão, ameaça em identidade e medo em projeto político.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter comparado, fundamentada na análise interpretativa dos programas partidários de cinco formações contemporâneas da extrema direita europeia¹: *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos), *Rassemblement National* (França) e *Lega per Salvini Premier* (Itália). Tal escolha metodológica decorre da compreensão de que discursos políticos são práticas sociais que constroem significados e moldam percepções coletivas, perspectiva amplamente desenvolvida pela análise crítica do discurso (Fairclough, 1992; Van Dijk, 1998) e pela tradição construcionista da análise de enquadramentos (Jørgensen; Phillips, 2002). A natureza simbólica e performativa desses discursos justifica o enfoque interpretativo aplicado ao material textual.

A opção pela comparação busca identificar padrões discursivos transnacionais, sem pretensão de generalização universalista. Em consonância com os debates sobre transformações políticas após a Grande Recessão, a comparação qualitativa permite captar como processos socioeconômicos amplos se articulam a repertórios específicos de cada contexto nacional (Kriesi; Pappas, 2024). A extrema direita europeia, como observa Ignazi (2003), compartilha estruturas ideológicas e estratégias retóricas que se disseminam além das fronteiras nacionais, o que torna o método comparativo particularmente adequado.

¹ Os programas partidários utilizados como corpus estão disponíveis para consulta em: http://drive.google.com/drive/folders/1MzxVarRMSKVJ_5pG7wGhKClT9cbsUus-.

O procedimento metodológico foi organizado em três etapas. Primeiro, realizou-se a leitura integral dos programas partidários mais recentes, identificando vocabulários e categorias centrais ligadas à crise, soberania, identidade e moral. Em seguida, aplicou-se uma estratégia de codificação temática orientada pela análise de conteúdo qualitativa, de acordo com os princípios estabelecidos por Mayring (2014) e Krippendorff (2018), combinando categorias dedutivas – derivadas da literatura sobre populismo e extrema direita – e categorias emergentes do corpus.

Realizou-se uma comparação transversal das categorias, buscando padrões de semelhanças e diferenças entre os casos. Essa articulação entre teoria e empiria segue o entendimento de que discursos populistas operam como lógicas de articulação que unificam diferentes demandas e percepções sociais (Laclau, 2005; Canovan, 1999). Assim, a análise não se limita ao conteúdo dos programas, mas considera sua função na construção de identidades políticas e afetos coletivos, como enfatizado por autores que discutem o populismo como estilo performativo e emocional (Moffitt, 2016; Casullo, 2019).

A escolha dos programas partidários como fonte empírica deve-se ao fato de que constituem documentos oficiais que condensam visões de mundo, estratégias políticas e valores morais dos partidos, funcionando como artefatos discursivos de alta densidade simbólica. Além disso, o uso de documentos públicos favorece uma análise consistente com a perspectiva do populismo enquanto fenômeno que se legitima por meio da linguagem (Mudde; Kaltwasser, 2017; Eatwell; Goodwin, 2018).

A pesquisa também incorpora uma postura reflexiva, reconhecendo que toda análise qualitativa envolve interpretação e seleção teórica. Como sugerem Boin *et al.* (2009) ao tratar de crises e processos decisórios, eventos e discursos são moldados tanto pelas estruturas institucionais quanto pelas percepções construídas pelos atores políticos. Assim, considera-se que a retórica da extrema direita organiza as crises não apenas como descrições factuais, mas como artefatos que orientam respostas emocionais e políticas.

A triangulação teórica foi empregada como mecanismo de robustez analítica, articulando debates sobre populismo (De la Torre, 2019; Urbinati, 2019), sobre crise e transformação institucional (Hay, 1999; Habermas, 2015) e sobre tensões democráticas contemporâneas (Levitsky; Ziblatt, 2018; Mounk, 2018). Essa combinação permitiu compreender como a retórica da crise se insere tanto em processos estruturais quanto em disputas discursivas específicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crise da soberania constitui um dos pilares estruturantes da retórica da extrema direita europeia, funcionando como chave interpretativa para o diagnóstico de desordem institucional e cultural. Esse enquadramento dialoga com análises clássicas que descrevem a ascensão de partidos radicais como reação ao desgaste das estruturas liberais e à insegurança provocada pela globalização (Betz, 1994; Ignazi, 2003). No discurso desses partidos, a soberania é representada como patrimônio nacional ameaçado por processos supranacionais, elites cosmopolitas e deslocamentos populacionais. Essa reconstrução simbólica corresponde ao que parte da literatura identifica como crise de autoridade típica das democracias liberais contemporâneas (Habermas, 2015; Brown, 2015).

No caso da Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD) articula sua crítica principalmente à União Europeia, retratando a integração regional como mecanismo

de perda de autonomia decisória. Esse tipo de argumento acompanha discussões mais amplas sobre o deslocamento de competências para instâncias tecnocráticas e sobre as tensões entre governança multinível e legitimidade democrática (Hay, 1999; Haggard; Kaufman, 2021). O discurso soberanista da *AfD* opera, assim, como resposta discursiva que associa fragilização institucional e ameaças culturais, reforçando uma percepção unificada de crise.

Na França, o *Rassemblement National* mobiliza a soberania como recurso moral, enfatizando que a identidade francesa estaria sendo diluída por políticas migratórias e agendas globalistas. Essa articulação insere-se no que Brubaker (2017) caracteriza como deslocamento do nacionalismo para um registro civilizacional, no qual cultura, memória e modo de vida tornam-se pilares da reivindicação política. Ao mesmo tempo, essa moralização da soberania ecoa o padrão populista descrito por Canovan (1999), em que a vontade do povo é contraposta a elites percebidas como traidoras da comunidade nacional.

Na Bélgica, o *Vlaams Belang* formula a soberania em chave étnico-cultural, reivindicando autodeterminação flamenga e rejeitando tanto o federalismo quanto o multiculturalismo. A construção de uma fronteira identitária rígida, sustentada por uma concepção homogênea de povo, aproxima-se das análises que apontam para o uso da identidade como mecanismo de mobilização emocional diante de transformações sociais aceleradas (Casullo, 2019; Wodak, 2015).

Nos Países Baixos, o *Partij voor de Vrijheid* enfatiza a soberania como proteção civilizacional, combinando críticas à União Europeia com a representação do Islã como ameaça estrutural. Essa forma de enquadramento remete ao “backlash cultural”, que, segundo Norris e Inglehart (2019), impulsiona movimentos de direita radical ao oferecer uma narrativa de declínio moral e cultural. A soberania é apresentada como escudo necessário diante da suposta corrosão de valores ocidentais.

Na Itália, a *Lega per Salvini Premier* associa a crise soberana a problemas econômicos e migratórios, inserindo a temática no contexto de descrença institucional mais amplo. Tal dinâmica corresponde às análises que identificam na erosão da confiança democrática e no ressentimento social os principais motores da retórica populista contemporânea (Mounk, 2018; Urbinati, 2019). A defesa da soberania converte-se, assim, em promessa simultaneamente política e afetiva.

De modo geral, a leitura comparada desses casos permite observar que a soberania funciona como categoria organizadora das percepções de ameaça e instabilidade. Essa interpretação está alinhada com estudos que mostram como partidos populistas transformam disputas políticas complexas em narrativas totalizantes de perda e restauração (Moffitt, 2016; De la Torre, 2019). A soberania, portanto, adquire papel simbólico central na construção da crise, articulando temores sociais e justificando projetos de fechamento político.

Quadro 1 – Sentidos da soberania no discurso da extrema direita europeia

Partido	Eixo dominante da soberania	Inimigo discursivo	Estratégia retórica central
<i>Alternative für Deutschland</i> (Alemanha)	Soberania institucional e jurídica	União Europeia e elites tecnocráticas	Defesa da autoridade nacional contra a burocratização continental
<i>Rassemblement National</i> (França)	Soberania moral e cultural	Globalismo e imigração	Revalorização da nação como entidade moral e civilizacional
<i>Vlaams Belang</i> (Bélgica)	Soberania étnico-cultural	Federalismo belga e multiculturalismo	Identidade flamenga como fundamento da legitimidade política
<i>Partij voor de Vrijheid</i> (Países Baixos)	Soberania civilizacional	Islã e União Europeia	Defesa da cultura ocidental como bastião da liberdade
<i>Lega per Salvini Premier</i> (Itália)	Soberania nacional e social	União Europeia e imigração irregular	Reforço do Estado como protetor das famílias e dos valores tradicionais

Fonte: Elaboração própria (2025).

A leitura comparativa do **Quadro 1** revela que, apesar das diferenças contextuais, todos os partidos analisados compartilham uma concepção de soberania fundada na ideia de perda e ameaça. A União Europeia, a imigração e o cosmopolitismo são constantemente representados como forças dissolventes, responsáveis pela erosão da autoridade e pela desagregação moral. A soberania, portanto, assume papel simbólico de escudo protetor, oferecendo ao eleitorado a sensação de controle diante da insegurança. Nesse sentido, análises sobre populismo e crise destacam que a retórica soberanista opera como construção discursiva que produz a percepção de autonomia mesmo em contextos de forte interdependência internacional, funcionando como mecanismo de simplificação moral do mundo político (Mudde, 2019; Canovan, 1999; Kriesi; Pappas, 2024). A extrema direita europeia transforma esse enquadramento em recurso político, convertendo o desejo de estabilidade em argumento para o fechamento autoritário.

A crise da identidade cultural é um dos eixos centrais da retórica da extrema direita europeia e constitui o principal mecanismo de transformação de problemas políticos em ameaças existenciais. Essa crise é apresentada como consequência da modernidade cosmopolita, da imigração e da globalização, fenômenos que, segundo esses partidos, teriam provocado a desagregação dos valores nacionais e a perda de continuidade histórica. Pesquisas contemporâneas demonstram que as identidades são moldadas por processos discursivos e não representam essências fixas, embora a extrema direita busque naturalizá-las e convertê-las em herança moral inquestionável (Brubaker, 2017; Norris; Inglehart, 2019). A crise, nesse contexto, torna-se um enredo moral que apresenta a diversidade como sinal de colapso social.

Na Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD) formula uma concepção defensiva de identidade nacional, enfatizando a necessidade de preservar a cultura alemã diante da pluralidade. Essa visão encontra ressonância em análises que mostram como o populismo de direita reconfigura a identidade nacional em termos civilizacionais, associando cultura, tradição e cristianismo a fronteiras morais (Brubaker, 2017). Ao fazer isso, o partido essencializa a identidade alemã e transforma a diferença em ameaça existencial.

Na França, o *Rassemblement National* (RN) faz da identidade o núcleo simbólico de sua narrativa política. O partido descreve a França como civilização ameaçada e utiliza

uma retórica culturalista que distingue grupos supostamente compatíveis daqueles considerados irrecuperáveis. Esse processo reflete dinâmicas analisadas nos estudos sobre a nova direita europeia, especialmente no que se refere à articulação entre diferencialismo cultural e ressentimento social (Pierre-André, 1994). A crise da identidade, no caso francês, é narrada como invasão moral e espiritual, justificando políticas de exclusão em nome da proteção nacional.

Na Bélgica, o *Vlaams Belang* constrói sua política identitária a partir da ideia de pureza cultural flamenga. O partido representa o multiculturalismo como um experimento fracassado e sustenta que somente uma comunidade homogênea pode garantir estabilidade política. Essa operação discursiva ecoa diagnósticos sobre a ascensão de partidos etnonacionalistas na Europa, que combinam identidade cultural e crítica ao sistema político como forma de reforçar fronteiras internas (Ignazi, 2003). A identidade, portanto, é convertida em critério de pertencimento político e moral.

Nos Países Baixos, o *Partij voor de Vrijheid* (PVV) estrutura seu discurso na defesa da identidade holandesa ocidental e judaico-cristã, associando a perda dessa identidade à islamização. Essa estratégia segue uma lógica pela qual o populismo de direita transforma valores liberais em elementos de distinção civilizacional, empregando-os de maneira seletiva para justificar políticas de fechamento (Eatwell; Goodwin, 2018). A crise da identidade, nesse caso, é articulada como ameaça à civilização ocidental.

Na Itália, a *Lega per Salvini Premier* associa a identidade nacional a valores familiares, religiosos e territoriais. O partido mobiliza o temor da perda cultural e moral como fundamento de um projeto de renovação nacional. Essa combinação de conservadorismo social e populismo emocional se alinha ao entendimento de que a extrema direita se sustenta em vínculos afetivos que definem a comunidade como corpo moral ameaçado (Urbinati, 2019). Assim, a crise identitária é convertida em apelo à regeneração moral da nação.

A comparação apresentada no **Quadro 2** evidencia que a crise da identidade cultural é construída como narrativa transversal, adaptada às especificidades nacionais. Em todos os casos, a identidade é convertida em essência moral e apresentada como vítima da modernidade cosmopolita. O multiculturalismo, longe de ser tratado como riqueza, é descrito como ameaça existencial. A retórica da extrema direita transforma o medo da diferença em linguagem de pertencimento e substitui o ideal de cidadania pela noção de pureza cultural. Pesquisas sobre discurso político indicam que essa estratégia forma fronteiras simbólicas entre grupos considerados autênticos e aqueles classificados como corruptores, reforçando a autoridade como expressão de proteção (Wodak, 2015). Assim, a crise da identidade cultural consolida o papel do nacionalismo emocional como núcleo de coesão da extrema direita europeia contemporânea.

Quadro 2 – A crise da identidade cultural no discurso da extrema direita europeia

Partido	Núcleo simbólico da identidade	Ameaça principal	Estratégia discursiva
<i>Alternative für Deutschland</i> (Alemanha)	Cultura alemã e tradição cristã	Multiculturalismo e imigração	Defesa da homogeneidade cultural como base da ordem social
<i>Rassemblement National</i> (França)	Civilização francesa e valores republicanos	Imigração de massa e globalismo	Reinterpretação da nação como corpo moral e civilizacional
<i>Vlaams Belang</i> (Bélgica)	Identidade flamenga étnico-cultural	Federalismo e multiculturalismo	Separatismo como forma de proteção cultural
<i>Partij voor de Vrijheid</i> (Países Baixos)	Cultura ocidental e valores liberais	Islã e relativismo multicultural	Islamofobia cultural e defesa civilizacional
<i>Lega per Salvini Premier</i> (Itália)	Tradição familiar e cristã	Globalismo e imigração irregular	Conservadorismo moral e apelo emocional à pátria

Fonte: Elaboração própria (2025).

A crise moral e civilizacional constitui uma das dimensões mais abrangentes e simbólicas da retórica da extrema direita europeia. Essa dimensão transcende as fronteiras políticas e econômicas e se inscreve em um horizonte de sentido mais profundo, no qual o declínio dos valores tradicionais é percebido como perda de valores e decadência espiritual. Tal como argumentam Norris e Inglehart (2019), transformações culturais recentes provocam reações que buscam reafirmar normas tradicionais sobre autoridade, gênero e religião, e esse movimento é central para compreender o enquadramento moral da extrema direita. No imaginário desses partidos, tais mudanças são narradas como ruptura da continuidade civilizacional e como ameaça à própria existência do Ocidente, de modo que a crise moral é elevada a fundamento da crise geral da modernidade.

Na Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD) articula a crise moral à perda de disciplina social e à erosão da autoridade. O partido defende a restauração de valores tradicionais e responsabiliza o liberalismo cultural pela fragilização da coesão nacional. Essa retórica moraliza a política ao tratar práticas divergentes da moral majoritária como sinais de degeneração. Conforme sugere Wodak (2015), discursos da extrema direita frequentemente mobilizam narrativas de pureza moral para fortalecer a identificação coletiva e reforçar uma visão hierárquica da sociedade. No caso alemão, essa pureza aparece como resistência à relativização ética e à influência de valores percebidos como externos à cultura europeia, transformando a moralidade em fronteira simbólica e propondo o retorno à ordem como solução para a desorientação contemporânea.

Na França, o *Rassemblement National* (RN) formula uma visão de mundo na qual moral e civilização se confundem. O partido afirma que a França vive um processo de decadência espiritual marcado pela desintegração familiar e pela secularização promovida pelas elites cosmopolitas. Essa narrativa se articula com a crítica cultural mais ampla descrita por Betz (1994), segundo a qual a direita radical europeia constrói diagnósticos de declínio que justificam projetos de restauração social. No RN, tal diagnóstico sustenta a defesa dos valores considerados perenes da nação e legitima um projeto de regeneração civilizacional orientado pela revalorização da tradição e da autoridade.

Na Bélgica, o *Vlaams Belang* interpreta a crise moral como consequência da modernidade liberal e do multiculturalismo. O partido sustenta que a sociedade flamenga perdeu seu senso de disciplina e dever, e que o relativismo ético dilui as bases da convivência comunitária. Essa crítica, como indicam Eatwell e Goodwin (2018), reflete uma reação ao que é percebido como erosão cultural nas democracias ocidentais, mobilizando o ressentimento como recurso de unificação identitária. Assim, o *Vlaams Belang* usa o discurso moral para apresentar-se como força de restauração da dignidade flamenga, vinculando moralidade e soberania dentro de uma mesma gramática política.

Nos Países Baixos, o *Partij voor de Vrijheid* (PVV) combina a defesa da moral ocidental com o discurso da ameaça islâmica. O partido afirma que o país enfrenta uma crise de valores e que o relativismo multicultural compromete a liberdade, a igualdade e os direitos das mulheres. Essa apropriação seletiva de princípios liberais corresponde ao que Van Dijk (1998) identifica como estratégia discursiva que transforma valores democráticos em instrumentos de exclusão. No PVV, a moralidade torna-se critério de civilização, associando o Islã à opressão e o Ocidente à emancipação, de modo que a crise moral é representada como conflito civilizacional e a defesa da liberdade se converte em argumento para políticas autoritárias.

Na Itália, a *Lega per Salvini Premier* associa a crise moral à degradação das estruturas familiares e à perda da fé religiosa. O partido defende um projeto de renascimento ético e espiritual da Itália no qual a moral é apresentada como fundamento da nação. Essa narrativa articula religião, patriotismo e medo social, oferecendo uma visão redentora da política. Como afirmam Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo moral da direita redefine o povo como entidade virtuosa, contraposta a elites consideradas imorais. A *Lega* mobiliza essa dicotomia ao propor a moral como instrumento de purificação coletiva, ressignificando a crise civilizacional como oportunidade de reconstrução moral, em que a restauração da fé e da autoridade aparece como solução para a incerteza.

Quadro 3 – A crise moral e civilizacional na extrema direita europeia

Partido	Núcleo moral e civilizacional	Ente culpado pela decadência	Estratégia retórica central
<i>Alternative für Deutschland</i> (Alemanha)	Autoridade, disciplina e tradição	Liberalismo cultural e imigração	Moralização da política e defesa da ordem
<i>Rassemblement National</i> (França)	Civilização cristã e valores nacionais	Cosmopolitismo e secularização	Regeneração espiritual e mito do declínio
<i>Vlaams Belang</i> (Bélgica)	Dever, disciplina e coesão comunitária	Multiculturalismo e relativismo moral	Moralidade como base da soberania
<i>Partij voor de Vrijheid</i> (Países Baixos)	Liberdade e valores ocidentais	Islã e relativismo cultural	Defesa civilizacional e inversão do discurso liberal
<i>Lega per Salvini Premier</i> (Itália)	Fé, família e comunidade nacional	Globalismo e dissolução moral	Renascimento ético e restauração da autoridade

Fonte: Elaboração própria (2025).

A leitura do **Quadro 3** demonstra que, para a extrema direita europeia, a crise moral e civilizacional funciona como narrativa totalizante que unifica diferentes dimensões do medo contemporâneo. A perda de valores é convertida em sinal de decadência, e a restauração moral é apresentada como missão política. O discurso da crise civilizacional legitima práticas autoritárias ao propor a ordem como condição da virtude. Como apontam autores que analisam a ascensão do populismo e o recurso crescente à nostalgia civilizacional, como Eatwell e Goodwin (2018), essa retórica converte memórias idealizadas do passado em instrumentos de exclusão, reforçando a moralidade como eixo estruturante da identidade política da direita radical.

O medo ocupa posição basilar na estrutura discursiva da extrema direita europeia. Ele funciona como emoção política e como dispositivo de mobilização coletiva, transformando a insegurança social em coesão identitária. A literatura que examina a política do medo no contexto populista, como Wodak (2015), mostra que essa emoção opera como mecanismo de ordenação moral, organizando percepções sobre perigo e justificando respostas excepcionais. Nos programas partidários analisados, o medo aparece não como emoção individual, mas como experiência compartilhada que exige proteção, sendo mobilizado para apresentar o líder e o Estado como garantias de segurança diante de um mundo descrito como instável.

Na Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD) constrói o medo como reação à perda de controle sobre fronteiras e tradições, associando-o à ameaça de desintegração cultural e moral. O partido enfatiza a necessidade de proteção do “povo alemão” contra forças externas percebidas como desestabilizadoras. Essa lógica se aproxima do que Mudde (2019) descreve como uso estratégico da insegurança para reforçar fronteiras simbólicas e legitimar políticas de exclusão em nome da autopreservação. Assim, o medo é convertido em virtude cívica e articulado à defesa da identidade nacional.

Na França, o *Rassemblement National* (RN) utiliza o medo como linguagem de moralização social, descrevendo o país como ameaçado pela criminalidade, pela imigração e pela decadência dos valores tradicionais. Essa retórica se vincula ao que Norris e Inglehart (2019) definem como reação cultural conservadora, na qual a incerteza diante de mudanças sociais é convertida em demanda por autoridade e restauração moral. O RN transforma o medo do futuro em justificativa para políticas de vigilância e fortalecimento do Estado, recorrendo à idealização de um passado de ordem e estabilidade.

Na Bélgica, o *Vlaams Belang* mobiliza o medo como instrumento de coesão étnica, sustentando que a imigração e o multiculturalismo provocam insegurança e corroem os valores flamengos. Essa operação discursiva se aproxima do que Brubaker (2017) identifica como deslocamento do nacionalismo para uma lógica civilizacional, na qual a proteção da cultura passa a ser apresentada como dever moral e político. O medo funciona como base emocional para reforçar a ideia de ameaça constante e para legitimar projetos de fechamento identitário.

Nos Países Baixos, o *Partij voor de Vrijheid* (PVV) explora o medo como eixo civilizacional, argumentando que “a liberdade está em risco” diante da islamização e da complacência liberal. Essa lógica reflete o que Casullo (2019) discute sobre a capacidade do populismo de produzir explicações moralizadas para incertezas sociais, convertendo tensões culturais em narrativas de ameaça. O PVV transforma a vigilância e o fechamento cultural em deveres patrióticos ao apresentar o medo como consciência moral necessária para preservar os valores ocidentais.

Na Itália, a *Lega per Salvini Premier* incorpora o medo como elemento estruturante de sua narrativa populista, enfatizando insegurança econômica, criminalidade e imigração irregular como sinais de uma Itália sitiada. Essa estratégia se alinha ao que Mounk (2018) observa sobre o avanço de discursos que vinculam crises sociais a demandas por líderes fortes capazes de restaurar ordem e estabilidade. O medo é legitimado como sentimento coletivo, canalizado para a defesa da pátria e da moral, e utilizado para criar uma comunidade emocional entre os “bons italianos” ameaçados por forças externas e internas.

Quadro 4 – O papel do medo na retórica da extrema direita europeia

Partido	Fonte do medo	Função política do medo	Estratégia discursiva
<i>Alternative für Deutschland</i> (Alemanha)	Imigração e perda de controle cultural	Legitimação da exclusão e defesa da soberania	Territorialização do medo e moralização da segurança
<i>Rassemblement National</i> (França)	Decadência moral e imigração	Reforço da autoridade moral e nostalgia nacional	Medo como diagnóstico coletivo e redenção política
<i>Vlaams Belang</i> (Bélgica)	Multiculturalismo e insegurança urbana	Coesão étnica e legitimação do separatismo	Medo como prova de patriotismo e pureza cultural
<i>Partij voor de Vrijheid</i> (Países Baixos)	Islamização e relativismo liberal	Defesa civilizacional e vigilância moral	Romantização do medo como consciência patriótica
<i>Lega per Salvini Premier</i> (Itália)	Imigração irregular e insegurança econômica	Mobilização populista e liderança protetora	Transformação do medo em solidariedade nacional

Fonte: Elaboração própria (2025).

O **Quadro 4** sintetiza como o medo opera como emoção política estruturante na retórica da extrema direita europeia. Apesar das variações contextuais, todos os partidos utilizam o medo como princípio de mobilização moral e identitária. Ele cumpre dupla função: diagnosticar a crise e justificar a autoridade. Como destacam Norris e Inglehart (2019), formas contemporâneas de insegurança e ansiedade sociocultural tendem a ser apropriadas por discursos que enfatizam a ameaça e a necessidade de proteção. A extrema direita converte esse sentimento em narrativa redentora, na qual o perigo é permanente e a segurança depende da obediência à autoridade. O medo, portanto, transforma-se em gramática política da salvação e legitima o fechamento de fronteiras, identidades e instituições como horizonte de estabilidade.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como propósito examinar, em perspectiva comparada, a gramática discursiva da extrema direita europeia a partir da análise qualitativa de programas partidários da *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos), *Rassemblement National* (França) e *Lega per Salvini Premier* (Itália). O objetivo foi compreender como esses partidos constroem a ideia de “crise” como instrumento político e simbólico de legitimação. Partiu-se da hipótese

de que o discurso da crise não é apenas uma resposta a contextos de instabilidade, mas o próprio núcleo estruturante da retórica da extrema direita contemporânea, funcionando como dispositivo de mobilização emocional e moral, tal como apontam estudos sobre populismo e medo político (Furedi, 2005; Eatwell; Goodwin, 2018).

A análise mostrou que a crise é apresentada, nesses programas, como fenômeno total, capaz de englobar dimensões políticas, culturais e civilizacionais. O conceito de soberania emerge como eixo fundacional, articulado à ideia de perda e à promessa de restauração da autoridade estatal, em linha com diagnósticos sobre transformação institucional e tensões democráticas (Habermas, 2015; Haggard; Kaufman, 2021). A identidade cultural, por sua vez, é narrada como patrimônio ameaçado pela imigração, pelo cosmopolitismo e pelo multiculturalismo, elementos que, segundo a literatura sobre populismo nacionalista, são frequentemente convertidos em marcadores de conflito (Brubaker, 2017; Mudde; Kaltwasser, 2017). Já a dimensão moral e civilizacional reforça a percepção de declínio, transformando a política em missão de salvação cultural, tal como analisado por autores que tratam do populismo como estilo moralizado de representação (Moffitt, 2016; Urbinati, 2019).

O eixo do medo emergiu como categoria transversal que confere unidade às demais dimensões. Ele opera como emoção política capaz de transformar incertezas em coesão simbólica, legitimando tanto a concentração de poder quanto a vigilância reforçada. O medo, longe de ser um mero subproduto, constitui um princípio ativo da política da extrema direita, oferecendo uma gramática emocional para o autoritarismo e reforçando os contornos de um “nós” ameaçado por adversários internos e externos (Wodak, 2015; Norris; Inglehart, 2019). Essa dinâmica evidencia o caráter performativo do discurso da crise, no qual a emoção atua simultaneamente como meio e como finalidade política.

Os resultados obtidos permitem sustentar a hipótese central de que a “crise”, no vocabulário da extrema direita, cumpre função de produção de sentido e de poder. Ao acionar a perda da soberania, da identidade e da moral, esses partidos constroem uma linguagem de urgência e restauração que desloca o debate democrático. Mais do que descrever a realidade, o discurso a reconfigura em termos morais e civilizacionais, funcionando como estrutura interpretativa que dá inteligibilidade a um mundo percebido como caótico. Essa constatação reforça análises que entendem o populismo como lógica de construção de fronteiras políticas e identitárias (Laclau, 2005; Canovan, 1999).

Teoricamente, o artigo contribui para o debate sobre populismo e autoritarismo ao mostrar que a crise opera como categoria mediadora entre afetos e política. A literatura clássica destaca a polarização entre povo e elite, mas o material empírico analisado sugere que a extrema direita europeia acrescenta um terceiro polo: o da civilização, entendida como horizonte moral ameaçado (Papas, 2019; De la Torre, 2019). Essa ampliação semântica da crise ajuda a explicar a ressonância contemporânea do discurso autoritário em sociedades democráticas, nas quais o medo da perda cultural substitui o temor do próprio autoritarismo.

Apesar da consistência dos achados, o estudo apresenta limitações inerentes à abordagem qualitativa e documental. A análise concentrou-se em programas partidários, que representam versões formais e codificadas do discurso político. Outras esferas comunicativas, como redes sociais, entrevistas, intervenções parlamentares e materiais de campanha, poderiam revelar variações significativas na construção da crise. Ademais, o foco em cinco casos europeus limita a generalização, embora forneça bases sólidas para comparações futuras com contextos das Américas,

onde fatores como religião e anti-intelectualismo assumem papel mais visível (Mounk, 2018; Levitsky; Ziblatt, 2018).

Futuras pesquisas poderão ampliar o alcance comparativo, incorporar metodologias mistas ou examinar como a retórica da crise se materializa em práticas de governança. Tais investigações permitiriam observar em que medida narrativas de ameaça se convertem em políticas concretas de controle, exclusão e centralização, fortalecendo a compreensão sobre o vínculo entre discurso e ação.

Conclui-se que o discurso da crise não é mera reação ao presente, mas a forma pela qual a extrema direita europeia organiza temporalidades, afetos e identidades políticas. Ao transformar o medo em narrativa, a nostalgia em horizonte e a autoridade em virtude, esses partidos convertem incerteza em pertencimento e desconfiança em ordem. Compreender essa lógica é essencial para a defesa da democracia, pois revela como formas contemporâneas de autoritarismo se consolidam não pela coerção direta, mas pela promessa sedutora de proteção diante de um mundo percebido como em colapso. A crise, assim, permanece o idioma político estruturante de uma era em que a esperança cede lugar à ansiedade como linguagem do futuro.

SOBRE O AUTOR

Erivelto Amarante – Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, com atuação nas áreas de comunicação política, mídia e comportamento político. Mestre em Comunicação e especialista em Sociologia Política pela mesma instituição.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSSON, Ruben. *No go world: How fear is redrawing our maps and infecting our politics*. University of California Press, 2019.
2. BETZ, Hans-Georg. *Radical right-wing populism in Western Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 1994.
3. BOIN, Arjen et al. *The politics of crisis management: Public leadership under pressure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
4. BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.
5. BRUBAKER, Rogers. Between nationalism and civilizationism: The European populist moment in comparative perspective. *Ethnic and Racial Studies*, v. 40, n. 8, p. 1191-1226, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870.2017.1294700>
6. CANOVAN, Margaret. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political Studies*, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00184>
7. CASULLO, María Esperanza. *¿Por qué funciona el populismo? El discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis*. Siglo XXI Editores, 2019.
8. CEFAÍ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on. Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte, 2007.
9. DE CESARI, Chiara; KAYA, Ayhan. *European memory in populism. Representations of self and other*. Londres: Routledge, 2020.
10. DE LA TORRE, Carlos (Ed.). *The Routledge Handbook of Global Populism*. London: Routledge, 2019.
11. EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *National populism: The revolt against liberal democracy*. London: Penguin, 2018.
12. FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
13. FUREDI, Frank. *Politics of fear: Beyond left and right*. London: Continuum, 2005.
14. GIDRON, Noam; BONIKOWSKI, Bart. *Varieties of populism: Literature review and research agenda*. Harvard University, 2013. (Working Paper Series).
15. HABERMAS, Jürgen. *The lure of technocracy*. Cambridge: Polity Press, 2015.

16. HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert. *Backsliding: Democratic regress in the contemporary world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
17. HAY, Colin. Crisis and the structural transformation of the State. *British Journal of Politics and International Relations*, v. 1, n. 3, p. 317-344, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-856X.00018>
18. IGNAZI, Piero. *Extreme right parties in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
19. JØRGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. *Discourse analysis as theory and method*. London: Sage, 2002.
20. KRIESI, Hanspeter; PAPPAS, Takis (Eds.). *European populism in the shadow of the Great Recession*. Colchester: ECPR Press, 2024.
21. KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis: An introduction to its methodology*. 4th ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.
22. LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. London: Verso, 2005.
23. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies die*. New York: Crown, 2018.
24. MAYRING, Philipp. *Qualitative content analysis: Theoretical foundation, basic procedures and software solution*. Klagenfurt, 2014.
25. MOFFITT, Benjamin. *The global rise of populism: Performance, political style and representation*. Stanford: Stanford University Press, 2016.
26. MOUNK, Yascha. *The people vs. democracy: Why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
27. MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
28. MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press, 2017.
29. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
30. PAPPAS, Takis. *Populism and liberal democracy: A comparative and theoretical analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
31. PIERRE-ANDRÉ, Taguieff. *Sur la Nouvelle droite*. Jalons d'une analyse critique. Paris: Descartes et Cie, 1994.
32. URBINATI, Nadia. *Me the people: How populism transforms democracy*. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
33. VAN DIJK, Teun A. *Ideology: A multidisciplinary approach*. London: Sage, 1998.
34. WODAK, Ruth. *The politics of fear: The shameless normalization of far-right discourse*. 2020.
35. WODAK, Ruth. *The politics of fear: What right-wing populist discourses mean*. London: Sage, 2015.

Submissão em 30 de novembro de 2025.

Aceito em 28 de fevereiro de 2026.



DOSSIÊ

OS AGITADORES DA DIREITA RADICAL PORTUGUESA: EM CENA AS LIDERANÇAS DA JUVENTUDE CHEGA

*THE AGITATORS OF THE PORTUGUESE
RADICAL RIGHT: THE LEADERS OF
JUVENTUDE CHEGA TAKE THE STAGE*

Débora Messenberg * 

* Universidade de Brasília-UnB, Instituto de Ciências Sociais-ICS, Departamento de Sociologia, Brasília, DF, Brasil.
E-mail: deboramess@unb.br

RESUMO

O artigo examina a ascensão da direita radical portuguesa por meio das lideranças da Juventude Chega (JCH) nas eleições legislativas de 2024, quando o partido elegeu 50 deputados. A pesquisa adota estratégia metodológica múltipla, a qual inclui: análise de 484 publicações no Facebook, Instagram e YouTube de três deputados da JCH – Rita Matias, Madalena Cordeiro, Daniel Teixeira e do presidente André Ventura; entrevistas com deputados e dirigentes da JCH e a observação participante na IV Academia Política de Verão. O estudo, fundamentado na Teoria Crítica, identifica técnicas de psicologia de massas empregadas por esses "agitadores" contemporâneos. A análise de conteúdo revelou cinco campos semânticos estruturantes: *antiestablishment*, conservadorismo moral, nacionalismo, punitivismo e exaltação do líder. O artigo demonstra como esses atores mobilizam afetos negativos, constroem antagonismos simplificadores e utilizam narrativas conspiratórias, exploradas estrategicamente nas redes sociais. Conclui-se que o êxito do Chega articula sofisticadas técnicas propagandísticas com ansiedades sociais autênticas da juventude portuguesa, relacionadas à precarização laboral e à falta de perspectivas de futuro, que configuram terreno fértil para discursos autoritários entre as novas gerações.

Palavras-chave: Juventude do Chega; Direita Radical; Propaganda Eleitoral; Redes Sociais.

ABSTRACT

This article examines the rise of the Portuguese radical right through the leadership of Chega Youth (JCH) in the 2024 legislative elections, when the party elected 50 representatives. The research adopts a multiple methodological strategy, which includes: analysis of 484 publications on Facebook, Instagram, and YouTube by three JCH deputies – Rita Matias, Madalena Cordeiro, and Daniel Teixeira – and party president André Ventura; interviews with deputies and JCH directors; and participant observation at the IV Political Summer Academy. Grounded in Critical Theory, the study identifies mass psychology techniques employed by these contemporary "agitators." Content analysis revealed five structuring semantic fields: anti-establishment, moral conservatism, nationalism, punitivism, and leader exaltation. The article demonstrates how these actors mobilize negative affects, construct simplifying antagonisms, and utilize conspiratorial narratives, strategically exploiting social media. It concludes that Chega's success articulates sophisticated propagandistic techniques with authentic social anxieties of Portuguese youth, related to labor precarization and lack of future prospects, configuring fertile ground for authoritarian discourses among new generations.

Keywords: Chega Youth; Radical Right; Electoral Propaganda; Social Media.

INTRODUÇÃO

Até 2019, Portugal e Espanha pareciam ter erguido barreiras à “quarta onda” da direita radical na Europa (Mudde, 2019) ao impedirem a eleição de membros de seus dois principais partidos, o Chega e o VOX, para os respectivos parlamentos nacionais¹. Naquele ano, contudo, deu-se a eleição de integrantes dessas agremiações em ambas as assembleias legislativas, configurando o rompimento do chamado “excepcionalismo ibérico”, pautado na crença de que a história autoritária e os processos de democratização tardia nos dois países dificultariam o sucesso da direita radical populista em seus territórios (Manucci, 2024; Marchi, 2024; Fernández-Vázquez, 2024). Embora tardia, a ascensão da direita radical na península ibérica alinha-se ao que a literatura aponta como um processo multifatorial, que envolve crises econômicas, mudanças culturais, insatisfação com as instituições democráticas e as elites políticas e o uso estratégico das redes sociais.

A crise financeira de 2008 e as suas consequências socioeconômicas ampliaram desigualdades e precarizaram condições laborais, criando terreno fértil para discursos *anti-establishment* (Mudde, 2019; Norris; Inglehart, 2019). Segmentos economicamente vulneráveis, sentindo-se negligenciados pelos partidos tradicionais, redirecionam o seu apoio a alternativas extremadas que prometem proteção contra ameaças externas e a recuperação da estabilidade econômica (Levitsky; Ziblatt, 2018). Nessa mesma direção, acirram-se também os discursos políticos antiglobalização e de defesa da soberania nacional. Os partidos e movimentos da direita radical mobilizam narrativas repetitivas acerca da urgência de proteção da soberania nacional contra as estruturas supranacionais, catalisando sentimentos nacionalistas e protecionistas em parcela significativa do eleitorado.

No âmbito cultural, identifica-se um movimento reativo às transformações sociais aceleradas. A teoria do “backlash cultural” (Brown, 2019; Norris; Inglehart, 2019) explicita como pautas progressistas relacionadas a gênero, sexualidade e multiculturalismo são percebidas como ameaças aos valores tradicionais por segmentos conservadores da sociedade. Esse fenômeno manifesta-se ainda na mobilização anti-imigração, tema central no discurso da direita radical europeia e estadunidense. A construção discursiva do imigrante como ameaça opera em múltiplas dimensões: econômica (competição por empregos e recursos de bem-estar social), securitária (associação com terrorismo e criminalidade) e cultural-identitária (incompatibilidade de valores).

A erosão da confiança nas instituições democráticas é outro fator determinante para o crescimento da direita radical no planeta. Levitsky e Ziblatt (2018) demonstram como as normas democráticas, pautadas na cultura de tolerância mútua e na contenção institucional, deterioram-se progressivamente em contextos de extrema polarização, processo estrategicamente explorado e ampliado por forças políticas radicais. O contexto de desconfiança institucional cria vulnerabilidades sistêmicas, que facilitam a emergência de lideranças autoritárias, as quais desafiam o sistema representativo tradicional, oferecendo soluções aparentemente simples para problemas complexos.

O antielitismo é outro pilar na mobilização da direita radical contemporânea (Mudde, 2019; Rydgren, 2018; Stanley, 2018). A oposição discursiva fundamental entre “povo” e “elite” permite enquadrar intrincados processos socioeconômicos em termos

1 O Chega elegeu seu primeiro representante, André Ventura, para a Assembleia da República, nas eleições legislativas de 2019. Em abril desse mesmo ano, o VOX conquistou 24 assentos (6,9%) no Congresso dos Deputados nas eleições gerais da Espanha.

morais simplificados. A delimitação restritiva do conceito de "povo", definido em termos etnoculturais homogêneos, possibilita a construção da narrativa de "traição das elites", em que lideranças políticas tradicionais são acusadas de sacrificar os interesses da nação em favor de interesses globais, corporativos ou de minorias. Seguindo essa rota, os partidos *antiestablishment* conseguem capitalizar percepções de cartelização do sistema político, apresentando-se como as únicas alternativas autênticas ao consenso dominante (Manucci, 2024). Esse processo não apresentaria resultados tão satisfatórios caso não fosse modelado e amplificado pelo uso intensivo das redes sociais na disseminação eficiente dos discursos populistas da direita radical. É nesse ecossistema comunicacional que a oposição entre "povo" e "elite" encontra seu terreno mais fértil: performatizada, expandida e retroalimentada em ambientes de alta circulação afetiva, ela conecta produtores de conteúdo a audiências que são igualmente coprodutoras dos próprios discursos que as mobilizam.

A emergência das plataformas digitais transformou em profundidade as dinâmicas de comunicação política, criando oportunidades inéditas para atores políticos antes marginalizados. Forti (2021) explica que os movimentos radicais de direita exploram as *affordances* das mídias digitais para contornar os filtros institucionais tradicionais, o que facilita a mobilização política sem organizações intermediárias formais e permite conexões diretas entre lideranças e seus seguidores. A arquitetura algorítmica das plataformas digitais também desempenha papel crucial na disseminação de conteúdos extremistas. Os sistemas de recomendação das principais plataformas digitais tendem a privilegiar conteúdo emotivo e polarizador, criando canais de radicalização que expõem progressivamente os usuários a discursos cada vez mais sectários e maximizadores de engajamento. Nessa perspectiva, a dinâmica algorítmica favorece, em particular, as narrativas simplificadoras e sensacionalistas frequentemente empregadas pela extrema direita (Cesarino, 2022).

O êxito recente da direita radical em escala global indica que apesar de se manifestar em contextos sociopolíticos muito distintos, apresenta notáveis convergências em termos de repertórios retóricos e estratégias de atuação política. Conforme argumenta Mudde (2019), partidos e movimentos radicais desenvolvem um "núcleo ideológico" comum, caracterizado pelo nativismo, autoritarismo e populismo, que é modulado segundo particularidades locais. A difusão de enquadramentos discursivos que seguem padrões transnacionais de mobilização, mesmo que adaptados a contextos nacionais específicos, revela que se está na presença daquilo que Adorno (2015) define como uma técnica de psicologia de massas, utilizada pelos radicais de direita para fomentar a cumplicidade emocional entre os agitadores autoritários e a massa social descontente, nutrindo-se dela e aprofundando certos tipos sociais autoritários espalhados pelo corpo social.

Tomando o caso português como foco da investigação, o presente estudo irá discutir os resultados de pesquisa realizada ao longo do ano de 2024 junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa-ICS-UL², a qual examina a trajetória exponencial do partido Chega na Assembleia da República portuguesa, quando passou de um deputado eleito, em 2019 (ano de sua fundação), para uma expressiva bancada de cinquenta deputados (21,7% das cadeiras), conquistada nas eleições legislativas de março de 2024. O eixo da análise sobre o Chega concentra-se nos formadores de opinião vinculados diretamente à Juventude Chega (JHC), entidade partidária voltada à formação política de jovens entre 14 e 30 anos, cujo desempenho foi decisivo para a expansão eleitoral meteórica do partido. O enfoque na JHC justifica-se em função do peso eleitoral dos jovens na expansão do partido na

2 Durante o ano de 2024 realizei um pós-doutorado no ICS-UL, financiado pelo Programa Capes Print, Edital nº 41/2017, sob a supervisão do Prof. Dr. Antonio Costa Pinto.

Assembleia da República. Nas últimas eleições legislativas, 32% do eleitorado do Chega situava-se na faixa etária entre 18 e 34 anos, evidenciando a relevância desse segmento na sua base de apoio. Ademais, o partido consolidou-se como a principal força política entre os homens jovens com menor nível de escolaridade, obtendo 41% dos votos desse segmento (ICS; ISCTE, 2024).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do trabalho adotou-se estratégia metodológica que incluiu, num primeiro momento, a identificação dos principais formadores de opinião e influenciadores digitais da Juventude Chega, que se engajaram intensamente na campanha eleitoral e obtiveram mandatos parlamentares na Assembleia da República: Rita Matias, Madalena Cordeiro e Daniel Teixeira. O levantamento dos dados foi conduzido através do inventário de suas publicações nas plataformas Facebook, Instagram e no canal oficial CHEGATV no YouTube, complementado pelo exame do conteúdo produzido pelo presidente do partido, André Ventura. Foram ainda incorporadas ao *corpus* analítico as comunicações institucionais do Partido Chega e da sua Juventude nas referidas plataformas digitais, bem como o programa oficial do partido para as eleições legislativas de 2024. O recorte temporal da pesquisa empírica circunscreveu-se ao período oficial da campanha eleitoral para a Assembleia da República, compreendido entre 25 de fevereiro e 8 de março de 2024, resultando na análise de 484 publicações.

A extração dos conteúdos foi realizada mediante a utilização de instrumentos especializados de mineração de dados. Para o Facebook, recorreu-se ao software Facepager (versão 4.4.0), que permite a coleta sistematizada de postagens públicas a partir da API da plataforma, retornando metadados estruturados que incluem: identificador da publicação, data e hora de postagem, texto integral, número de reações, comentários e compartilhamentos. Para o Instagram, utilizou-se o Apify (ator Instagram Scraper), que possibilita a extração de publicações públicas, retornando igualmente metadados que compreendem: identificador da publicação, data de postagem, legenda integral, *hashtags*, número de curtidas e comentários. O material proveniente do YouTube foi coletado manualmente a partir do canal oficial CHEGATV, com o registro sistemático dos títulos, descrições e datas de publicação dos vídeos veiculados no período delimitado. Todos os dados coletados foram organizados em planilhas e submetidos a procedimentos de limpeza e padronização antes da etapa analítica.

Para a interpretação dos dados coletados, adotou-se uma abordagem metodológica centrada na identificação e sistematização de campos semânticos, constituídos por ideias-força que emergem com regularidade e de forma repetida nos discursos políticos dos agentes sociais investigados. O procedimento analítico dialoga com os princípios da análise de conteúdo propostos por Bardin (2016), especialmente nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Metodologicamente, aplicou-se o procedimento de “categorização temática por milha” (Bardin, 2016), no qual os campos semânticos não são estabelecidos a priori, mas emergem mediante um processo de classificação analógica e progressiva dos enunciados analisados. Na prática, esse processo envolveu a leitura flutuante do *corpus* na fase de pré-análise; a codificação aberta das unidades de registro na fase de exploração, com a identificação de recorrências temáticas e lexicais; e, por fim, a agregação das unidades em categorias temáticas mais amplas – os campos semânticos apresentados no Quadro 1 –, validadas por critérios de homogeneidade interna e diferenciação entre categorias.

Para a qualificação do material recolhido, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com dois dos principais expoentes da Juventude Chega eleitos em março de 2024 para a Assembleia da República: a deputada Rita Matias e o deputado Daniel Teixeira. A pesquisa incorporou, também, entrevistas com dois diretores da JHC, José Matias e Rui Cardoso, além do professor e pesquisador Ricardo Marchi. As entrevistas foram realizadas entre julho e setembro de 2024. Os entrevistados foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa e consentiram com a gravação de suas falas, com a utilização dos dados produzidos e com a divulgação de suas identidades no âmbito de publicação científica.

Entre 13 e 15 de setembro de 2024, realizou-se ainda uma imersão de cunho etnográfico, mediante observação participante, na IV Academia Política de Verão da JHC. O registro das observações foi realizado em diário de campo, com anotações sobre as dinâmicas grupais, os conteúdos das formações, os perfis dos participantes e as interações entre lideranças e militância. Esta experiência possibilitou o contato direto com jovens militantes do Chega em um ambiente privilegiado de socialização política, configurado como espaço de formação doutrinária e integração à dinâmica organizacional do partido. No panorama político português, tais encontros exercem função estratégica enquanto canais de identificação, promoção e renovação das lideranças. Estes eventos além de garantir a visibilidade política e midiática de certos jovens militantes dos partidos portugueses, configuram-se como momentos propulsores para as suas futuras carreiras políticas.

É nesse quadro teórico e empírico que se insere o presente artigo, cujo objetivo central é analisar as estratégias comunicacionais e as técnicas de mobilização política empregadas pelas lideranças da Juventude Chega (JCH) nas eleições legislativas portuguesas de 2024, examinando de que modo elas se articulam com as técnicas de psicologia de massas descritas pela Teoria Crítica. Para tanto, o estudo identifica os campos semânticos estruturantes da propaganda eleitoral digital do Chega e da JCH, caracteriza os perfis e trajetórias políticas dos principais agitadores da direita radical juvenil portuguesa e busca compreender de que modo ansiedades sociais autênticas das juventudes são capturadas e recodificadas por narrativas autoritárias disseminadas estrategicamente nas redes sociais.

OS AGITADORES DA JUVENTUDE DO CHEGA

O século XXI assiste à proeminência dos formadores de opinião e influenciadores digitais que desempenham funções análogas – embora diferenciadas pelas mediações técnicas e históricas e pluralidade dos contextos – àquelas atribuídas, pela Teoria Crítica, aos agitadores políticos atuantes no período que abrange os primórdios da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos. As técnicas de psicologia de massa descritas por Adorno (2015, 2019) e Lowenthal e Guterman (1949), embora desenvolvidas para explicar os agitadores fascistas do período entreguerras, oferecem um arcabouço teórico deveras atual para se compreender como esses agentes contemporâneos mobilizam afetos, ansiedades e ressentimentos sociais. A persistência dessas estratégias discursivas revela-se particularmente eficaz em contextos de crise econômica, insegurança ontológica e fragmentação das instituições tradicionais. Essas condições caracterizam a sociedade neoliberal e favorecem a disseminação de discursos direcionados a tipos autoritários latentes no tecido social, que exploram construções conspiratórias e canalizam o desejo coletivo por soluções simples para problemas estruturais. Dotados de grande poder persuasivo e a partir da utilização de técnicas de psicologia de massa, potencializadas pelas redes sociais, os atuais agitadores da direita radical reproduzem com insistência

discursos calculados racionalmente para provocarem efeitos irracionais típicos da propaganda fascista³.

O diálogo entre as análises frankfurtianas sobre os agitadores fascistas do período entreguerras e os agitadores contemporâneos, embora frutífero e promissor, não implica uma tentativa de equivalência histórica entre os dois fenômenos, nem mesmo pressupõe identidade nos seus determinantes estruturais, suportes comunicacionais ou formas de organização política. O próprio Adorno (2019) advertia para a necessidade de contextualizar historicamente as manifestações do autoritarismo, reconhecendo que as condições que o favorecem se reconfiguram segundo as transformações do capitalismo e das formas culturais dominantes. A relevância desse diálogo reside, antes, na persistência de estruturas psicossociais e técnicas de mobilização afetiva que, operando por mediações distintas, continuam a produzir efeitos análogos: a canalização de ansiedades difusas em antagonismos simplificadores, a construção do inimigo fantasmagórico e a identificação emocional com lideranças carismáticas. Pesquisadores contemporâneos que revisitam o legado frankfurtiano para compreender as novas configurações autoritárias (Brown, 2019; Forti, 2021; Messenberg; Camargos, 2024) reconhecem nesse arcabouço não um modelo de aplicação mecânica, mas uma gramática analítica capaz de iluminar dimensões psicossociais geralmente subestimadas nas abordagens institucionais ou eleitorais da direita radical.

Adorno (2015) identifica que a propaganda fascista opera deliberadamente no terreno da irracionalidade, distanciando-se de estratégias argumentativas convencionais. Em vez de buscar a persuasão através do convencimento racional, ela mobiliza elementos emocionais e inconscientes, criando figuras fantasmáticas do inimigo que servem como recipientes para a projeção de ansiedades coletivas. Essa técnica permite canalizar frustrações sociais difusas em direção a alvos específicos, legitimando assim o projeto autoritário de dominação. A estrutura discursiva da propaganda fascista caracteriza-se por um fluxo de ideias aparentemente desconexas, onde a coerência lógica é substituída por associações emocionais. Adorno (2019) observa que essa técnica retórica atua a partir da repetição compulsiva de palavras-chave e fórmulas estereotipadas, criando um efeito hipnótico que favorece a passividade receptiva da audiência. Tal mecanismo permite ao ouvinte abandonar-se ao fluxo emocional do discurso sem a necessidade de engajamento crítico-racional com seu conteúdo. Adorno (2015, 2019) identifica ainda no cerne da propaganda fascista, aquilo que denomina como "promessa destrutiva": uma oferta de satisfação psíquica derivada não da construção, mas da aniquilação. Ela seduz não por apresentar um projeto construtivo de futuro, mas por oferecer um apocalipse simbólico, que justifica a eliminação dos supostos inimigos da comunidade e exhibe a destruição como redenção.

Os agitadores fascistas constroem, assim, por meio de recursos retóricos recorrentes e sistematicamente reiterados, aquilo que Carone (2002) denomina como uma "comunicação entre inconscientes". Trata-se de uma técnica de psicologia das massas que articula estratégias de manipulação e gratificação emocional, sustentadas pela identificação dos indivíduos com os conteúdos discursivos e com os

3 O conceito de fascismo aqui empregado é compreendido nos termos definidos por Umberto Eco (1995) como "Ur-Fascismo ou Fascismo eterno". Segundo o autor, trata-se de "[...] uma 'nebulosa' com características peculiares, mas que não constituem um sistema, podem muitas vezes contradizerem-se entre si e estão também presentes em outras formas de despotismo, são elas: 1) culto da tradição; 2) recusa da modernidade; 3) culto da ação pela ação; 4) não aceitação de críticas; 5) medo da diferença; 6) apelo às classes médias frustradas; 7) obsessão pelo complô; 8) sentimento de humilhação pela riqueza ostensiva e pela força do inimigo; 9) princípio da guerra permanente; 10) elitismo; 11) culto do heroísmo; 12) desdém pelas mulheres e condenação de hábitos sexuais não conformistas; 13) 'populismo qualitativo'; 14) 'Novilíngua'" (Eco, 1995).

sujeitos que os enunciam. Esses atores políticos se apresentam como instâncias unificadoras, pois são percebidos por seus seguidores enquanto lideranças dotadas da capacidade de expressar suas necessidades psíquicas profundas. Essa identificação se dá na medida em que os agitadores espelham identitariamente o público que os acompanha, mas também se diferenciam, ao conseguirem exteriorizar, com liberdade e intensidade, impulsos latentes que permanecem reprimidos em seus interlocutores (Lowenthal; Guterman, 1949).

Vejamos, pois, quem são os agitadores da Juventude do Chega cujos perfis e trajetórias políticas materializam-se em dinâmicas psicossociais de natureza fascista no contexto português contemporâneo. A JHC configura-se como um espaço privilegiado para a observação desses mecanismos de mobilização e construção de enquadramentos autoritários, tendo como principais expoentes Rita Matias, Madalena Cordeiro e Daniel Teixeira, jovens deputados que exemplificam a ascensão meteórica da nova geração de políticos da direita radical em Portugal. Além, é claro, da figura central que organiza e potencializa tais discursos: André Ventura, presidente e fundador do Chega, aquele que personifica o agitador autoritário descrito pelos teóricos críticos acima discutidos.

André Claro Amaral Ventura nasceu em Algueirão, Sintra, em 15 de janeiro de 1983⁴. Passou sua infância e parte da adolescência em Mem-Martins, periferia da Grande Lisboa. É católico praticante e chegou a iniciar a sua formação eclesiástica, a qual foi interrompida, segundo ele, por ter se apaixonado pela atual esposa, Dina Marques Nunes, com quem é casado desde 2016. Licenciou-se em Direito pela Universidade Nova de Lisboa e obteve o doutoramento em Direito Público pela University College Cork, na Irlanda. Ventura ganhou notoriedade como comentador esportivo no canal de televisão CMTV, onde se destacou por suas análises controversas, além de ter sido colunista no jornal conservador *Correio da Manhã*, um dos mais lidos em Portugal. Sua carreira política inicia-se em 2013, quando se filiou ao Partido Social Democrata (PSD). Em 2017, candidatou-se à presidência da Câmara Municipal de Loures pelo PSD, numa campanha marcada por declarações polêmicas acerca da comunidade cigana, acusada de envolvimento com a criminalidade e dependente de subsídios estatais. Embora não tenha sido eleito neste pleito, sua candidatura garantiu-lhe visibilidade no cenário político nacional. Em 9 de abril de 2019, fundou o Chega, partido que, em seu site oficial, se apresenta como “[...] de direita, conservador, reformista, liberal e nacionalista, o qual se encontra filiado à tradição civilizacional portuguesa, europeia e ocidental”. Nas eleições legislativas de outubro de 2019, Ventura foi eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Lisboa, com 66.442 votos destinados ao Chega. Em janeiro de 2021, candidatou-se às eleições presidenciais portuguesas, obtendo 11,9% dos votos e ficando em terceiro lugar. Esse resultado consolidou sua posição como uma figura-chave na atual cena política portuguesa ao promover controvérsias e debates acalorados no espaço público. Sua trajetória político-midiática evidencia o domínio de técnicas de comunicação que exploram, de forma recorrente, a indignação moral seletiva, a repetição de fórmulas discursivas estereotipadas e a construção de inimigos. Seu estilo comunicacional, eficiente nas plataformas digitais, caracteriza-se pela conformação de sua figura como *outsider* político, livre de compromissos que o impeçam de apresentar-se como singular e “verdadeiro” diante de um *establishment* percebido como “corrompido”.

⁴ As informações biográficas sobre André Ventura foram obtidas a partir dos seguintes registros: perfil oficial na Assembleia da República Portuguesa (Biografia [...], [20--]a), de seu perfil público no Instagram (@andre_ventura_oficial) e no Facebook (@AndreAmaralVentura), além da cobertura jornalística sobre sua pessoa nos veículos *Público*, *Observador* e *Correio da Manhã*, consultados ao longo de 2024, registrada em diário de campo desta autora.

Rita Maria Cid Matias, nascida a 17 de outubro de 1998 em Setúbal, é licenciada em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Lisboa-ISCITE e aluna do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade NOVA de Lisboa⁵. Filha de Manuel Matias, ex-presidente do Partido Pró-Vida/Cidadania e Democracia Cristã (PPV/CDC), é católica praticante, antifeminista e ativa militante antiaborto. Iniciou sua trajetória política na Juventude Popular do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), mas em 2019 aderiu ao Chega, onde desempenha funções de relevo ao coordenar a JCH e participar da Direção Nacional do partido. Nas eleições legislativas de 2022, foi eleita deputada da Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Lisboa, sendo a única mulher entre os 12 deputados eleitos pelo Chega nessa legislatura. Rita Matias tem presença ativa nas redes sociais, onde mobiliza com sucesso a ativação de valores tradicionais lusitanos a partir de técnicas comunicacionais contemporâneas. Seus enquadramentos discursivos nas plataformas digitais atuam na interseção entre a nostalgia de um passado idealizado e a indignação moral contra supostas ameaças à tradição ocidental, portuguesa e católica.

Madalena Simões Cordeiro nasceu em 18 de dezembro de 2003, em Vila Viçosa, Portugal⁶. Atualmente, é estudante universitária de Direito na Universidade Católica Portuguesa e integra a Direção Nacional da Juventude do Chega. Sua trajetória política iniciou-se aos 17 anos, quando se filiou a JCH. Nas eleições legislativas de 2024, foi eleita deputada pelo círculo eleitoral de Lisboa, tornando-se a mais jovem deputada da 24.ª Legislatura, sucedendo Rita Matias nessa condição. Madalena Cordeiro mantém presença ativa nas redes sociais, nas quais compartilha aspectos de sua atuação política e de sua vida pessoal. Sua ascensão no panorama político português reflete o crescente envolvimento de jovens com o Chega, onde a JHC vem ganhando notoriedade. Durante a campanha eleitoral de 2024, temas relacionados a emigração dos jovens portugueses em busca de melhores condições de vida em outros países europeus, bem como denúncias contra a hegemonia do chamado “marxismo cultural” e/ou “cultura woke” nas universidades, ganharam destaque nas suas publicações nas plataformas digitais.

Daniel Madeira Caetano Teixeira nasceu em Lisboa no dia 5 de novembro de 1995⁷. É contador e estudante de mestrado em Gestão Administrativa na *Católica Lisbon School of Business and Economics* (CLSBE). É evangélico e membro da Igreja do Evangelho Quadrangular em Portugal. Em 10 de março de 2024, foi eleito deputado à Assembleia da República pelo Chega, representando o círculo eleitoral de Setúbal. Embora tenha recebido menos destaque na mídia em comparação às demais jovens deputadas eleitas pela legenda, Daniel Teixeira é o terceiro integrante da direção nacional da JCH a conseguir assento parlamentar na XVI Legislatura. Daniel Teixeira é expoente das jovens lideranças conservadoras de matriz religiosa cristã e representante da vertente que enfatiza questões de soberania nacional e segurança pública. Sua comunicação caracteriza-se pela sistemática construção de antagonismos entre um “povo

⁵ As informações biográficas sobre Rita Matias foram obtidas a partir de seu perfil oficial na Assembleia da República Portuguesa (Biografia [...], [20--]b), de seu perfil público no Instagram (@ritamariamatias) e no Facebook (@ritamatias.chega), bem como de entrevista realizada pela autora com a deputada em setembro de 2024.

⁶ As informações biográficas sobre Madalena Cordeiro foram obtidas a partir de seu perfil oficial na Assembleia da República Portugal (Biografia [...], [20--]c), de seu perfil público no Instagram (@madalena.scordeiro), bem como da cobertura jornalística dos veículos *Público* e *Observador*, consultados ao longo de 2024, registrada em diário de campo desta autora.

⁷ As informações biográficas sobre Daniel Teixeira foram obtidas a partir de seu perfil oficial na Assembleia da República Portuguesa (Biografia [...], [20--]d), de seu perfil público no Instagram (@daniel.caetanoteixeira), bem como de entrevista realizada pela autora com o deputado em setembro de 2024.

português autêntico" e diversos "outros" – imigrantes, elites políticas tradicionais, instituições supranacionais – apresentados como ameaças à integridade nacional.

A propaganda vitoriosa do Chega nas eleições legislativas de 2024, difundida nas redes sociais por seu líder e pelos dirigentes da JHC, apresenta padrões discursivos identificáveis e categorizáveis. Observa-se a construção de antagonismos simplificadores que segmentam a realidade social em categorias morais binárias, acompanhada da utilização sistemática de casos particulares, quase sempre descontextualizados, como suposta evidência de problemas estruturais. Tal estratégia comunicacional caracteriza-se ainda pela mobilização deliberada de afetos negativos – como indignação, ressentimento e medo – em conjunção com o emprego recorrente de narrativas conspiratórias que atribuem a uma elite má e coesa a responsabilidade pelos problemas sociais. Completa esse repertório discursivo a apropriação seletiva e a ressignificação de símbolos nacionais tradicionais para a legitimação de pautas contemporâneas. Esses padrões retóricos, disseminados estrategicamente nas plataformas digitais, constituem uma gramática afetiva que orienta os seguidores a interpretar fenômenos sociais complexos a partir de lentes simplificadoras e moralizantes, estabelecendo as condições para a legitimação de projetos de caráter autoritário como respostas necessárias a supostas ameaças à comunidade política.

A AGITAÇÃO DO CHEGA NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2024

O Quadro 1 apresenta as constelações de sentido e os padrões discursivos recorrentes na propaganda política veiculada nas plataformas Facebook, Instagram e no canal oficial CHEGATV no YouTube, durante o período da campanha eleitoral das eleições legislativas 2024. A análise contempla as publicações oficiais do partido, bem como aquelas divulgadas pelo presidente do Chega, André Ventura, e pelos deputados eleitos da JCH selecionados: Rita Matias, Madalena Cordeiro e Daniel Teixeira. A partir do inventário das ideias-força que permearam e estruturaram seus discursos ao longo da campanha eleitoral, foi possível identificar cinco campos semânticos predominantes: *antiestablishment*, *conservadorismo moral*, *nacionalismo*, *punitivismo* e *exaltação do líder*.

Quadro 1 – Os campos semânticos e as ideias-força da propaganda eleitoral do Chega e da JCH nas eleições legislativas 2024

ANTI-ESTABLISHMENT	CONSERVADORISMO MORAL	NACIONALISMO	PUNITIVISMO	EXALTAÇÃO AO LÍDER
Combate à Corrupção	Família Tradicional	Portugalidade	Superdimensionamento da Violência	Ventura Homem do Povo
Antiesquerdismo	Contra a Ideologia de Gênero/Cultura Woke	Anti-imigração/ Islamofobia/ Ciganofobia	Recrudescimento Penal	Ventura Corajoso
Antielitismo	Marxismo Cultural/ Anti-intelectualismo	Soberania	Exaltação dos Agentes de Segurança/Forças Armadas	Ventura Jovem
Invalidação da Mídia	Preservação dos Valores Cristãos	X	X	Ventura Self-Made Man

Fonte: Elaboração própria.

A campanha para as eleições legislativas de 2024 foi marcada pelo bordão: “Portugal precisa de uma limpeza”. Ventura prometeu “limpar Portugal” da corrupção, atacando os partidos tradicionais que, segundo ele, permitiram que a corrupção prosperasse no país. Propôs medidas para maior transparência nos processos governamentais e punições mais severas para os “políticos corruptos”. A crítica estendeu-se a toda a classe política, mas, em particular, aos partidos de esquerda, que contam, segundo os candidatos do Chega, com o apoio da mídia *mainstream* para dificultar a propagação das denúncias de corrupção feitas diariamente pelo partido. Essa narrativa encontrou ressonância no eleitorado português: apesar de Portugal não apresentar índices alarmantes de corrupção comparativamente a outros contextos, o Chega conseguiu capitalizar episódios pontuais e a percepção pública sobre o tema como alavanca eleitoral⁸. Tal abordagem assemelha-se ao que Mudde (2019) denomina como “política da indignação”, característica de partidos populistas de direita radical na Europa, nos quais a corrupção é apresentada não apenas como problema administrativo, mas como sintoma de uma degeneração moral das elites políticas.

O antiesquerdismo do Chega também não se limita a divergências programáticas ou ideológicas com os partidos de esquerda do espectro político português – notadamente o Partido Socialista (PS), o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) –, mas assume contornos de antagonismo moral, nos quais a esquerda, de forma alargada, é caracterizada como antipatriótica e promotora de agendas que ameaçariam a identidade nacional portuguesa. Articula-se, portanto, com outras dimensões de seu discurso, em particular o conservadorismo moral e o nacionalismo. Tal enquadramento encontra paralelos com estratégias discursivas adotadas por outros partidos e lideranças da direita radical europeia, em especial o Vox, na Espanha, e o Reagrupamento Nacional, na França (Rydgren, 2018).

A deslegitimação sistemática dos meios de comunicação tradicionais constitui outro componente estratégico da comunicação política do Chega. O partido acusa a mídia *mainstream* portuguesa de parcialidade e de comprometimento com determinadas agendas políticas, sobretudo de esquerda, alegando que, de forma intencional e sistemática, ela dificulta a veiculação das denúncias de corrupção feitas pelo partido. A invalidação da mídia *mainstream* acaba por servir, portanto, a múltiplos propósitos. De um lado, permite ao partido desqualificar coberturas jornalísticas críticas às suas posições ou que questionem a precisão factual de suas afirmações. De outro, justifica o investimento significativo do Chega em plataformas alternativas de comunicação, com ênfase nas redes sociais, onde consegue difundir suas mensagens sem o filtro editorial dos veículos tradicionais. Trata-se daquilo que Waisbord (2018) denomina como “política da pós-verdade”, característica da ação de atores políticos que buscam minar a credibilidade de instituições mediadoras da informação, permitindo a circulação de narrativas alternativas mais alinhadas aos seus objetivos políticos, independentemente de sua veracidade.

Há políticos demais e muitos não servem para nada! Com 100 deputados, Portugal funcionava. Com 1/3 dessas fundações, observatórios e grupos de estudo – que não servem para nada e nunca vemos resultado... Vamos acabar com a corrupção e os tachos! Nós somos a única solução para Portugal! (Ventura, 2024a).

8 Segundo o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, Portugal ocupa a 33ª posição entre 180 países (Transparency International, 2024), posição considerada mediana para um país da Europa Ocidental.

Travamos um embate civilizacional, temos que vencer a ditadura mental da esquerda! (Matias, 2024a).

No campo semântico do conservadorismo moral, os candidatos do Chega enfatizaram a importância da família tradicional, idealizada no modelo heteronormativo e hierárquico, apresentando-o como fundamento da sociedade e instituição ameaçada pelas transformações socioculturais contemporâneas. No programa eleitoral do Chega está literalmente expresso que a família deve ter a precedência sobre o Estado na educação dos filhos. Ali também se encontra reiterada a posição do partido contrária à legalização da eutanásia e do aborto e a defesa de uma abordagem “pró-vida”, pautada na argumentação de que a vida deve ser protegida desde a sua concepção até a morte natural. A proposição “pró-vida” foi, inclusive, justificada como política de estímulo à natalidade, já que Portugal apresenta uma das mais baixas taxas de natalidade da Europa (5º mais baixa), sendo, junto com a Itália, um dos países que detém o maior percentual de população idosa (+65) em relação ao total da população (24%).

O partido e as lideranças da JHC manifestaram-se ostensivamente contra a chamada “ideologia de gênero” e a “cultura woke”, identificadas como ameaças aos valores tradicionais portugueses e à própria estabilidade social. Criticaram as políticas que promovem a educação sobre identidade de gênero nas escolas e o conteúdo da disciplina obrigatória “Cidadania e Desenvolvimento”, a qual, segundo eles, impõe aos jovens ideologias avessas aos costumes e às tradições portuguesas. Ventura e a JHC argumentam que tais políticas são prejudiciais, pois promovem a confusão mental entre os jovens e impedem a liberdade de expressão, ao estimularem uma censura velada na sociedade. A educação deve voltar-se para conteúdos de formação profissional e moral e em consonância com os valores tradicionais lusitanos.

A concepção de “marxismo cultural” amplamente utilizada pela direita radical enquanto retórica de natureza ideológica e conspiratória, foi recorrente nas publicações dos atores investigados durante a campanha eleitoral. Segundo essa narrativa, universidades, escolas, meios de comunicação e movimentos sociais encontram-se sob o domínio de intelectuais marxistas que, há décadas, executam um projeto deliberado de subversão dos valores ocidentais. A imposição de pautas antitradicionais – como o feminismo, os direitos LGBTQIA+, o antirracismo e a crítica ao cristianismo – seria a expressão mais visível desse projeto. Tal narrativa articula-se ao anti-intelectualismo característico do discurso do Chega, que com frequência deslegitima o conhecimento acadêmico e científico quando este contradiz as posições defendidas pelo partido.

Somos jovens felizes! Não somos a caricatura dos coletivos feministas, marxistas e climáticos! Do idiota útil da esquerda, que é uma geração que é refém, que é complexada. Não somos essa geração! Somos os jovens que amam o nosso país, que temos orgulho de nossa história, da nossa bandeira! (JHC, 2024).

O Chega é hoje a casa das mulheres portuguesas [...]. Se há partidos que suas militantes dizem com orgulho que são as descendentes, que são as netas das bruxas, nós mulheres do Chega dizemos com muito orgulho que somos herdeiras das grandes mulheres portuguesas: Maria da Fonte, Dona Leonor, Dona Filipa e tantas outras! (Matias, 2024b).

A defesa dos valores cristãos é outro pilar fundamental do conservadorismo moral propagado pelo Chega. O partido apresenta-se como guardião da herança cristã

portuguesa, estabelecendo uma relação intrínseca entre cristianismo, identidade nacional e moralidade pública. A centralidade dos valores cristãos no discurso do Chega manifesta-se simbolicamente no slogan "Deus, Pátria, Família e Trabalho", tomado de empréstimo do regime do Estado Novo salazarista. A identidade cristã é inclusive fortemente mobilizada pelo Chega como marcador cultural em contraposição enfática ao Islã e aos ciganos. Essa dinâmica evidencia-se na postura anti-imigração do partido, especialmente direcionada a imigrantes de países de maioria muçulmana, caracterizados como ameaças à identidade cristã portuguesa. A postura anti-imigração manifesta-se em propostas políticas concretas e em construções discursivas que associam imigração a problemas sociais diversos. O programa do partido critica de maneira enfática o que considera como um processo deletério de imigração de "portas abertas" em Portugal e defende políticas mais rígidas de imigração, que limitem a entrada de imigrantes e aumentem o controle nas fronteiras, além de sugerir a elaboração de leis que priorizem os empregos e benefícios sociais para os cidadãos nativos sobre os imigrantes. Prevalece, assim, a concepção de que a cultura portuguesa é prejudicada pela imigração e deve ser defendida por medidas assimilacionistas e não pluralistas.

Os jovens portugueses não querem saber de casas de banhos mistas, os jovens portugueses não querem saber dos três mil pronomes que nos querem impingir. O que os jovens portugueses querem saber, é se em algum dia poderão ter um projeto de felicidade. Se em algum dia poderão constituir família, ter uma casa, ter um lar estável. Ou, se ao contrário, terão que abandonar o seu país, a sua família e partir para longe, para longe de seus pais, de seus irmãos e amigos. Deixar os seus pais ao abandono, a envelhecer sem poder estar presente e cuidar deles. Viva a Juventude! Viva o Chega! Viva André Ventura! Viva Portugal! (Cordeiro, 2024a).

O nacionalismo defendido pelo Chega envolve ainda a defesa da soberania nacional. Ventura e seus pares criticam uma suposta perda da soberania nacional em favor de instituições supranacionais, especialmente a União Europeia. O Chega apoia a existência da União Europeia, mas insiste que as relações entre os países devam ser bilaterais e não multilaterais. Rechaça, o que seria, no seu entender, o avanço de um modelo de caráter federativo para a União Europeia, o que comprometeria a soberania e a independência nacional, entendidas como um fim em si mesmas e inegociáveis. Essa concepção de soberania articula-se com a crítica à globalização e às instituições de governança global, caracterizadas como ameaças à autodeterminação nacional. A soberania, no discurso do Chega, não se limita a aspectos jurídico-políticos, mas estende-se a dimensões culturais e identitárias, fundamentando a rejeição de compromissos internacionais percebidos como incompatíveis com os valores portugueses tradicionais.

Há que se resgatar a "Portugalidade", dizem eles, expressão forjada no período salazarista, a qual se manifesta como uma qualidade própria do ser-português, ou algo específico da cultura portuguesa, um sentimento de amor por Portugal que pode e deve ser medido em seu volume. O Chega insiste na valorização da história colonial e do período do Estado Novo e recusa qualquer culpabilização histórica que venha a ser requerida como reparação de justiça. A mobilização da "Portugalidade" no discurso do Chega funciona, assim, como um mecanismo que promove tanto a coesão interna, ao forjar uma identidade comum, como de exclusão, ao discriminar os diferentes, os "outros". Essa dinâmica inclusão/exclusão é comum no discurso da direita radical que articula habilmente a substituição de categorias raciais explícitas por categorias culturais como marcadores hierárquicos.

Portugal é glória, mito, pátria amada! A nossa história é repleta de nobres lusos, homens e mulheres que tudo sacrificaram para que hoje pudéssemos ter um lugar a que chamamos de casa [...]. Seremos incansáveis na luta pela defesa da liberdade! Eles não nos intimidam! (Teixeira, 2024).

O Chega luta por uma Europa livre das garras ditatoriais do Islão! Que seja um espaço de liberdade e prosperidade e não um novo Oriente Médio, por via da invasão islâmica de que é alvo! Lutemos por uma Europa livre e próspera que respeite os direitos humanos e esteja assente na base judaico cristã em que foi fundada! (Cordeiro, 2024b).

Para além do discurso anti-imigração, enquanto defesa da “identidade nacional”, invoca-se nos discursos de Ventura e da JCH a combinação incendiária e imediata entre a imigração e o crime. Em suas postagens nas redes, assim como no programa eleitoral de 2024, esses políticos associaram a imigração ao incremento dos problemas de segurança e criminalidade no país, propondo medidas para a deportação de imigrantes ilegais. Interessante observar que, de acordo com o Global Peace Index de 2023, Portugal está classificado como o 6º país mais seguro do mundo e, em termos de índices de criminalidade, possui uma pontuação de 31,5, o que o coloca abaixo da média europeia. Comparativamente, países como França (55,3), Bélgica (49,1) e Suécia (48,5) apresentam índices de criminalidade significativamente mais elevados. Além disso, e segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), de 2023 (Portugal, 2024), a maioria dos crimes em Portugal é cometida por cidadãos portugueses, 83,3% dos reclusos em instituições prisionais são de nacionalidade portuguesa.

A despeito da inconsistência da correlação entre o aumento da imigração com a criminalidade em Portugal, a retórica do medo e da insegurança foi recorrente na campanha eleitoral do Chega, com a veiculação de imagens de pequenos furtos sendo realizados por supostos imigrantes, assim como manifestações de desacato frente às autoridades policiais. O superdimensionamento da violência pelo Chega, além de vigorar como reforço a estereótipos e preconceitos existentes, serve como legitimação de políticas repressivas. O recrudesimento penal advogado pelo partido dirige-se à aclamação por punições mais severas, principalmente relacionadas aos crimes sexuais, ao tráfico de drogas e contra a propriedade, além de propor limitações a benefícios processuais e na fase de execução. A abordagem punitivista presente no discurso político de Ventura e seus pares da JHC explora deliberadamente a crescente insegurança social resultante do enfraquecimento dos mecanismos informais de controle. Esse fenômeno emerge como consequência direta da globalização, quando o choque entre diferentes sistemas de valores, proveniente do encontro entre culturas, produz a sensação difusa de que a ordem social está em crise (Brown, 2024).

Para o Chega, tal como para o bolsonarismo-raiz (Messenberg; Camargos, 2024) as forças de segurança devem ser valorizadas, e as suas ações mais incisivas precisariam ser firmemente apoiadas. Tal como os seus colegas brasileiros, a procura pelo apoio dessa parte do eleitorado também ficou evidente ao longo da campanha eleitoral do partido. O Chega apresenta-se como o verdadeiro defensor desses profissionais, supostamente desprestigiados pelos governos do PS e do PSD e pela "cultura de direitos humanos". O enaltecimento das forças de segurança e militares pelo Chega articula-se com a defesa da expansão de suas prerrogativas operacionais e de uma abordagem militarizada da segurança pública. Esta perspectiva manifesta-se em propostas de ampliação do porte de armas para policiais, redução de controles sobre uso da força letal e flexibilização de mecanismos de responsabilização por eventuais excessos.

Se vierem imigrantes, que venham para trabalhar, para se integrar e fazer parte! Não podem vir para cá para cometer crimes! Por isso, eu não sei qual é o espanto, quando o Chega diz que quem sendo imigrante cometer crimes, será expulso depois de cumprir a sua pena de prisão! Porque não queremos mais bandidos, já temos cá o suficiente! Por isso queremos que voltem esses sim para a terra deles! (Ventura, 2024b).

Finalmente, e à semelhança de outros partidos da direita radical no planeta, existe no Chega a liderança insofismável de um líder populista que emprega uma forte retórica personalista e combativa. Ventura posiciona-se como um *outsider* político, um “bom português”, oriundo de uma família simples e trabalhadora, que alcançou com o seu esforço pessoal o título de doutor. A imagem cultivada de “homem do povo” mobiliza, assim, tanto elementos populares (origem familiar, linguagem direta) quanto marcadores de respeitabilidade (formação acadêmica, religiosidade), equilibrando proximidade e autoridade. Esta combinação permite-lhe apresentar-se como representante autêntico dos valores e preocupações do “português comum” e como agente transformador capaz de desafiar o *status quo* político.

O carisma de André Ventura como político combativo, jovem, viril e que não tem medo de dizer “as verdades”, é uma das chaves de interpretação do êxito eleitoral do Chega. Sua retórica desafiadora às elites políticas tradicionais e ao “politicamente correto” agita larga fatia do eleitorado, que se sente marginalizada e descontente com o atual sistema político. Ela também se dirige a diferentes estratos sociais e localidades a partir de uma estratégia multidimensional de comunicação, com o uso intenso das redes sociais. A imagem de *self-made man* permite a Ventura criticar políticas redistributivas e de assistência social sem parecer indiferente às dificuldades socioeconômicas, ao sugerir que o modelo de sucesso individual que ele representaria constitui alternativa superior às políticas públicas orientadas à equidade.

A estrutura organizacional do Chega é muito centralizada em torno de sua figura. Sua reeleição como presidente do partido, em 2024, obteve 98,9% dos votos e evidencia o forte apoio interno que ele possui. Tal nível de centralização confirma o controle substancial que Ventura exerce sobre a direção e as políticas do partido e, segundo seus críticos, ele não admite competição interna. A influência de Ventura impacta em larga medida o debate público e político em Portugal. Sua retórica populista força os outros partidos a responderem aos seus temas prioritários, como corrupção, imigração e segurança, deslocando o eixo do debate político para a direita radical. Esse impacto demonstra a centralidade de Ventura não apenas dentro do Chega, mas também no cenário político português como um todo.

“Nós somos a única solução para Portugal! Dê-me uma oportunidade. Somente uma! Vamos limpar a corrupção em Portugal!” (Ventura, 2024c).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão meteórica do Chega e o protagonismo de suas lideranças juvenis nessa trajetória revelam um fenômeno que, embora situado nas particularidades do contexto português, insere-se em uma dinâmica global de expansão da direita radical, cuja estratégia propagandística transcende fronteiras nacionais e opera em uma dialética complexa com o seu público-alvo. A relação entre os agitadores da direita radical e os jovens que constituem parte significativa de sua base eleitoral não pode ser reduzida a um simples processo de manipulação unidirecional, mas deve ser compreendida como um encontro entre técnicas discursivas calculadas e ansiedades sociais autênticas que encontram nelas ressonância e expressão.

A propaganda da direita radical contemporânea, exemplificada pelo Chega, atua em dois níveis complementares e simultâneos: por um lado, emprega sofisticadas técnicas de psicologia de massas que visam a produção calculada de efeitos irracionais; por outro, demonstra notável habilidade em capturar e verbalizar as insatisfações e frustrações reais, daquelas experimentadas pelas gerações mais jovens em contextos de crise econômica, precarização laboral e incerteza existencial.

O caso dos jovens deputados do Chega – Rita Matias, Madalena Cordeiro e Daniel Teixeira – ilustra a capacidade do partido de desenvolver novos quadros que não apenas reproduzem discursos pré-fabricados, mas os adaptam e revitalizam a partir de suas próprias experiências geracionais. A habilidade desses jovens políticos em articular as pautas tradicionais da direita radical (anti-imigração, conservadorismo moral, nacionalismo) com questões especificamente juvenis como a precariedade laboral, as dificuldades de acesso à habitação e a falta de perspectivas de futuro, evidencia uma dinâmica de retroalimentação entre o partido e os seus representantes mais jovens que potencializa a sua penetração em segmentos etários tradicionalmente menos conservadores.

Ademais, a convergência entre velhas técnicas propagandísticas e novas mediações tecnológicas cria um ecossistema comunicacional eficaz para a difusão de conteúdos extremistas entre públicos juvenis, já socializados em uma cultura digital que valoriza a imediatez, a emocionalidade e a performance identitária. Para os jovens que cresceram em um ambiente midiático saturado e fragmentado, a simplicidade binária do discurso radical oferece não apenas respostas claras para problemas complexos, mas também uma gramática afetiva que permite ordenar experiências de vida frequentemente marcadas pela incerteza e pela instabilidade ontológica.

Essa dimensão existencial da propaganda radical é sobretudo significativa para compreender a sua atratividade para os jovens que, embora cronologicamente distantes das experiências históricas do fascismo, enfrentam condições materiais e sociais que os predispõem à receptividade a discursos que prometem restauração de uma ordem perdida. A precarização generalizada das condições de vida, aliada à erosão de perspectivas de futuro estável, configura terreno fértil para narrativas que oferecem tanto uma explicação para o sofrimento presente como uma promessa de redenção coletiva.

No caso específico da juventude portuguesa, a experiência geracional de uma crise econômica prolongada, que resultou em níveis alarmantes de desemprego e subemprego juvenil, emigração forçada e adiamento da autonomização, criou condições favoráveis à recepção de discursos que oferecem explicações simplificadas e bodes expiatórios facilmente identificáveis. A especificidade da extrema direita portuguesa contemporânea, representada pelo Chega, reside em sua capacidade de articular essa experiência geracional de precariedade com narrativas nacionalistas que recuperam seletivamente elementos do passado – em especial o período salazarista e o imaginário colonial – recontextualizando-os como ferramentas de interpretação do presente.

O protagonismo juvenil nessa trajetória desafia, assim, a associação automática entre juventude e posicionamentos progressistas. Esse desafio impõe a necessidade de repensar os pressupostos sobre a socialização política juvenil, incorporando à análise o modo como determinadas configurações sócio-históricas podem tornar discursos autoritários atraentes para as novas gerações. A superação dessa atração demanda mais do que contranarrativas ou desmascaramento ideológico. Requer o enfrentamento das condições materiais e existenciais que tornam esses projetos sedutores. Requer, ainda, a criação de espaços de pertencimento e agência coletiva

não predatórios e a elaboração de linguagens políticas capazes de expressar ansiedades e frustrações legítimas sem canalizá-las para o ódio ao outro ou para soluções redentoras.

Apesar das valiosas contribuições já oferecidas por esta investigação, é imperativo apontar para a necessidade de pesquisas futuras que expliquem não somente como as juventudes partidárias se engajam e animam os projetos de poder da direita radical no planeta, mas compreender principalmente o porquê de certos segmentos juvenis se identificarem justamente com ela. Tal abordagem permitiria superar certas explicações deterministas ou monocausais, e revelar a interação dinâmica entre disposições subjetivas e condicionantes estruturais que produzem engajamentos políticos específicos. Com efeito, trata-se de uma agenda de pesquisa já em curso, da qual se espera que contribua não apenas para o entendimento dos processos de formação de subjetividades políticas autoritárias, mas também para a imaginação de futuros alternativos, nos quais ansiedades sociais legítimas encontrem expressão e acolhimento em projetos políticos orientados por princípios democráticos substantivos e por formas menos excludentes de organização da vida coletiva.

SOBRE A AUTORA

Débora Messenberg – Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000). Pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2024) e na Universidade de Brasília (2006). Estágio Sênior no Latin American Centre – University of Oxford (2014). Atualmente é professora Associada 4 do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia-SBS (2009–2011).

REFERÊNCIAS

1. ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019.
2. ADORNO, Theodor W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015.
3. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
4. BIOGRAFIA: André Claro Amaral Ventura. Lisboa: Assembleia da República, [20--]a. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=6535>. Acesso em: 24 abr. 2024.
5. BIOGRAFIA: Rita Maria Cid Matias Filipe. Lisboa: Assembleia da República, [20--]b. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=7390>. Acesso em: 24 abr. 2024.
6. BIOGRAFIA: Madalena Cordeiro. Lisboa: Assembleia da República, [20--]c. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=8418>. Acesso em: 25 abr. 2024.
7. BIOGRAFIA: Daniel Teixeira. Lisboa: Assembleia da República, [20--]d. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=8832>. Acesso em: 26 abr. 2024.
8. BROWN, Wendy. *Nihilistic times: Thinking with Max Weber*. Cambridge: Harvard University Press, 2024.
9. BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.
10. CARONE, Iray. Fascismo on the air: Estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista. *Lua Nova*, n. 55-56, p. 195-217, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000100009>
11. CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu, 2022.
12. CORDEIRO, Madalena. *[Perfil]*. ©2024. Instagram: @madalena.scordeiro. Disponível em: <https://www.instagram.com/madalena.scordeiro/>. Acesso em: 29 fev. 2024.
13. CORDEIRO, Madalena. *[Fazer Portugal a primeira casa dos jovens portugueses]*. 02 mar. 2024a. Instagram: @madalena.scordeiro. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C2FHFqIDiT/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQzYQ==. Acesso em: 11 mar. 2024.

14. CORDEIRO, Madalena. *[Contra o Federalismo de Bruxelas, pela Europa das Nações]*. 31 jan. 2024b. Instagram: @madalena.scordeiro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C2xeRM5ooOq/>. Acesso em: 20 mar. 2024.
15. ECO, Umberto. Ur-fascismo. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 14 maio 1995.
16. FERNÁNDEZ-VÁZQUEZ, Guillermo. Vox na Espanha: semelhanças e diferenças com a família de extrema direita. *Sociologia Internacional*, v. 39, n. 6, p. 721-737, 2024.
17. FORTI, Stefano. *Extrema derecha 2.0: Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2021.
18. INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS (ICS); INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA (ISCTE). Sondagem Maio de 2024, para SIC/Expresso (parte 2). *Sondagens ICS*, 31 maio 2024. Disponível em: <https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/2024/05/31/sondagem-maio-de-2024-para-sic-expresso-parte-2/>. Acesso em: 19 abr. 2026.
19. JUVENTUDE CHEGA (JHC). *[O futuro não está perdido! O CHEGA e a sua Juventude irão sempre lutar pelos jovens. Nunca os iremos abandonar!]*. 05 mar. 2024. Instagram: @chegajuventude. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4Rhc-orGUq/>. Acesso em: 12 mar. 2024.
20. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
21. LOWENTHAL, Leo; GUTERMAN, Norbert. *Prophets of deceit: A study of the techniques of the American agitator*. New York: Harper & Brothers, 1949.
22. MANUCCI, Luca. *Populists in power: From opposition to government in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2024.
23. MARCHI, Riccardo. *Populismo radical de direita e democracia em Portugal: O caso do Chega*. Lisboa: Edições 70, 2024.
24. MATIAS, Rita. *[Perfil]*. ©2024a. Facebook: @ritamatias.chega. Disponível em: <https://www.facebook.com/ritamatias.chega/>. Acesso em: 8 mar. 2024.
25. MATIAS, Rita. *[Perfil]*. ©2024b. Instagram: @ritamariamatias. Disponível em: <https://www.instagram.com/ritamariamatias/>. Acesso em: 8 mar. 2024.
26. MATIAS, Rita. *[Este vídeo é para ti, que estás cansado do mesmo de sempre! Vota diferente! CHEGA!]*. 06 mar. 2024a. Facebook: @ritamatias.chega. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=322097550420644>. Acesso em: 22 abr. 2024.
27. MATIAS, Rita. *[As mulheres portuguesas de hoje merecem ser lembradas lado a lado com as maiores da nossa história]*. 08 mar. 2024b. Instagram: @ritamatias_chega. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4RCRd5ovHX/>. Acesso em: 23 abr. 2024.
28. MESSENBURG, Débora; CAMARGOS, Bruno. Os propagandistas do ódio: o bolsonarismo-raiz em ação. *Análise Social*, v. 59, n. 253, p. 2-24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31447/202318>
29. MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
30. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
31. PORTUGAL. Sistema de Segurança Interna. Gabinete do Secretário-Geral. *Relatório anual de segurança interna 2023*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna, 2024. Disponível em: <https://portugal.gov.pt/gc24/comunicacao/documentos/relatorio-anual-de-seguranca-interna-2023>. Acesso em: 10 jun. 2024.
32. RYDGREN, Jens (Org.). *The Oxford handbook of the radical right*. New York: Oxford University Press, 2018.
33. STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: A política do "nós" e "eles"*. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2018.
34. TEIXEIRA, Daniel. *[Perfil]*. ©2024. Instagram: @daniel.caetanoteixeira. Disponível em: <https://www.instagram.com/daniel.caetanoteixeira/>. Acesso em: 22 mar. 2024.
35. TEIXEIRA, Daniel. *[É chegada a hora na qual cumprir-se-á Portugal]*. 07 mar. 2024. Instagram: @daniel.caetanoteixeira. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C6MqBobo-S9/?img_index=1. Acesso em: 22 mar. 2024.
36. TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Annual report 2023*. Berlin: Transparency International, 2024. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/publications/annual-report-2023>. Acesso em: 20 ago. 2024.
37. VENTURA, André. *[Perfil]*. ©2024a. Facebook: @AndreAmaralVentura. Disponível em: <https://www.facebook.com/AndreAmaralVentura/>. Acesso em: 25 fev. 2024.
38. VENTURA, André. *[Perfil]*. ©2024b. Instagram: @andre_ventura_oficial. Disponível em: https://www.instagram.com/andre_ventura_oficial/. Acesso em: 25 fev. 2024.
39. VENTURA, André. *[Há políticos a mais e muitos não servem para nada!]*. 27 fev. 2024a. Instagram: @andre_ventura_oficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C33Cw-Iss7F/>. Acesso em: 8 mar. 2024.
40. VENTURA, André. *[Temos que fazer um pacto para a imigração]*. 28 fev. 2024b. Instagram: @andre_ventura_oficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C347S3gs62u/>. Acesso em: 12 mar. 2024.
41. VENTURA, André. *[Temos que mudar Portugal antes que seja tarde]*. 07 mar. 2024c. Facebook: @AndreAmaralVentura. Disponível em: <https://www.facebook.com/AndreAmaralVentura/posts/pfbidoEgBm4tHcrsjFwXbe6guzgNUxSp8pnLFTfxNJYRT1SckoFXLJknUHFtmGyVK5KBl>. Acesso em: 22 mar. 2024.

42. WAISBORD, Silvio. The elective affinity between post-truth communication and populist politics. *Communication Research and Practice*, v. 4, n. 1, p. 17-34, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/22041451.2018.1428928>

Submissão em 19 de novembro de 2025.

Aceito em 25 de fevereiro de 2026.



DOSSIÊ

CASES OF “PATHOLOGICAL NORMALIZATION”: AFD IN GERMANY AND FPÖ IN AUSTRIA

***CASOS DE “NORMALIZAÇÃO
PATOLÓGICA”: AFD NA ALEMANHA E FPÖ
NA ÁUSTRIA***

Wolfgang Muno * 

Lucas Neuling ** 

* University Rostock, Institute of Political and Administrative Sciences, Germany.
E-mail: wolfgang.muno@uni-rostock.de

** University Rostock, Institute of Political and Administrative Sciences, Germany.
E-mail: lucas.neuling@uni-rostock.de

ABSTRACT

This article examines the development of the AfD in Germany and the FPÖ in Austria against the backdrop of Cas Mudde's concept of "pathological normalcy." While a large number of right-wing populist parties in Western Europe are showing signs of deradicalization in various forms, the developments of the AfD and the FPÖ run counter to this trend. Using a structured focused comparison, this analysis shows that the AfD and the FPÖ are undergoing a process of steady radicalization on the supply side while at the same time being normalized by voters and, in some cases, established political parties on the demand side. Thus, both parties represent the concept of "pathological normalcy" in an ideal-typical way.

Keywords: Right-Wing Populism; AfD; FPÖ; Radicalization; Normalization.

RESUMO

Este artigo examina o desenvolvimento do AfD na Alemanha e do FPÖ na Áustria à luz do conceito de "normalidade patológica" de Cas Mudde. Enquanto um grande número de partidos populistas de direita na Europa Ocidental demonstra sinais de desradicalização em diversas formas, o desenvolvimento do AfD e do FPÖ contraria essa tendência. Utilizando uma comparação estruturada e focada, esta análise mostra que o AfD e o FPÖ estão passando por um processo de radicalização constante do lado da oferta, enquanto, simultaneamente, são normalizados pelos eleitores e, em alguns casos, por partidos políticos estabelecidos do lado da demanda. Assim, ambos os partidos representam o conceito de "normalidade patológica" de forma ideal-típica.

Palavras-chave: Populismo de Direita; AfD; FPÖ; Desradicalização; Normalização.

INTRODUCTION: THE MERGE OF “PATHOLOGICAL NORMAL” RIGHT-WING POPULIST PARTIES

In the 1960s, Scheuch and Klingemann (1967) analyzed the far-right in Western Europe and spoke of a “normal pathology”. This concept meant that only a small part of the population in Western societies supported, under normal conditions, far-right ideas and parties. This concept was applicable for a long time for extreme right-wing parties, which had limited success. Over the past decades, right-wing populist parties (RWPP) have gained traction in several Western European countries. With their rising success, Cas Mudde (2010) claimed that we should better think of a “pathological normalcy”, meaning that the key aspects in the claims of the RWPPs are just a more radical version of widespread moderate ideas. Mudde based his concept on the analysis of Lucardie (2000), which would make RWPPs purifiers on a betrayed or watered down issue by the established parties and not prophets in the articulation of a new issue.

From this perspective, it is no longer surprising that RWPPs are increasingly being classified as coalition-capable (Mudde, 2019). In Western Europe in particular, nearly the only way to achieve national power is through the political instrument of coalition building. In many countries, RWPPs are already involved in coalition-governments. A prime example of recurring government participation by RWPPs is Austria. In another array of countries, including Germany, this party family has strikingly gained in terms of vote – and seat – share in parliaments, but has not yet governed.

A crucial question involving the rise of right-wing populist parties concerns the question of radicalization and deradicalization. Political science research on RWPPs has already dealt extensively with the question of their moderation or deradicalization. As part of their establishment process in the national party system, some authors promote a deradicalization process among the RWPPs (Akkerman; De Lange; Rooduijn, 2016; Capaul; Ewert, 2021). These developments raise an interesting tension, as Mudde's “pathological normalcy” thesis is based on an explicitly more radical version of mainstream views.

But there are important exceptions which can be seen as special cases (Muno, 2016). Two RWPPs, the AfD in Germany, and the FPÖ in Austria, seem perfectly fit to Mudde's concept. Instead of moderating, both parties seem to have radicalized in recent years, at the same time having more and more electoral success, hence a “pathological normalization”.

In this contribution, we want to analyze the two parties and show the process of radicalization and normalization. Methodologically, in order to analyze radicalization or deradicalization, we apply a historical perspective and the technique of a structured focused comparison (George, 2019; George; Bennett, 2004). Through this methodological approach, we want to identify patterns across national contexts and increase validity (Sartori, 1994). Indicators for radicalization are found within the party development, especially party leaders and programmatic developments; indicators for normalization are shown through electoral success and through surveys. Hence, we are looking at the supply as well as the demand side.

First, we will consider the aspects of deradicalization of Western European RWPPs. Following this we will analyze the party development of the so far excluded AfD in Germany and the party development of the recurring included FPÖ in Austria. Our goal is to answer the guiding questions: Are AfD and FPÖ examples of a “pathological

normalcy", meaning that we can identify at the same time radicalization and normalization?

ASPECTS AND STRATEGIES OF DERADICALIZATION IN WESTERN EUROPEAN RWPPS

Deradicalization must be understood as a process in which the actors cross a kind of threshold from radical to more moderate actions, demands, or statements (Schwedler, 2011). An evaluation of deradicalization can be considered in relation to established mainstream right-wing views or as an isolated shift in the position of the far-right (Akkerman; Rooduijn, 2015).

There are many explanations for this behavior on the part of RWPPs. One example is the government-related conversion of consistent electoral success. As soon as populist parties become successful, they tone down their populist rhetoric in order to be accepted into the circle of established parties and thus be perceived as potential coalition partners (Krause; Wagner, 2019). Other authors see this step as only being fulfilled through participation in government, as the typical populist communication strategy cannot be maintained (Akkerman; De Lange; Rooduijn, 2016). In addition, the behavior of mainstream parties and the internal cohesion of the far-right can hinder or promote moderation (Kriesi, 2018). In this context, it is worth recalling the analysis of Juan Linz (1978), who showed how the democratically semi-loyal opposition ignored more radical positions and thus played a decisive role in the collapse of several democracies in the interwar period.

Capaul and Ewert (2021) present three possible ways in which RWPPs can moderate their positions. First, the party can abandon its original nationalist positions in order to move closer to the "political center". Ideological elements such as nativism and authoritarianism and the associated goals thus become considerably less significant or disappear altogether. Second, moderation can also mean that RWPPs abandon their populist communication entirely or in part and orient themselves more toward mainstream parties. For example, the antagonistic focus between the people and the elites loses much of its significance. Thirdly, moderation also takes place in relation to political issues that are significantly less central to right-wing ideology and hardly affect inherent nativism and authoritarianism. In addition, this analysis also considers visual appearance as a meaningful arena for deradicalization. Interventions in public image can undoubtedly reflect moderating tendencies. The appointment of top personnel should also be explicitly mentioned here.

Although Capaul and Ewert (2021) primarily examine government participation in their study, developments prior to this point can already be observed across the spectrum of far-right parties. With the aim of achieving compatibility within their respective party systems, many far-right actors have adapted and moderated their content, rhetoric, and visual elements.

The *Sverigedemokraterna* (Sweden Democrats, SD) is a prime example of a softening of the nationalist core profile, having developed deradicalizing tendencies based on strategic considerations. Due to its predecessor organizations, the party, which was founded in 1988, had historical ties to fascism. In a strategic reorientation the SD banned uniforms, distanced itself from National Socialism, implemented a new logo, and removed provocative passages from the party program. Doing so, the SD significantly improved its public image. This change, of course, led to the split of the traditionalist faction in 2001 (Rydgen, 2006). In 2005, Jimmie Åkesson took over the party, who also sought to revamp the party's image and changed the logo to an image

of the liverwort, which is still used today (Klein, 2013). It is already apparent here that the various moderation strategies are often combined with one another.

In France, the *Rassemblement National* (National Rally, RN) has even termed the moderation strategy “de-diabolisation” (de-demonization). Under the leadership of Marine LePen, daughter of the founder of Front National Jean-Marie LePen, the party has even changed the name, and changed programmatic issues, e.g. banning anti-semitism, but also promoting women’s rights (Muno; Pfeiffer, 2025).

There are many examples of moderation and adaptation of secondary policy content or a shift in primary and secondary priorities content to improve connectivity. The development of the Norwegian and Danish right-wing populist parties before the turn of the millennium is a case in point. Both parties emerged primarily as radical tax protest parties, which accordingly adapted their positions considerably. In the wake of internal conflicts, both parties underwent a reorientation under new leaders. On the socio-economic level, they sought to become more compatible with the party system and consequently focused on nativist criticism of migration as their new primary political orientation, without, however, being excluded as too radical.

In Denmark, the *Dansk Folkeparti* (Danish People's Party, DF), previously the pragmatic wing of the Danish Progress Party, split off and established itself on the right-wing populist spectrum. The Norwegian *Fremskrittspartiet* (Progress Party, FrP) emerged as the successor organization to Anders Lange's personalized protest movement. While the DF implemented its pragmatic objectives with its reestablishment, its Norwegian counterpart primarily applied internal party measures like barriers to expulsion with similar objectives (Givens, 2005; Johansson Heinö, 2024). In particular, members with close ties to the more extreme right or members of parliament who crossed the boundaries of political acceptability in the migration and integration debate had to leave the party (Bjørklund, 2011).

Similar developments can also be observed in other parties that were initially associated with a single issue. The *BoerBurgerBeweging* (Farmer-Citizen Movement, BBB), which came out on top in the 2023 Dutch regional elections, significantly toned down its populist rhetoric in its agricultural demands and focused on migration policy issues, without, however, adopting the most radical demands (De Jonge; Otjes 2025). Similar developments were evident in the Belgian-Flemish *Nieuw-Vlaamse Alliantie* (New Flemish Alliance, N-VA) and the Italian *Lega* (League, previously Northern League), which pushed radical populist demands for separation into the background in order to be more compatible with the national party system (Barnes, 2018; Deloy, 2024).

A mere softening of populist rhetoric as a strategic step toward government participation has also been observed. The *Perussuomalaiset* (Finns Party, PS) used a strategy of moderating its populist rhetoric after a failed government participation to avoid being completely excluded in the future. In 2021, the party sought a successor to its previous chairman, Jussi Halla-aho. The election of female deputy Riikka Purra as the new chair was a deliberate move by the party to de-demonize its image. Unlike Halla-aho, who was known for his radical rhetoric, Purra intended to give the party a more moderate image to increase its appeal to new voter groups and thus increase its potential for government participation, which proved extremely successful in the 2023 election. Populist rhetoric was toned down accordingly, while the party's basic political positions remained unchanged (Arter, 2024).

Furthermore, the immediate prospect of participating in government can also lead to moderation. On the evening of the 2024 Dutch parliamentary elections, the leader of

the *Partij voor de Vrijheid* (Party for Freedom, PVV), Geert Wilders, announced that he would shelve some of the more unconstitutional demands in his election program and give priority to other issues (De Jonge; Otjes, 2024). In light of Giorgia Meloni's looming victory in the 2022 Italian parliamentary elections, the leader of the *Fratelli d'Italia* (Brothers of Italy, FdI) softened her clear rejection of the European integration process and instead adopted a more moderate Euroscepticism without an Italian exit (Valbruzzi; Ventura, 2023).

In their study, Capaul and Ewert (2021) analyze the deradicalization of right-wing populist parties within government coalitions. They reveal that right-wing populists hardly deradicalize themselves on their primary issues when they are part of a coalition. Examples in which right-wing populists are pushed toward greater deradicalization by their coalition partners have generally led to conflicts and, consequently, to coalition breakups. The coalition breakups of the Finnish PS (2017), Flemish N-VA (2018), Norwegian FrP (2020) and Dutch PVV (2025) resulted from conflicts over migration policy (Aardal; Bergh, 2022; Arter, 2020; De Jonge; Otjes, 2025; Pilet, 2020).

The trend is quite different in secondary policy areas, where right-wing populist parties regularly give up a lot of ground. In all coalitions or collaborations, right-wing populists complemented the major concessions made by their coalition partners on their primary policy axes with equally significant adjustments to their own positions, mostly in economic and social policy. However, even here there are limits to the flexibility of right-wing populist parties. In 2012, the Dutch PVV ended its tolerance of the center-right minority government because it considered the budget to be too heavily influenced by the European Union (EU) (Van Holsteyn, 2014). Even the Greek anti-European Union coalition of SYRIZA and ANEL under Prime Minister Alexis Tsipras broke up in 2018 after Tsipras decided to recognize North Macedonia, which was unacceptable to the traditionalist ANEL (Aslanidis, 2021).

As a third indicator, Capaul and Ewert (2021) examined the deradicalization of populist rhetoric. Here, too, it is evident that right-wing populists in coalition alliances with mainstream center-right parties must tone down their radical rhetoric, even if they just tolerate them in parliament, as demonstrated by the behavior of the Danish DF and the Dutch PVV. In other cases, the far-right was not necessarily forced to change course. In the Greek SYRIZA-ANEL government mentioned above or the Italian Lega's participation in government, the coalition partners were also populist actors, which is why the softening of tone towards the coalition partner did not take place towards the political establishment as such.

In summary, it can be said that right-wing populist parties have indeed undergone a process of deradicalization. Secondary policy issues in particular, but also populist rhetoric, have often been toned down. Concessions on the primary political axis of right-wing populists, meanwhile, have been accompanied by considerable conflict. It should be noted that deradicalization took place due to the need for compromise in coalitions and alliances, but also well before participation in government, in order to break out of the respective niche. Connectivity within the party system seemed to be an important factor here.

THE AFD: A NEW FAR-RIGHT PARTY IN GERMANY¹

¹ The following paragraphs draw in parts on Muno and Stockemer (2021).

The *Alternative für Deutschland* (Alternative for Germany, AfD) was founded February 6, 2013, in Oberursel in Hesse, by 18 men, just months before the 2013 general elections.² Three groups were involved in the foundation, first, neoliberal economists, like the first party leader Bernd Lucke, disappointed by European integration and especially the EU course after the financial crises and the debt crises following 2008; second, ultra-conservatives, often former members of the Christian Democrats (CDU), like Alexander Gauland, a central figure of the party, disappointed by a more liberal strategy of the CDU under Angela Merkel; and third, far-right, right-wing populists and extremists like Andreas Kalbitz in Brandenburg, André Poggenburg in Saxony-Anhalt or Björn Höcke, founder of the AfD in Thuringia.

In the following years, the party became established within the German party system, enjoyed considerable electoral success, especially in Eastern Germany, and “established itself as the predominant political actor on the far right” (Arzheimer, 2024, p. 140).

A thematic shift has contributed to the AfD’s success. In its founding year, the party was rather a neoliberal professorial party criticizing the EU and the Euro (Arzheimer, 2015). It contained a right-wing populist and nativist wing, but this wing was minoritarian. Soon, the far-right wing became dominant within the party, pushing the more moderate, conservative, neo-liberal, and Eurosceptic forces to the fringes (Franzmann, 2016). The AfD constantly moved to the far-right after 2014 (Bensmann, 2017; Arzheimer; Berning, 2019).

A crucial issue was the refugee crisis that started in 2014. Until 2013, the number of refugees in Germany was rather low, less than 400.000 refugees and asylum seekers came to whole Europe annually. Yet German net immigration in 2015 rose to 1.1 million with mainly Muslim refugees fleeing civil wars in Syria and Afghanistan (Brubaker, 2017). The AfD exploited the events for cheap propaganda against Muslim refugees, criticizing the German government and Chancellor Merkel personally, undermining trust in political institutions (Muno; Stockemer, 2021). This thematic shift was driven by the far-right wing of the party and weakened more moderate forces. In July 2015, the party founder Bernd Lucke was ousted as speaker of the party, and Frauke Petry and Jörg Meuthen were elected as new party chairs.

From then on, the AfD almost became a single-issue party (Schmitt-Beck, 2017). In its rhetoric and campaigns, the AfD almost entirely focused on the issues of migration, linking refugees and immigrants always to crime and insecurity, anti-Islam and fundamental opposition to the governing political establishment. A recent example has been the debate on “remigration”. Originally a concept developed by the extremist group *Identitäre Bewegung* (Identitarian Movement, IB), influenced by the French *Nouvelle Droit*’s concept on ethno-pluralism, remigration was a highly discussed topic within AfD. “Remigration” was used vaguely in the party as either to propose the deportation of illegal immigrants or even the forced deportation of all non-ethnic Germans. While at first party leaders refused to mention the term publicly, since 2024 “remigration” is officially part of the programmes and campaigns.

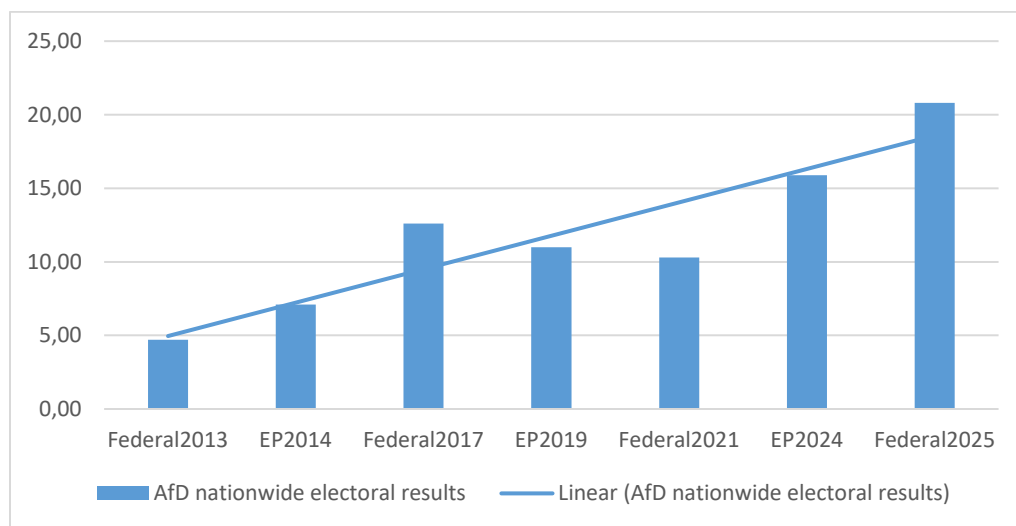
Several party leaders like Frauke Petry and Jörg Meuthen as well as many members left the party due to the shift to the far-right. Spokesperson Jörg Meuthen’s justified his resignation in January 2022 with the party leaving the ground of liberal democracy. This was seen as a proof of the dominance of the extreme right in the party (Schroeder; Weßels, 2023). Under party spokespersons Timo Chrupalla and

² Frauke Petry was elected in absence as one of the spokespersons.

Alice Weidel, the extremist right-wing *Flügel*, led by Björn Höcke, dominates the party, which can be defined as nativist, xenophobic, and anti-Islamic/anti-immigrant. The German office for the protection of the constitution issued a report of more than 1.000 pages collecting evidence of extremism, concentrating especially on the ethno-nationalist (*völkisch*) position which contradict the German constitution and labelled the party "right wing extremist" in May 2025 (LTO, 2025).

Despite this radicalization, the AfD enjoyed growing electoral success. This electoral success can be attributed, to a large extent, to the salience of the anti-immigration issue (Muno; Stockemer, 2021; Gessler; Hunger, 2024), among other factors. Arzheimer (2024) mentions nativism (which includes xenophobia), populism, and right-wing extremism as factors. In general, there is an ongoing debate in social and political sciences whether socio-economic ("Losers of globalization and modernization") or cultural factors ("cultural backlash") are more relevant for the rise of the AfD (Norris; Inglehart, 2019). However, we can clearly see rising success in elections, which shows the establishment of the party, a kind of "normalization", i.e. people do not hesitate anymore to vote for AfD despite an ongoing radicalization (see Graph 1; Heinze, 2023; Arzheimer, 2024).

Graph 1 – Nationwide results of the AfD



Source: Created by the authors based on research data.

Election data show that the AfD has, with ups and downs, become more and more successful. On the national level, the party rose from 4.7 (2013) to 12.6 (2017), dropped to 10.3 (2021), and rose again to 20.8 (2025). Especially in Eastern Germany, the AfD is enjoying widespread support (see Table 1; Hansen; Olsen, 2022; Weisskircher, 2020). On the subnational level the party rose, too, with clear differences between states in West and East Germany; in the East the AfD was far more successful. The same East-West divide can be seen in national elections, where the AfD receives, more or less, more than double of votes in the East (see Table 1).

Table 1 – AfD electoral results West/East-Germany

	FE13	EU14	FE17	EU19	FE21	EU24	FE25
West	4.4	6.7	10.7	8.8	8.2	13.1	17.9
East	5.7	8.2	20.5	19.6	19.3	26.8	32.2
Ratio (West 1,00)	1,30	1,22	1,92	2,23	2,35	2,05	1,80

FE=Federal Election, EU=EU-election, own compilation of official data

Source: Created by the author.

In recent surveys, the party is reaching 25% at the national level and 40% in some regions, like Saxony-Anhalt. A representative survey by Infratest Dimap in the region of Mecklenburg-Vorpommern, which can be seen as typical for East German regions, showed that 82% of the surveyed felt that AfD was not on the far-right but in the center, and 76% answered they would not care if AfD were right-wing extreme as long as the right topics were addressed by the party (Infratest, 2024).

Table 2 gives an overview of phases of the party development and electoral results. In summary, AfD's party development and electoral success clearly show that the party has been "normalized" in the view of German voters, despite an ongoing radicalization.

Table 2 – Evolution of the AfD (electoral results in percentage)

Phase 1	Phase 2	Phase 3	Phase 4
2013–2015	2015–2017	2017–2022	Since 2022
Main thematic focus			
Neoliberal Eurosceptic	Anti-refugee	Anti-immigration, anti-Islam	Radical and Right-wing extremist
Party leader			
Bernd Lucke, Konrad Adam, Frauke Petry	Frauke Petry, Jörg Meuthen	Alexander Gauland, Jörg Meuthen, Tino Chrupalla	Tino Chrupalla, Alice Weidel
Dominant figures			
Bernd Lucke	Frauke Petry	Alexander Gauland	Björn Höcke, Alice Weidel
Election results			
Federal election 2013 4.7 EU-Parliament 7.1	Federal elections 2017 12.6	EU-Parliament 11	EU-Parliament 15.9 Federal election 2025 20.8

Source: Created by the author.

A TRADITION TO RADICALIZATION – THE FREEDOM PARTY OF AUSTRIA

The *Freiheitliche Partei Österreichs* (Freedom Party of Austria, FPÖ) is one of the earliest examples of the establishment of a RWPP in Western Europe and it can look back on a long history. The party was formed in 1956 as the successor to the previously existing Federation of Independents (VdU), which, after World War II, represented the German nationalist voter base and the interests of those "expelled from their homeland" from the Nazi-occupied territories of Eastern and Central Europe. Internal conflicts between different factions led to the collapse of the party, which resulted in the founding of the FPÖ. The founder of the FPÖ is the former National Socialist Anton Reinthaller, who served as a minister in the Anschluss cabinet and as undersecretary in the National Socialist government of the Third Reich (Weisskircher, 2025). After his death in 1958, former SS officer Friedrich Peter took over the party for a total of 20 years.

A phase of liberalization led to a calculated rapprochement with the Social Democratic Party of Austria (SPÖ), which resulted in parliamentary tolerance in 1970 and even a coalition in 1983. The German nationalist and economic liberal FPÖ deliberately cultivated a liberal image but continued to base itself on the legacy of the fascist dictatorship. Similar to other parties with historical ties to fascism, the FPÖ can also be classified as post-fascist. Nevertheless, internal party tensions arose,

resulting in the extreme German nationalist wing splitting off in 1967 to form the National Democratic Party (NDP). However, the NDP never achieved any significant success (Johansson Heinö, 2024).

When the FPÖ gathered for its party conference in Innsbruck, Tyrol, in 1986, the ensuing developments would prove to be nothing less than the birth of modern right-wing populism. The previous chairman and vice-chancellor, Norbert Steger, who, in the tradition of Friedrich Peter, had always strived to maintain a liberal image for the party, was defeated in a contested election by the chairman of the Carinthian regional association, Jörg Haider. After Haider's attempt to join the coalition with the SPÖ failed in 1983, he prepared to change the party's course (Kazim, 2019). The SPÖ ended the coalition because it would not tolerate working with Haider. Many observers consider Haider to be the founder of modern right-wing populism (Geden, 2009).

Haider concentrated on a course that was already partially anchored in the party. In the name of a German national "true people," the FPÖ presented itself as an alternative to the elitist "power cartel" consisting of the two major parties, the SPÖ and ÖVP (and the grand coalition), as well as the cooperation between employer and employee associations (Pelinka, 2002). This was combined with anti-Semitism, which later turned into a general hostility towards migration. When the FPÖ initiated a referendum in 1992/93 entitled "Austria First," which sought to reinterpret the constitution in a clearly migration-critical manner, the liberal wing split off and founded a new party, the Liberal Forum (LiF).

Haider's goal was to transform Austria into a "Third Republic," which must be understood as a "Führer state" (Minich, 2003). In addition, Austria's debate on European integration in particular brought ideological reorientation into focus. Traditional German nationalism simply no longer seemed to appeal to enough voter groups, which is why Haider, although he called the Austrian state an "ideological monstrosity," increasingly turned to Austrian patriotism (Weisskircher, 2025). In its policy statements from 1985 onwards, the FPÖ no longer rejected the independence of the Austrian nation. Since 1997, it has even refrained from professing its affiliation with the German cultural and linguistic community (Bailer, 2024).

The FPÖ's new right-wing populist course led to increasing electoral success and made it more attractive in coalition negotiations. After the 1999 National Council elections, the Austrian People's Party (ÖVP) formed a coalition with Haider's FPÖ for the first time, despite protests and measures announced by international heads of government (Hummer; Pelinka, 2002). After Haider himself, who was publicly controversial, declined a government post, participation in the federal government led to internal party tensions and, at the famous "Knitterfeld party conference," to open revolt. The traditionalist wing around Haider was dissatisfied with the government's work and publicly exposed the FPÖ's government team, which led to their resignations and the end of the existing coalition on the part of the ÖVP. After early elections and huge losses in votes for the FPÖ, a new coalition with the ÖVP was formed. However, the subsequent participation in government also led to internal party disputes, as a result of which Haider founded the "Alliance for the Future of Austria" (BZÖ) and split from the FPÖ with a large part of the parliamentary group and the government team, continuing the coalition with the ÖVP. The regional chairman of Vienna Heinz-Christian Strache then took over the leadership of the FPÖ.

Table 4 – The FPÖ and its Splinter

Splinter	Faction	Year	Impact on Splinter
National Democratic Party (NDP)	traditional pan-german, fascist	1967	never in Parliament banned 1988
Liberal Forum (LiF)	liberal	1993	in Parliament 1993-1999 merged with NEOS (2014)
Alliance for the Future of Austria (BZÖ)	pragmatic right-wing	2005	in Government 2005-2008 in Parliament 2005-2013

Source: Created by the author.

Although Strache himself took part in right-wing extremist militant “military exercises” as a teenager (Horaczek; Reiterer, 2009), the party nevertheless adopted much of the old Haider FPÖ's agenda. Above all, hostility towards migration became a key element of the FPÖ, which constantly provoked new debates and controversies with its election posters and contributed to a radicalization of positions in this polarization (Mittnik, 2010). With the emergence of increased migration movements in 2015/16 at the latest, this issue became a central one in Austrian politics, motivating the FPÖ to adopt new radical positions (Weisskircher, 2025).

However, under party leader Strache and secretary general Herbert Kickl, the FPÖ reintroduced German nationalism, which was once again firmly established in the new party platform of 2011 (Bailer, 2024). In addition, since 2005, the party has established a tradition whereby all members of parliament wear a blue cornflower on their lapels during constituent parliamentary sessions. The blue cornflower is to be understood as a symbol of recognition of the illegal National Socialists in Austria (Horaczek, 2024), which gave the FPÖ under Strache a renewed connection to German nationalist fascism. The wearing of the flower itself was not new, but its implementation as a new party tradition definitely was.

The German nationalist ideological core of the FPÖ was formed by the party's connection to the dueling fraternities. Although these fraternities are not numerically relevant in Austrian society, they exert considerable influence on politics through their influence within the FPÖ. The failure to liberalize the party and the rise of Jörg Haider can also be attributed to the influence of the German nationalist fraternities. The increasing internal conflicts within the black-blue coalition from 2000 to 2005 and following the implementation of Austrian patriotism also demonstrate the influence of the fraternities on the party. At their core, these fraternities are fanatically German nationalist and are only guided by the party line to a limited extent, following their own ideological principles. Unsurprisingly, the fraternities significantly increased their influence again under party leader Strache. The close connection is also evident in the fact that since 2013, the FPÖ's Vienna regional association has been organizing the annual “Akademikerball” (Academics' Ball) for the predominantly German nationalist fraternities. After the ball, which had been held at the Vienna Hofburg, was to be excluded from the venue, the FPÖ Vienna took over the organization so that it could remain at the Vienna Hofburg (Kontrast, 2026).

Nevertheless, the FPÖ attempted to distance itself from the anti-Semitism of Third Reich fascism. For example, FPÖ leaders visited the Israeli memorial Yad Vashem and organized a commemoration event for the anti-Semitic November pogroms of 1938. The delegation also visited an internationally condemned Israeli settlement in the occupied Palestinian territories. In Strache's FPÖ, proximity to the Israeli

government around the Likud party seemed to be extremely compatible with rampant Islamophobia (Rauscher, 2016). This demonstrates the strong adaptability of Austrian right-wing populism to new external enemies.

The 2017 parliamentary elections resulted in a coalition between the FPÖ as junior partner to the ÖVP under Sebastian Kurz, which was made possible primarily because the conservatives, and especially their leader Kurz, adopted the FPÖ's anti-immigration policy almost in its entirety (Bodlos; Plescia, 2018). Contrary to frequent public perception, the center-right coalition was not brought down by the corruption allegations surrounding Vice-Chancellor and FPÖ leader Strache in the "Ibiza gate", but rather failed due to the actions around Herbert Kickl, who served as Minister of the Interior. After Strache's resignation, the FPÖ refused to replace the discredited Kickl, which ultimately led to the breakup of the coalition (Neuling, 2025). The fact that the ÖVP was nevertheless prepared to continue the coalition with adjusted personnel reveals the existing acceptance of the FPÖ's radical course within the political mainstream.

Following its recent collapse as a result of participating in government, Norbert Hofer took over the FPÖ in 2019, a more moderate politician within the party. As a moderate candidate, Hofer almost won the 2016 presidential election and was considered electable across party lines. Under Hofer, the parliamentary group no longer wore blue cornflowers in 2019 and subsequently refrained from doing so in order to reduce its vulnerability to attack (Horaczek, 2024). When a parliamentary group leader in a regional parliament allegedly sent birthday greetings to Adolf Hitler online, Hofer exercised his right to suspend him from the party (Wegen [...], 2019).

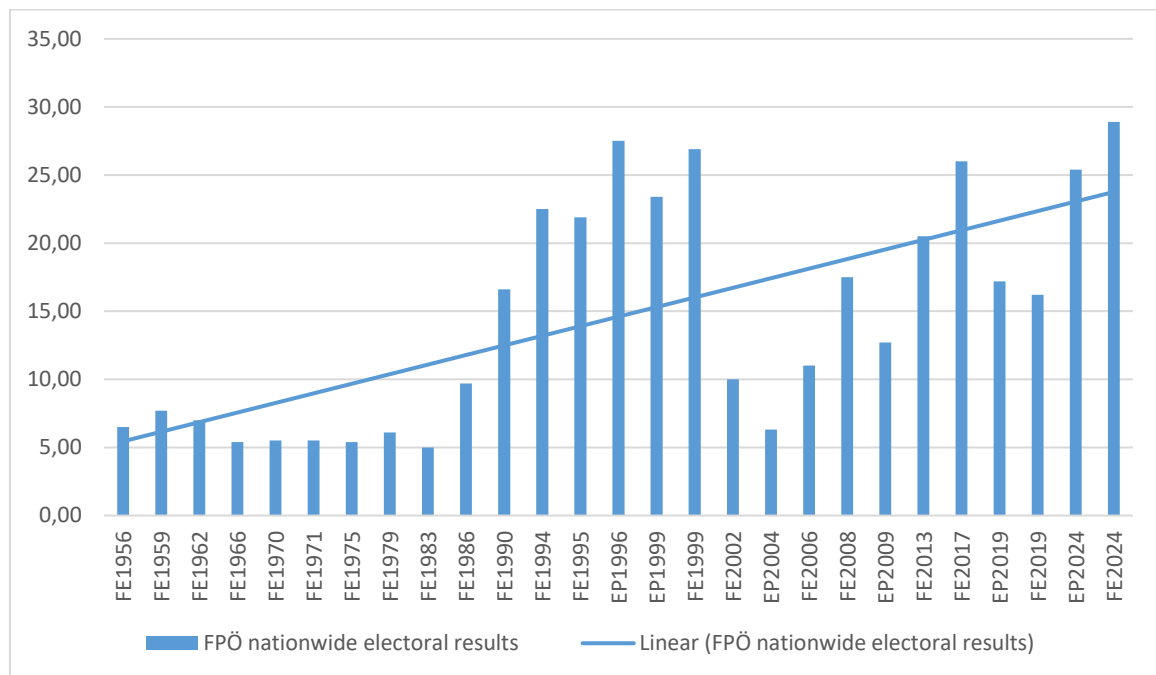
However, with the outbreak of the coronavirus pandemic, a power struggle erupted with former Interior Minister and club leader Herbert Kickl. While Hofer appeared more supportive of the protective measures, Kickl was fundamentally opposed to all pandemic-related measures. Hofer, who was as Third President of the National Council also member of the parliamentary presidium in addition to being party chairman, called on Kickl and the FPÖ parliamentary group to wear face masks in accordance with the house rules. This was opposed by club chairman Kickl and large parts of the parliamentary group. Kickl also claimed the top spot on the party's ticket for the next election and called on Hofer, who was undergoing treatment for a back injury, to resign when the Judiciary later launched an investigation. Hofer ultimately resigned, leaving the field open to Kickl, who noticeably steered the party further to the right.

Kickl himself must be seen as a clear radicalization within the FPÖ. While Hofer took a moderate tone, Kickl had already defended the Waffen-SS in the Third Reich years earlier as not collectively guilty (Miller, 2024). In light of the looming election victory in 2024, Herbert Kickl already had himself dubbed the "Volkskanzler" (People's Chancellor), a term with clear National Socialist connotations that was implemented in 1941 as a designation for Hitler and his connection to the people (Neuling, 2025). In addition, he turned increasingly to conspiracy theories during the Corona years. Theories about manipulated postal votes or the World Health Organization's (WHO) lust for power even made it into the 2024 election program (FPÖ, 2024).

In addition, the election manifesto included announcements about governing by emergency laws, changing the media structure, and being able to report politically objected teachers (FPÖ, 2024). With all of these demands, the FPÖ stands in opposition to the principles of the Austrian constitution and is thus in clear opposition to representative democracy in Austria. Party leader Kickl repeatedly collectively criticizes the "system parties," the "system press," and the "system

politicians.” The openly communicated role model is Hungary under Viktor Orban, which is increasingly developing into an illiberal system (Rauscher, 2024).

Graph 2 – Nationwide results of the FPÖ



Source: Created by the author.

The Kickl FPÖ's ties to the far-right and racist *Identitäre Bewegung* (Identitarian Movement, IB) grew increasingly stronger. While Hofer still distanced himself from the IB, party leader Kickl considers the organization, which is under observation by state security in several states, to be a “right-wing NGO” and a “project worthy of support” (Der Standard, 2021). For example, the concept of “remigration” published by the IB, which includes mass deportations, also made it into the FPÖ's 2024 election program (FPÖ, 2024). Despite its new extreme closeness to the IB, the FPÖ has not abandoned its historical ties to German nationalist fraternities. Even under Kickl, these fraternities are considered the party's intellectual reserve. In the coalition negotiations after the 2024 election, four of the seven FPÖ delegates were members of a German nationalist fraternity that practiced dueling. Fraternity members often hold top positions in the FPÖ, even if Kickl himself is not one of them. After the FPÖ was allowed to appoint the president of parliament for the first time following its election victory, the party nominated Walter Rosenkranz (Neuling, 2025), an avowed member of a German nationalist and dueling fraternity. He welcomed Viktor Orban as his first official state guest, once again underscoring the close ties to Orban's politics.

Following the failure of coalition talks with the ÖVP, Kickl repeatedly blamed a “deep state” that wanted to prevent him from becoming chancellor, thus also subscribing to a conspiracy theory (Schieder; Schmid, 2025). This far-right conspiracy theory assumes that a secret controlling elite acts as a “state within a state” and suppresses and controls the actual will of the people. Shortly afterwards, the FPÖ parliamentary group called for the establishment of an investigative committee to look into the “deep state” allegedly set up by the ÖVP in Austria, thus integrating the conspiracy theory into traditional political work (Parlament Österreich, 2025).

Table 5 – Evolution of the FPÖ

Phase 1	Phase 2	Phase 3	Phase 4
1956–1986	1986–2005	2005–2021	Since 2021
Main thematic focus			
post-fascist German-national liberal	Austrian patriotism anti-immigration Eurosceptic	anti-immigration anti-Islam German-national Eurosceptic	Radical and Right-wing extremist (including former focus)
Party leader			
Anton Reinthaller, Friedrich Peter, Alexander Götz, Norbert Steger	Jörg Haider, Susanne Riess- Passer, Mathias Reichhold, Herbert Haupt, Ursula Haubner	Hilmar Kabas, Heinz-Christian Strache, Norbert Hofer	Herbert Kickl
Dominant figures			
Friedrich Peter	Jörg Haider	Heinz-Christian Strache	Herbert Kickl
Government participation			
Tolerance of SPÖ minority government (1970–1971) Coalition with SPÖ (1983–1986)	Coalition with ÖVP (2000–2002; 2002– 2005)	Coalition with ÖVP (2018–2019)	

Source: Created by the author.

In summary, since its founding in Austria, the FPÖ has rarely faced genuine exclusion, as evidenced by its numerous participations in government. Initially, the SPÖ benefited from this, as its tolerance of the FPÖ in 1970 and the change in electoral law led to a long period of single-party government, which it ultimately extended in 1983 by forming a formal coalition. In 2000, the ÖVP finally benefited, as it was able to end its role as notorious junior partner to the Social Democrats by forming a coalition with the FPÖ. The formation of the ÖVP and FPÖ government in 2017/18 was reflected in close policy ties, from which the ÖVP also benefited enormously. In 2024/25, the ÖVP would have been prepared to elect Herbert Kickl as “People's Chancellor,” even though he had significantly radicalized the FPÖ, and the People's Party had repeatedly stated that it would not cooperate with Kickl. Clearly, the steady radicalization of the FPÖ has in no way prevented the political forces from integrating the FPÖ and its ideas into the political system. For strategic reasons in particular, the established parties are opposed to strictly excluding the FPÖ (Weisskircher, 2025).

CONCLUSION

The rise of RWPPs has been a central feature of parties and elections in Western Europe in recent decades. Many RWPPs have been going through a process of moderation or deradicalization. Political Science has given several explanations for the process of moderation we can see in countries like France, Italy, Netherlands, Sweden, Finland, Norway or Denmark. But two countries (and parties) seem not to fit: AfD in Germany and FPÖ in Austria. These two parties seem rather to be part of what Cas Mudde called a “pathological normalcy.” Instead of a far-right being limited and therefore aiming at moderation in order to increase votes, AfD and FPÖ have been radicalized and at the same time have increased their vote share. We have analyzed the parties from a historical perspective of party development and elections, through this using the methodological approach of a structured, focused comparison.

The results show that clearly the parties have radicalized themselves, the AfD developing from a neoliberal, Eurosceptic professorial party to an extremist far-right party in the supply side. The extreme far-right wing that has existed within the party since its founding has steadily shifted the party's course in its direction and is currently more influential than ever before. At the same time, on the demand side, the vote share increased steadily to 20.8% in the 2025 federal election, in surveys even 25% nationally, and around 40% in some regions. Surveys show that many voters do not see the AfD as extremists or they do not care, which can be seen as an indicator of normalization.

The FPÖ developed from a post-fascist party through a liberal phase to become a model for Western European right-wing populism. While the party steadily became more radical on specific issues, Herbert Kickl's leadership must be seen as extreme radicalization on the supply side. Despite this, the FPÖ achieved its best result in the 2024 election and became the strongest party in Austria for the first time. Voters accept the party's course and normalize its radical agenda on the demand side. The established mainstream parties in Austria, which have never marginalized the FPÖ for strategic reasons, also play a decisive role. As a result of the 2024 election, the conservatives made a U-turn and would even have been prepared to elect Kickl as chancellor.

In sum, we have shown that AfD in Germany and FPÖ in Austria have followed a different path than most of the other West European RWPPs; instead of moderation we can see radicalization on the parties' supply side and normalization on the demand side. In Mudde's sense, AfD and FPÖ clearly are examples of a "pathological normalcy." Further studies should explain in detail the different developments in Western Europe.

ABOUT THE AUTHORS

Wolfgang Muno – Prof. Dr., Chair of Comparative Government at University Rostock. Research on democracy, populism and extremism in Latin America and Europe.

Lucas Neuling – Master in Political Science, University Rostock. Doctoral candidate at University Rostock. Research on right-wing populism and coalition politics in Europe.

REFERÊNCIAS

1. AARDAL, Bernt; BERGH, Johannes. The 2021 Norwegian election. *West European Politics*, v. 45, n. 7, p. 1522-1534, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2022.2062136>
2. AKKERMAN, Tjitske; DE LANGE, Sarah; ROODUIJN, Matthijs (Hg.). *Radical right-wing populist parties in Western Europe: Into the mainstream?* Routledge, 2016.
3. AKKERMAN, Tjitske; ROODUIJN, Matthijs. Pariahs or partners? Inclusion and exclusion of radical right parties and the effects on their policy positions. *Political Studies*, v. 63, n. 5, p. 1140-1157, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.12146>
4. ARTER, David. The making of an 'unhappy marriage'? The 2023 Finnish general election. *West European Politics*, v. 47, n. 2, p. 426-438, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2023.2233072>
5. ARTER, David. When a pariah party exploits its demonised status: the 2019 Finnish general election. *West European Politics*, v. 43, n. 1, p. 260-273, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2019.1635799>

6. ARZHEIMER, Kai. The electoral breakthrough of the AfD and the East-West-divide in German politics. In: WEISSKIRCHER, Manès (Ed.). *Contemporary Germany and the fourth wave of far-right politics*. From the Streets to Parliament. London: Routledge: 2024. p. 140-158.
7. ARZHEIMER, Kai. The AfD: Finally a successful right-wing populist Eurosceptic party for Germany? *West European Politics*, v. 38, n. 3, p. 535-556, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2015.1004230>
8. ARZHEIMER, Kai; BERNING, Carl C. How the Alternative for Germany (AfD) and their voters veered to the radical right, 2013-2017. *Electoral Studies*, v. 60, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2019.04.004>
9. ASLANIDIS, Paris. Coalition-making under conditions of ideological mismatch: The populist solution. *International Political Science Review*, v. 42, n. 5, p. 631-648, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/01925121211040946>
10. BAILER, Brigitte. Kontinuitäten und Diskontinuitäten der FPÖ-Programmatik im Kontext des Rechtsextremismus und Deutschnationalismus. In: KRANEBITTER, Andreas; SCHINDLER, Christine (Hg.). *Widerstände: Impulse für die Widerstandsforschung zum Nationalsozialismus*. Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2024. p. 227-248.
11. BARNES, David. The transformation of the Northern League. *Fair Observer*, Aug. 21, 2018. Available at: <https://www.fairobserver.com/region/europe/lega-nord-northern-league-la-lega-matteo-salvini-italy-europe-news-10921/>. Accessed: Nov. 11, 2025.
12. BENSMANN, Marcus. Die Geschichte der AfD. In: BENSMANN, Marcus et al. (Hrsg.). *Schwarzbuch AfD*. Essen: Correctiv Verlag, 2017. p. 14-26.
13. BJØRKLUND, Tor. Die radikale Rechte in Norwegen: Die Entwicklung der Fortschrittspartei. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta (Hg.). *Europa auf dem „rechten“ Weg?* Rechtsextremismus und Rechtspopulismus in Europa. Berlin, 2011. p. 299-321.
14. BODLOS, Anita; PLESCIA, Carolina. The 2017 Austrian snap election: A shift rightward. *West European Politics*, v. 41, n. 6, p. 1354-1363, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2018.1429057>
15. BRUBAKER, Rogers. Why populism? *Theory and Society*, v. 46, p. 357-385, 2017. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-017-9301-7>. Accessed: Mar. 23, 2026.
16. KONTRAST, Burschenschaften erklärt: FPÖ - Personalreserve, nah am Rechtsextremismus - tanzend in der Hofburg. Feb. 17, 2026. Available at: <https://kontrast.at/burschenschaft-erklaert-doku-video/>. Accessed: Mar. 25, 2026.
17. CAPAUL, Raphael; EWERT, Christian. Moderation of radical right-wing populist parties in Western European governments: A comparative analysis. *Swiss Political Science Review*, v. 27, n. 4, p. 778-798, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/spsr.12491>
18. DE JONGE, Léonie; OTJES, Simon. No, the far right was not beaten in the Dutch elections. *Party System & Governments Observatory*, Nov. 4, 2025. Available at: <https://whogoverns.eu/no-the-far-right-was-not-beaten-in-the-dutch-elections/>. Accessed: Mar. 23, 2026.
19. DE JONGE, Leonie; OTJES, Simon. The Netherlands: Political developments and data in 2023: Two landslide populist victories. *European Journal of Political Research Political Data Yearbook*, v. 63, n. 1, p. 317-336, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1111/2047-8852.12436>
20. DELOY, Corinne. The Belgians have proved the polls wrong: the New Flemish Alliance (NVA) is victorious in Flanders and the Mouvement Réformateur (MR) has won in Wallonia and Brussels. *Fondation Robert Schuman*, June 9, 2024. Available at: <https://www.robert-schuman.eu/en/monitor/6212-the-belgians-have-proved-the-polls-wrong-the-new-flemish-alliance-nva-is-victorious-in-flanders-and-the-mouvement-reformateur-mr-has-won-in-wallonia-and-brussels>. Accessed: Nov. 11, 2025.
21. FRANZMANN, Simon. Von AfD zu ALFA. Die Entwicklung zur Spaltung. *Mitteilung des Institutes für Deutsches und Internationales Parteienrecht und Parteienforschung*, v. 22, n. 1, p. 23-37, 2016. DOI: <https://doi.org/10.24338/mip-201623-37>
22. FREIHEITLICHE PARTEI ÖSTERREICHS (FPÖ). *Festung Österreich: Festung der Freiheit*. 2024. Available at: https://www.fpoe.at/fileadmin/user_upload/www.fpoe.at/NRW2024/PDF/Wahlprogramm_A4_Langversion_oS_web.pdf. Accessed: Nov. 26, 2025.
23. GEDEN, Oliver. Die Renaissance des Rechtspopulismus in Westeuropa. *Internationale Politik und Gesellschaft*, v. 2, p. 92-107, 2009.
24. GEORGE, Alexander. Case studies and theory development: The method of structured, focused comparison. In: CALDWELL, Dan; GEORGE, Alexander. *A pioneer in political and social sciences*. Pioneers in Arts, Humanities, Science, Engineering, Practice. Cham: Springer, 2019. p. 191-214.
25. GEORGE, Alexander; BENNETT, Andrew. *Case studies and theory development in Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2004.
26. GESSLER, Theresa; HUNGER, Sophia. The politicization of immigration and radical right party politics in Germany. In: WEISSKIRCHER, Manès (Ed.). *Contemporary Germany and the fourth wave of far-right politics*. From the streets to parliament. London: Routledge: 2024. p. 115-139.
27. GIVENS, Terri. *Voting radical right in Western Europe*. Cambridge, 2005.
28. HANSEN, Michael; OLSEN, Jonathan. A tale of two electorates? The 2021 federal election and the AfD voter in East and West. *German Politics and Society*, v. 40, n. 2, p. 110-133, 2022. Available at: <https://www.jstor.org/stable/48813743>. Accessed: Mar. 25, 2026.

29. HEINZE, Anna-Sophie. Die AfD im Wahljahr 2021: Etablierung trotz Radikalisierung? In: JUN, Uwe; NIEDERMAYER, Oskar (Eds.). *Die Parteien nach der Bundestagswahl 2021*. Wiesbaden: Springer, 2023. p. 181–200.
30. HORACZEK, Nina. Kornblume, Edelweiß oder blaue Distel? *Falter*, 2024. Available at: <https://www.falter.at/blauland/20241017/kornblume-edelweiss-oder-blaue-distel>. Accessed: Nov. 26, 2025.
31. HORACZEK, Nina; REITERER, Claudia. *HC Strache: Sein Aufstieg, Seine Hintermänner, Seine Feinde*. Ueberreuter: Wien, 2009.
32. HUMMER, Waldemar; PELINKA, Anton. Österreich unter 'EU-Quarantäne': Die 'Maßnahmen der 14' gegen die österreichische Bundesregierung aus politikwissenschaftlicher und juristischer Sicht – Chronologie, Kommentar, Dokumentation. Wien, 2002.
33. DER STANDARD, Identitäre für Kickl "unterstützenswertes" Projekt. *Der Standard*, 2021. Available at: <https://www.derstandard.at/story/2000127277844/identitaere-fuer-kickl-unterstuetzenswertes-projekt>. Accessed: Nov. 26, 2025.
34. INFRAEST. *Mecklenburg-VorpommernTREND Oktober 2024*. 2024. Available at: <https://www.infratest-dimap.de/umfragen-analysen/bundeslaender/mecklenburg-vorpommern/laendertrend/2024/november/>. Accessed: Nov. 28, 2025.
35. JOHANSSON HEINÖ, Andreas. *Authoritarian Populism Index 2024*. Stockholm, 2024.
36. KAZIM, Hasnain. Der Grenzgänger: Österreichs Rechtsaußen Jörg Haider. *Spiegel*, Jan. 1st, 2019. Available at: <https://www.spiegel.de/geschichte/oesterreichs-rechtsausen-joerg-haider-der-grenzgaenger-a-1248488.html>. Accessed: Nov. 28, 2025.
37. KLEIN, Andreas. The end of solidarity? On the development of right-wing populist parties in Denmark and Sweden. In: HARTLEB, Florian; GRABOW, Karsten (Eds.). *Exposing the demagogues: Right-wing and national populist parties in Europe*. Brüssel, 2013. p. 105–132.
38. KRAUSE, Werner; WAGNER, Aiko. Becoming part of the gang? Established and nonestablished populist parties and the role of external efficacy. *Party Politics*, v. 27, n. 1, p. 161–173, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068819839210>
39. KRIESI, Hanspeter. Revisiting the populist challenge. *Czech Journal of Political Science*, v. 25, n. 1, p. 5–27, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5817/PC2018-1-5>
40. LINZ, Juan. Crisis, Breakdown, and Reequilibration, in: LINZ, Juan; STEPAN, Alfred (Eds.). *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978, p. 1–124.
41. LUCARDIE, Paul. Prophets, purifiers and prolocutors: Towards a theory on the emergence of new parties. *Party Politics*, v. 6, n. 2, p. 175–185, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068800006002003>
42. MILLER, Max. Kickl 2010: „Waffen-SS nicht kollektiv schuldig zu sprechen“. *Profil*, May, 24, 2024. Available at: <https://www.profil.at/oesterreich/kickl-2010-waffen-ss-nicht-kollektiv-schuldig-zu-sprechen/402904036>. Accessed: Nov. 26, 2025.
43. MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge, 2019.
44. MUDDE, Cas. The populist radical right: A pathological normalcy. *West European Politics*, v. 33, n. 6, p. 1167–1187, 2010.
45. MUNO, Wolfgang. Fallstudien und Process Tracing in der Vergleichenden Politikwissenschaft. In: LAUTH, Hans-Joachim (Ed.). *Handbuch Vergleichende Politikwissenschaft*. Wiesbaden: Springer, 2016. p. 79–90.
46. MUNO, Wolfgang; PFEIFFER, Christian. Populismus in Spanien und Frankreich. Eine Annäherung. In: BLANCO MAYOR, José Manuel; DETTKE, Julia; LEHNERT, Joris (Eds.). *Romanistisch, Politisch? Potenziale für die Gegenwartsanalyse*. Bielefeld, 2025. p. 25–48.
47. MUNO, Wolfgang; STOCKEMER, Daniel. A model for right-wing populist electoral success? *Populism*, v. 4, n. 1, p. 25–56, 2021. Available at: https://brill.com/view/journals/popu/4/1/article-p25_2.xml. Accessed: Mar. 27, 2026.
48. LEGAL TRIBUNE ONLINE (LTO), Neubewertung der AfD auf Bundesebene. Was folgt aus der Einstufung als "gesichert rechtsextremistisch"? *Legal Tribune Online*, 2025. Available at: <https://www.lto.de/recht/nachrichten/n/afd-einstufung-rechtsextremistisch-bfv-verfassungsschutz>. Accessed: Nov. 28, 2025.
49. NEULING, Lucas. Die österreichische Nationalratswahl vom 29. September 2024: FPÖ erstmals stärkste Kraft, doch Türkis-Rot-Pink regiert. *Zeitschrift für Parlamentsfragen*, v. 56, n. 3, p. 569–585, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5771/0340-1758-2025-3-569>
50. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
51. MINICH, Oliver. *Die Freiheitliche Partei Österreichs als Oppositionspartei in der Ära Haider: Strategie, Programmatik, innere Struktur*. 2003. (Malstätter Beiträge aus Gesellschaft, Wissenschaft, Politik und Kultur).
52. MITTNIK, Philipp. *Die FPÖ: eine rechtsextreme Partei?* Wien, 2010.
53. PARLAMENT ÖSTERREICH (2025). *Parlamentskorrespondenz Nr. 433 vom 21.05.2025*. 2025. Available at: https://www.parlament.gv.at/aktuelles/pk/jahr_2025/pk0433. Accessed: Nov. 26, 2025.
54. PELINKA, Anton. Die FPÖ in der vergleichenden Parteienforschung: Zur typologischen Einordnung der Freiheitlichen Partei Österreichs. *Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft*, v. 31, n. 3, p. 281–290, 2002. DOI: <https://doi.org/10.15203/ozp.807.vol31iss3>

55. PILET, Jean-Benoit. Hard times for governing parties: The 2019 federal elections in Belgium. *West European Politics*, v. 44, n. 2, p. 439-449, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2020.1750834>
56. RAUSCHER, Hans. Kickls Machtergreifung: Ein Szenario. *Der Standard*, 2024. Available at: <https://www.derstandard.de/story/3000000237688/kickls-machtergreifung-ein-szenario>. Accessed: Nov. 27, 2025.
57. RAUSCHER, Hans. Straches Schulterchluss mit der israelischen Rechten. *Der Standard*, 2016. Available at: <https://www.derstandard.at/story/2000047186639/straches-schulterchluss-mit-der-israelischen-rechten>. Accessed: Nov. 26, 2025.
58. RYDGREN, Jens. From tax populism to ethnic nationalism: Radical right-wing populism in Sweden. New York, 2006.
59. SARTORI, Giovanni. Compare why and how. Comparing, miscomparing and the comparative method. In: DOGAN, Mattei; KAZANCIGIL, Ali (Eds.). *How to compare nations*. Concepts, strategies, substance. Oxford: Blackwell, 1994. p. 14-34.
60. SCHEUCH, Erwin; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Theorie des Rechtsradikalismus in westlichen Industriegesellschaften. *Hamburger Jahrbuch für Wirtschafts- und Gesellschaftspolitik*, v. 12, p. 11-29, 1967.
61. SCHIEDER, Sandra; SCHMID, Fabian. Rechtsaußen auf der Wartebank: Wie steht es um Kickl und seine FPÖ? *Der Standard*, 2025. Available at: <https://www.derstandard.de/story/3000000271429/rechtsaussen-auf-der-wartebank-wie-steht-es-um-kickl-und-seine-fpoe>. Accessed: Nov. 27, 2025.
62. SCHMITT-BECK, Rüdiger. The 'Alternative für Deutschland in the Electorate': Between single-issue and right-wing populist party. *German Politics*, v. 26, n. 1, p. 124-148, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/09644008.2016.1184650>
63. SCHROEDER, Wolfgang; WEßELS, Bernhard. Radikalisiert und etabliert. Die AfD vor dem Superwahljahr 2024. *OBS-Arbeitspapier*, v. 59, 2023. Available at: <https://www.otto-brenner-stiftung.de/afd-radikalisiert-und-etabliert/>. Accessed: Nov. 28, 2025.
64. SCHWEDLER, Jillian. Can Islamists become moderates? Rethinking the inclusion-moderation hypothesis. *World Politics*, v. 63, n. 2, p. 347-376, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0043887111000050>
65. VALBRUZZI, Marco; VENTURA, Sofia. *Fratelli d'Italia und Lega: Was ist das Erfolgsrezept des italienischen Populismus?* 2023. Available at: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/rom/20025.pdf>. Accessed: Nov. 28, 2025.
66. VAN HOLSTEYN, Joop. The Dutch Parliamentary elections of September 2012. *Electoral Studies*, v. 34, p. 321-326, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2013.09.001>
67. WEGEN Hitler-Geburtstag: Hofer suspendiert FPÖ-Klubobmann in NÖ. *Kurier*, Sep. 21, 2019. Available at: <https://kurier.at/politik/inland/wegen-hitler-geburtstag-hofer-suspendiert-fpoe-klubobmann-in-noe/400612277>. Accessed: Nov. 28, 2025.
68. WEISSKIRCHER, Manès. A normal(ised) far-right party? A long-term perspective on the FPÖ's electoral strength in Austria. *The Political Quarterly*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-923X.13556>
69. WEISSKIRCHER, Manès. The strength of far-right AfD in Eastern Germany: The East-West divide and the multiple causes behind 'populism'. *The Political Quarterly*, v. 91, n. 3, p. 614-622, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12859>

Submissão em 30 de novembro de 2025.

Aceito em 14 de janeiro de 2026.



DOSSIÊ

O PROTETOR E O JUSTICEIRO: A ARQUITETURA MORAL DO POPULISMO DE DIREITA NOS DISCURSOS DE BOLSONARO (2018) E MILEI (2023)

THE PROTECTOR AND THE AVENGER: THE MORAL ARCHITECTURE OF RIGHT-WING POPULISM IN THE DISCOURSES OF BOLSONARO (2018) AND MILEI (2023)

Pedro Santos Mundim * 

Marcella Soares Mendonça ** 

* Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia, GO, Brasil.
E-mail: psmundim@ufg.br

** Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia, GO, Brasil.
E-mail: marcellamendonca@discente.ufg.br

RESUMO

O artigo analisa como Jair Bolsonaro (2018) e Javier Milei (2023) utilizaram fundamentos morais em seus discursos para construir narrativas de “herói nacional” e mobilizar seus apoiadores. A partir de uma análise de conteúdo quantitativa dos tuítes publicados em seus anos eleitorais, e com o uso do Dicionário de Fundamentos Morais (MFD), foram mapeadas as frequências de apelos morais em suas comunicações. Os resultados revelam duas arquiteturas morais distintas: enquanto Bolsonaro construiu um “Herói Protetor”, com ênfase na Autoridade, Lealdade e na denúncia do Dano, Milei personificou um “Herói Justiceiro”, focando na denúncia da Trapaça e da Degradação e em uma proposta de Equidade. O estudo conclui que o sucesso do populismo de direita na região reside em sua capacidade de adaptar o vocabulário moral às crises e ressentimentos de cada contexto nacional.

Palavras-chave: Extrema Direita; Populismo; Fundamentos Morais; Discurso Político; América Latina.

ABSTRACT

The article analyzes how Jair Bolsonaro (2018) and Javier Milei (2023) used moral foundations in their discourse to build "national hero" narratives and mobilize their supporters. Through a quantitative content analysis of tweets published in their respective election years, and using the Moral Foundations Dictionary (MFD), the frequency of moral appeals in their communications was mapped. The results reveal two distinct moral architectures: while Bolsonaro constructed a "Protector Hero", with an emphasis on Authority, Loyalty, and the denunciation of Harm, Milei personified an "Avenging Hero", focusing on the denunciation of Cheating and Degradation, and on a proposal of Fairness. The study concludes that the success of right-wing populism in the region lies in its ability to adapt its moral vocabulary to the crises and resentments of each national context.

Keywords: Far-Right; Populism; Moral Foundations; Political Discourse; Latin America.

INTRODUÇÃO

“By the pricking of my thumbs, Something wicked this way comes”

William Shakespeare (citado por Bruce Dickinson em “The Book of Thel”)

A ascensão de líderes da nova direita na América Latina, exemplificada pelas vitórias de Jair Bolsonaro no Brasil (2018) e Javier Milei na Argentina (2023), representa um ponto de inflexão para os estudos sobre comportamento político e comunicação. Em um cenário de crescente fragmentação midiática (Napoli, 2011; Prior, 2007), esses atores consolidaram um ecossistema de populismo digital (Cesarino, 2020) que amplificou a eficácia de uma retórica que enquadra a política como uma luta entre um “povo” virtuoso e elites corruptas (Hawkins, 2009; Mudde, 2004; Norris; Inglehart, 2019).

Nesse contexto, líderes como Bolsonaro e Milei exploram ansiedades econômicas e inseguranças culturais para construir a imagem de um “mito do herói nacional”, uma figura salvacionista que encarna a “alma da nação” em momentos de crise (Fraga, 2012; Torre, 2010, 2017). Embora a literatura reconheça a centralidade dessa performance, ainda há uma lacuna na compreensão dos mecanismos afetivos específicos que garantem a resiliência desses alinhamentos políticos.

Neste artigo, defendemos que uma das chaves para entender o populismo de direita na América Latina reside na arquitetura moral de seus discursos. Argumentamos que, embora Bolsonaro e Milei compartilhem um repertório antissistema, eles evocam fundamentos morais distintos para construir modelos de herói adaptados às crises e aos ressentimentos de seus contextos nacionais. A análise dessa gramática moral permite ir além da superfície da retórica populista para entender como sentimentos de lealdade, autoridade e justiça são acionados para transformar insatisfação em capital político. A identificação desses mecanismos não implica o estabelecimento de uma relação de causalidade direta entre a retórica moral e o resultado das urnas, mas o mapeamento de padrões discursivos e estratégias de mobilização que demonstram alta afinidade com os anseios de seus respectivos eleitorados.

A análise se baseia na Teoria dos Fundamentos Morais (TFM) (Graham *et al.*, 2013; Haidt, 2013), que postula que julgamentos políticos derivam de intuições morais inatas (Cuidado, Equidade, Lealdade, Autoridade e Santidade), com a razão operando a posteriori para justificá-las (Haidt, 2001). A abordagem permite mapear como os discursos ressoam com as matrizes morais do eleitorado (Strupp-Levitsky *et al.*, 2020; Zacarias; Almeida; Modesto, 2024), ativando sentimentos de ameaça e coesão grupal.

A estratégia empírica consiste em uma análise de conteúdo comparativa dos discursos de Bolsonaro e Milei na plataforma X (antigo Twitter) durante os anos em que foram eleitos. Utilizando o Dicionário dos Fundamentos Morais (DFM), foi mapeada a frequência com que cada candidato acionou os diferentes pilares morais em suas comunicações, permitindo uma análise sistemática das ênfases e omissões na arquitetura moral de cada ator, revelando as semelhanças e diferenças em suas estratégias de mobilização.

Os resultados revelam duas arquiteturas morais distintas. Enquanto Bolsonaro construiu a persona de um “Herói Protetor”, com uma retórica que prioriza a Autoridade, a Lealdade e a denúncia do Dano – ameaças que causariam prejuízo físico e moral ao “cidadão de bem” –, Milei personificou um “Herói Justiceiro”, cuja

retórica de ataque é focada na denúncia da Trapaça e da Degradação, com uma proposta virtuosa que enfatiza a Equidade. Essas diferenças não são aleatórias, mas duas performances políticas distintas desenhadas para mobilizar afetos em resposta a crises de natureza diferente.

O artigo está organizado da seguinte forma. A próxima seção apresenta o arcabouço teórico do estudo, definindo o conceito de direita radical populista e analisando sua ascensão na América Latina a partir da convergência de múltiplos fatores que permitiram a construção de narrativas de herói nacional. Em seguida, apresentamos a TFM como a ferramenta analítica para decodificar esses discursos. Por fim, procedemos à análise comparativa dos casos de Bolsonaro e Milei, demonstrando suas distintas estratégias morais. A conclusão sintetiza os achados e discute suas implicações para o estudo da democracia na América Latina.

A DIREITA RADICAL POPULISTA E O MITO DO HERÓI NACIONAL

A ascensão da direita radical populista na América Latina constitui um fenômeno político marcante do século XXI. Para analisá-lo, é crucial partir de uma definição precisa. Segundo Mudde (2007), a direita radical populista pode ser caracterizada por uma combinação de três elementos: o nativismo, que se manifesta como nacionalismo extremo e xenofobia; o autoritarismo, que preza a ordem como resultado da submissão à autoridade; e o populismo, uma lógica que divide a sociedade entre um povo puro e elites corruptas. Essa estrutura conceitual é fundamental para compreender as particularidades do fenômeno na região, onde tais elementos se articulam a instituições frágeis, desigualdade persistente e uma religiosidade crescente¹.

Nesse sentido, o trabalho adota a definição de direita radical populista para designar atores que, embora operem dentro do espectro democrático, desafiam o pluralismo liberal mediante a tríade composta por nativismo, autoritarismo e populismo. A expressão extrema-direita é aqui empregada como uma categoria guarda-chuva, abarcando tendências abertamente antidemocráticas que extrapolam a institucionalidade. É importante, contudo, distinguir esses movimentos do conservadorismo tradicional: enquanto este preza pela preservação das instituições e por mudanças graduais, lideranças como Bolsonaro e Milei assumem uma postura disruptiva e antissistema (Lynch; Cassimiro, 2022). Essa distinção permite compreender como o populismo atua para cindir o campo social entre um povo virtuoso e elites corruptas, utilizando essa fronteira não apenas como estratégia política, mas como uma divisão moral existencial.

Na América Latina, o fortalecimento da direita radical populista ocorreu concomitantemente à deslegitimação e ao esgotamento da chamada “Onda Rosa”, um ciclo de governos de esquerda e centro-esquerda que ascenderam ao poder no início dos anos 2000 (Cleary, 2006; Pereira da Silva, 2018). Lideranças como Hugo Chávez, Lula e Néstor Kirchner partilhavam uma agenda de crítica ao Consenso de Washington, mas o ciclo progressista mostrou-se vulnerável a fatores como a queda nos preços das *commodities* e a crise global de 2008 (Campello; Zucco, 2016).

O subsequente fim do crescimento econômico, somado a escândalos de corrupção (Hunter; Power, 2019) e à resistência das classes média e alta a políticas de inclusão social (Borba; Ribeiro; Okado, 2023; Hilgers; Calderón; Honigmann, 2022; Porto,

¹ Vale notar que a dimensão do autoritarismo deste trabalho dialoga com a tradição dos estudos clássicos sobre a personalidade autoritária (Adorno *et al.*, 1950), que investiga a predisposição psicológica para a submissão a líderes fortes e a agressão contra grupos desviantes.

2023), forneceu o substrato ideal para o que Norris e Inglehart (2019) denominam retrocesso cultural: uma forte reação conservadora às transformações socioculturais e à expansão de valores pós-materialistas. Foi nesse terreno fértil que floresceu a direita radical populista latino-americana.

Diferentemente das direitas tradicionais, a direita radical populista se caracteriza por um forte componente antissistema, mobilizando setores populares a partir de narrativas morais, associadas ao fundamentalismo religioso e ao uso intensivo das mídias digitais (Cesarino, 2020; Oliveira; Leite; Marques, 2021). Figuras como Bolsonaro e Milei emergem como uma ruptura paradigmática, personificando essa nova força que se posiciona contra o “comunismo” e o “globalismo”, categorias genéricas usadas para desqualificar adversários (Mayer, 2024; Rennó, 2020; Zilla, 2020, 2024). A estratégia se vale de uma lógica populista que, segundo Ernesto Laclau (2013), articula demandas heterogêneas ao construir uma fronteira antagônica entre o “povo” e seus “inimigos”.

Essa modalidade de direita radical populista, como aponta Mouffe (2019), tende a mobilizar ressentimentos para potencializar projetos excludentes. O sucesso dessa empreitada é amplificado pela fragilidade crônica das instituições democráticas na região, marcadas por enclaves autoritários (Garretón, 2003) e por um formato de democracia delegativa que carece de controles efetivos sobre o executivo (O'Donnell, 1994).

Nesse contexto, os líderes da direita radical populista recorrem ao populismo autoritário como estratégia para se valer dos procedimentos democráticos e corroer gradualmente suas bases, em um processo que Levitsky e Ziblatt (2018) descrevem como a “morte lenta da democracia”, caracterizada pela rejeição às regras do jogo e a deslegitimação de oponentes. Essa tensão evidencia um dilema analítico: enquanto diagnósticos normativos destacam a erosão institucional, a perspectiva discursiva de Laclau (2013) e Mouffe (2019) ressalta o caráter constitutivo do antagonismo, revelando diferentes leituras sobre os efeitos do populismo.

Essa erosão é acentuada pela dificuldade em construir consensos mínimos em torno de valores democráticos. Como argumentam Levitsky e Ziblatt (2018), a estabilidade democrática depende de normas não escritas de tolerância e contenção, cuja ausência alimenta a polarização afetiva, marcada pela hostilidade emocional entre grupos políticos (McCoy; Somer, 2018). A ascensão desses movimentos, portanto, não pode ser atribuída a um único fator, mas a uma convergência de crises. A dimensão econômica é central, marcada pela insegurança (Rodrik, 2018) e pela frustração das expectativas de mobilidade da “nova classe média” (Ferreira *et al.*, 2013). A dimensão institucional se manifesta na “desconsolidação democrática” (Foa; Mounk, 2017) e no declínio acentuado da confiança nas instituições, documentado no Barômetro das Américas (Lupu *et al.*, 2023).

A dimensão religiosa também é importante, com o ativismo religioso conservador (Vaggione, 2022) ganhando força através da crescente politização dos evangélicos, que se tornaram uma base de apoio crucial para a nova direita, especialmente no Brasil (Nicolau, 2020). Essa influência se manifesta na centralidade de temas como família, sexualidade e aborto nas campanhas eleitorais (Cunha, 2016). Por fim, a dimensão tecnológica, com a criação de câmaras de eco (Boulianne; Koc-Michalska; Bimber, 2020) nas redes sociais, permitiu a disseminação de desinformação e a formação de ecossistemas digitais paralelos.

É a partir dessa confluência de fatores que se constrói a retórica do mito do herói nacional, um líder salvador que promete restaurar a ordem e expurgar os “inimigos

internos” da nação. Compreendemos o herói nacional não apenas como metáfora narrativa, mas como tipo ideal performativo que organiza valores morais e afetivos em torno da promessa de redenção coletiva. Essa construção se apoia em performances de “masculinidade hegemônica” (Connell, 2015), como o gesto de arma de Bolsonaro ou a motosserra de Milei, que simbolizam a ruptura violenta com o *status quo*.

A eficácia dessa estratégia reside na criação do que Gerbaudo (2019) chama de “carisma digital”, uma percepção de autenticidade que fortalece o vínculo entre líder e seguidores, enquanto a retórica inflamatória é premiada pelos algoritmos das plataformas digitais (Cesarino, 2019). Compreender o que esses líderes fazem, contudo, exige uma análise mais profunda de como seus discursos ressoam no campo afetivo e moral dos eleitores. Essa multiplicidade de dimensões sugere, portanto, que diferentes contextos de crise favorecem diferentes arquétipos de herói: ora o Protetor, que promete segurança diante de ameaças existenciais, ora o Justiceiro, que encarna a punição contra a corrupção e a degradação moral.

A ARQUITETURA MORAL DO DISCURSO POLÍTICO: A TEORIA DOS FUNDAMENTOS MORAIS

Embora a tradição discursiva do populismo identifique a centralidade do antagonismo, ela frequentemente silencia sobre as bases psicológicas que tornam certas fronteiras mais eficazes que outras. Este estudo busca preencher essa lacuna, operando analiticamente a ideia de que a mobilização populista de ressentimentos não ocorre de forma aleatória, mas através da ativação de matrizes morais específicas do eleitorado. Assim, a arquitetura moral do discurso funciona como a ponte entre as estruturas afetivas universais e as performances retóricas de líderes como Bolsonaro e Milei.

Para decodificar os mecanismos de mobilização afetiva da nova direita, este artigo recorre à Teoria dos Fundamentos Morais (TFM) (Graham *et al.*, 2013; Haidt, 2013). Embora a TFM tenha sua própria linhagem teórica, sua aplicação na Ciência Política dialoga com uma longa tradição de estudos sobre as bases psicológicas do comportamento, como as investigações sobre o autoritarismo (Altemeyer, 1981) e a Teoria da Identidade Social (Tajfel; Turner, 1979), que explica a tendência humana de categorizar o mundo em “nós” *versus* “eles”.

Nesse sentido, a TFM oferece um modelo para entender como os discursos políticos ativam intuições morais profundas, desafiando modelos puramente racionalistas ao postular que as intuições vêm primeiro e o raciocínio estratégico vem depois (Haidt, 2001). Além disso, ela conecta a dimensão cognitiva da psicologia moral ao terreno discursivo da política, funcionando como um elo entre estruturas afetivas universais e performances retóricas específicas.

A TFM identifica um conjunto de fundamentos morais inatos, moldados pela evolução e pela cultura (Haidt, 2013). O fundamento Cuidado/Dano ancora a sensibilidade ao sofrimento, sendo central para a defesa de minorias entre progressistas, enquanto conservadores tendem a direcioná-lo à proteção do endogrupo (família, nação). O pilar Equidade/Trapaça, baseado no altruísmo recíproco, é interpretado por progressistas como uma busca por igualdade de resultados, mas para conservadores significa proporcionalidade, onde o mérito deve ser recompensado, e a trapaça, punida. Os fundamentos seguintes são cruciais para a coesão de grupos: a Lealdade/Traição sustenta virtudes como o patriotismo; a Autoridade/Subversão se liga ao respeito a hierarquias e tradições; e a

Santidade/Degradação se manifesta como uma aversão ao que é considerado impuro, sendo central em debates sobre sexualidade e religião.

A funcionalidade analítica desses fundamentos reside em sua estrutura dual, que os contrapõe entre um polo de virtude e um de vício. Essa polaridade é um módulo adaptativo que mobiliza a sensibilidade do público a certos eventos, sendo um recurso central nas grandes narrativas sociais. Conforme Haidt (2013), o polo da virtude é acionado quando o discurso exalta os ideais de coesão do grupo, enquanto o polo do vício é ativado para identificar a violação desses mesmos ideais. A identificação dessa valência no discurso político é, portanto, essencial para compreender como os atores constroem seus aliados e inimigos em termos morais. Esse contraste entre virtude e vício não opera apenas no plano moral individual, mas serve como matriz narrativa capaz de definir aliados e inimigos, transformando disputas políticas em embates existenciais.

A principal contribuição da TFM para este estudo é a descoberta de que progressistas e conservadores constroem suas visões de mundo a partir de diferentes “paletas” morais (Graham; Haidt; Nosek, 2009; Haidt; Graham; Joseph, 2009). Enquanto a moralidade progressista se concentra fortemente nos fundamentos individualizantes de Cuidado e Equidade, a moralidade conservadora utiliza de forma equilibrada todos os cinco fundamentos, com especial ênfase nos pilares que fortalecem a coesão grupal: Lealdade, Autoridade e Santidade (Haidt; Graham, 2007). Essa assimetria explica o que Haidt (2013) denomina de “vantagem conservadora” na comunicação política.

Ao apelar para um espectro mais amplo de intuições morais, os discursos de direita conseguem ressoar com uma gama maior de preocupações do eleitorado, especialmente aquelas ligadas à ordem, segurança e identidade coletiva. Eles mobilizam o “capital moral” de uma comunidade, como seus valores e normas compartilhadas, para suprimir o egoísmo e fortalecer a cooperação intragrupo. Sob a pressão da comunidade, o pensamento crítico individual tende a ser inibido, levando a um estado de “menoridade psicológica”, uma imersão profunda no pensamento do grupo (Rodrigues, 2018). É essa capacidade de ativar os fundamentos de Lealdade, Autoridade e Santidade que permite aos líderes populistas enquadrarem o debate não como uma disputa de projetos, mas como uma batalha entre o bem e o mal².

Sob esta ótica, a articulação entre a tradição discursiva de Laclau (2013) e Mouffe (2019) e a abordagem da TFM reside na compreensão de que, se o populismo fornece a gramática do antagonismo entre “povo” e “inimigo”, a TFM explicita a semântica moral que dá substância e ressonância afetiva a esse antagonismo. Propomos que o alinhamento de diversas demandas do povo contra um inimigo comum é sustentado por uma base moral, o que transforma a política em um embate de valores.

Portanto, a TFM oferece a ferramenta analítica precisa para investigar a arquitetura moral dos discursos de Bolsonaro e Milei. Ela nos permite ir além da superfície da retórica populista para examinar como a seleção e a ênfase em cada fundamento moral constroem diferentes modelos de herói, moldados para ressoar com as crises e os anseios específicos de seus eleitorados. Se o populismo fornece a gramática do antagonismo, a TFM explicita a semântica moral que dá substância a esse

² Reconhecemos debates sobre a validade intercultural da TFM (Haidt, 2013) e sobre a distinção entre retórica moral e cognição moral (Graham *et al.*, 2013). Por isso, neste estudo, empregamos o modelo de forma instrumental, como ferramenta analítica para codificar linguagem moral de forma comparativa e aplicada ao contexto latino-americano.

antagonismo, iluminando como ressentimento e medo são convertidos em capital político.

METODOLOGIA E DADOS

Para testar o argumento central deste artigo, foi desenhada uma análise de conteúdo quantitativa e comparativa, focada nos discursos de Bolsonaro e Milei. O objetivo é mapear a arquitetura moral de suas comunicações durante os períodos eleitorais em que foram vitoriosos, identificando a frequência com que acionaram diferentes fundamentos morais. O método se baseia na codificação de informações para transformar dados qualitativos (os textos dos tuítes) em dados quantitativos (as frequências de palavras), permitindo a identificação sistemática de padrões.

O corpus da análise é composto pela totalidade das publicações feitas pelos candidatos em suas contas oficiais na plataforma X (antigo *Twitter*), extraídas por meio de técnicas de *web scraping* automatizado. A escolha dessa plataforma justifica-se por sua centralidade no ecossistema do populismo digital. Conforme aponta Cesarino (2020), a rede funciona como uma arena de agendamento político, onde lideranças da direita radical populista estabelecem diretrizes discursivas e constroem um canal de comunicação direto e não mediado com seus seguidores. Por sua natureza pública e de rápida disseminação, a plataforma se tornou uma arena privilegiada para a construção de narrativas e a mobilização de afetos, tornando-a a fonte de dados ideal para este estudo.

O levantamento dos dados cobriu os anos eleitorais de cada candidato. Para Bolsonaro, foram coletados 547 tuítes publicados entre 1º de janeiro e 28 de outubro de 2018³. Para Milei, o corpus inicial inclui 959 tuítes, abrangendo o período de 1º de janeiro a 19 de novembro de 2023. A análise da integralidade das postagens no período se justifica pela necessidade de capturar a consistência da estratégia discursiva em seu momento de maior intensidade.

O processo de coleta e pré-processamento dos dados buscou garantir a validade do corpus. A primeira etapa de filtragem consistiu na exclusão de todos os retuítes e respostas, mantendo-se apenas os tuítes originais de cada candidato para focar exclusivamente em seu discurso autoral. Em seguida, foi realizado um pré-processamento textual para a limpeza dos dados, que incluiu a conversão de todo o texto para minúsculas, a remoção de URLs, menções a outros usuários (@), hashtags e pontuação.

A análise empírica foi conduzida em duas frentes para garantir a máxima robustez dos achados. A Análise 1, que chamamos de principal, consistiu na aplicação de versões do Dicionário de Fundamentos Morais (MFD) nas línguas originais dos tuítes (MFD-BR para o português e Spanish-mfd para o espanhol), preservando a nuance do discurso. A análise 2, que chamamos de teste de robustez, seguiu um procedimento diferente. Todo o corpus de tuítes foi primeiramente traduzido para o inglês. Em seguida, foi aplicada a versão original e mais ampla do Dicionário Estendido de Fundamentos Morais (eMFD), conforme desenvolvido por Hopp *et al.* (2021).

A estratégia de análise dupla implica um reconhecido *trade-off* metodológico, resultando em um número total de palavras morais identificadas diferente entre os dois testes. Essa variação é esperada e se deve a três fatores: às diferenças linguístico-culturais inerentes à comparação entre o português e o espanhol; à maior abrangência

³ Agradecemos a Denise Clara Santos Santana, mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais pela UFG, pela coleta e disponibilização do material.

do léxico eMFD em comparação com o MFD, que por definição captura mais termos; e ao processo de tradução automática para o inglês, que, embora permita o uso de um dicionário mais robusto, acarreta o risco de perda de nuances e criação de artefatos que impactam as contagens. Contudo, a forte convergência na direção dos resultados em ambas as análises, apesar dessas distorções e diferenças numéricas, é o que confere maior validade e robustez às conclusões deste estudo, demonstrando que os padrões identificados não são um mero artefato de um único método.

O processo de codificação e análise foi inteiramente automatizado em Python⁴. A unidade de análise foi o tuíte individual, e as variáveis correspondem à frequência de palavras associadas a cada um dos cinco fundamentos morais, categorizadas em seus polos de virtude e vício. Do corpus inicial, foram considerados para a contagem final apenas os tuítes que continham ao menos uma palavra com carga moral (N = 301 para Bolsonaro e N = 365 para Milei). Essa decisão metodológica implica que a análise recai sobre 55% do total de tuítes originais de Bolsonaro e 38% dos de Milei no período. A implicação analítica central é o refinamento do foco: ao excluir postagens puramente informativas, logísticas ou de agenda, isolamos a densidade moral da comunicação. Por isso, as frequências relativas apresentadas não descrevem o volume bruto da comunicação, mas a estrutura qualitativa e a ênfase dos componentes afetivo-morais de cada líder. Finalmente, para validar as diferenças observadas, foi aplicado um teste qui-quadrado de independência sobre as frequências absolutas. A análise interpretativa dos resultados no corpo do artigo se baseia nas frequências relativas calculadas dentro de cada polo, que permitem uma comparação justa entre as estratégias retóricas.

Por fim, deve-se reconhecer a limitação inerente a um método de dicionário automatizado. A abordagem, embora poderosa para identificar padrões em larga escala, pode ser cega a nuances contextuais cruciais como a ironia, o sarcasmo ou a citação de terceiros, o que pode levar a erros pontuais de codificação. A decisão de não realizar uma checagem manual de validade em uma subamostra, embora comum em estudos exploratórios de larga escala, representa um limite que deve ser considerado na interpretação dos achados. A confiança nos resultados deriva, portanto, não de uma precisão perfeita em nível micro, mas da força dos padrões que emergem em nível macro e da convergência entre as duas estratégias analíticas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos discursos de Bolsonaro e Milei revela que, embora ambos se apoiem em uma retórica populista antissistema, suas estratégias de mobilização moral são distintas. A análise da frequência com que cada líder acionou os fundamentos morais em seus tuítes durante os respectivos anos eleitorais permite decodificar a construção de duas personas de herói nacional diferentes, cada uma calibrada para ressoar com as crises e os ressentimentos de seus contextos específicos.

Mas antes de proceder à análise comparativa, é importante discutir a arquitetura moral de cada caso, contextualizando os dados à luz dos cenários políticos do Brasil em 2018 e da Argentina em 2023. A Tabela 1 apresenta os dados das frequências relativas calculadas dentro de cada polo (virtude e vício). A significância estatística das diferenças entre os dois líderes, validada pelo teste qui-quadrado, já sinaliza a

⁴ Todos os dados e materiais necessários para reproduzir os achados deste artigo, incluindo a análise detalhada e a tabela de resultados do teste de robustez, os arquivos com os tuítes, os dicionários de fundamentos morais e os *scripts* de análise em Python, podem ser solicitados diretamente ao primeiro autor do artigo.

existência de duas estratégias distintas, tanto na construção da virtude quanto, de forma mais acentuada, na elaboração do vício.

Tabela 1 – Distribuição dos fundamentos morais nos discursos de Bolsonaro e Milei, por polo

Polo	Fundamento	Jair Bolsonaro		Javier Milei	
		N	%	N	%
Virtude	Cuidado	43	19,8%	35	14,3%
	Equidade	12	5,5%	37	15,1%
	Lealdade	72	33,2%	74	30,2%
	Autoridade	75	34,6%	78	31,8%
	Santidade	15	6,9%	21	8,6%
	Total Virtude	217	100,0%	245	100,0%
Vício	Dano	60	71,4%	39	32,5%
	Trapaça	7	8,3%	48	40,0%
	Traição	8	9,5%	9	7,5%
	Subversão	7	8,3%	3	2,5%
	Degradação	2	2,4%	21	17,5%
	Total Vício	84	100%	120	100%

Fonte: Elaboração própria. Nota: Teste qui-quadrado de independência para a distribuição dentro dos polos: Polo da Virtude: $\chi^2(4) = 13,01$, $p = 0,0112$; Polo do Vício: $\chi^2(4) = 47,5$, $p = 0,000$.

A RETÓRICA DA ORDEM E PROTEÇÃO DE BOLSONARO

A eleição de Bolsonaro em 2018 materializou o ápice de um do período conturbado da história política brasileira. Esse ambiente de instabilidade e desencanto com os governos de esquerda (Zacarias; Almeida; Modesto, 2024) criou as condições ideais para a emergência de uma figura de um herói nacional que, como aponta Fraga (2012), surge com força em momentos de crise. Embora fosse um deputado com quase trinta anos de carreira, Bolsonaro projetou com sucesso a imagem de um *outsider* que se opunha à velha política (Oliveira; Leite; Marques, 2021), construindo um carisma antagônico sobre uma cruzada punitivista contra o politicamente correto (Cesarino, 2019).

A eficácia de sua campanha foi amplificada pela estratégia de populismo digital, que lhe permitiu construir um canal de comunicação direto com seus apoiadores (Cesarino, 2020). O evento que cristalizou sua imagem de herói, contudo, foi o atentado a faca sofrido em setembro de 2018. O ataque físico transformou seu corpo em uma metáfora do corpo político da nação sob ameaça, consolidando sua figura como a de um líder predestinado a uma missão salvacionista (Cesarino, 2019). A análise da arquitetura moral de seu discurso no *Twitter*, como detalhado na Tabela 1, permite decodificar como essa performance de Herói Protetor foi construída para dialogar com as ansiedades do eleitorado brasileiro.

No polo da virtude, a retórica de Bolsonaro é dominada pelos pilares da Autoridade (34,6%) e da Lealdade (33,2%), que juntos respondem por 68% de sua comunicação positiva. A ênfase na Autoridade, personificada em sua figura de capitão do Exército, manifesta-se em apelos constantes à hierarquia, à disciplina e ao respeito às instituições de força e segurança, como no tuíte: “A continência. O respeito à Bandeira. O coração de um povo. Viva nossa Marinha. Viva o Brasil” (Bolsonaro, 2018).

O pilar da Lealdade, por sua vez, foi o principal instrumento para forjar a identidade do grupo, o “nós” (cidadãos de bem) contra “eles” (a esquerda corrupta), mobilizando símbolos nacionais para criar um sentimento de pertencimento. Esse arranjo revela a centralidade da ordem e da coesão grupal na construção do Herói Protetor, cuja legitimidade repousa na promessa de unir o povo em torno da disciplina e da lealdade.

Se sua estratégia de virtude se concentra em unir e ordenar o grupo, sua estratégia de vício foca em identificar a ameaça contra a qual esse grupo precisa ser protegido. A sua retórica de ataque é quase monotemática: 71,4% de seus apelos se concentram no fundamento do Dano. Ao focar nesse polo, Bolsonaro enquadra a criminalidade e o progressismo como ataques existenciais. Essa estratégia legitima sua persona de Herói Protetor, pois se o dano é iminente e violento, a proteção exige uma autoridade forte e resoluta. Seus adversários e os problemas do país não são enquadrados como trapaceiros ou subversivos, mas como uma ameaça física e existencial à família e ao cidadão de bem. Essa retórica justifica a violência como um ato de proteção necessário, como ilustrado na postagem em que parabeniza policiais pela morte de criminosos em Manaus⁵. Ao definir a política como uma guerra contra o Dano, Bolsonaro se posiciona não como um reformador, mas como um protetor cuja função primordial é defender seu povo de um perigo constante.

A análise da distribuição dos fundamentos revela também as omissões estratégicas. O pilar da Equidade (5,5%), por exemplo, é residual em sua comunicação. Isso indica que a promessa de Bolsonaro não se ancora em um ideal de justiça ou reparação de desigualdades, mas na coesão do grupo e na restauração da hierarquia. A baixa incidência da Trapaça (8,3%) como vício reforça essa interpretação: embora sua campanha tivesse um forte apelo anticorrupção, o enquadramento moral do problema não era o da injustiça ou da quebra de regras, mas o da Subversão (8,3%) da ordem e da ameaça de Dano à nação.

A solução, portanto, não seria um processo de justiça, mas a imposição de uma autoridade forte. Essa ênfase na Autoridade e no Dano, em detrimento da Trapaça (regras e justiça institucional), marca a fronteira entre o discurso bolsonarista e o conservadorismo tradicional. Enquanto este último buscaria a preservação da ordem por meio do fortalecimento das instituições de controle, a direita radical populista de Bolsonaro as contorna, propondo uma solução disruptiva e personalista baseada na eliminação física ou moral da ameaça.

Finalmente, o fundamento da Santidade é mobilizado de forma pontual, mas estratégica (6,9%). O slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é a manifestação mais clara dessa tática, que busca associar seu projeto político a uma missão divina. A retórica da Santidade é utilizada para criar “pânicos morais” (Cunha, 2016) em torno de temas como a ideologia de gênero, enquadrando pautas progressistas não como avanços de direitos, mas como uma ameaça de degradação às instituições sagradas da família e da infância. A Santidade funciona como reforço à sua identidade de protetor, fornecendo ao arquétipo uma dimensão messiânica que aprofunda a ligação emocional com seus apoiadores.

Assim, a arquitetura moral do discurso de Bolsonaro é a de um Herói Protetor: sua promessa é a de impor a ordem (Autoridade) e unir seu povo (Lealdade), defendendo-o da ameaça constante do Dano, enquanto invoca a Santidade para legitimar sua

⁵ “Em situações como a que ocorreu em Manaus-AM, onde 4 bandidos foram abatidos durante uma ação em que usaram homens e mulheres inocentes como escudo humano, policiais devem ser condecorados e homenageados pelo sucesso na proteção dos cidadãos. Deixo aqui, novamente, meus parabéns!” (Bolsonaro, 2018).

cruzada. Esse modelo de liderança moral, ancorado na lógica da proteção, encontra ressonância em contextos de insegurança e polarização, nos quais a promessa de defesa coletiva é mais eficaz do que a promessa de justiça ou redistribuição. Embora essa eficácia sugira uma forte ressonância com o campo afetivo do eleitor, os dados aqui apresentados devem ser lidos como a descrição de uma performance política vitoriosa, e não como o único fator determinante do sucesso eleitoral.

A RETÓRICA DA JUSTIÇA E PURIFICAÇÃO DE MILEI

O contexto eleitoral que levou Milei à presidência da Argentina em 2023, embora com paralelos ao caso brasileiro, possui uma genealogia própria enraizada em décadas de crises econômicas que levaram ao colapso da confiança popular. O cenário de hiperinflação e exaustão com as forças políticas tradicionais não se limitava ao Peronismo/Kirchnerismo, mas se estendia à oposição de centro-direita, percebida por parte do eleitorado como “[...] branda demais no campo econômico e progressista demais nos aspectos culturais” (Morresi; Ramos, 2023, p. 2). Neste terreno de terra arrasada floresceu um *outsider* radical, cuja promessa de destruição completa do sistema (Oliveira; Leite; Marques, 2021) encontrou ressonância.

Milei encarnou esse simbolismo de forma magistral. Sua persona de “leão” e o uso da motosserra em comícios foram a encarnação performática da fúria popular, consolidando-o como o “convidado mal-educado da festa cívica” (Mazzarella, 2019, p. 51), que canalizava o desejo de vingança de um eleitorado farto de expectativas frustradas. Como um influenciador de direita, sua ascensão foi meteórica, alimentada por uma retórica agressiva e uma persona excêntrica que viralizaram nas redes sociais. A análise de seu discurso no *Twitter*, detalhada na Tabela 1, revela a arquitetura moral que sustentou essa performance de Herói Justiceiro, um modelo retórico fundamentalmente distinto do de Bolsonaro.

No polo da virtude, a retórica de Milei se apoia em uma combinação de Autoridade (31,8%) e Equidade (15,1%). Sua autoridade não emana da tradição ou de instituições que ele busca destruir, mas de sua identidade como um economista técnico e disruptivo, que supostamente entende a raiz dos problemas e tem a coragem de aplicar a solução, como no tuíte em que confronta o então presidente: “Fiquei sabendo que o inútil do Presidente @alferdez veio questionar de que eu vivo. Eu vivo do meu trabalho, Alberto. Como fiz a vida toda. Algo que você não entende [...]” (Milei, 2023)⁶. Para Milei, este pilar é central, articulado em torno de uma promessa de justiça contra um sistema parasitário, onde os “que trabalham” serão finalmente recompensados e a meritocracia será restaurada. Essa apropriação singular da Autoridade, vinculada não a hierarquias tradicionais, mas a um saber técnico, distingue Milei como justiceiro que desafia a ordem estabelecida para restaurar a Equidade.

Diferente da direita conservadora ou da centro-direita argentina, que Milei classifica como “morna” ou conivente com o sistema, sua retórica não visa reformar as instituições, mas purificá-las por meio de uma ruptura radical. Ao enquadrar a crise como uma Trapaça sistêmica da “casta”, ele transforma a demanda econômica em uma cruzada moral, distanciando-se da gestão institucional técnica do conservadorismo para adotar uma postura abertamente antissistema.

⁶ No original: “Me cuentan que el inútil del Presidente @alferdez salió a cuestionar de qué vivo. Vivo de mi laburo, Alberto. Como hice toda mi vida. Algo que vos no entendés porque te hiciste millonario de hacer lobby para esas multinacionales que decís odiar”.

É no polo do vício, no entanto, que a estratégia de Milei se torna reveladora. Sua retórica de ataque é construída sobre o pilar da Trapaça (40%). A “casta política” é definida, acima de tudo, por sua desonestidade. A crise argentina não é apresentada como resultado de incompetência ou de um projeto ideológico equivocados, mas como um crime moral continuado, uma fraude sistêmica perpetrada por “ladrões” e “parasitas”.

Esse enquadramento ressoa com a interpretação conservadora da equidade, que exige a punição severa dos que “trapaceiam” o sistema (Haidt, 2013). O uso exaustivo de termos como “casta”, “ladrões” e “traidores” mobiliza uma ira que busca vingança, como na postagem: “TRAIDORES E RASTEJANTES. Isto são os políticos da casta argentina. Se penduraram em @mauriciomacri durante 20 anos para roubar cargos e agora cospem nele. Nada de bom pode sair de um traidor” (Milei, 2023). Essa ênfase faz da justiça punitiva, mais do que da proteção coletiva, o núcleo de sua proposta moral, aproximando Milei do arquétipo do Justiceiro.

Milei também mobiliza o vício da Degradação (17,5%), retratando o sistema político como moral e economicamente podre, contaminado pela corrupção. Em seu discurso, a “pureza” não é religiosa ou espiritual, mas ideológica: a pureza de um libertário, a única força capaz de purificar a nação. A solução para a degradação do país é um chamado à ação radical: “Não só podemos terminar com a decadência de 100 anos, mas também podemos ganhar do Kirchnerismo [...] o que terminaria com 20 anos de fracassos, impunidade e corrupção” (Milei, 2023)⁷. A baixa ênfase na Subversão (2,5%) e na Traição (7,5%) como vícios principais é notável: o inimigo não é quem desobedece a ordem, mas quem a corrompe por dentro. A nação não precisa ser protegida contra ataques externos, mas purificada internamente dos seus corruptores.

Os demais fundamentos são adaptados a essa lógica. O Cuidado/Dano é ressignificado: o Dano (32,5%) não é a violência física, mas a “ignorância criminoso” da má gestão econômica que destrói o poder de compra; o Cuidado (14,3%) é a promessa de libertação dessa opressão. A Lealdade é exigida não ao Estado argentino, mas à “causa libertária”, uma identidade quase messiânica, como sugere o tuíte: “A vitória na guerra não depende da quantidade de soldados, mas sim das forças que vêm do céu” (Milei, 2023)⁸. Esses rearranjos reforçam o caráter disruptivo de sua retórica: Milei denuncia vícios, redefine virtudes e converte a luta pela Equidade em cruzada contra a Trapaça e a Degradação.

A arquitetura moral de Milei é a de um Herói Justiceiro: sua promessa é a de restaurar a Equidade através de sua Autoridade disruptiva, mas sua função primordial é expurgar a nação da Trapaça e da Degradação encarnadas pela casta. Esse modelo de liderança moral se sustenta na ideia de purificação, onde a política é reimaginada como tribunal de Justiça, em que o líder encarna a vingança coletiva contra os trapaceiros e corruptos que traíram a pátria. Nesse sentido, a arquitetura moral de Milei identifica um padrão de comunicação desenhado para canalizar a fúria popular, funcionando como uma ferramenta de engajamento em um cenário de crise, sem pretender esgotar a complexidade das razões que levaram à sua eleição.

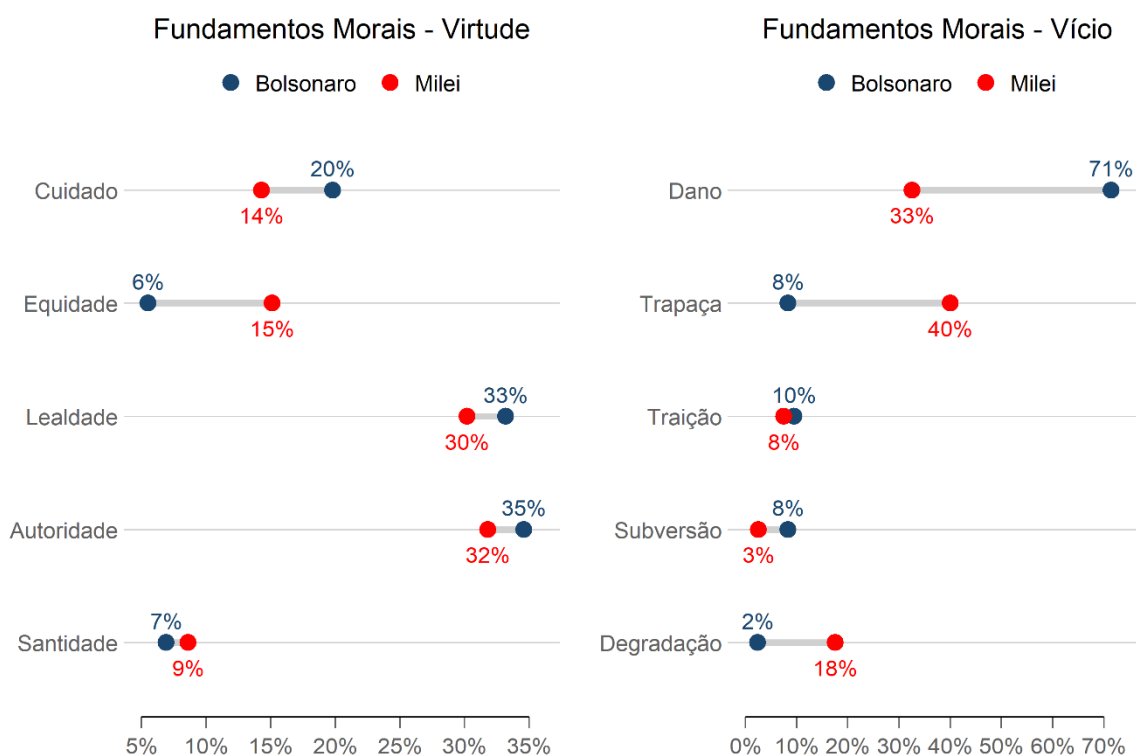
⁷ No original: “TRAIDORES Y ARRASTRADOS. Esto son los políticos casta argentinos. Se colgaron de @mauriciomacri durante 20 años para robar cargos y ahora lo escupen. Nada bueno puede salir de un traidor”.

⁸ No original: “La victoria en la guerra no depende de la cantidad de soldados sino de las fuerzas que vienen del Cielo”.

ANÁLISE COMPARATIVA: DOIS MODELOS DE HERÓI DA DIREITA POPULISTA

As análises individuais das arquiteturas morais de Bolsonaro e Milei demonstram que, embora ambos se inscrevam na direita radical populista latino-americana, suas estratégias discursivas para a construção da persona de herói nacional são profundamente distintas. Os dados sugerem que suas escolhas retóricas não são aleatórias, mas apostas em eixos morais diferentes, calibradas para as crises e anseios de seus respectivos eleitorados. Esta seção final se dedica a aprofundar a comparação entre os dois líderes para explicar as diferenças e semelhanças em seus modelos de mobilização. Os gráficos da Figura 1 apresentam de forma mais clara e direta os contrastes e as convergências.

Figura 1 – Comparação da ênfase percentual nos fundamentos morais (dentro de cada polo) nos discursos de Bolsonaro (2018) e Milei (2023).



Fonte: Elaboração própria.

A comparação das arquiteturas morais de Bolsonaro e Milei revela duas performances políticas distintas. Embora compartilhem um DNA conservador, trata-se de dois arquétipos contrastantes do herói nacional populista: o protetor, que defende o grupo de uma ameaça existencial, e o justiceiro, que purifica a comunidade ao eliminar seus corruptores.

No polo da virtude, ambos dedicam a maior parte de sua retórica aos pilares da Autoridade (34,6% e 31,8%, respectivamente) e da Lealdade (33,2% e 30,2%). Essa convergência representa a espinha dorsal do discurso da direita radical populista, que

responde a um cenário de retrocesso cultural com a promessa de restaurar a ordem, a hierarquia e a coesão do grupo (pátria, família). Contudo, é na disparidade sobre o pilar da Equidade que seus projetos se distinguem: enquanto para Bolsonaro este fundamento é residual (5,5%), para Milei ele tem maior protagonismo (15,1%). A diferença sugere que a Autoridade pode ser mobilizada tanto para proteger quanto para punir, dependendo do fundamento complementar que a acompanha.

Se as propostas de virtude divergem, as estratégias de ataque, reveladas no polo do vício, são opostas, distinguindo os dois modelos de herói. Bolsonaro constrói sua persona como o Herói Protetor, cuja retórica de ataque é focada no fundamento do Dano (71,4%). Para ele, o inimigo é uma ameaça existencial que causa prejuízo físico e moral ao seu grupo: o criminoso que ameaça o cidadão de bem, o professor que doutrina e corrompe a infância, o ativista que ataca a família tradicional. Sua resposta à crise é, portanto, a proteção, a defesa e a justificação da eliminação violenta dessa fonte de dano, uma estratégia perfeitamente alinhada a um eleitorado imerso em uma crise de segurança pública e em pânicos morais.

Milei, em contraste, encarna o Herói Justiceiro, cuja missão não é primariamente proteger o povo de uma ameaça externa, mas expurgar a nação de uma podridão interna. Sua retórica de ataque é predominantemente construída sobre o pilar da Trapaça (40%) e, secundariamente, da Degradação (17,5%). O inimigo, a casta, não é definido por sua violência, mas por sua desonestidade, sua corrupção e sua imoralidade, transformando a crise econômica argentina em uma fraude moral que exige vingança. A ênfase na Trapaça é a prova de que seu projeto é uma cruzada contra a desonestidade sistêmica, enquanto a Degradação complementa essa imagem, pintando a casta como trapaceira, moralmente falida e contaminada. Essa lógica de purificação interna contrasta frontalmente com a lógica de proteção externa que estrutura o discurso de Bolsonaro.

Essas arquiteturas morais distintas foram perfeitamente calibradas para seus contextos. No Brasil de 2018, a promessa de um Herói Protetor que combateria o Dano encontrou um público receptivo às suas preocupações com segurança e valores. Na Argentina de 2023, a promessa de um Herói Justiceiro que aniquilaria a Trapaça e a Degradação da casta canalizou a fúria e o desejo de ruptura. Como sugere a metáfora de Haidt (2013), ambos foram mestres em “falar com o elefante” de seu público. A análise comparativa mostra, contudo, que eles o fazem em dialetos morais distintos, revelando como a plasticidade da nova direita permite que diferentes crises sejam traduzidas em narrativas heroicas sustentadas por fundamentos morais específicos.

CONCLUSÃO

A análise comparativa dos discursos de Bolsonaro e Milei revela que ambos instrumentalizam a moralidade de forma estratégica, refutando a ideia de um monólito discursivo da direita radical populista. Seus projetos demonstram que, embora bebam da fonte do conservadorismo ao acionarem pilares como Autoridade e Lealdade, eles os reinterpretem sob uma lógica antissistema e excludente, típica do populismo autoritário. Suas vitórias eleitorais não ocorreram “apesar” de suas retóricas extremistas, mas por sua capacidade de construir narrativas heroicas distintas: Bolsonaro, como Herói Protetor, que prometia restaurar a ordem e defender a nação do Dano, e Milei como o Herói Justiceiro, que prometia vingança contra um sistema corrupto e trapaceiro. Isso demonstra que o populismo de direita opera não por uma fórmula única, mas por arquiteturas morais específicas, adaptadas às crises de cada sociedade.

Os achados impactam os estudos sobre populismo ao utilizar a TFM para decodificar mecanismos afetivos entre líderes e eleitores, superando a lógica puramente antagonista. A contribuição teórica reside em situar a extrema-direita na interseção entre discurso e moralidade. Demonstramos que a resiliência desse populismo na América Latina não se explica apenas pela gramática do antagonismo de Laclau (2013) e Mouffe (2019), mas pela conversão de crises em vocabulários morais específicos que conferem substância ao discurso. O sucesso da direita radical populista pode residir, também, na adaptação desse léxico aos ressentimentos de cada nação, abrindo uma agenda de pesquisa sobre as arquiteturas morais de outros movimentos políticos.

Este trabalho possui limitações importantes. A primeira reside no instrumento de medida: a ausência de um Dicionário Estendido de Fundamentos Morais (eMFD) validado para o português e o espanhol nos obrigou a usar o Dicionário de Fundamentos Morais (MFD), que é menos abrangente. Embora um teste de robustez, com eMFD em textos traduzidos, corrobore os achados, a limitação persiste. A segunda limitação é a amostra, confinada ao Twitter e ao período eleitoral, o que restringe a generalização dos resultados para outras plataformas ou para discursos proferidos fora do contexto de campanha. Além disso, o método quantitativo de dicionário, embora poderoso para identificar padrões, é cego a nuances contextuais cruciais como a ironia ou o sarcasmo.

No plano teórico, o estudo identifica padrões discursivos e estratégias retóricas, e não efeitos causais diretos. A vitória nas urnas é um fenômeno multicausal, dependente de variáveis econômicas e institucionais que extrapolam o escopo desta análise. Nossa contribuição reside em demonstrar como a moralidade foi instrumentalizada para dar substância e coesão a essas candidaturas. Ou seja, não afirmamos que Bolsonaro venceu porque usou a retórica do Dano ou que Milei triunfou por mobilizar a Trapaça, mas que essas escolhas retóricas foram centrais em sua comunicação vitoriosa. Reconhecer esses limites não invalida as conclusões, mas define com precisão os contornos de sua validade e aponta para pesquisas futuras que aprofundem a análise.

Em suma, a ascensão da direita radical populista de Bolsonaro e Milei representa uma operação discursiva e afetiva. A análise comparativa de suas arquiteturas morais demonstra que o sucesso do populismo de direita na América Latina não reside em uma fórmula única, mas na sua habilidade de adaptar seu vocabulário moral para ressoar com as crises e os ressentimentos particulares de cada nação. Ao ativar diferentes intuições de certo e errado, esses líderes não apenas apresentam projetos de poder distintos, mas também aprofundam a polarização e desafiam normas da democracia representativa, convertendo o campo moral em arena da disputa política.

SOBRE OS AUTORES

Pedro Santos Mundim – Jornalista pela PUC-MG. Mestre em Comunicação pela UFMG. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (atual IESP-UERJ). Pós-doutorado no Departamento de Comunicação Social da UFMG e no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) da UFBA. Professor associado de Ciência Política da UFG.

Marcella Soares Mendonça – Bacharel em Relações Internacionais pela UFG.

REFERÊNCIAS

1. ADORNO, Theodor W. *et al. The authoritarian personality*. New York: Harper & Brothers, 1950.
2. ALTEMEYER, Bob. *Right-wing authoritarianism*. Winnipeg: The University of Manitoba Press, 1981.
3. BOLSONARO, Jair Messias. [Página de Bolsonaro no X/Twitter]. 2018. X: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 25 jan. 2025.
4. BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo; OKADO, Lígia. Antipetismo e ressentimento às minorias. In: BORGES, André; VIDIGAL, Robert (Orgs.). *Para entender a nova direita brasileira: Polarização, populismo e antipetismo*. Porto Alegre: Zouk, 2023. p. 229-254.
5. BOULIANNE, Shelley; KOC-MICHALSKA, Karolina; BIMBER, Bruce. Right-wing populism, social media and echo chambers in Western democracies. *New Media and Society*, v. 22, n. 4, p. 683-699, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444819893983>
6. CAMPELLO, Daniela; ZUCCO, Cesar. Presidential Success and the World Economy. *The Journal of Politics*, v. 78, n. 2, p. 598-602, 2016.
7. CESARINO, Leticia. How social media affords populist politics: remarks on liminality based on the Brazilian case. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 1, p. 404-427, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/01031813686191620200410>
8. CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>
9. CLEARY, Matthew R. A 'left turn' in Latin America? Explaining the left's resurgence. *Journal of Democracy*, v. 17, n. 4, p. 35-49, 2006. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/a-left-turn-in-latin-america-explaining-the-lefts-resurgence/>. Acesso em: 05 abr. 2026.
10. CONNELL, Raewyn. Masculinities: The Field of Knowledge. In: HORLACHER, Stefan (Org.). *Configuring masculinity in theory and literary practice*. Leiden; Boston: Brill Rodopi, 2015. p. 39-52.
11. CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e política: Ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 11, n. 7, p. 147-165, 2016. Disponível em: <https://share.google/D2His2jNZSteluHFr>. Acesso em: 16 abr. 2026.
12. FERREIRA, Francisco H. G. *et al. The power of identity, the Information Age: Economy, society and culture*. Washington, DC: The World Bank, 2013.
13. FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-signs-of-deconsolidation/>. Acesso em: 06 abr. 2026.
14. FRAGA, André Barbosa. *Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
15. GARRETÓN, Manuel Antonio. *Incomplete democracy: Political democratization in Chile and Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.
16. GERBAUDO, Paolo. *The digital party political: Organisation and online democracy*. London: Pluto Press, 2019.
17. GRAHAM, Jesse; HAIDT, Jonathan; NOSEK, Brian A. Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 96, n. 5, p. 1029-1046, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0015141>
18. GRAHAM, Jesse *et al.* Moral Foundations Theory: The pragmatic validity of moral pluralism. In: DEVINE, Patricia; PLANT, Ashby (Orgs.). *Advances in experimental social psychology*. Academic Press, 2013. v. 47, p. 55-130. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-407236-7.00002-4>
19. HAIDT, Jonathan. *A mente moralista: Por que pessoas boas se separam por causa da política e da religião?* Rio de Janeiro: Alta Cult, 2013.
20. HAIDT, Jonathan. The emotional dog and its rational tail: A social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, v. 108, n. 4, p. 814-834, 2001. Disponível em: <https://www.protevi.com/john/Morality/HaidtEmotionalDog.pdf>. acesso em: 06 abr. 2026.
21. HAIDT, Jonathan; GRAHAM, Jesse. When morality opposes justice: Conservatives have moral intuitions that liberals may not recognize. *Social Justice Research*, v. 20, n. 1, p. 98-116, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11211-007-0034-z>
22. HAIDT, Jonathan; GRAHAM, Jesse; JOSEPH, Craig. Above and below left-right: Ideological narratives and moral foundations. *Psychological Inquiry*, v. 20, n. 2-3, p. 110-119, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/10478400903028573>
23. HAWKINS, Kirk A. Is Chávez populist? Measuring populist discourse in comparative perspective. *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 8, p. 1040-1067, ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414009331721>
24. HILGERS, Tina; CALDERÓN, Anna; HONIGMANN, Max. Tensions between the middle classes and the "new middle class" in Brazil: An accidental biographical ethnography. *Latin American Research Review*, v. 57, n. 3, p. 536-553, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1017/lar.2022.17>
25. HOPP, Frederic R. *et al.* The extended Moral Foundations Dictionary (eMFD): Development and applications of a crowd-sourced approach to extracting moral intuitions from text. *Behavior*

- Research Methods*, v. 53, n. 1, p. 232–246, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13428-020-01433-0>
26. HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's illiberal Backlash. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, p. 68–82, 2019. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/bolsonaro-and-brazils-illiberal-backlash/>. Acesso em: 06 abr. 2026.
 27. LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
 28. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
 29. LUPU, Noam et al. Pulso de la democracia. Nashville: The Americas Barometer; Vanderbilt University, 2023. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/regional-reports.php>. Acesso em: 06 abr. 2026.
 30. LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. *O populismo reacionário*: Ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Contracorrente, 2022.
 31. MAYER, Rodrigo. Direita populista radical na América Latina: Os casos da Argentina, Brasil, Chile e El Salvador. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 9, n. 2, p. 1–17, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v9i2.25915>
 32. MAZZARELLA, William. The anthropology of populism: Beyond the liberal settlement. *Annual Review of Anthropology*, v. 48, n. 1, p. 45–60, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102218-011412>
 33. MCCOY, Jennifer; SOMER, Murat. Toward a theory of pernicious polarization and how it harms democracies: Comparative evidence and possible remedies. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, p. 234–271, 2018. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002716218818782>
 34. MILEI, Javier. [Página de Milei no X/Twitter]. 2023. X: @JMilei. Disponível em: <https://x.com/JMilei>. Acesso em: 25 jan. 2025.
 35. MORRESI, Sergio; RAMOS, Hugo. Apuntes sobre el desarrollo de la derecha en Argentina: el caso de “La Libertad Avanza”. *Caderno CrH*, v. 36, p. 1–18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.55307>
 36. MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
 37. MUDDE, Cas. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
 38. MUDDE, Cas. The populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 541–563, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>
 39. NAPOLI, Philip M. *Audience evolution: New technologies and the transformation of media audiences*. New York: Columbia University Press, 2011.
 40. NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita*: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Zahar, 2020.
 41. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash*: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
 42. O'DONELL, Guillermo A. Delegative democracy. *Journal of Democracy*, v. 5, n. 1, p. 55–69, 1994. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/delegative-democracy/>. Acesso em: 06 abr. 2026.
 43. OLIVEIRA, André Silva de; LEITE, Breno Rodrigo; MARQUES, Rodolfo Silva. As novas direitas no Brasil e as estratégias de comunicação política nas mídias sociais. *Em Tese*, v. 18, n. 2, p. 245–269, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806.5023.2021.e78974>
 44. PEREIRA DA SILVA, Fabricio. O fim da Onda Rosa e o neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, p. 165–178, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v4i2.14207>
 45. PORTO, Mauro. *Mirrors of whiteness*: Media, middle-class resentment, and the rise of the far right in Brazil. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2023. (Series: Pitt Latin American).
 46. PRIOR, Markus. *Post-broadcast democracy*: How media choice increases inequality in political involvement and polarizes elections. Cambridge University Press, 2007.
 47. RENNÓ, Lucio. The Bolsonaro voter: Issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 4, p. 1–23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/lap.2020.13>
 48. RODRIGUES, Paulo Roberto Grangeiro. Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: Ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i173402>
 49. RODRIK, Dani. Populism and the economics of globalization. *Journal of International Business Policy*, v. 1, p. 12–33, 2018. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w23559/>. Acesso em: 06 abr. 2026.
 50. STRUPP-LEVITSKY, Michael et al. Moral “foundation” as the product of motivated social cognition: Empathy and other psychological underpinnings of ideological divergence in ‘individualizing’ and ‘binding’ concerns. *PLOS One*, v. 15, n. 11, p. 1–19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0241144>
 51. TAJFEL, Henri; TURNER, John. An integrative theory of intergroup conflict. In: AUSTIN, William G.; WORCHEL, Stephen (Orgs.). *The social psychology of intergroup relations*. Monterey, CA: Brooks Cole Publishing, 1979. p. 33–47.

52. TORRE, Carlos de la. Populism and nationalism in Latin America. *Javnost – The Public*, v. 24, n. 4, p. 375–390, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13183222.2017.1330731>
53. TORRE, Carlos de la. *Populist seduction in Latin America*. Athens: Ohio University Press, 2010.
54. VAGGIONE, Juan Marco. El entramado neoconservador en América Latina. La instrumentalización de la ideología de género en las democracias contemporáneas. Las Torres de Lucca. *International Journal of Political Philosophy*, v. 11, n. 1, p. 51–64, jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5209/ltldl.79437>
55. ZACARIAS, Daniel Oliveira; ALMEIDA, Rizzia; MODESTO, João Gabriel. A teoria dos fundamentos morais e as eleições presidenciais brasileiras em 2018 e 2022. *Quaderns de Psicologia*, v. 26, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1995>
56. ZILLA, Claudia. *Javier Milei's ideology and policy: Libertarian populism in Argentina*. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik; German Institute for International and Security Affairs, 2024. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/zbw/swpcom/304319.html>. Acesso em: 28 maio 2024.
57. ZILLA, Claudia. *Evangelicals and politics in Brazil*. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik; German Institute for International and Security Affairs, 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/zbw/swprps/12020.html>. Acesso em: 22 maio 2024.

Submissão em 02 de outubro de 2025.

Aceito em 05 de janeiro de 2026.



DOSSIÊ

THE LOGIC OF PARTY SWITCHING: THE IMPACT OF THE FAR RIGHT ON THE BRAZILIAN LEGISLATURE

***A LÓGICA DA MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA: O
IMPACTO DA EXTREMA DIREITA NO
LEGISLATIVO BRASILEIRO***

Silvana Krause * 

Bruno Marques Schaefer ** 

João Feres Júnior *** 

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: krauseufrgs@gmail.com

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: brunoschaefer@iesp.uerj.br

*** Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: jferes@iesp.uerj.br

ABSTRACT

This article examines the dynamics of party switching underlying the rise of the far right in the Brazilian legislature, focusing on federal deputies who joined Jair Bolsonaro's parties across two electoral cycles – the PSL (*Partido Social Liberal*, Social Liberal Party) in 2018 and the PL (*Partido Liberal*, Liberal Party) in 2022. Drawing on an original dataset linking over 22,000 candidacies between 2014 and 2022 through individual taxpayer identification numbers (CPF), we construct a novelty index for party lists and map migration flows using Sankey diagrams. We then propose a typology distinguishing five profiles: loyalists, migrants, newcomers/outside, traditional PL members, and opportunists. Logistic regression and OLS (ordinary least squares) models show that loyalty to Bolsonarism was electorally rewarding: loyalists – who followed Bolsonaro in his move to the PL – and opportunists – who joined the PL from other parties – obtained substantially better electoral outcomes than migrants who defected to other parties. The PSL in 2018 exhibited an exceptionally high novelty index (0.91), with 75% of its elected deputies lacking prior electoral experience, whereas the PL in 2022 showed greater institutionalization (novelty index of 0.71) and a substantial influx from the PSL (31.7% of all migrants). Contrary to the literature that attributes party switching in weakly institutionalized systems exclusively to opportunistic motivations, Bolsonarism established political and identitarian ties strong enough to retain significant parliamentary support despite organizational rupture, producing structural effects on legislative representation and reshaping strategic calculations beyond formal party organizations.

Keywords: Party Switching; Far Right; Bolsonarism; Brazilian Party System; Linear Regression.

RESUMO

Este artigo analisa as dinâmicas de migração partidária subjacentes à ascensão da extrema direita no Legislativo brasileiro, examinando os deputados federais que se filiaram aos partidos de Jair Bolsonaro em dois ciclos eleitorais (PSL em 2018 e PL em 2022). Os achados revelam que o PSL, em 2018, exibiu um índice de novidade excepcionalmente elevado (0,91), com 75% dos deputados eleitos sem experiência eleitoral prévia, enquanto o PL, em 2022, demonstrou maior institucionalização (índice de novidade 0,71) com substancial afluxo proveniente do PSL (31,7% dos migrantes) e de partidos tradicionais de direita. Empregando uma tipologia que distingue leais, migrantes, novatos, membros tradicionais do PL e oportunistas, modelos de regressão logística e MQO (mínimos quadrados ordinários) demonstram que a lealdade ao bolsonarismo foi eleitoralmente rentável: candidatos leais (que seguiram Bolsonaro em sua migração para o PL) e oportunistas (que se filiaram ao PL advindos de outros partidos) colheram enormes benefícios eleitorais, se comparados aos migrantes (que desertaram para outros partidos). Contrariamente à literatura que enfatiza motivações exclusivamente oportunistas para a troca de legenda em sistemas fracamente institucionalizados, o bolsonarismo estabeleceu vínculos políticos suficientemente robustos para reter apoio parlamentar significativo apesar de ruptura organizacional, produzindo efeitos estruturais substantivos sobre a representação legislativa e alterando cálculos estratégicos para além das organizações partidárias formais.

Palavras-chave: Migração Partidária; Extrema Direita; Bolsonarismo; Sistema Partidário Brasileiro; Regressão Linear.

INTRODUCTION

Over the past two decades, countries across the globe have witnessed the rise of far-right and radical-right political forces, often posing significant threats to the institutions and practices of liberal democracy in a variety of contexts. The emergence of leaders such as Donald Trump in the United States, Marine Le Pen in France, Viktor Orbán in Hungary, Matteo Salvini in Italy, and Javier Milei in Argentina appears to reflect a broader process of conservative realignment (Eatwell; Goodwin, 2018; Mudde, 2019), one that has contributed to the phenomenon the literature has termed democratic backsliding. These movements share common elements – nationalism, authoritarianism, cultural conservatism, anti-politics, and the rejection of cosmopolitan elites – yet express themselves in distinct ways depending on their institutional and historical contexts (Bermeo, 2016; Waldner; Lust, 2018; Encarnación, 2023). The scholarly literature has produced two major explanations for this phenomenon. Some authors link it to a *cultural backlash*, whereby groups that previously held cultural hegemony come to feel threatened by shifting values in their societies (Norris; Inglehart, 2019; Pappas, 2019). Others argue that globalization has created economic losers – industrial workers in developed countries, non-competitive sectors – who respond by supporting authoritarian populist solutions (Dorn; Hanson; Majlesi, 2020; Rodrik, 2021).

In Brazil, the rise of the far right took shape primarily through Jair Bolsonaro's victory in the 2018 presidential election, which served as the catalyst for the identification, by commentators and scholars alike, of "Bolsonarism" (*bolsonarismo*) – a movement combining anti-systemic rhetoric, religious moralism, militarism, and anti-PT sentiment (*antipetismo*, that is, hostility toward the Workers' Party) (Kaysel; Codas; Cruz, 2016; Telles, 2016; Krause *et al.*, 2019). Bolsonaro's figure appears to have become a marker for the expression of discontent with the political system and traditional democratic institutions, reconfiguring the links between representation and ideology while propelling new conservative actors and networks to national prominence (Guadalupe; Carranza, 2020). The PSL (*Partido Social Liberal*, Social Liberal Party), virtually irrelevant until 2018, became one of the largest blocs in the Chamber of Deputies, and its successor within the Bolsonarist arrangement, the PL (*Partido Liberal*, Liberal Party), became the largest party in the house following the renewed electoral success of Bolsonarism in 2022 (Codato; Berlatto; Bolognesi, 2018; Melo, 2024). This electoral and organizational shift signals that the impact of Bolsonarism was not confined to the discursive, symbolic, or even behavioral sphere – almost always the focus of the academic literature – but reverberated directly through the party system and the individual trajectories of legislators.

Scholarship on Bolsonarism in Brazil has advanced on multiple analytical fronts. The sociological perspective emphasizes the crisis of representation and the erosion of traditional linkages between voters and parties (Singer, 2018; Pinheiro-Machado, 2019). The anthropological approach explores the moral and religious *ethos* sustaining Bolsonarism in local communities and evangelical networks (Machado, 2019). Studies of political behavior have sought to identify the main demographic characteristics and value orientations of self-identified Bolsonarists (Rennó, 2020; Feres Júnior, 2025). Other studies examine the language of anti-politics, the construction of "the people" and "the enemy" in digital media and presidential discourse (Moffitt, 2016; Cesarino, 2020). Research in political communication, in turn, explores the specific patterns of information consumption among Bolsonaro's electorate (Feres Junior; Schaefer; Barbarela, 2024). While these contributions have illuminated crucial dimensions of the phenomenon, relatively little attention has been paid to the impact of Bolsonarism on the Brazilian party system, particularly

with respect to party switching and the reorganization of parliamentary forces on the right – topics already addressed in the broader literature (Desposato, 2006; Zucco; Power, 2021). This article seeks to contribute to filling that gap by analyzing how the rise of Bolsonarism affected the partisan and electoral behavior of federal deputies between 2018 and 2022.

The article is organized as follows. In the first section, we briefly discuss the literature on party switching, party systems, and the rise of the radical right, situating these debates in the Brazilian context and in relation to Bolsonarism. We then present the historical and institutional context of the far right in Brazil, highlighting how Bolsonaro's trajectory reconfigured the right-wing field and created new career opportunities for federal deputies. In the methodology section, we detail the construction of the original dataset linking over 22,000 candidacies between 2014 and 2022 through individual taxpayer identification numbers (CPF), the operationalization of the party list novelty index, the mapping of migration flows through Sankey diagrams, and the proposed typology of political trajectories (loyalists, migrants, newcomers/outside, traditional PL members, and opportunists), along with the logistic regression and OLS models employed in the analysis. The results section is divided into three blocks: (i) analysis of party list novelty and the exceptional character of the PSL in 2018 in contrast to the greater institutionalization of the PL in 2022; (ii) examination of the partisan origins of candidates and the patterns of migration toward Bolsonaro's parties; and (iii) assessment of the determinants of loyalty to the Bolsonarist camp and the electoral effects of different migration strategies. The conclusion revisits the main findings, discusses their implications for the debate on party switching and the institutionalization of the Brazilian party system, and identifies the study's limitations and future research directions.

PARTY SWITCHING AND THE FAR RIGHT

REASONS FOR PARTY SWITCHING

Party switching is not a phenomenon exclusive to Brazil. Wherever it occurs, it appears to have multidimensional causes and consequences (Matlosa; Shale, 2007; Klein, 2021; Arriola *et al.*, 2022). Contributions to this literature are mostly concerned with identifying the motivations behind a politician's decision to switch parties. Among the variables identified are institutional and contextual factors (Heller; Mereshon, 2009), ideological factors (Hix; Noury, 2018), actor strategy (Tavits, 2008), and cultural factors along with demand-side changes originating from the electorate (Dalton; Wattenberg, 2000).

The institutional and contextual perspective frames party switching as a rational action. Politicians decide to change parties by weighing gains and losses against the institutional variables that govern the political game. Electoral systems and rules, party affiliation regulations, models of party and campaign finance, and the electoral calendar all encourage or discourage party switching (Carey; Shugart, 1992; Heller; Mereshon, 2009). Contexts of low institutionalization and high party fragmentation are also factors that shape the decision to change party labels, since instability presents both risks and opportunities for a politician's career (Mainwaring, 1999; Desposato, 2006). Moreover, Hix and Noury (2018) show that ideological identification and programmatic coherence cannot be excluded from the calculus of party switching. Programmatic and ideological coherence is not necessarily disconnected from the pursuit of maximized electoral gains and resources, for the simple reason that ideology enters into the strategic calculation of migration depending on how voters orient their choices.

The "actor strategy" variable enters explanatory models not so much as a counterpoint to the institutional-contextual and ideological perspectives, but as a complementary dimension. According to this approach, actors act and react in response to particular constellations and changes in institutional design. As Przeworski (2019) emphasizes, conditions do not determine outcomes; rather, outcomes are determined by the actions of the people who find themselves in those conditions. Migration is not solely determined by the institutional framework, since actors develop distinct strategies and options within the same environment in pursuit of alternatives that enhance their political careers, reduce risks, and increase electoral prospects.

It is also important to recognize that strategic decisions made within a given institutional framework do not guarantee the maximization of gains or the mitigation of losses (Przeworski, 2019; Tavits, 2008). Voters and political actors are embedded in dynamic contexts full of uncertainty (Katz; Mair, 1995), which affect not only the supply of representatives but also the demand for representation (Dalton; Wattenberg, 2000; Mainwaring, 2018). Accordingly, transformations within the electorate are expected to reverberate through the dynamics of party switching. The growing weakening of party-voter ties, electoral volatility, and political polarization all challenge political actors. Changes in *party linkage* patterns are connected to political culture and value transformation (Inglehart; Welzel, 2005; Lupu, 2014; Carreirão, 2015).

Understanding the causes of party switching requires an analysis of how the variables highlighted in the literature interrelate and of their interdependencies. This is because the interactions among these variables produce diverse effects on the logic of party switching depending on their configuration within the dynamic environment of the political system (Easton, 1957).

PARTY SWITCHING IN BRAZIL

Party switching is not a new phenomenon in Brazilian politics. It has been observed across regimes and party systems characterized by distinct institutional arrangements, political actors, and electorates. The democratic regime of 1945–1964 witnessed significant migratory movements, the causes of which have been extensively analyzed. The literature has highlighted important institutional variables, including the low institutionalization of parties and the party system (Souza, 1990; Lamounier, 2004), electoral rules, and the absence of legislation prohibiting party switching under penalty (Zulini, [20--?]). Actor strategy was also identified as one of the key drivers of switching (De Castro Gomes, 2015). The shift toward the PTB and PSD was motivated by the electoral ascendance of Vargas (1950) and Juscelino Kubitschek (1955). The apparent intention of these politicians was to obtain electoral gains and resources by moving closer to the Executive branch. The weak ideological identification of both politicians and the electorate was similarly considered a contributing cause, compounding the institutional variables and the political context. As a result, the risk of electoral losses from changing party labels was not significant for parliamentarians (Souza, 1990).

Party switching in the democratic regime of the New Republic unfolded in distinct institutional configurations and electoral competitive landscapes. Broadly speaking, three waves can be identified. The first was shaped by the political opening in the context of the 1979 party reform (Law No. 6767), which established multipartyism. The dynamics of this wave were driven by traditional political actors who had dissented from the ruling party of the authoritarian regime, ARENA. These

parliamentarians sought new partisan "garments" offered by the newly founded parties – a movement that has been explained as strategic (Nicolau, 1996; Melo, 2000), aimed at softening electoral resistance and creating distance from the undemocratic past, particularly for politicians coming from ARENA (Braga, 2010).

The promulgation of Constitutional Amendment No. 25 in 1985 removed the requirement of party loyalty, thereby facilitating party switching among parliamentarians. However, this rule change alone is insufficient to explain the second wave of migration. Disenchantment with the PMDB following the failure of the Cruzado Plan, the low popularity of the Sarney government, and internal dissent among party leaderships were the main drivers of the exodus from that party label (Mainwaring, 1995). In the two years between the publication of the Constitutional Amendment in 1987 and the promulgation of the Constitution in 1988, a massive defection from the PMDB took place and five new parties were created – evidence that reinforces the argument that institutional rules alone are insufficient to explain the causes of party switching. In other words, the more permissive rule opened a window of opportunity for migration, but the context and the strategic decisions of parliamentarians to change their "garment" in order to stay in the game and maximize gains were equally necessary (Krause; Paiva, 2002).

The third wave begins after the first direct presidential election in 1989, and its operating logic is shaped by the dynamics of the newly established democratic regime (Melo, 2000; Freitas, 2008). While strategic calculations by actors seeking to maximize gains and minimize risks remain central, they do not tell the whole story. Migration from the 1990s onward rests primarily on five factors: (1) seeking proximity to or distance from the party holding the Executive branch, depending on a government's approval ratings (Nicolau, 1997; Krause; Paiva, 2002); (2) joining smaller parties in response to regional disputes or dissidences, in pursuit of better career alternatives within one's electoral base (Zucco; Power, 2021); (3) gaining greater access to financial resources and electoral advertising time (Freitas, 2008; Speck; Campos, 2014); (4) programmatic and ideological affinities or divergences (Roma, 2007; Freitas, 2008); and (5) adaptation to institutional reforms, with politicians migrating toward parties with greater representation (Pereira, forthcoming). These factors are not mutually exclusive and may even compete with one another, carrying different weights depending on the context.

In 2007, the TSE issued two resolutions – No. 22,610/2007 and No. 22,526/2007 – aimed at disciplining and restricting party switching within the legislature. These rules established, among other provisions, that an elected mandate belongs to the party rather than to the individual parliamentarian, enabling parties to petition for the loss of a mandate in the event of unjustified defection. A significant reduction in switching was anticipated, given that the cost of leaving one's party would henceforth be high. However, as Bins (2017) demonstrates, party changes continued to occur on a large scale even after the resolutions came into effect, with no statistically significant decline. This finding makes clear that institutional factors alone are insufficient to contain party instability. Individual strategies of political survival, regional dynamics, and electoral conjunctures continued to influence decisions to change party labels. In short, the rules created formal barriers but did not alter the underlying political incentives driving the practice of migration.

Although the causes of party switching are multiple – ranging from institutional incentives to political conjunctures and individual strategies – the literature converges on the identification of one essential motivation: the pursuit of individual political gains (Desposato, 2007; Diniz, 2000). In a system marked by low party institutionalization and high fragmentation, such as Brazil's, parties tend to function

less as programmatic structures and more as instruments for accessing resources and electoral opportunities (Cheibub; Gandhi; Vreeland, 2022). Accordingly, the decision to change party labels is frequently guided by strategic calculations – securing financing, expanding advertising time, or aligning with a party that has greater prospects of victory in a given conjuncture.

Multiple studies confirm that party label changes rarely stem from ideological ruptures or programmatic incompatibilities between the parliamentarian and their party (Desposato, 2007). On the contrary, such changes are predominantly pragmatic movements, motivated by career considerations, the redistribution of power, and access to Executive resources. This logic reflects the functioning of a political system in which party discipline is weak, ideological ties are diffuse, and electoral survival depends on the individual's ability to navigate between parties in search of strategic advantages.

Furthermore, empirical evidence indicates that party switching occurs asymmetrically across the ideological spectrum, being more intense among right-wing parties (Melo, 1999; Araújo, 2000). This predominance reflects both the greater fragmentation and internal competition within that field and the ideological fluidity of conservative party labels, which have historically been less tied to consistent programs and more open to pragmatic alliance negotiations. Unlike the left, where party identities tend to be more cohesive and ideologically structured – as in the cases of the PT and the PSOL – the Brazilian right is characterized by flexible networks of parliamentary cooperation, within which party switches form part of the ordinary strategies of political survival.

THE RADICAL RIGHT AND PARTY SWITCHING

The rise of the far right in Brazil must be understood within the broader political and social crisis that opened with the wave of protests in June 2013, initially a left-wing movement against increases in public transport fares that rapidly expanded into a diffuse challenge to the political system as a whole. The appropriation of the anti-politics discourse – which had already been circulating in the mainstream press for nearly a decade – opened space for moralist and anti-left narratives voiced by the unorganized masses of protesters (Gohn, 2014; Tatagiba; Galvão, 2019; Ortellado; Solano, 2016). In this context, a new discursive repertoire emerged, centered on the delegitimization of political institutions, the demonization of the traditional political class, and the association between corruption and the left, especially the Workers' Party.

The impeachment of Dilma Rousseff in 2016 was the inflection point that consolidated this shift in the political center of gravity. Under conditions of growing polarization, the right and conservative sectors managed to capitalize on the anti-PT sentiment that had been accumulating since the June 2013 protests. The impeachment process, though legally framed as a response to fiscal irregularities, assumed a strongly political and moral character, portraying the PT as the symbol of a corrupt and illegitimate system (Miguel, 2016; Saad-Filho; Morais, 2018). During this period, the anti-political and punitive discourse of Operation Car Wash (*Operação Lava Jato*) found resonance in broad segments of the middle class and the business community, further weakening the institutional mediations of democratic representation (Feres Júnior; Barbarela; Bachini, 2018).

Jair Bolsonaro's victory in 2018 appeared to be the culmination of this legitimacy crisis. A former Army captain and low-profile deputy for nearly thirty years,

Bolsonaro managed to articulate latent antagonisms between morality and politics, the people and the elite, security and disorder, presenting himself as the spokesman of a "nation betrayed" by left-wing corruption (Casarões; Magalhães, 2021). His party, the PSL, until then irrelevant, became the second-largest bloc in the Chamber, leaping from 1 to 52 federal deputies – a clear demonstration of the mobilizing power of Bolsonarism and its capacity to reconfigure the right-wing field.

During the Bolsonaro government (2019–2022), the far right consolidated itself as an organized political force, albeit one anchored more in personal and ideological loyalties than in stable party structures. Rather than presenting itself as a solution to the crisis of representation, Bolsonaro opted to sustain it, adopting a discourse openly hostile to institutions – Congress, the Supreme Court (STF), the press, and universities – with the aim of eroding confidence in the democratic system and legitimizing a personalist and plebiscitary model of power.

Despite the health and economic crisis aggravated by the Covid-19 pandemic, Bolsonaro maintained a solid core of popular support, sustained by emergency income-transfer policies, anti-establishment rhetoric, and a strong social media presence. This nearly secured him a second victory in 2022, as he amassed 58 million votes. His electoral success had an even more sweeping effect on the partisan composition of the federal legislature, this time in favor of the PL (*Partido Liberal*, Liberal Party), his new party. If the PSL claimed 10% of the seats in the Chamber in 2018, the PL nearly doubled that proportion in 2022, electing 99 federal deputies – 19.3% of the total.

Bolsonarism survived electoral defeat and transformed itself into a mass political movement, with broad social reach, presence in both traditional and digital media, and a significant parliamentary base. But what is most important to note here, for the purposes of this article, is that the recent political ascendance of the radical right in Brazil produced at least two waves of reconfiguration of partisan representation in the federal legislature, in 2018 and in 2022. Where did the deputies elected in the wake of Jair Bolsonaro's electoral successes come from on each occasion? Was this reconfiguration driven primarily by party switching or by the entry of newcomers? And if switching occurred, from which parties did these candidates migrate?

METHODOLOGY

We investigate the origins of far-right candidates elected to the Chamber of Deputies. We define as far right those candidates affiliated with the presidential candidacies of Jair Bolsonaro – that is, the PSL in 2018 and the PL in 2022. Candidacy data were collected from the TSE (Brazil's Superior Electoral Court) using the R package developed by Dahis *et al.* (2022), for the years 2014, 2018, and 2022. We adopted the following procedure: (1) we collected information on candidacies, vote shares, and campaign revenues for all federal deputy candidates across the three electoral cycles; (2) we merged this information into a single dataset totaling over 22,000 candidates; (3) we coded each candidacy according to the candidate's prior status – whether they had competed in the immediately preceding general election (a 2018 candidate may also have run in 2014, for any office in a general election), what the prior result was (elected or not elected), and which party they belonged to at that time. This data linkage was performed using each individual's CPF (Brazilian individual taxpayer identification number) as the key connecting the datasets, following standard procedures in the literature (Faganello; Fernandes, 2018; Schaefer; Krause; Mancuso, 2024).

From these three steps, we were able to quantify the proportion of each party list that was new – that is, had not competed in the previous election. For the main analysis, we focus exclusively on the 2018 and 2022 elections, yielding a total of 17,083 observations. Of all candidacies, 815 were running with an existing mandate (383 in 2018 and 432 in 2022), 2,326 had been unsuccessful candidates in the previous election (964 in 2018 and 1,362 in 2022), and 13,942 had not been candidates in the immediately preceding election (6,280 in 2018 and 7,662 in 2022). This dataset is used to examine party list novelty and candidate migration flows between elections.

We also constructed two subsidiary datasets from the main one. The first includes only PSL candidates from 2018 who competed again in 2022, in order to identify the predictors of loyalty to Bolsonarism – that is, candidates who moved from the PSL to the PL between elections. The second includes PL candidates from 2022 (the full list) and PSL candidates from 2018 who returned to compete in 2022, whether with the PL or another party. The aim was to assess the electoral impact of different migration strategies. All analyses were conducted in R.

RESULTS

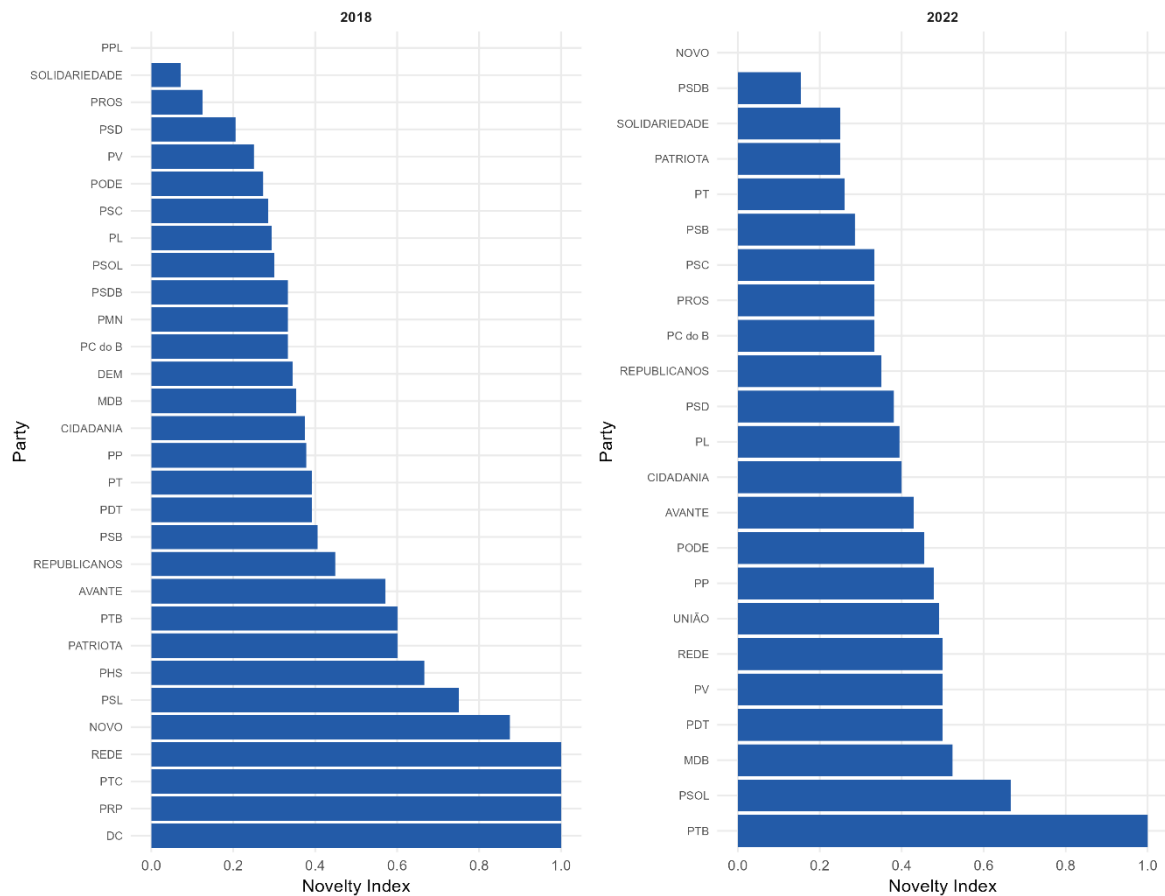
NOVELTY OF PARTY LISTS

We begin by calculating the novelty index for party lists in both elections. To do so, we summed the total number of candidates in each party who had competed in the immediately preceding general election for any office (experienced competitors),¹ divided that figure by the total number of candidates on each list, and subtracted the result from 1:

$$\text{novelty_index} = 1 - (\text{total_experienced_candidates} / \text{total_candidates})$$

The novelty index ranges from 0 to 1: the closer to 1, the greater the proportion of new candidates (Figure 1).

In 2018, the five parties with the highest novelty indices were the PCO, Novo, PMB, Rede, and PSL. The PSL fielded 434 candidates for the Chamber; of these, only 42 had competed in the 2014 election (9%, novelty index of 0.91). In 2022, the five parties with the highest novelty indices were UP, PMB, PCB, DC, and PRTB. Bolsonaro's PL appears in the third-to-last position, fielding 475 candidates, of whom 141 had competed in 2018 (29%, novelty index of 0.71).

Figure 1 – Novelty index among candidates (2018 and 2022)

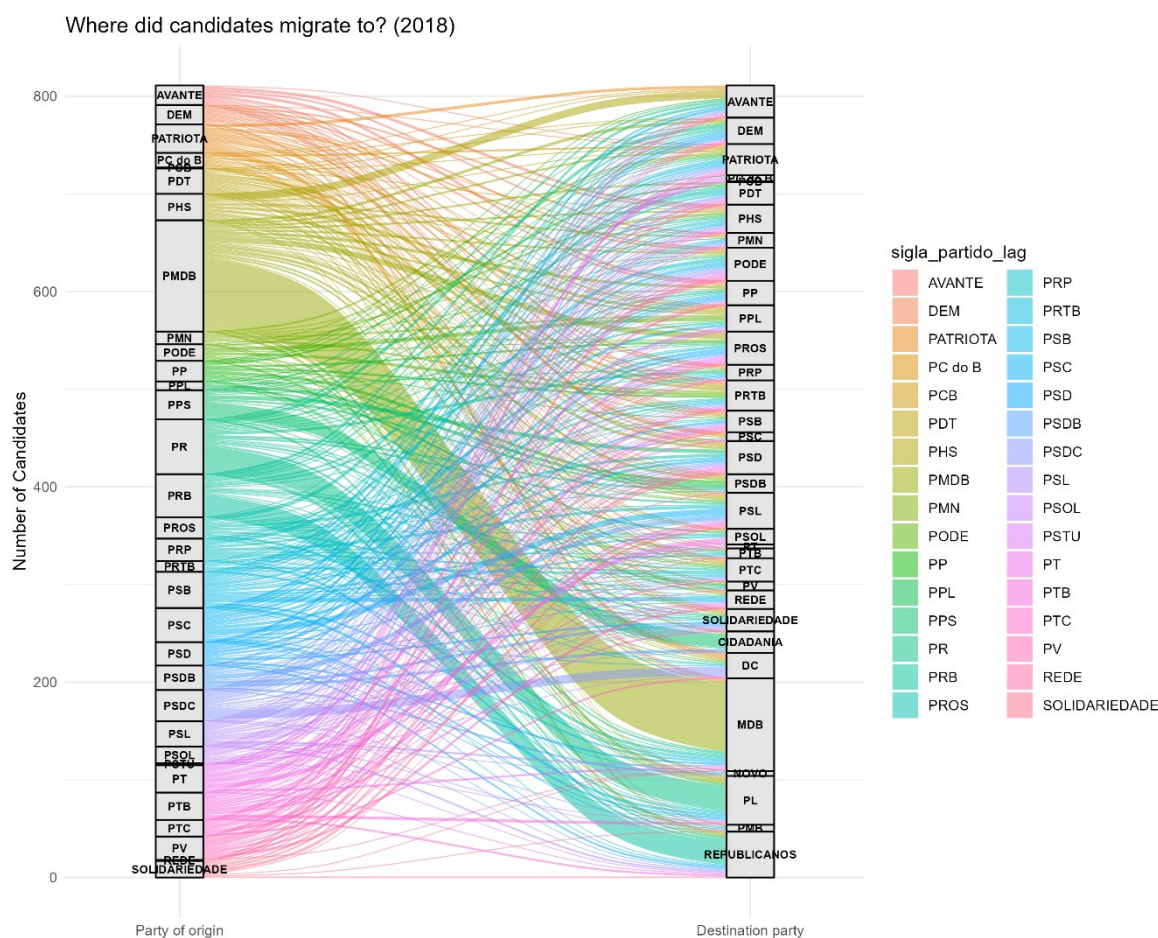
Source: Created by the authors.

PARTISAN ORIGINS

Where did PSL candidates in 2018 and PL candidates in 2022 come from? In Figure 2, we present a Sankey diagram to evaluate the flow of party switches between 2014 and 2018. The thicker the lines, the larger the migration flow between the two elections.

In 2018, the largest flows do not represent actual party switches but rather the transfer of candidates to parties that changed their names (PMDB to MDB, PR to PL, and PRB to Republicanos). The PSL received candidates from 18 parties. Of the 42 PSL candidates who had competed in the previous general election (2014), the majority came from small center-to-right parties, with the exception of the PSDB. The main "supplier" parties were the PSC, with 6 names (14.3%), and the PSDB, with 5 (11.9%), followed by the PRP, PTC, and Solidariedade, each with 3 candidates (7.1%). In smaller numbers, migration also came from the PMDB, PR, and PHS, each contributing 2 names (4.8%).

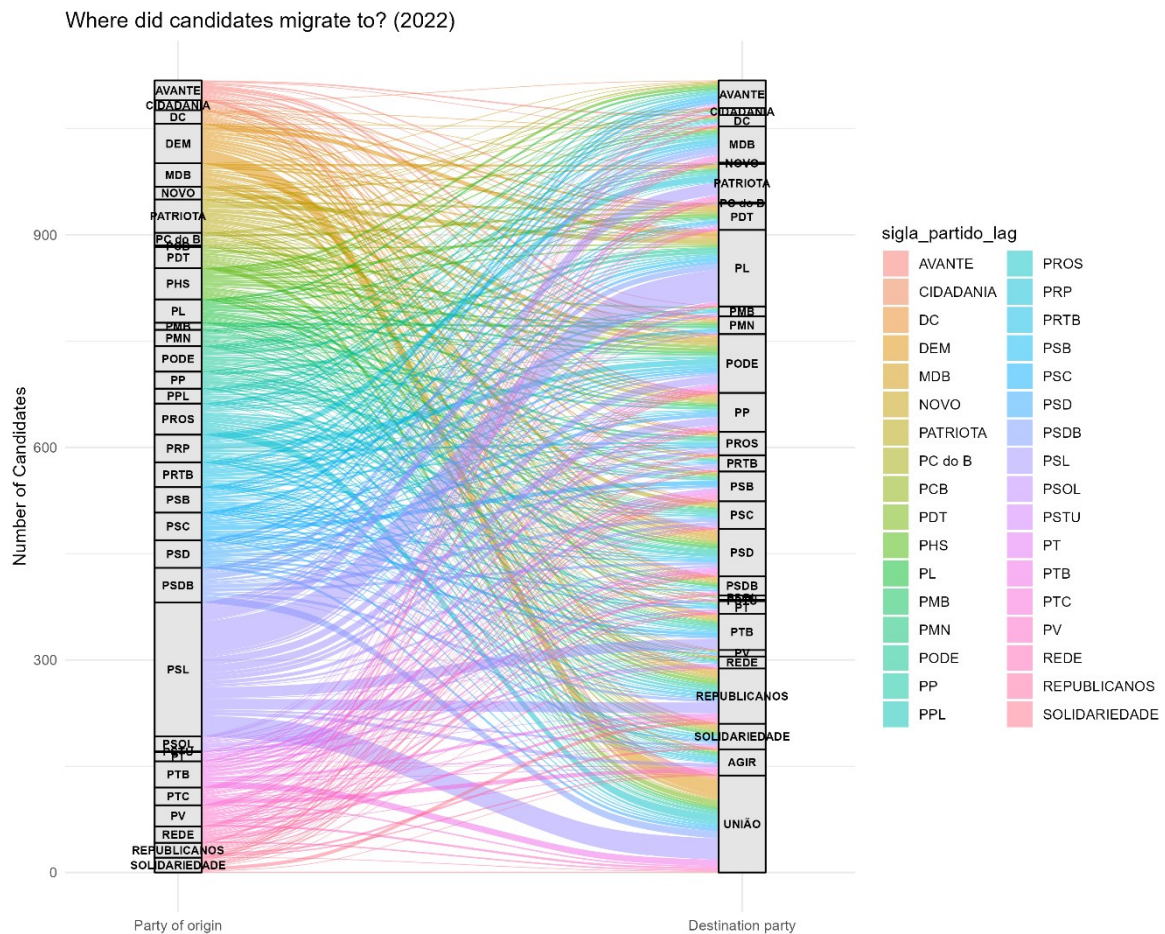
We also calculated the observed values, expected values, and standardized residuals of party flows using a chi-square test. The PSC, PSDB, PTC, and Solidariedade sent more candidates to the PSL than expected (standardized residuals of 3.64, 3.75, 2.61, and 2.61,² respectively).

Figure 2 – Sankey diagram (2018) – Party migration flows

Source: Created by the authors.

In 2022, the largest migration flows occur among right-wing parties, particularly as a result of the merger of the PSL and the DEM to form União Brasil. Bolsonaro's departure from the PSL in the first year of his presidency (2019),³ and his subsequent affiliation with the PL (2021),⁴ strongly shaped the flow between the two parties.

In 2022, the PL fielded a list of 475 candidates, 142 of whom had prior electoral experience (having competed in 2018), with 33 already belonging to the PL. The migration pattern is dominated by candidates from right-wing and center-right parties. The PSL was by far the largest "supplier" to the PL, contributing 45 candidates (9.5% of the full list and 31.7% of all migrants) – a figure far above what would be expected statistically (standardized residual of 7.22). Next are the PSDB, with 8 names (1.7% of the total list; 5.6% of migrants), and DEM and Patriota, with 6 names each (1.3% of the total; 4.2% of migrants). The PP follows with 4 names (0.8% of the total; 2.8% of migrants).

Figure 3 – Sankey diagram (2022) – Party migration flows

Source: Created by the authors.

Between 2018 and 2022, the profile of the origins of Bolsonaro's party candidates changed substantially. In 2018, migrants to the PSL were few (most of the list consisted of newcomers), and those who did switch came from small right-wing parties (with the exception of the PSDB). In 2022, the PL list included numerous electorally experienced candidates – many of them incumbents – with migration coming primarily from the PSL and from more established right-wing parties such as the DEM and PP. The PSDB continued to supply candidates to the Bolsonarist camp.

In the following section, we propose a typology of party switches to assess the extent to which the strategic decisions of far-right candidates proved successful.

A TYPOLOGY OF PARTY SWITCHES: THE 2022 CONTEXT

As the novelty index and migration flow data indicate, Bolsonaro's PSL in 2018 was a party with many newcomers – most likely elected on the strength of the presidential candidate's charisma (Vasquez *et al.*, 2024) – whereas the PL in 2022 already fielded politicians with electoral experience. In terms of migration flows, the PL in 2022 became the destination of numerous PSL candidates and elected deputies. Following Bolsonaro's departure from the party, those who had run under the PSL banner and were competing again in 2022 faced a set of options: they could follow Bolsonaro (remaining loyal), or they could break with him – either by staying in the PSL (which had merged with the DEM to form União Brasil) or by joining another party.

In the following sections, we examine how these movements unfolded and what their electoral outcomes were. We propose a typology (Box 1) based on candidates' party of origin and destination, focusing exclusively on PL candidacies for federal deputy in 2022 and on PSL candidates from 2018 at their respective 2022 destinations. From this origin-destination mapping, we identify five main types. "Loyalists" are those who remained within the Bolsonarist camp, migrating directly from the PSL to the PL in 2022 and maintaining political and ideological ties with Bolsonaro (e.g., Carla Zambelli-SP, Bia Kicis-DF). "Migrants," by contrast, left the PSL after 2018 and affiliated with other parties in 2022, breaking with their group of origin (e.g., Alexandre Frota-SP, Joice Hasselmann-SP). "Newcomers/outsideers" are new candidates who had not competed in 2018 and entered the PL in 2022 (e.g., Alexandre Ramagem-RJ).⁵ The "Traditional PL" type comprises those who already belonged to the PL in 2018 and remained there in 2022, representing the party's traditional base (e.g., Antônio Carlos Rodrigues-SP). Finally, "opportunists" are candidates who came from other party labels and affiliated with the PL in 2022, seeking to capitalize on the electoral prestige associated with Bolsonaro (Brandão, 2022) (e.g., Marcelo Ramos Rodrigues-AM, formerly of the PSB). In the sample, we identify 45 loyalists (8%), 334 newcomers/outsideers (59%), 144 migrants (26%), 33 traditional PL members (6%), and 63 opportunists (11%).

Box 1 – Typology of party switches (PSL × PL)

Origin (2018) / Destination (2022)	PL	Another party
PSL	"Loyalists" (45)	"Migrants" (144)
Did not compete	"Newcomers" (334)	
PL	"Traditional PL" (33)	
Another party	"Opportunists" (63)	

Source: Created by the authors.

THE DECISION TO REMAIN LOYAL

As discussed in the literature review, there are many factors explaining why candidates and officeholders change party labels. There is, however, broad consensus that switching or staying are associated with the prospect of electoral gains (Samuels, 2003; Desposato, 2006). Here we focus exclusively on PSL candidates from 2018 who ran in 2022, either with the PL (loyalists) or with another party (migrants) – a total of 181 cases.

Model 1 presents a binary logistic regression in which the dependent variable indicates whether a 2018 PSL candidate remained loyal to the Bolsonarist camp in 2022 (i.e., ran with the PL) or migrated to another party. The aim is to test the hypothesis that prior electoral success increases the probability of party loyalty, on the premise that elected candidates tend to value their ties to the party label and political network that delivered their victory. In addition to the main variable – having been elected in 2018 – the model includes vote share and campaign revenues in the previous election as explanatory variables.

The results indicate that electoral success in 2018 significantly increases the probability that a candidate will remain in the same political camp in 2022. The estimated effect ($\beta = 1.49$; $p < 0.05$) means that, holding other variables constant, candidates elected in 2018 are four times more likely to remain loyal than those who were not elected ($\exp(1.15) = 4.43$), reinforcing the hypothesis that prior electoral

success is a strong predictor of continuity within the Bolsonaroist camp. Vote share and campaign revenues, by contrast, did not yield statistically significant effects, suggesting that electoral performance and resource volume, taken in isolation, do not explain continued membership in the Bolsonaroist group.

In Model 2, we include a variable measuring candidate experience: whether the candidate was experienced in 2018, that is, whether they had competed in the 2014 election. The underlying idea is that candidates elected in 2018 without prior experience "owed" greater loyalty to Bolsonaro compared with those who had experience in previous elections. The interaction term runs in the expected direction – candidates with prior political experience who were elected showed a somewhat lower probability of following Bolsonaro from the PSL to the PL (approximately –9%) – however, the null hypothesis cannot be rejected, as the relationship is not statistically significant.

Table 1 – Probability of remaining loyal

Variables	Model 1	Model 2
	<i>Logit (loyal)</i>	<i>Logit (loyal)</i>
(Intercept)	-1.74*** (0.26) [OR = 0.18]	-1.74*** (0.28) [OR = 0.18]
Elected (t-1)	1.49*** (0.39) [OR = 4.43]	1.50*** (0.42) [OR = 4.49]
Competed in 2014 (via 2018)		0.04 (0.82) [OR = 1.04]
Vote share % (t-1)	0.04 (0.08) [OR = 1.04]	0.04 (0.08) [OR = 1.04]
Total campaign revenues (t-1)	-2.45 (2.76) [OR = 0.09]	-2.46 (2.77) [OR = 0.09]
Elected (t-1) × Competed in 2014		-0.09 (1.06) [OR = 0.91]
AIC	187.88	191.87
BIC	200.67	211.06
Log Likelihood	-89.94	-89.94
Deviance	179.88	179.87
Num. obs.	181	181

*** p < 0.001; ** p < 0.01; * p < 0.05

Source: Created by the authors.

GAINS AND LOSSES: WHAT PAID OFF?

In this final section of the results, we test the relationship between the different types of party movement – presented above – and candidates' electoral performance and success. We draw on the typology constructed from the origin and destination of candidates between 2018 and 2022, which distinguishes loyalists, migrants, newcomers/outsideers, traditional PL members, and opportunists. To this end, we expand the analytical dataset to include not only candidates who competed in 2018 and returned in 2022, but also those who had not participated in the previous election and ran for the PL as first-time federal deputy candidates. The dataset comprises 614 cases when newcomers who debuted with the PL in 2022 are included, and 284 cases when only those who competed in both elections are considered.

In Models 3 and 4, we test the relationship between the migration typology and electoral performance, expressed as the continuous variable of the candidate's vote share, using OLS (ordinary least squares) estimation. In Models 5 and 6, we test the relationship between the migration typology and electoral success (a binary variable) using logistic regression. In all models, the reference category is the migrant – the candidate who broke with Bolsonaro between the two elections, leaving the PSL for a party other than the PL. We include controls typically associated with electoral performance and success: sex, race/color, education level, age, and campaign revenues (weighted by the size of the district electorate). Models 4 and 6 also include the variable "elected (t-1)," indicating whether the candidate was an incumbent. As a result, the newcomers/outsideers category is excluded from these models, as newcomers did not compete in 2018.

The results confirm that the migration typology is strongly associated with electoral performance and success in 2022. Compared with migrants, loyalists, opportunists, and traditional PL members all exhibited significantly superior electoral performance, both in vote share and in the probability of winning a seat. Loyalists, who followed Bolsonaro by migrating directly from the PSL to the PL, obtained higher average vote shares – 0.79 percentage points (pp) in Model 3 and 0.59 pp in Model 4 – and odds of victory more than six times greater than migrants, suggesting that maintaining ties with the Bolsonarist camp was politically rewarding. Similarly, opportunists who joined the PL from other party labels also benefited from Bolsonaro's electoral capital, with odds of success more than twenty times greater than migrants.

Candidates from the traditional PL base – those who remained with the party across both elections – showed the best overall performance, reflecting the institutional and organizational advantage of belonging to the party after Bolsonaro's entry. Migrants, by contrast, constitute the group with the worst performance, reinforcing the hypothesis that distancing oneself from the Bolsonarist camp carried significant electoral costs. These results indicate that, alongside prior experience and individual political capital, partisan trajectory and alignment with the Bolsonarist core were decisive for electoral success – while the cost of leaving that camp was electorally high. The case of Joice Hasselmann is illustrative: elected in 2018 on the PSL ticket with one of the highest vote totals in the history of the Chamber (over one million votes), she received only 13,000 votes in 2022 running for the PSDB and was not reelected (Cavicchioli, 2022).

Table 2 – Models of the relationship between electoral performance and party switching (2022 election)

Variable	Model 3 (OLS)	Model 4 (OLS)	Model 5 (Logit)	Model 6 (Logit)
	% Votes	% Votes	Elected (1) / Not elected (0)	Elected (1) / Not elected (0)
(Intercept)	0.65* (0.28)	0.25 (0.41)	-3.09*** (0.79) [OR=0.05]	-6.49*** (1.45) [OR=0.00]
Group: Traditional PL	1.05*** (0.24)	0.72** (0.25)	3.31*** (0.56) [OR=27.50]	3.18*** (0.69) [OR=24.13]
Group: Loyalists	0.79*** (0.21)	0.59** (0.22)	2.12*** (0.51) [OR=8.36]	1.84** (0.61) [OR=6.32]
Group: Newcomers	0.26* (0.13)	–	0.96* (0.43) [OR=2.60]	–
Group: Opportunists	0.80*** (0.19)	0.71*** (0.19)	2.38*** (0.47) [OR=10.80]	3.15*** (0.62) [OR=23.23]
Male	0.25* (0.11)	-0.12 (0.19)	1.12*** (0.33) [OR=3.07]	0.67 (0.56) [OR=1.95]
White	0.13 (0.10)	-0.04 (0.16)	0.90** (0.28) [OR=2.47]	1.30** (0.50) [OR=3.67]
University education	0.15 (0.11)	0.17 (0.17)	0.38 (0.30) [OR=1.46]	0.66 (0.59) [OR=1.93]
Age	-0.02*** (0.00)	-0.01 (0.01)	-0.04*** (0.01) [OR=0.96]	-0.01 (0.02) [OR=0.99]
Total revenues (per voter)	1.30*** (0.10)	0.99*** (0.12)	1.53*** (0.29) [OR=4.60]	1.16** (0.43) [OR=3.21]
Elected (t-1)	–	0.90*** (0.17)	–	3.30*** (0.49) [OR=27.14]

*** p < 0.001; ** p < 0.01; * p < 0.05

Source: Created by the authors.

DISCUSSION

This article has analyzed the dynamics of party switching associated with the rise of the far right in Brazil, focusing on the trajectories of parliamentarians who affiliated with Jair Bolsonaro's parties in two consecutive legislatures – the PSL in 2018 and the PL in 2022. Our findings confirm that Bolsonarism was not merely an electoral or

discursive phenomenon, but produced structural effects on the Brazilian party system, reconfiguring parliamentarians' career strategies and reorganizing political forces to the right of the ideological spectrum.

The analysis of novelty indices in party lists revealed that the PSL in 2018 constituted an atypical case in contemporary Brazilian politics: a party with a high proportion of candidates lacking prior electoral experience (novelty index of 0.91) that, contrary to the usual negative correlation between novelty and electoral success, managed to elect 52 federal deputies, 75% of whom were newcomers. This exceptional result corroborates the findings of Vasquéz *et al.* (2024) on the determining role of Bolsonaro's presidential charisma in the 2018 electoral mobilization, which functioned as a "cognitive shortcut" (Kam; Zechmeister, 2013) that reduced the traditional importance of political experience and name familiarity (Abramowitz, 1975). However, the comparative analysis with 2022 demonstrates that this configuration was conjunctural rather than structural: the PL exhibited a lower novelty index (0.71) and a higher proportion of electorally experienced candidates, signaling a process of institutionalization within the Bolsonarist camp that is approaching conventional patterns of partisan recruitment.

The examination of migration flows between 2014–2018 and 2018–2022 sheds important light on the partisan origins of Bolsonarism in the legislature. In 2018, migrations to the PSL came primarily from small center-right parties (PSC, PTC, Solidariedade) and from the PSDB, reflecting a movement of politicians with limited individual electoral capital who were, as Tavits (2008) suggests, seeking to maximize their political survival prospects by associating with a rising presidential candidacy. This migration strategy reflects what Desposato (2006) identified as a structural feature of Brazilian politics: the instrumentalization of parties as *parties for rent*, mobilized pragmatically on the basis of cost-benefit electoral calculations.

In 2022, the migration profile changed substantially. The PL attracted candidates from more established parties of the traditional right (DEM, PP, and again the PSDB), but especially from the PSL itself – reflecting a trajectory of loyalty to the Bolsonarist camp. The data show that 31.7% of migrants to the PL came from the PSL, a flow statistically far above expectations (standardized residual of 7.22). This bloc migration partially contradicts the literature that emphasizes the exclusively opportunistic nature of party label changes in Brazil (Diniz, 2000; Freitas, 2008), suggesting that Bolsonarism, although not a programmatic party in the classical sense, established political and identitarian ties robust enough to retain a significant portion of its parliamentary base even after the organizational rupture between the PSL and the PL.

The typology constructed in this study – distinguishing loyalists, migrants, newcomers/outsideers, traditional PL members, and opportunists – allowed us to test empirically the electoral consequences of different migration strategies. The statistical model results provide evidence that remaining within the Bolsonarist camp was electorally rewarding, while departing from it carried significant costs. Loyalist deputies showed odds of reelection more than six times greater than migrants, and opportunists (who came from other party labels) had odds of winning more than twenty times greater than those same migrants. These findings are in dialogue with the literature on the electoral value of incumbency (Carson; Engstrom; Roberts, 2007) and on the effects of party brand recognition (Kam; Zechmeister, 2013), but add a specific dimension: in the Brazilian context of low party institutionalization, association with charismatic leaders and mass political movements can function as a functional substitute for the traditional advantages of incumbency and legislative experience.

The emblematic case of Joice Hasselmann illustrates dramatically the electoral costs of defection: elected in 2018 on the PSL ticket with over one million votes, she received only 13,000 votes in 2022 running for the PSDB and was not reelected. This trajectory suggests that her accumulated electoral capital was more tied to the association with Bolsonaro than to her individual characteristics as a parliamentarian – reinforcing the thesis that, in the Brazilian political system, the links between voters and representatives are mediated less by candidates' personal attributes or coherent party programs than by more diffuse and personalistic political identifications (Mainwaring, 1999; Carreirão, 2015).

The analysis of the decision to remain loyal revealed that candidates elected in 2018 were four times more likely to migrate from the PSL to the PL than candidates who were not elected, confirming that prior electoral success is an important predictor of loyalty. Interestingly, prior political experience showed no statistically significant effect on the probability of loyalty when controlled for elected status, suggesting that electoral gratitude toward Bolsonarism cut across the spectrum, regardless of political capital accumulated before 2018. This result partially challenges the expectation that veteran politicians with established electoral bases would have greater autonomy to abandon the Bolsonarist movement, indicating that the reputational and electoral cost of defection was perceived as high even by experienced parliamentarians.

The evidence presented contributes to the debate on the causes of party switching by demonstrating the interdependence of institutional, ideological, and strategic variables (Heller; Mereshon, 2009). In the case of Bolsonarism, contextual factors – the post-2013 crisis of representation, the consolidated anti-PT sentiment following the 2016 impeachment, the intensified polarization – created the window of opportunity for the electoral emergence of the far right. The individual strategies of political actors to associate with or distance themselves from the Bolsonarist camp were conditioned by these contextual factors, but not determined by them: parliamentarians in similar institutional positions made divergent choices with distinct electoral consequences. The ideological dimension, although secondary in comparison to pragmatic incentives, cannot be entirely dismissed: the cohesion of the loyalist group suggests the possibility that some form of programmatic or identitarian identification with the Bolsonarist project complements the strictly instrumental calculations of electoral maximization (Hix; Noury, 2018).

This study also engages critically with the literature on party institutionalization (Mainwaring, 1999) and *party linkages* (Katz; Mair, 1995; Lupu, 2014). The trajectory of legislative Bolsonarism between 2018 and 2022 suggests that, in contexts of low institutionalization such as Brazil's, political movements can function as substitutes for programmatic parties, establishing links between voters and representatives based not on coherent ideological platforms but on political antagonisms, cultural identities, and charismatic leadership. Bolsonarism constituted an alternative form of structuring political competition that dispensed with conventional party institutionalization, mobilizing instead evangelical networks, militarism, conservative moralism, and, above all, anti-PT sentiment (Kaysel; Códas; Cruz, 2016; Machado, 2019; Cesarino, 2020).

It is nonetheless necessary to acknowledge the limitations of this research. First, the analysis focused exclusively on the federal level and does not address how the party switching dynamics associated with Bolsonarism manifested themselves in state and municipal legislatures – contexts in which regional political logics may produce distinct patterns (Faganello; Fernandes, 2018). Second, the temporal scope restricted to the 2018 and 2022 elections precludes definitive conclusions about the long-term

sustainability of Bolsonaroism as a structuring force within the Brazilian party system. Future studies will be able to assess whether the political loyalties forged during this period persist following Bolsonaro's removal from electoral competition – he was rendered ineligible until 2030 following a court ruling in which he was convicted of abuse of political power and improper use of communications media, and is now serving a prison sentence after being convicted of the crimes of attempting to violently abolish the democratic rule of law, attempted coup d'état, participation in an armed criminal organization, aggravated destruction of property, and damage to listed heritage property. Third, although we controlled for important variables such as campaign financing, sex, education, and political experience, other potentially relevant factors – such as ties to evangelical denominations, insertion in military networks, or digital media performance – were not systematically incorporated into our statistical models.

In sum, the analysis of party switching associated with Bolsonaroism reveals that the rise of the far right in Brazil produced not merely discursive and electoral transformations, but substantively reconfigured the party system, creating new patterns of political recruitment, altering parliamentarians' strategic calculations, and establishing links between voters and representatives that transcend formal party organizations. The question raised by Przeworski (2019) – whether the rise of the radical right stems from the growing polarization of political opinion or from the loss of contact between traditional parties and their supporters – finds, in the Brazilian case, a nuanced answer: both processes operated simultaneously, with the crisis of representation of established parties creating the political space that Bolsonaroism occupied, mobilizing latent conservative identities and radicalizing anti-PT sentiment. The Brazilian party system, historically characterized by fragmentation, low institutionalization, and high mobility of politicians between party labels (Zucco; Power, 2021; Cheibub; Gandhi; Vreeland, 2022), was not immune to these transformations. On the contrary, its structural features facilitated the rapid reconfiguration of right-wing political forces, enabling Bolsonaroism to consolidate itself as a relevant pole of political-electoral competition by attracting experienced parliamentarians, mobilizing newcomers, and creating incentives for politicians to strategically calculate the advantages of remaining associated with this camp – or stepping away from it.

NOTES

¹ In order to capture the dimension of political experience in electoral competition, we considered all offices contested in general elections (state/district deputy, federal deputy, senator, governor, and president). This reflects the fact that many candidates run for state assemblies and subsequently seek a federal deputy seat, for example.

² Standardized residuals indicate how much the observed number of migrations between parties deviates from what would be expected in the absence of any association between party of origin and party of destination. When this value exceeds 1.96 or falls below -1.96, the deviation is considered statistically significant at the 5% level, suggesting that the observed migration did not occur by chance.

³ Bolsonaro joined the PSL on March 7, 2018, and left the party on November 19, 2019 (Mazui; Rodrigues, 2019).

⁴ Bolsonaro joined the PL only on November 30, 2021 (Gomes; Borges; Oliveira, 2021).

⁵ See: <https://graficos.poder360.com.br/9nab3/1/>, accessed October 25, 2025.

ABOUT THE AUTHORS

Silvana Krause – Ph.D. in Political Science, Katholische Universität Eichstätt, Germany (2003). Mare Baltikum Program Fellow, University of Rostock, Germany (2025/1). Professor at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Graduate Program in Political Science. Secretary-General of ABRAPEL (Brazilian Association of Electoral Researchers).

Bruno Marques Schaefer – Adjunct Professor, Department of Political Studies, IESP (Instituto de Estudos Sociais e Políticos), UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Coordinator of the Graduate Program in Political Science at IESP. Holds a bachelor's degree in Social Sciences and completed a master's degree in Political Science (March 2018) and a doctorate in the Graduate Program in Political Science at UFRGS (September 2022). Co-coordinator of MAPE (Laboratory for Monitoring and Evaluation of Public Policy and Elections at IESP–UERJ). Replicability Editor at the journal DADOS.

João Feres Júnior – Full Professor of Political Science at IESP–UERJ. His main research areas are media, political behavior, and political communication. Leading researcher of the Laboratory for Media and Public Sphere Studies (LEMEP), within which he develops the Manchetômetro and Monitor do Debate Público projects. Feres Júnior coordinates the PROBRAL project "The Far Right in Brazil and Germany: A Historical and Comparative Analysis." He also researches and publishes in the areas of democratic theory, affirmative action, race relations, and parliamentary behavior, and produces widely circulated technical analyses.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOWITZ, Alan I. Name familiarity, reputation, and the incumbency effect in a congressional election. *The Western Political Quarterly*, v. 28, n. 4, p. 668–684, 1975. DOI: <https://doi.org/10.2307/447984>
2. ARAÚJO, Marcelo. *Mudanças partidárias. A evolução das migrações partidárias na Câmara dos Deputados – 1979/1999*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
3. ARRIOLA, Leonardo R. *et al.* Paying to party: Candidate resources and party switching in new democracies. *Party Politics*, v. 28, n. 3, p. 507–520, 2022.
4. BERMEO, Nancy. On democratic backsliding. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 1, 2016.
5. BINS, Márcio. P. E. *Migração partidária na Câmara dos Deputados no Brasil: 1999 a 2015. O impacto da Resolução-Tribunal Superior Eleitoral 22.610/2007*. 2017.
6. BRAGA, Maria S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 4, p. 43–73, 2010. Available at: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1704>. Accessed: Apr. 13, 2026.
7. BRANDÃO, Francisco. Com o fim da janela partidária, PL obtém a maior bancada da Câmara. *Portal da Câmara*, 04 abr. 2022. Available at: <https://www.camara.leg.br/noticias/863065-com-o-fim-da-janela-partidaria-pl-obtem-a-maior-bancada-da-camara/>. Accessed: Apr. 12, 2026.
8. CAREY, John M.; SHUGART, Matthew Soberg. *Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
9. CARREIRÃO, Yan de Souza. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. *Opinião Pública*, v. 21, p. 393–430, 2015.
10. CARSON, Jamie L.; ENGSTROM, Erik J.; ROBERTS, Jasons M. Candidate quality, the personal vote, and the incumbency advantage in congress. *The American Political Science Review*, v. 101, n. 2, p. 289–301, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055407070311>
11. CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. A aliança da hidroxicloroquina: como líderes de extrema direita e pregadores da ciência alternativa se reuniram para promover uma droga milagrosa. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 197–214, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200556>
12. CAVICCHIOLI, Giorgia. O que aconteceu na eleição de 2022 com os deputados que racharam com o PSL? *Uol*, 03 out. 2022. Available at: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/03/deputados-psl-eleicao.htm>. Accessed: Apr. 12, 2026.
13. CESARINO, Letícia. How to win an election from home: on the rise of digital populism in Brazil. *Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1, 2020.
14. CHEIBUB, José A.; GANDHI, Jennifer; VREELAND, James R. Dynamic party system fragmentation. *Electoral Studies*, v. 76, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2022.102440>
15. CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábria; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil. *Análise Social*, v. 53, n. 229, p. 870–897, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018229.02>

16. DAHIS, Ricardo *et al.* *Data basis (base dos dados): Universalizing access to high-quality data.* 2022. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.4157813>
17. DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin. *Party change and the democratic process. Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies.* Oxford University Press, 2000.
18. DE CASTRO GOMES, Angela. *Invenção do trabalhismo.* 3. ed. FGV, 2015.
19. DESPOSATO, Scott. The impact of party switching on legislative behavior in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 49, n. 1, p. 59–81, 2007. Available at: <https://pages.ucsd.edu/~sdesposato/ps2.pdf>. Accessed: Apr. 23, 2026.
20. DESPOSATO, Scott. Parties for rent? Ambition, ideology, and party switching in Brazil's chamber of deputies. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 1, p. 62–80, 2006. Available at: <https://pages.ucsd.edu/~sdesposato/pswitch1ajps.pdf>. Accessed: Apr. 13, 2026.
21. DINIZ, Simone. As migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 31–48, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000200003>
22. DORN, David; HANSON, Gordon; MAJLESI, Kaveh. Importing political polarization? The electoral consequences of rising trade exposure. *American Economic Review*, v. 110, n. 10, p. 3139–3183, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1257/aer.20170011>
23. EASTON, David. The political system. *World Politics*, v. 9, n. 3, p. 383–400, 1957.
24. EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *National populism: The revolt against liberal democracy.* Penguin UK, 2018.
25. ENCARNACIÓN, Omar G. Democratic backsliding: comparative reflections on the American experience. *Political Science Quarterly*, v. 138, n. 3, p. 407–423, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/psquar/qqad036>
26. FAGANELLO, Marco A.; FERNANDES, Jean L. M. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000–2016). *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, p. 101–124, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987318266605>
27. FERES JÚNIOR, João. O bolsonarismo como fenômeno de opinião pública. *Opinião Pública*, v. 31, 2025. Available at: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8681143>. Accessed: Apr. 23, 2026.
28. FERES JÚNIOR, João; BARBARELA, Eduardo; BACHINI, Natasha. A Lava Jato e a mídia. In: KERCHE, Fábio; FERES JUNIOR, João (Orgs.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira.* São Paulo: Contra Corrente, 2018. Vol. 1, p. 199–228.
29. FERES JÚNIOR, João; SCHAEFER, Bruno Marques; BARBARELA, Eduardo. Redefining the communication dynamics in Bolsonaro's Brazil? Media consumption and political preferences. *Social Sciences*, v. 13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/socsci13050245>
30. FREITAS, Andréa. Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, p. 37–45, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000100004>
31. GOHN, Maria. da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.* Vozes, 2014.
32. GOMES, Pedro Henrique; BORGES, Beatriz; OLIVEIRA, Paloma. Após dois anos sem partido, Bolsonaro se filia ao PL, nona legenda da carreira política. *G1*, 30 nov. 2021. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/30/apos-dois-anos-sem-partido-bolsonaro-se-filia-ao-pl-nona-legenda-da-carreira-politica.ghtml>. Accessed: Apr. 12, 2026.
33. GUADALUPE, José L. P.; CARRANZA, Brenda (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: Os evangélicos do século XXI.* Fundação Konrad Adenauer no Brasil, 2020.
34. HELLER, William; MERSHON, Carol (Eds.). *Political parties and legislative party switching.* Springer, 2009.
35. HIX, Simon; NOURY, Abdul. Power versus ideology: Political group switching in the European Parliament. *Legislative Studies Quarterly*, v. 43, n. 4, p. 551–582, 2018. Available at: <https://www.jstor.org/stable/45093823>. Accessed: Apr. 13, 2026.
36. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence.* Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
37. KAM, Christopher D.; ZECHMEISTER, Elisabeth J. Name recognition and candidate support. *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 4, p. 971–986, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajps.12034>
38. KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068895001001001>
39. KAYSEL, André.; CODAS, Gonzalo.; CRUZ, Sebastián. V. Direita, volver. *O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
40. KLEIN, Elad. Explaining legislative party switching in advanced and new democracies. *Party Politics*, v. 27, n. 2, p. 329–340, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068819852262>
41. KRAUSE, Silvana; PAIVA, D. Perdas e ganhos. Lideranças políticas brasileiras e instabilidade na representação dos partidos. Lógica nacional X Lógica regional (1982–2001). In: PINTO, Célio Regina Jardim; MARENCO DOS SANTOS, André (Orgs.). *Partidos no Cone Sul.* Fundação Konrad Adenauer, 2002.

42. KRAUSE, Silvana *et al.* Construindo maiorias: Novas estratégias em tempos da Antipolítica? *Cadernos Adenauer*, v. 20, p. 79–106, 2019.
43. LAMOUNIER, Bolívar. Partidos políticos: teorias e análises. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Partidos políticos: Teorias e análises*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 25–56.
44. LUPU, Noam. Polarization and the decline of representation in Latin America. *American Journal of Political Science*, v. 58, n. 2, p. 387–401, 2014.
45. MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 3, p. 945–970, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>
46. MAINWARING, Scott. Party systems in Latin America. Institutionalization, decay and collapse. *Revista SAAP*, v. 12, n. 1, p. 81–90, 2018. Available at: <https://revista.saap.org.ar/index.php/revista/article/view/182>. Accessed: Apr. 23, 2026.
47. MAINWARING, Scott. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: The case of Brazil*. Stanford University Press, 1999.
48. MAINWARING, Scott. Democracy in Brazil and the Southern Cone: Achievements and Problems. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 37, n. 1, p. 113–180, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/166219>
49. MATLOSA, Khabele; SHALE, Victor. *The impact of floor crossing on party systems and representative democracy*. Konrad Adenauer Stiftung, 2007.
50. MAZUI, Guilherme; RODRIGUES, Paloma. Bolsonaro anuncia saída do PSL e criação de novo partido. *G1*, 12 nov. 2019. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>. Accessed: Apr. 12, 2026.
51. MELO, Carlos R. F. D. Democracia, direita e “Lula 3”: A eleição de 2022 e seus desdobramentos. *Caderno CRH*, v. 37, 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v37i0.55270>
52. MELO, Carlos R. F. D. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 43, n. 2, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000200001>
53. MELO, Carlos R. F. D. *Retirando as cadeiras do lugar: Migração partidária na Câmara dos Deputados 1985/1998*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
54. MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordida no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 3, p. 590–621, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>
55. MOFFITT, Benjamin. *The global rise of populism: performance, political style, and representation*. Stanford: Stanford University Press, 2016.
56. MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity, 2019.
57. NICOLAU, Jairo M. As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados brasileira. *Dados*, v. 40, n. 3, p. 441–464, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000300006>
58. NICOLAU, Jairo M. *Multipartidarismo e democracia: Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985–94*. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
59. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press, 2019.
60. ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 11, 2016. Available at: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/97>. Accessed: Apr. 13, 2026.
61. OS 39 DEPUTADOS novatos eleitos em 2022. *Poder 360*, [2022]. Available at: <https://graficos.poder360.com.br/9nab3/1/> Acesso em: 23 abr. 2026.
62. PAPPAS, Takis S. *Populism and liberal democracy: A comparative and theoretical analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
63. PEREIRA, Carlos. *Toe the line to survive: Loyalists, wildcards, and electoral reform in Brazil*. No prelo.
64. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Planeta, 2019.
65. PRZEWORSKI, Adam. *Crises of democracy*. Cambridge University Press, 2019.
66. RENNÓ, Lucio R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. *Latin American Politics and Society*, v. 62, p. 1–23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/lap.2020.13>
67. RODRIK, Dani. Why does globalization fuel populism? Economics, culture, and the rise of right-wing populism. *Annual Review of Economics*, v. 13, p. 133–170, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-070220-032416>
68. ROMA, Celso. Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar. *Dados*, v. 50, n. 2, p. 351–392, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000200005>
69. SAAD-FILHO, Alfredo; BOFFO, Marco. The corruption of democracy: corruption scandals, class alliances, and political authoritarianism in Brazil. *Geoforum*, v. 124, p. 300–309, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.02.003>

70. SAMUELS, David J. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
71. SCHAEFER, Bruno M.; KRAUSE, Silvana; MANCUSO, Wagner P. Os efeitos da proibição das coligações proporcionais no comportamento dos atores. *Revista de Sociologia e Política*, v. 32, 2024. <https://doi.org/10.1590/1678-98732432e002>
72. SINGER, André. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. Companhia das Letras, 2018.
73. SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. Alfa Ômega, 1990.
74. SPECK, Bruno W.; CAMPOS, Mauro M. Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do horário eleitoral gratuito no Brasil. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 23, n. 2, 2014. DOI: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/394/>
75. TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>
76. TAVITS, Margit. Party systems in the making: The emergence and success of new parties in new democracies. *British Journal of Political Science*, v. 38, n. 1, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0007123408000069>
77. TELLES, Helcimara. A direita vai às ruas: O antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, n. 19, 2016. Available at: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29895/20746>. Accessed: Apr. 13, 2026.
78. VASQUEZ, Vitor; SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de; SANTANA, Luciana. O fim das coligações eleitorais nas disputas proporcionais: para onde foram os partidos políticos nas eleições de 2022? *Caderno CRH*, v. 37, 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v37i0.55469>
79. WALDNER, David; LUST, Ellen. Unwelcome change: Coming to terms with democratic backsliding. *Annual Review of Political Science*, v. 21, n. 1, p. 93-113, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050517-114628>
80. ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system. *Comparative Politics*, v. 53, n. 3, p. 477-500, 2021. Available at: <https://www.jstor.org/stable/27090037>. Accessed: Apr. 13, 2026.
81. ZULINI, Jaqueline P. *Migração partidária na Câmara dos Deputados (1946-1964)*. São Paulo: Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI/USP), [20--?]. Available at: <https://neci.fflch.usp.br/migracao-partidaria-na-camara-dos-deputados-1946-1964>. Accessed: Aug. 16, 2025.

Submissão em 28 de novembro de 2025.

Aceito em 28 de fevereiro de 2026.



ARTIGOS LIVRES

DISCURSOS SOBRE O IDEAL DE FORMAÇÃO HUMANA NO BRASIL

***DISCUSSIONS ON THE IDEAL OF HUMAN
DEVELOPMENT IN BRAZIL***

Danielly da Costa Vila Real * 

* Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Núcleo Participação e Democracia (NUPAD), Vitória - ES, Brasil.

E-mail: daniellyreal@gmail.com

RESUMO

O presente artigo compartilha resultados de uma pesquisa que analisou os efeitos discursivos do contexto de avanço conservador sobre as políticas educacionais brasileiras entre 2010 e 2022. Mais especificamente, explanamos a análise dos discursos das entrevistas que foram feitas com atores que se identificam como progressistas e conservadores, e são profissionais atuantes em instituições políticas e educacionais. Tal análise observa as forças que compõem o conservadorismo se materializando nas políticas educacionais, emoldurando discursos orais e escritos conforme ideais de formação humana. Conclui-se que a educação é campo de disputa ideológica, e que uma formação qualificada não se reduz a resultados de proficiências em avaliações externas. Somente uma educação construída com ampla participação democrática pode equilibrar os critérios de quem mede sua qualidade e direciona suas metas.

Palavras-chave: Conservadorismo; Formação humana; Políticas educacionais; Diversidade; Análise de Discurso Crítica.

ABSTRACT

This article shares the results of a research project that analyzed the discursive effects of the context of conservative advancement on Brazilian educational policies between 2010 and 2022. More specifically, we explain the analysis of discourses from interviews conducted with actors who identify as progressive and conservative, and who are professionals working in political and educational institutions. This analysis observes the forces that compose conservatism as they materialize in educational policies, framing oral and written discourses according to ideals of human formation. It concludes that education is a field of ideological dispute, and that a quality education is not reduced to results of proficiency in external assessments. Only an education built with broad democratic participation can balance the criteria of those who measure its quality and direct its goals.

Keywords: Conservatism; Human formation; Educational policies; Diversity; Critical Discourse Analysis.

A EDUCAÇÃO E OS IDEAIS DE FORMAÇÃO HUMANA EM DISPUTA NA MARÉ CONSERVADORA

A educação brasileira tem por objetivo o pleno desenvolvimento do educando, sua formação para o exercício da cidadania e o preparo para o mercado de trabalho, conforme preconizam o artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988 e o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Entretanto, um conservadorismo moralmente regulador, securitariamente punitivo, socialmente intolerante e economicamente liberal (Almeida, 2019) ganhou adeptos no contexto que foi chamado de Maré Conservadora no Brasil (Faganello, 2015), embebendo novos projetos de lei no campo educacional de intenções meritocráticas, moralizantes, punitivas e intolerantes.

Fligstein e McAdam (2012) descrevem como *atores habilitados* os indivíduos que promovem enquadramentos, ou o que Messenberg (2017, p. 626) chama que “pautadores dos interesses e das prioridades informacionais de sua audiência e intérpretes de sua vida cotidiana e da política”. Tais atores podem ser endógenos ou exógenos ao campo educacional.

No primeiro caso, são membros das comunidades escolares, dos sindicatos, dos grêmios estudantis, dos conselhos e dos congressos, enquanto os exógenos atuam nas esferas religiosas, militares, empresariais, entre outras esferas sociais que não estão diretamente ligadas à educação, mas interferem nela conforme suas concepções de formação humana.

Uma tradicional disputa no campo educacional residia entre as políticas que clamavam por gestão democrática e formação cidadã para inclusão das diversidades, contra as políticas de gerenciamento empresarial com foco no mercado de trabalho. Ambas permanecem no escopo dos objetivos da educação brasileira nos documentos reguladores (CF e LDB).

Nas revisões de literatura, Vila Real (2023) intitulou de *reformas* as políticas educacionais de tom inclusivo sobre as diversidades; de *contrarreformas* as que priorizam a formação para o mercado de trabalho; e de *(anti)reformas* as que censuram diversidades. As políticas de inclusão das pessoas com deficiência e a obrigatoriedade do trabalho com a temática étnico-racial, são exemplos classificados como *reformas*.

Como *contrarreformas*, destacam-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), argumentando que são constituídos pela força conservadora economicamente liberal, porque almejam o gerenciamento empresarial e a otimização de recursos em prol de resultados aferidos por ranqueamento internacional. Entretanto, a BNCC também agrega a força moralmente reguladora, já que houve intensas disputas entre conservadores e progressistas sobre as temáticas da diversidade serem inseridas ou não neste documento.

Por fim, como *(anti)reformas*, destaca-se a militarização, o *homeschooling*, o Escola Sem Partido (ESP) e dois derivados dele, como o Eu Escolhi Esperar (EEE) e o Infância Sem Pornografia (ISP). No primeiro caso, a militarização é constituída por forças securitariamente punitivas de cunho disciplinar, mas em virtude das denúncias sobre discriminações étnico-raciais nas escolas militarizadas, percebe-se também a

presença da força socialmente intolerante, já que a disciplina sofre variações racializadas.

Quanto ao *homeschooling*, ao ESP e seus derivados EEE e ISP, Vila Real (2023) explica que são políticas embebidas das forças socialmente intolerantes e moralmente reguladoras. No primeiro caso, o *homeschooling* é a opção defendida por quem não tolera conviver com as diversidades na escola, logo, desejam migrar o ensino para o espaço doméstico porque lá as moralidades da família não serão confrontadas por outras antagônicas.

No segundo caso, o ESP defende uma utópica imparcialidade política do ensino, mas suas denúncias revelam que sua maior preocupação não é a temática partidária, mas sim as temáticas de gênero e sexualidade. Seus derivados EEE e ISP possuem os mesmos propositores e até repetem em seus projetos de lei o discurso sobre a autonomia da família quanto ao que os filhos podem aprender na escola.

No EEE, a ação da força moralmente reguladora traz para a esfera pública o padrão de moralidade sexual da esfera privada religiosa, adotando a castidade como política de prevenção à gestação precoce. Já no ISP, vemos as forças moralmente reguladoras definindo o que é aceitável expor às crianças, e a força socialmente intolerante censurando o que não é. Na prática, significa que o projeto não combate pornografia, até mesmo porque há legislações em vigência próprias para isso, mas sua real intenção é combater a diversidade sexual.

Quando observadas as forças que compõem o conservadorismo, apesar das diferentes intencionalidades, as políticas educacionais por elas constituídas têm como efeito colateral comum o sutil apagamento das temáticas de classe, raça, gênero e sexualidade, demonstrando que a educação pode ser utilizada como recurso de virada ideológica (anti)diversidade.

ADC COMO MÉTODO DESNATURALIZANTE DAS FORÇAS CONSERVADORAS (ANTI)DIVERSIDADES

A Análise de Discurso Crítica (ADC) pode ser construída em cinco etapas sugeridas por Magalhães, Martins e Resende (2017), que podemos resumir como: 1) identificação de um problema social; 2) definição dos textos a serem analisados; 3) seleção de aspectos gramaticais e discursivos relevantes aos propósitos da pesquisa; 4) exame dos textos e a 5) conclusão com uma análise que relacione textos e contextos discursivos e sociais.

Definimos o sutil apagamento das diversidades como problema social. Em seguida, selecionamos textos orais coletados em entrevistas com profissionais da educação e da política, progressistas e conservadores, questionando-os sobre políticas classificadas como *contrarreformas* e *(anti)reformas*. Como aspectos relevantes a serem observados nesses discursos, definimos as categorias “forças conservadoras” (securitariamente punitivas, moralmente reguladoras, socialmente intolerantes e economicamente liberais) e as temáticas das diversidades censuradas por essas políticas (raça, gênero e sexualidade).

Foram realizadas 11 entrevistas em Vila Real (2023). Entre elas, quatro professoras de ensinos fundamental e médio em redes municipais e estaduais escolheram usar nomes fictícios: Maria, Melissa, Madeleine e Paula. Melissa, Madeleine e Paula se identificam à direita das disposições políticas. Apenas Maria, que atualmente está lotada como técnica em uma secretaria municipal de educação, se identificou como progressista.

Os demais sete entrevistados escolheram divulgar seus nomes reais. Entre os que atuam na educação, entrevistamos os professores Daniel Barboza, Aguinaldo Rocha, Madson Moura e Rafaella Machado. Atuando na política, entrevistamos a deputada estadual Camila Valadão (PSOL) e a vereadora Karla Coser (PT), ambas progressistas, mas também entrevistamos a conservadora Capitã Estéfane da Silva Franca Ferreira (vice-prefeita de Vitória no mandato de 2021–2024, pelo partido Republicanos). Todas as entrevistas foram realizadas entre 2022 e 2023.

Para os propósitos do presente artigo, serão compartilhados alguns trechos das entrevistas onde dialogamos sobre o papel da educação, do professor, os conservadorismos que constituem políticas educacionais e as temáticas das diversidades. O intuito é explicitar o projeto educacional que defendem ou resistem, conforme os ideais de formação humana que seus discursos revelam.

CONCEPÇÕES SOBRE O IDEAL DE FORMAÇÃO HUMANA PARA EDUCADORES E POLÍTICOS

Começamos a entrevista pela compreensão sobre qual é papel da educação. Alguns entrevistados trouxeram uma concepção teórica mais demarcada sobre a função social da escola, afirmando que seu papel “É trabalhar na perspectiva de mudar as pessoas para que elas mudem a sociedade, parafraseando Paulo Freire” (Professor Aguinaldo Rocha, entrevista pessoal, 14 out. 2022); ou ainda que “O papel da escola é garantir que os alunos se apropriem dos grandes saberes historicamente acumulados e produzidos pela humanidade, como a filosofia, a ciência e a arte” (Professor Madson Moura, entrevista pessoal, em 07 set. 2022); no mesmo sentido, o papel da escola seria “traduzir o conhecimento historicamente acumulado para as gerações novas [...]”. É uma compreensão marxista do processo educativo” (Professor Daniel Barboza, entrevista pessoal, em 29 set. 2022).

Outras contribuições também caminharam no sentido progressista, destacando a criticidade e a formação para a cidadania, defendendo que a escola tem a função de “questionar esses conteúdos, de propor outras ações, de trazer reflexões, inclusive quanto à própria organização da escola” (Técnica Maria, entrevista pessoal, 29 set. 2022).

Semelhantemente, a deputada estadual Camila Valadão define que a função da escola “Não é formar mera e simplesmente para o mercado de trabalho, mas formar um cidadão consciente” (entrevista pessoal, 20 jan. 2023). E a Vereadora Karla Coser defende que “A escola é esse lugar de acolhimento, também de afeto, e de conceder ao aluno a aprendizagem que ele precisa para tornar-se cidadão. A escola forma cidadãos” (entrevista pessoal, 25 nov. 2022). Não obstante, a professora Rafaella Machado defende que:

O papel da escola é formar cidadãos. Não de forma conteudista, tecnicista, como se o estudante ocupasse uma posição de passividade perante o aprendizado. Mas escola é lugar de pluralidade, de diálogo, de construção do conhecimento. A escola tem que ser um lugar seguro para os alunos. Vai ter lugar em que o papel da escola, dependendo do perfil socioeconômico, é alimentar, ou é espaço de lazer. Num lugar que não tem uma praça, a quadra da escola cumpre esse papel de convivência. O papel da escola é formar esse cidadão consciente do seu lugar no mundo e do lugar que ele quer ocupar, que ele pode ocupar. É mostrar as possibilidades da vida para os alunos, esse é o papel da escola (Professora Rafaella Machado, entrevista pessoal, 9 set. 2023).

Até aqui vimos entre os professores progressistas atuantes na educação uma concepção inspirada na pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, com bases marxistas, e nas teorias freireanas, ambas concepções de base libertadora. Entretanto, as progressistas (técnica, vereadora e deputada) trouxeram uma concepção menos teórica e mais legalista, acionando a CF e a LDB para defender a formação para a cidadania crítica.

Destacamos, neste sentido, os efeitos nos discursos dos sujeitos causados pelos seus locais de atuação, afinal, mesmo sendo ambos progressistas, docentes endógenos ao campo educacional são mais próximos das contribuições reflexivo-teóricas da academia, enquanto progressistas atuantes em instituições políticas são mais próximos das legislações.

Por outro lado, na ótica conservadora, a escola é “um preparatório para você descobrir as suas habilidades, no que você tem realmente facilidade e direcionar a sua vida profissional” (Professora Madeleine, entrevista pessoal, 06 jul. 2023). Além disso, o indivíduo deve “buscar a verdade e as virtudes, não só uma formação profissional e acadêmica” (Professora Paula, entrevista pessoal, 20 jul. 2023).

A então vice-prefeita de Vitória-ES – no mandato de 2021-2024 – é cristã, conservadora, de carreira militar, nascida na região periférica do município, conhecida como Grande São Pedro. Ela reconhece a educação como possibilidade de ascensão de classe: “Para algumas pessoas é normal esse escalonamento, mas para a gente que experimentou uma realidade um pouco mais desfavorecida, é a forma lícita de você conseguir mudar o seu contexto social” (Vice-prefeita Capitã Estéfane, entrevista pessoal, 4 mai. 2023).

Na concepção das conservadoras supracitadas, professoras e vice-prefeita, percebe-se uma perspectiva de formação humana tecnicista e moralista, com foco no mercado de trabalho, na verdade e nas virtudes. Aqui vemos a ação de forças economicamente liberais, na ênfase da formação para o mercado de trabalho e na ascensão social, mesmo sem questionar as desigualdades. Assim como, vemos as forças moralmente reguladoras adotando os conceitos de “verdade e virtudes” de forma normativa, desconsiderando diversidades culturais que compõem as moralidades.

Destacamos que os temas de classe, raça, gênero e sexualidade serão implicados pelos discursos conservadores. Isto porque, a ênfase na formação para o mercado – enquanto possibilidade de ascensão social – secundariza as condições sociais, especialmente atravessadas pelos recortes de classe e raça, para a superação das desigualdades. Além disso, a defesa normativa pelo cultivo da verdade e das virtudes impõe padrões cristãos heteronormativos sobre gênero e sexualidade.

Até este ponto, já podemos resumir que discursos progressistas veem a educação como ferramenta que prepara o indivíduo para uma ação coletiva de transformação social, enquanto os discursos conservadores possuem um tom individualista de aperfeiçoamento dos sujeitos para superação de suas próprias dificuldades. Em outras palavras, perspectivas progressistas de educação vêem desigualdades como injustiças a serem coletivamente superadas, enquanto conservadores defendem a mobilidade individual de classe, sem necessariamente questionar o escalonamento.

Em seguida, interrogamos os entrevistados sobre o papel do professor nesta escola que idealizam. A professora Paula defende que o professor é um modelo de formação humana que inspira seus estudantes: “Você só segue aquele que você admira, então o professor tem que ter essa figura de mestre” (Professora Paula, entrevista pessoal, 20 jul. 2023); semelhantemente, a vice-prefeita Capitã Estéfane defende que o

professor é “um referencial, uma meta de vida, uma autoridade, como uma pessoa que está ali para te motivar, te ensinar e te conduzir, então é uma função complexa” (entrevista pessoal, 4 mai. 2023).

Já outras entrevistadas conservadoras apontam o papel do professor focado no ensino dos conteúdos: “é um guia que te aponta a direção, mas o aluno precisa pesquisar, aprofundar, pegar esse caminho e seguir” (Professora Madeleine, entrevista pessoal, 6 jul. 2023); e criticam demandas relacionadas a mediação de conflito e fragilidades psicológicas porque “o professor seria realmente um professor” (Professora Melissa, entrevista pessoal, 7 ago. 2023), e não deve atuar com nenhuma atribuição além da transmissão do currículo.

Nos discursos conservadores supracitados, vemos a ação de duas forças conservadoras: no primeiro caso, vemos a força securitariamente punitiva nos discursos que verticalizam a relação entre docentes e discentes, colocando os primeiros como mestres e autoridades, enquanto os segundos são tutorados. No segundo caso, vemos a força economicamente liberal nos discursos que adotam uma concepção de professor conteudista, sem compromisso com a criticidade.

Tais concepções costumam ser prejudiciais para as diversidades, porque trazem discursos meritocráticos que invisibilizam desigualdades e culpabilizam indivíduos pelo seu insucesso, tirando-lhes a possibilidade de questionar estruturas hegemônicas. Isto ocorre porque docentes são autoridades, e a obrigação estudantil passa a ser apresentar bom desempenho na aprendizagem, sem questionar as condições desiguais que terão para atingi-lo.

Por outro lado, na ótica progressista, podemos resumir que “o professor é um mediador (Professor Agnaldo Rocha, entrevista pessoal, 14 out. 2022). Seja “para trazer as reflexões, suscitar os questionamentos, a curiosidade e a inquietude” (Técnica Maria, entrevista pessoal, 29 set. 2022); ou seja “alguém que contribui para a reflexão e problematização” (Deputada Estadual Camila Valadão, entrevista pessoal, 20 jan. 2023).

Seu papel “não é ser detentor do conhecimento, censurando e impedindo que outras ideias estejam na sala de aula. O papel do professor é ficar atento às necessidades dos alunos e da comunidade, saber ouvir” (Professora Rafaella Machado, entrevista pessoal, 9 set. 2023). Ele é aquele “que contribui para a constituição de um ser humano capaz de ser inserido criticamente na sociedade que ele vive na perspectiva da transformação maior da sociedade, contra a injustiça e a desigualdade” (Professor Madson Moura, entrevista pessoal, 7 set. 2022).

Perspectivas conservadoras situam o docente como guardião detentor e transmissor do conteúdo curricular. Entretanto, vertentes progressistas têm uma visão mais horizontal da relação entre docentes e discentes, considerando conhecimentos prévios dos estudantes e colaborando no processo onde seu próprio ensinamento pode ser questionado.

Aqui percebe-se uma disputa entre ideais de formação humana: uma que prioriza a aprendizagem enquanto ferramenta para o exercício da cidadania crítica, com ambição coletiva para a transformação social. Outra, com ambições mais individuais que valorizam a acumulação de conhecimento para mobilidade de classe. No bojo das ambições individuais e coletivas, questionamos os entrevistados o que eles pensam sobre as funções de “educar” e “ensinar”, considerando “educar” como uma formação que engloba valores, e “ensinar” como formação restrita ao ensino de conteúdos curriculares.

Neste ponto, as professoras conservadoras defendem que o docente deveria focar apenas no ensino de conteúdos, mas “infelizmente a gente não faz só esse papel” (Professora Madeleine, entrevista pessoal, 6 jul. 2023). Elas argumentam que “É impossível a gente não passar algum valor para o aluno, demonstrar integridade” (Professora Paula, entrevista pessoal, 20 jul. 2023), mas “o ideal seria o professor só ensinar mesmo” (Professora Melissa, entrevista pessoal, 7 ago. 2023).

Portanto, as conservadoras supracitadas defendem que os docentes cumpram apenas o papel de ensinar conteúdos, e que educar deveria ser papel da família. Mas assumem que também passam valores para os estudantes, considerando a omissão dos responsáveis nesta tarefa. Ou seja, apesar de defender a responsabilidade da família sobre valores, as professoras reconheceram que os pais nem sempre são atuantes na educação dos filhos, sobrecarregando a escola.

Por outro lado, na ótica dos progressistas: “Educar e ensinar são indissociáveis. [...] Eu ensino educando, eu educo ensinando. Parece meio metafísico, mas é um processo complexo e completo” (Professor Daniel Barboza, entrevista pessoal, 29 set. 2022). Concordando, a vereadora Karla Coser complementa que “O professor também ensina valores para além dos conhecimentos estruturados” (entrevista pessoal, 25 nov. 2022). Semelhantemente, a Professora Rafaella Machado afirma que “Educar e ensinar são intrínsecos. Nem toda a responsabilidade de ensinar é da escola, e nem toda a responsabilidade de educar é da família, até porque o indivíduo não é fragmentado” (entrevista pessoal, 9 set. 2023). Em síntese, a interação indissociável e intrínseca entre o educar e o ensinar é explicitada na fala do professor Madson Moura:

Eu acho que o professor faz as duas coisas: quem ensina necessariamente educa, mesmo que ele queira ou não. Se você ensina do ponto de vista meramente de uma transmissão mecânica do saber, de alguma forma você educa o sujeito para aceitar o que é proposto para ele. Se você ensina de forma dialógica e permite ao aluno analisar criticamente, você forma o sujeito capaz de transformar a sociedade, de modificar e de lutar (Professor Madson Moura, entrevista pessoal, 7 set. 2022).

Vimos nos discursos dos progressistas supracitados que não há desconforto com a indissociabilidade entre educar e ensinar. Pelo contrário, consideram a conexão necessária na formação para o exercício de uma cidadania crítica, onde todo conhecimento possa ser questionado. Entretanto, os discursos conservadores revelam a força economicamente liberal, com foco no ensino de conteúdos verificáveis por avaliações. Porém, ainda que conservadoras assumiram transmitir valores, demonstram insatisfação em cumprir com esse papel que atribuem às famílias, além disso, adotam um tom normativo ao fazê-lo.

Quem decide os conteúdos abordados no ambiente escolar são os documentos curriculares, razão pela qual se tornam campo de disputa entre ideais de formação humana. O currículo legaliza e dá subsídios ao discurso docente, mas pode ir “ao encontro de” ou “de encontro à” preferências familiares. Ele é o documento que estipula limites e possibilidades para as temáticas que chegam às salas de aula. O que deve ser promovido e/ou censurado.

Quando perguntamos sobre documentos curriculares, a professora conservadora Paula tece uma crítica dizendo que “[...] com esse foco nas habilidades, uma coisa meio empresarial, isso não tem a ver com a educação. Estão muito focados em metas e deixando de focar no conteúdo” (entrevista pessoal, 20 jul. 2023). Semelhantemente, o professor progressista Daniel Barboza critica currículos da

atualidade que formam “um tipo de trabalhador polivalente, que será produzido por uma escola que ensina tudo e ao mesmo tempo nada, mas prepara um profissional que se adeque na lógica das grandes corporações” (entrevista pessoal, 29 set. 2022).

Neste ponto, professores conservadores e progressistas demonstram inquietação com os sistemas de gerenciamento empresarial da educação. A conservadora, parece mais preocupada com os efeitos dessas políticas no seu trabalho, porque a cobrança de metas recai sobre o professor. Isto fica claro quando ela defende focar no “conteúdo” e não nas “metas”. Essa fala traduz o desejo de liberdade de cátedra e autonomia docente, direitos que estão sendo relativizados gradualmente por cartilhas com foco nos ranqueamentos em avaliações externas. Já o progressista, parece mais preocupado com o resultado formativo do trabalhador polivalente. Mas uma vez, parece que o conservadorismo carrega ambições individualistas, e o progressismo ambiciona projetos coletivos.

A LDB foi citada como um “processo de debate e disputa de interesses e perspectivas, [...] que representa um instrumento contra o retrocesso e contra o obscurantismo na educação. Hoje ela é um instrumento de luta” (Deputada Estadual Camila Valadão, entrevista pessoal, 20 jan. 2023). O currículo municipal de Vitória-ES foi reconhecido como documento construído democraticamente: “Vejo os consensos que foram feitos, e há algumas contradições, e mesmo assim foi produto de um movimento interessante” (Professor Madson Moura, entrevista pessoal, 7 set. 2022).

Os discursos da deputada estadual Camila Valadão e do professor Madson Moura refletem sua admiração por processos democráticos de construção de políticas educacionais, citando a LDB e o currículo municipal de Vitória-ES como espaços de disputa, que mesmo carregando contradições, abrem consensos entre antagonismos e respeito à pluralidades.

Quando perguntamos aos entrevistados sobre os desafios da escola na atualidade, a deputada estadual Camila Valadão cita como desafio “a desvalorização da educação pública, que é um projeto... o sucateamento, o desfinanciamento. Outro ponto é o processo de desvalorização dos profissionais da educação” (entrevista pessoal, 20 jan. 2023). Semelhantemente, a vereadora Karla Coser afirma que o principal problema da escola pública hoje “É o investimento. É garantir que não falte o básico: profissionais, estrutura física e material” (entrevista pessoal, 25 nov. 2022). Por outro lado, o professor Agnaldo acredita que os desafios da escola estão para além de seus muros:

O principal problema da escola pública é o que está fora dos muros da escola: é a falta de condição e qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente do pobre e preto periférico, tendo em vista tudo o que ele sofreu e as negações que lhe foram feitas. Então o problema da escola pública é tudo aquilo que precisa melhorar ao redor dela (PROFESSOR AGNALDO ROCHA, entrevista pessoal, 14 out. 2022).

A professora Rafaella Machado (entrevista pessoal, 9 set. 2023) se aproxima desse entendimento além da aprendizagem, afirmando que o problema mais urgente da escola pública “é a falta de psicólogo, psicopedagogo e assistentes sociais. E estou falando de tê-los lá dentro da escola, da mesma forma que o pedagogo, coordenador e professores estão lá integralmente”. Mas ela também destaca que “Um dos maiores inimigos da escola hoje são os índices, porque se importam mais com eles do que com o bem-estar dos alunos”.

O professor Madson Moura (entrevista pessoal, 7 set. 2022) apresenta a mesma preocupação com a reforma empresarial que impõe sobre a escola pública “classificação, ranqueamento e avaliação de larga escala”. Mas também destaca “a inserção religiosa na escola, que reflete de forma muito perversa na formação crítica dos nossos alunos”. O Professor Daniel Barboza afirma que “preparar para o mercado de trabalho é constitucional, mas precisa ser algo mais, não basta rezar a cartilha. [...] Escola também é emancipação” (entrevista pessoal, 29 set. 2022).

Com isso, podemos resumir que: progressistas atuantes na política lutam por investimento na educação; já os progressistas atuantes na educação, além do investimento em profissionais qualificados para acompanhamento das demandas socioemocionais e socioassistenciais, se preocupam também com uma formação crítica, que vem sendo filtrada por inserção de moralidades religiosas no ambiente escolar.

Na ótica conservadora, a professora Paula (entrevista pessoal, 20 jul. 2023) cita como desafio o desrespeito ao professor: “A falta de autoridade causa indisciplina, e a indisciplina prejudica na aprendizagem dos conteúdos”. Já a professora Madeleine (entrevista pessoal, 6 jul. 2023) critica o NEM afirmando que “Aumentaram a carga horária e reduziram as matérias. Não é o tempo que se passa na escola que importa, é a qualidade do que se faz”.

Por sua vez, a professora Melissa (entrevista pessoal, 7 ago. 2023) aponta como desafio que “indiretamente a gente não pode mais reprovar o aluno, porque precisamos atingir índices. Aí os alunos vão avançando as séries sem saber ler. O sistema está priorizando o quantitativo”. Semelhantemente, a vice-prefeita Capitã Estéfane (entrevista pessoal, 4 mai. 2023) cita que o desafio “é não focar, não priorizar exatamente o aprendizado do aluno”.

Nos discursos conservadores, a força securitariamente punitiva aparece no anseio pelo controle da indisciplina e no papel de autoridade do professor. Assim como, na defesa da reprovação como filtro de qualidade. Mas também vemos a força economicamente liberal defendendo um ensino conteudista. Apesar disso, percebe-se um incômodo com a perda da autonomia sobre a escolha dos conteúdos, que está sendo dirigida conforme metas de ranqueamento em avaliações externas. Ou seja, pareciam concordar enquanto o peso do conteudismo responsabilizava e reprovava o estudante com baixo desempenho, mas começou a ser um problema quando as cobranças sobre metas recaem sobre os docentes.

Outro incômodo é com a *contrarreforma* do NEM, que focava inicialmente em formações mais especialistas para o trabalho, por meio de itinerários formativos, e que reduzia carga horária de algumas disciplinas para abrir espaço à discussão sobre projetos de vida. Aqui mora outra contradição: conservadores dão ênfase à formação para o mercado de trabalho, mas demonstram incômodos quando ela prejudica sua carga horária.

Questionamos aos entrevistados se há forças conservadoras constituindo políticas como a BNCC, o NEM, a militarização da escola pública, o *Homeschooling*, o ESP, o EEE e o ISP. A vice-prefeita Capitã Estéfane (entrevista pessoal, 4 mai. 2023) afirma que “estão dentro do que as pessoas consideram como conservadorismo, relacionado ao liberalismo econômico, Estado mínimo e autonomia maior”.

A professora Madeleine (entrevista pessoal, 6 jul. 2023) discorda da classificação “conservadora”, e afirma que a esquerda criou esse estereótipo porque assuntos de sexualidade estão chegando muito cedo às escolas, mas as “crianças não possuem

maturidade cognitiva para entender as sexualidades”. Ela acrescenta ainda que: “Se a criança vai ser gay ou não, é coisa pro futuro. Na escola a gente só ensina o respeito e não devemos fazer com que as crianças decidam lá nos 10 anos o que ela é em termos de gênero e sexualidade”. Vê-se que o termo conservadorismo soa pejorativo para a professora, e que em sua concepção, quem atribui esse rótulo são pessoas da esquerda com intenções de sexualização precoce, que aplicam tal estereótipo quando veem seus projetos censurados.

Por outro lado, a professora Melissa (entrevista pessoal, 7 ago. 2023) responde que “Conservador é andar na contramão, é estar ligado na família tradicional, que é de pai, mãe e seus filhos. Se você olhar para a área biológica, não há concepção se não for pela tradição”, deixando claro o modelo de família que ela defende e se sentindo confortável com o termo. Ela acrescenta ainda que “Uma coisa é eu ter a minha opinião e outra coisa é rotular. Ser preconceituoso dependendo da sua raça ou ideologia, é humilhar e ofender o diferente”. Em outras palavras, Melissa defende que só é classificado como preconceito se você concretizar alguma violência moral, física ou verbal. Ela argumenta que apenas a crença de que a sexualidade do outro é pervertida, em si, não caracteriza preconceito.

Sobre as políticas educacionais dialogadas na entrevista, a fala das conservadoras supracitadas explicita forças economicamente liberais, moralmente reguladoras e socialmente intolerantes, que trazem implicações para as diversidades de classe, raça, gênero e sexualidade.

Do lado progressista, o professor Daniel Barboza (entrevista pessoal, 29 set. 2022) levanta questões: “E quem é o sensor? Quem vai dizer o que o professor pode ou não pode dizer na sala de aula?”. Ele argumenta que há famílias ateístas e religiosas frequentando as escolas, então “O interesse do pai ou da família é muito abstrato, visto que as famílias são plurais e diversas”.

A técnica Maria (entrevista pessoal, 29 set. 2022) afirma que “o conservadorismo se coloca como novo, mas traz a busca do velho”. Ela questiona a promoção de valores antigos que não dão conta da nova geração. Argumenta ainda a seletividade conservadora que “é de algumas coisas, de outras não, depende de qual novidade incomoda”.

A vereadora Karla Coser (entrevista pessoal, 25 nov. 2022) questiona: “o conservadorismo quer conservar o quê?”. Ela considera que as discussões sobre temáticas de gênero, raça, sexualidade e religião precisam avançar em virtude dos casos de violência, mas “o conservadorismo quer conservar sua moralidade no espaço público? Ora, as pessoas precisam ser livres na sua individualidade mas respeitar os espaços coletivos como lugar da diversidade”.

A deputada estadual Camila Valadão (entrevista pessoal, 20 jan. 2023) defende que “talvez seja mais preciso chamar de reacionário”, porque essas propostas que estão sendo chamadas de conservadoras “acabam sendo uma reação ao pouco que nós avançamos com a LDB na área da educação e nas políticas sociais”.

Concordando com Camila, Aguinaldo Rocha (entrevista pessoal, 14 out. 2022) também afirma que “essas políticas não são conservadoras, elas são reacionárias [...]. E foi usado como modelo para atingir uma camada da sociedade”. A professora Rafaella Machado (entrevista pessoal, 9 set. 2022) também afirma que “a palavra conservadorismo não dá conta. [...], também são extremamente radicais”.

Podemos resumir que os discursos progressistas preocupam-se principalmente com a força moralmente reguladora de cunho religioso, e com as possíveis censuras para as temáticas de raça, gênero e sexualidade, narrando os esforços de inclusão que sofrem retrocessos reacionários das *(anti)reformas* educacionais e seus propósitos *(anti)diversidades*.

Compreendemos a preocupação com o reacionarismo, mas mantemos a defesa pelo termo conservadorismo porque, da forma como foi adotado neste trabalho, o conceito já engloba forças economicamente liberais, moralmente reguladoras, securitariamente punitivas e socialmente intolerantes. Em outras palavras, seu conceito já abarca a conservação de hegemonias dominantes concomitante às reações *(anti)diversidades*.

Em seguida, indagamos como o avanço conservador no país afeta as políticas educacionais. A vice-prefeita Capitã Estéfane (entrevista pessoal, 4 mai. 2023) informa que, por causa das dificuldades em se inserirem nas discussões sobre políticas públicas, “hoje está se fazendo um apelo externo” por parte de grupos conservadores. Ela quis dizer que há grupos exógenos ao campo educacional interessados em intervir nas políticas públicas para implementar seus ideais de formação humana. Paula explica esse caminho exógeno:

O conservadorismo começa em parte da sociedade, e aí vai para a política e se torna uma política pública. É uma relação de causa e consequência. Na verdade, os brasileiros são bastante conservadores. Temos uma esquerda mais organizada, a direita é meio bagunçada: gente liberal, gente religiosa, uma coisa meio confusa. A direita fala coisas que as pessoas já acreditam, já pensam assim, por isso o conservadorismo tomou um fôlego. Antigamente a esquerda era diferente, hoje tem a esquerda identitária e vários movimentos que as pessoas estão receosas de onde isso vai parar, como a terceira onda do feminismo em que a gente nem sabe mais dizer o que é mulher, então parece um experimento social e eu não quero participar disso. As políticas conservadoras vão frear um pouco essas coisas ideológicas, porque a esquerda parece que quer dar um passo maior que a perna. Enquanto estava falando de luta de classe, as pessoas até entendiam. Agora está ficando muito confuso e as pessoas estão com medo. As pessoas começaram a ficar com sede de políticas públicas para tomar as rédeas da educação de seus filhos, de seu futuro, de viver sua vida sem ser obrigado a aceitar determinadas ideias (Professora Paula, entrevista pessoal, 20 jul. 2023).

A professora Madeleine (entrevista pessoal, 6 jul. 2023) acredita que “a esquerda tenta trazer essa temática para a escola e Bolsonaro tentou tirar esse assunto da escola”. Ela pondera que “A culpa não é da esquerda, do PT exatamente, mas tem exagerados que querem implantar essas temáticas e não estão levando em consideração a infância”. Semelhantemente, a professora Melissa (entrevista pessoal, 7 ago. 2023) afirma que o EEE “não está falando de bíblia, mas está falando de um problema de saúde pública que é a gestação precoce”.

Em síntese, os discursos das professoras conservadoras refletem uma preocupação com gênero e sexualidade, tal como, com a sexualização e a gravidez precoce. Já os progressistas, não desejam incentivar o contrário, porém, adotam como metodologia preventiva a educação sexual. Aqui vemos a força moralmente reguladora do conservadorismo em ação:

O conservadorismo exerce uma pressão, usando os termos de Durkheim, consciência coletiva que é exterior e exerce coerção sobre os indivíduos do ponto de vista da autocensura, mas você tem grupos conservadores disputando espaços na política e imprimindo suas lógicas nesses espaços, e com isso, chegando na escola, seja pela coerção social ou seja pela legislação. Exemplo: não é proibido fazer festa junina na prefeitura de Vitória, mas tem escola que não está fazendo, alegando que ela é religiosa e que determinadas famílias não participarão. Eu já vivi várias experiências em que festas eram um encontro social, local e cultural muito bacana para a comunidade. A censura entra na escola independente da aprovação da lei, mas também há ocupação de espaços nas prefeituras por segmentos que já reproduzem essas posturas (Professor Daniel Barboza, entrevista pessoal, 29 set. 2022)

A fala do professor Daniel Barboza reforça a força ilocucionária das políticas conservadoras, que produzem efeitos nos indivíduos antes da aprovação legislativa. Razão pela qual há políticos que insistem em propor projetos que já foram rejeitados em outras esferas, visto que geram autocensura nos sujeitos, à despeito da aprovação. A deputada estadual Camila Valadão (entrevista pessoal, 20 jan. 2023) afirma que tais propostas de lei intimidam os professores que ficam com “medo de ministrar seus conteúdos mesmo conforme a LDB”. A vereadora Karla Coser (entrevista pessoal, 25 nov. 2022) afirma que os docentes estão filtrando seus discursos “por medo da perseguição”. Rafaella testemunha à esse respeito:

Eu já fui sabatinada tantas vezes em relação a isso que hoje eu tenho um arsenal de documentos para me defender. Na medida que as políticas conservadoras sobrepõem as políticas educacionais, eu me pergunto: e agora? Como vou me defender? As leis sempre foram a minha base de defesa. O conservadorismo causa mudanças nas políticas públicas sem diálogo e com tendência conteudista que nega existências e se isentam de importantes questões sociais (Professora Rafaella Machado, entrevista pessoal, 9 set. 2023).

O professor Madson Moura (entrevista pessoal, 7 set. 2022) reforça o efeito ilocucionário dessas propostas de lei, porque “mesmo que não tiveram o avanço no sentido legislativo, mas tiveram um avanço muito grande sobre a vida das pessoas, e isso tem um impacto na educação”. Ele exemplifica sua afirmação:

Eu vejo alguns professores receosos de trabalhar a cultura afro, termos sobre cultura indígena, termos que discutem gênero, temas da atualidade política. Isso está tão agudizado na sociedade e claro que tem um impacto enorme em que a escola fica temerosa em trabalhar, o que se traduz em redução de conteúdo, de massa crítica na escola, de currículo (Professor Madson Moura, entrevista pessoal, 7 set. 2022).

Observando que algumas temáticas se repetiram nas preocupações dos progressistas (pró-inclusão), e dos conservadores (pró-censura), perguntamos diretamente o que os entrevistados pensam sobre algumas temáticas das diversidades, começando pelo questionamento: “Gênero e sexualidade são temáticas bem-vindas na escola?”.

A vice-prefeita Capitã Estéfane (entrevista pessoal, 4 mai. 2023) recomendou o trabalho com a temática desde a educação infantil, mas enfatiza que não está promovendo a homossexualidade, e sim que “as pessoas podem ser o que quiser, porque Deus te dá a liberdade, inclusive, de ir pro inferno”, deixando claro que mantém suas premissas heteronormativas de cunho religioso. Ela defende o trabalho

com a temática desde a primeira infância apenas como metodologia de prevenção contra abusos sexuais.

As professoras conservadoras Paula e Melissa defendem que as temáticas de gênero e sexualidade não são adequadas para nenhuma etapa da educação básica. Paula (entrevista pessoal, 20 jul. 2023) afirma que “isso tem que ser tratado na família”, e Melissa (entrevista pessoal, 7 ago. 2023) defende que “Sexualidade só pode ser falado no sentido de prevenção da gravidez. Gênero, só feminino e masculino. Se for pra falar de binários e não binários, isso só cabe a família”. A professora Madeleine (entrevista pessoal, 6 jul. 2023) aceita a temática a partir do ensino médio, quando o estudante, segundo a professora, “já se decidiu” sobre sua própria sexualidade/gênero.

A professora Rafaella Machado (entrevista pessoal, 9 set. 2023) foi a mais cautelosa entre os progressistas, censurando a temática na educação infantil. Não por acaso, trata-se de uma professora que sofreu perseguições políticas por trabalhar a temática no ensino médio. Em outras palavras: mesmo que tenha sido vitoriosa na justiça contra a violência de um vereador conservador que invadiu a escola para questionar seu trabalho, sua postura cautelosa pode simbolizar as heranças da censura outrora sofrida.

Quanto a temática das relações étnico-raciais, houve consenso entre conservadores e progressistas sobre a importância do trabalho da temática na escola em todas as idades, exceto pela professora conservadora Paula (entrevista pessoal, 20 jul. 2023), que recomendou iniciar a conversa apenas no ensino fundamental, enquanto todos os demais sugeriram desde a educação infantil.

A professora Melissa (entrevista pessoal, 7 ago. 2023), que é negra, afirma que “As famílias são um pouco resistentes com essa temática, alguns pais acham que as falas racistas são brincadeira boba”. Percebe-se que, da mesma forma em que algumas políticas surtem efeitos ilocucionários e alcançam resultados antes, e até mesmo independente da aprovação legislativa, outras políticas consolidadas em território nacional seguem sem efetividade pelo mesmo motivo: medo da censura.

Podemos resumir que progressistas e conservadores reconhecem a relevância das temáticas étnico-raciais, mas temem possíveis censuras que sofrem das famílias, mesmo possuindo todo o embasamento legislativo, o que desmotiva a efetivar a lei na prática. Aqui vemos a ação das forças economicamente liberais e socialmente intolerantes do conservadorismo, que desmerecem lutas sociais contra desigualdades de classe e contra racismos estruturais. Diversidades de classe e raça são implicadas neste contexto.

Quanto à temática da religião na escola, todos os progressistas, maioria ateus, defendem que o tema é bem-vindo enquanto cultura produzida pela humanidade. Já a cristã vice-prefeita Capitã Estéfane (entrevista pessoal, 4 mai. 2023) preocupa-se com o risco de “ser abusivo com uma ou outra religião” ou de que as pessoas se sintam “constrangidas porque cada um acha que a sua fé está certa”. Semelhantemente, a professora Paula (entrevista pessoal, 20 jul. 2023) defende que religião é assunto para o âmbito familiar, mas as professoras Melissa (entrevista pessoal, 7 ago. 2023) e Madeleine (entrevista pessoal, 06 jul. 2023) sugerem que é interessante conhecer as religiões, nos ensinos fundamental e médio.

Percebe-se que os progressistas não veem a religião como uma ameaça desde que ela seja apresentada como conhecimento cultural. Por outro lado, conservadores se dividiram entre ser radicais ou restritivos. Os primeiros, delegam o assunto ao âmbito familiar, refletindo a força socialmente intolerante do conservadorismo. Já os

segundos, possuem uma interpretação próxima aos progressistas, sobre ser benéfico conhecer a pluralidade religiosa de forma imparcial, sendo restritos apenas com a faixa etária, excluindo a educação infantil.

Sobre a presença do tema “política partidária” na escola, a professora Madeleine (entrevista pessoal, 6 jul. 2023) defende que o assunto seja abordado no ensino médio para “Discutir sobre voto eletrônico, voto no papel... por que os EUA não usam urnas eletrônicas? E por que aqui não usa papel? Qual é seguro?”. A professora Paula (entrevista pessoal, 20 jul. 2023) também cita o ensino médio, para estudar a história dos partidos políticos.

A vice-prefeita Capitã Estéfane (entrevista pessoal, 4 mai. 2023) defendeu a temática, desde que trabalhada com imparcialidade. Ela argumenta que se pode explicar o que é conservadorismo e progressismo, porque faz parte da construção de uma “consciência política”. Mas a professora Melissa (entrevista pessoal, 7 ago. 2023) é mais taxativa entre as conservadoras, sobre o tema não ser adequado para o ambiente escolar em nenhuma hipótese.

Vimos que os discursos conservadores giram em torno de discutir, de forma imparcial, a história dos partidos políticos e os conceitos de progressismo e conservadorismo. Mas também houve discurso mais radical, desconfiando das urnas eletrônicas. Houve ainda uma postura mais restritiva que defendeu censurar completamente a temática na escola, simbolizando as forças socialmente intolerantes, porque não suportam antagonismos.

Do lado dos progressistas, o professor Daniel Barboza (entrevista pessoal, 29 set. 2022) defende ser positivo informar sobre o papel do legislativo e do executivo: “isso é conteúdo!”. A técnica Maria (entrevista pessoal, 29 set. 2022) lembra que as crianças votam para diretor escolar desde os 6 anos no ensino fundamental, então “precisam entender que há vários partidos”. O professor Madson Moura (entrevista pessoal, 7 set. 2022) argumenta que “é importante aprender sobre partidos e suas doutrinas, porque é uma forma de participação social na política”.

A deputada estadual Camila Valadão (entrevista pessoal, 20 jan. 2023) ressalta que é importante “ensinar sobre sistema político brasileiro e a pluralidade de partidos, ou seja, possibilitar a compreensão do sistema democrático”, o que não justifica favorecer um partido em detrimento de outro.

Por outro lado, também houve restrições entre os progressistas. A vereadora Karla Coser (entrevista pessoal, 25 nov. 2022) sugere a temática apenas para o ensino médio, e a professora Rafaella Machado (entrevista pessoal, 9 set. 2022) foi ainda mais radical ao afirmar: “não vejo espaço para política partidária na escola, nem no ensino médio”. Mais uma vez, a professora que já foi censurada e sabatinada, apresentou-se restritiva com uma temática que até conservadores apoiaram (salvo restrições de imparcialidade).

Perguntamos então sobre a temática “Movimentos sociais e protestos”. A professora Madeleine (entrevista pessoal, 6 jul. 2023) afirma que é possível ensinar sobre lutar por direitos, desde que sem vandalismo. A preocupação com o “vandalismo” reflete a força securitariamente punitiva que restringe ações de movimentos sociais à burocracias. Já as professoras Paula (entrevista pessoal, 20 jul. 2023) e Melissa (entrevista pessoal, 7 ago. 2023) foram mais radicais, ao recusar o trabalho com a temática na escola independente da faixa etária ou abordagem.

Na ótica progressista, a técnica Maria (entrevista pessoal, 29 set. 2022) defendeu que “Você só aprende a participação social justamente participando, então a cidadania se aprende na participação e na relação com o outro”. A deputada estadual Camila Valadão (entrevista pessoal, 20 jan. 2023) também defendeu que “As pessoas precisam ser livres para escolher se querem se organizar e como querem, mas para escolher é preciso conhecer”.

A vereadora Karla Coser (entrevista pessoal, 25 nov. 2022) afirma que “ensinar a lutar pelos seus direitos, não é sobre obrigar a gostar de um político ou de um partido só”. O professor Aguinaldo Rocha (entrevista pessoal, 14 out. 2022) acrescenta que “Se nosso desejo é a democracia participativa, não cabe censura nela”, e o professor Madson (entrevista pessoal, 7 set. 2022) complementa que “Temos que ensinar para as crianças que através da sua ação, especialmente da ação coletiva, você transforma a sua comunidade, seu estado e seu país”.

A professora Rafaella Machado (entrevista pessoal, 9 set. 2022) mais uma vez foi a mais cautelosa entre os progressistas, considerando a temática apenas para os anos finais do ensino fundamental: “quando começa a curiosidade dos alunos sobre movimento estudantil, e no ensino médio tem um movimento secundarista. Ensinar sobre a primavera secundarista, seria um começo de uma formação cidadã”. Semelhantemente, a conservadora vice-prefeita Capitã Estéfane também restringe a temática ao meio estudantil:

Eu lembro que o que me impactou foi o protesto dos alunos do Darwin, em que foram vários alunos e pais de alunos para a televisão falar que as cotas eram um absurdo porque eles investiram a vida inteira na educação dos filhos para agora metade das vagas serem de pobres. E aquilo me impactou muito, mas é um assunto que era de meu interesse e por isso eu me envolvi, achei que tinha que ser debatido na escola. Porque se os alunos do Darwin estavam se manifestando, então os alunos da escola pública também tinham que se manifestar. Os pais também tinham que ser envolvidos porque algo afeta o ambiente estudantil. Agora, outros tipos de movimentos eu acho que perde um pouco o foco, né? Porque aí você vai estar transformando a escola num ambiente que não é pra isso. Mas se as pautas forem de interesse dos alunos, do ambiente escolar, do desenvolvimento científico? Eu acho que sim, que não tem porquê não tratar disso, tem que tratar, tem que trazer esse despertar, essa consciência (Vice-Prefeita Capitã Estéfane, entrevista pessoal, 4 mai. 2023).

Vimos que progressistas e conservadores concordam em trabalhar movimentos sociais e protestos na escola. Entretanto, Madson Moura (entrevista pessoal, 7 set. 2022) preocupa-se com as lutas sociais, e a vice-prefeita Capitã Estéfane (entrevista pessoal, 4 mai. 2023) tem uma preocupação filtrada, restrita aos problemas que afetam o ambiente estudantil.

Quanto aos que propuseram restrições ao tratamento da temática, percebemos a ação das forças economicamente liberais e socialmente intolerantes do conservadorismo, visto que desejam promover perspectivas liberais, ao mesmo tempo em que cerceiam ações coletivas que questionam hegemonias dominantes. As temáticas das diversidades de classe, raça, gênero e sexualidade são implicadas, porque censuram as organizações que apontam desigualdades enfrentadas nestes recortes, buscando justiça social, reconhecimento e inclusão.

As entrevistas possibilitaram sintetizar três reflexões: 1) os indivíduos não são 100% conservadores ou progressistas em todos os aspectos da vida, mas o são em diferentes

critérios, ou seja, os rótulos não são tão rígidos quanto sugere a polaridade brasileira, mas há muitas similaridades; 2) os conflitos gerados na polaridade ilusória de que todos devem escolher um lado A ou B precisam ser dirimidos por quem se dispõe encontrar tais similaridade em diálogos conciliadores; 3) se a democracia ainda é a preferência de conservadores e progressistas (excetuando os extremismos de ambos os lados): nela coexistimos e precisamos defendê-la.

POR UM IDEAL DEMOCRÁTICO DE FORMAÇÃO HUMANA

A presente ADC conclui que, apesar das legislações vigentes, práticas discursivas são limitadas pelas ordens do discurso de determinados contextos. Com isso, há projetos de lei aprovados e sem aplicabilidade, tal como, há projetos em tramitação (e até indeferidos) que seguem produzindo efeitos ilocucionários. Eles têm em comum: o medo da censura.

Segundo Pereira, Espíndula e Ramos (2019, p. 338), há políticas educacionais que tornam-se uma ameaça que “Desconfigura a democracia enquanto direito à diferença”. Isto ocorreria porque são construídas com o objetivo de homogeneizar a sociedade apagando as diferenças em torno de modelos idealistas.

Amanda de Mendonça (2020, p. 35), chama de “agenda moralizadora do país” essa retórica de determinismo biológico, de modelo tradicional de família e valores cristãos supostamente ameaçados pelo avanço da diversidade. A censura explícita contra temáticas das diversidades promove o pânico moral e ódio aos professores. Cunha (2016) explica esse contexto em dois movimentos: contenção (das temáticas das diversidades) e imposição (das moralidades religiosas fundamentalistas).

Como inspiração para a instrumentalização dos injustiçados, Vila Real (2023) rememora a reconstrução histórica da trajetória da educação no Brasil, feita por Adélia Miglievich-Ribeiro e Maria Angélica Coutinho, a partir das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda (Miglievich-Ribeiro; Coutinho, 2020). Nesta reconstrução, as autoras defendem que a escola tem o papel de estabelecer limites entre o público e o privado, e de ir além dos arbítrios e privilégios do ambiente doméstico, inaugurando um convívio respeitoso e igualitário com os outros sujeitos igualmente responsáveis por suas ações.

Contra essa injustiça, Vila Real (2023) defende uma instrumentalização que começa pela conscientização das comunidades educacionais para que retomem seu lugar democrático de respeito às diversidades, enfatizando que, mesmo a formação para o mercado de trabalho, empreende competências e habilidades que só se desenvolvem nas relações antagônicas.

Miglievich-Ribeiro (2017) explica que praticamos violência simbólica reproduzindo relações de poder entre classes de modo velado quando aplicamos políticas educacionais como se não houvesse distinção significativa entre como se dá a aplicabilidade delas em cada unidade de ensino, mediante as desigualdades sociais e as vulnerabilidades características em cada contexto. A autora relembra que Darcy Ribeiro chamaria essa escola de “desonesta”, porque apesar de ser pública, é antipopular.

Libâneo (2016, p. 60) aponta caminhos de instrumentalização para a justiça social que a escola pode promover, afirmando que é urgente “a busca de um consenso nacional entre educadores, dirigentes de órgãos públicos, políticos, pesquisadores e sindicatos sobre a valorização da escola, do conhecimento escolar e, por consequência, do

trabalho dos professores”. Concordamos com o autor sobre o consenso respeitoso ser o caminho de instrumentalização contra os apagamentos das diversidades, e sobre os educadores serem os “agentes centrais da qualidade do ensino e da educação”. Concordamos também que educadores precisam ser sujeitos que “usufruam de condições favoráveis de salário e de trabalho, bagagem cultural e científica, formação pedagógica, autoestima e segurança profissional”, condições que demandam organização e luta da categoria.

De ambos os lados – progressistas e conservadores – há medo e ressentimento com os espaços “perdidos” quando avança a ideologia que difere de suas premissas. Ouvindo os dois lados, vimos que é preciso reconstruir o conceito democrático de espaço público como direito à diferença e substituir o medo do desconhecido pelo respeito ao diverso.

Neste caminho de reconstruir pontes dialógicas entre díspares, é necessário retomar o zelo sobre o uso dos termos, porque distribuir estereótipos sem justa reflexão faz com que conceitos amplos e complexos, como fascismo e comunismo, sejam acionados irresponsavelmente como recurso pejorativo para diminuir quem pensa diferente.

As entrevistas de Vila Real (2023) revelam que há mais em comum do que se imagina entre atores conservadores e progressistas. Quando se aproxima desses indivíduos, percebem-se camadas em que, mesmo aquele que se intitula conservador, possui aberturas para fazer concessões progressistas, e vice-versa. Ninguém é puramente conservador ou progressista senão como “tipos ideais”.

Conforme concluído em Vila Real (2023), podemos resumir que garantir o respeito ao outro se torna, como um ciclo, garantir o respeito a si mesmo, visto que todo mundo é o outro de alguém. Quem protege só a si mesmo e criminaliza o diferente, também como um ciclo, corre o risco de ser o outro do grupo hegemônico em algum momento, e se tornar o “mal” a ser combatido em nome do “bem” maior. Conservar as diversidades significa conservar a si mesmo, em qualquer onda, porque marés possuem períodos de cheia e de vazão.

SOBRE A AUTORA

Danielly Vila Real – Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), cursou estágio pós-doutoral pelo INCT Participa. É membro do Núcleo Participação e Democracia (Nupad) do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Atua como pedagoga pela Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185–213, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://shre.ink/xoO3>. Acesso em: 7 jul. 2025.
2. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.
3. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.
4. CUNHA, Luiz Antônio. O projeto reacionário de educação. Produção Digital Independente, 2016. Disponível em:

- https://www.luizantonioocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.
5. FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 145 – 162.
 6. FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. *Sociological Theory*, Washington, v. 29, n. 1, p. 1–26, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/xo6N>. Acesso em: 7 jul. 2025.
 7. LIBÂNEO, José C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. *Cadernos de Pesquisa* [s.l.], v. 46, n. 159, p. 38–62, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://shre.ink/xo6Z>. Acesso em: 7 jul. 2025.
 8. MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
 10. MENDONÇA, Amanda de. “Professor Doutrinador”, Homeschooling E “Ideologia De Gênero”: a tríade que ameaça a educação brasileira. *Revista ESCRITAS*, v.12, n.2, p. 33–51, out. 2020. Disponível em: <https://shre.ink/xo6C>. Acesso em: 7 jul. 2025
 11. MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 621–648, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>. Acesso em 7 jul. 2025.
 12. MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Pierre Bourdieu e Darcy Ribeiro Contrapontos sobre os sentidos do intelectual, da educação e da escola. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Orgs.). *Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
 13. MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; COUTINHO, Maria Angélica da G. C. Editorial – História da educação revisitada: apresentando personagens, projetos e experiências. *Cabecs – Cadernos Da Associação Brasileira De Ensino De Ciências Sociais*, Vitória-ES, v. 3, n.1, p. 1-8, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.24305/cadecs.v3i2.13651>. Acesso em 7 jul. 2025.
 14. PEREIRA, Maria Zuleide Da Costa; ESPINDULA, Miriam; RAMOS, Letícia. Democracia e as recentes reformas das políticas curriculares no contexto da educação básica no Brasil. *Linguagens, Educação e Sociedade*, [s. l.], n. 41, p. 322–341, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1126>. Acesso em: 7 jul. 2025.
 15. VILA REAL, Danielly da C. *Maré conservadora e educação: Análise de Discurso Crítica sobre Políticas Educacionais no Brasil e em Vitória-ES (2010 a 2022)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2023.

Submissão em 15 de outubro de 2025.

Aceito em 23 de novembro de 2025.



ARTIGOS LIVRES

DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÔMICO SOB A ÓPTICA DO ICMS E IFDM: UMA ABORDAGEM DE EFICIÊNCIA RELATIVA NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

HUMAN AND ECONOMIC DEVELOPMENT FROM THE PERSPECTIVE OF ICMS AND IFDM: A RELATIVE EFFICIENCY APPROACH IN MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO SUL

Eduardo Knebel Del Frari * 

Argemiro Luís Brum ** 

Pedro Luís Bütttenbender *** 

André Sartori do Nascimento **** 

Luciano Anderson Fricke ***** 

* Eduardo Knebel Del Frari, UNIJUÍ, PPGDR, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: eduardo.frari@sou.unijui.edu.br

**Argemiro Luís Brum, UNIJUÍ, PPGDR, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: argelbrum@unijui.edu.br

***Pedro Luís Bütttenbender, UNIJUÍ, PPGDR, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: pedrolb@unijui.edu.br

****André Sartori do Nascimento, UNIJUÍ, PPGDR, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: andre.sartori@sou.unijui.edu.br

*****Luciano Anderson Fricke, UNIJUÍ, PPGDR, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: luciano.fricke@sou.unijui.edu.br

RESUMO

Este estudo analisa a capacidade estatal relativa dos municípios do Rio Grande do Sul na conversão da arrecadação econômica em desenvolvimento humano, com base no ICMS per capita e no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Parte-se da hipótese de que altos níveis de arrecadação não garantem, por si sós, melhores condições sociais, pois os resultados dependem da capacidade administrativa, institucional e política dos governos locais de transformar recursos em bem-estar. Com abordagem quantitativa, foram examinados os municípios mais populosos de 25 dos 28 COREDEs, por meio de regressão linear simples entre o ICMS per capita padronizado e o IFDM, com foco nos resíduos como medida da capacidade estatal relativa. Os resultados indicam que grande parte da variação do IFDM não se explica apenas pela arrecadação, mas também por fatores como gestão, planejamento, organização burocrática e coordenação institucional. Municípios como Lajeado, Erechim e Ijuí apresentaram desempenho superior ao esperado, enquanto Guaíba, Bagé e Pelotas ficaram abaixo do previsto. A exclusão de outliers, como Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, conferiu maior robustez ao modelo. O estudo propõe uma metodologia comparativa e replicável para avaliar a capacidade estatal municipal, reforçando que o desenvolvimento depende não apenas dos recursos disponíveis, mas da capacidade governamental de convertê-los em resultados sociais.

Palavras-chave: ICMS per capita; IFDM; capacidade estatal; desenvolvimento humano; gestão pública.

ABSTRACT

This study analyzes the relative state capacity of municipalities in Rio Grande do Sul in converting economic revenue into human development, based on ICMS per capita and the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM). It starts from the hypothesis that high levels of revenue do not, by themselves, guarantee better social conditions, as outcomes depend on the administrative, institutional, and political capacity of local governments to transform resources into well-being. Using a quantitative approach, the most populous municipalities in 25 of the 28 COREDEs were examined through simple linear regression between standardized ICMS per capita and IFDM, with a focus on residuals as a measure of relative state capacity. The results indicate that a large share of the variation in IFDM cannot be explained solely by revenue, but also by factors such as management quality, planning, bureaucratic organization, and institutional coordination. Municipalities such as Lajeado, Erechim, and Ijuí showed performance above expectations, while Guaíba, Bagé, and Pelotas performed below expected levels. The exclusion of outliers, such as Porto Alegre and Santa Cruz do Sul, improved the robustness of the model. The study proposes a comparative and replicable methodology to assess municipal state capacity, reinforcing that development depends not only on available resources but also on governments' ability to convert them into social outcomes.

Keywords: Per capita ICMS; IFDM; municipal efficiency; human development; public management.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a capacidade estatal dos municípios é fator decisivo para a melhoria contínua da qualidade de vida da população. Entre as principais fontes de receita local, destaca-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual parcialmente repartido com os municípios e frequentemente utilizado como indicador do dinamismo econômico regional (Giambiagi et al., 2011). Paralelamente, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) mensura anualmente o desempenho em saúde, educação e emprego e renda, sendo amplamente reconhecido como referência para a análise do desenvolvimento humano (Firjan, 2023).

A relação entre ICMS e IFDM permite avaliar não apenas a disponibilidade de recursos econômicos, mas a capacidade estatal dos municípios de convertê-los em resultados sociais concretos. Essa perspectiva ultrapassa comparações absolutas e busca compreender como diferentes estruturas administrativas, institucionais e políticas moldam a capacidade de implementar políticas públicas e produzir bem-estar (Arretche, 2012). Observa-se que alguns municípios, mesmo com receitas relativamente modestas, alcançam elevado desenvolvimento humano, enquanto outros, apesar de uma base econômica robusta, apresentam desempenho social limitado. Isso evidencia que a capacidade estatal constitui elemento central para explicar tais diferenças.

Assim, torna-se relevante identificar municípios capazes de transformar de forma mais eficaz sua capacidade econômica em resultados voltados à população, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para maior equidade territorial. No Rio Grande do Sul, a heterogeneidade regional e institucional reforça a pertinência dessa análise. O presente estudo busca avaliar a capacidade estatal relativa dos municípios mais populosos de cada COREDE, utilizando o ICMS per capita como indicador do potencial econômico e o IFDM como indicador dos resultados alcançados. A metodologia adotada, baseada em regressão linear e análise dos resíduos, permite comparar desempenhos de maneira estatisticamente robusta e identificar padrões de capacidade estatal.

A relevância da capacidade estatal nas ciências sociais aplicadas tem crescido, especialmente em contextos de escassez de recursos e demandas crescentes por serviços públicos de qualidade (Abrucio, 2005). A literatura sobre federalismo fiscal e desempenho governamental destaca que não basta analisar o volume de receitas disponíveis; é necessário compreender como a estrutura administrativa, a profissionalização da burocracia e a capacidade de implementação impactam a produção de políticas públicas (Loureiro et al., 2010; Grin, 2014). Estudos isolados sobre arrecadação tendem a enfatizar autonomia financeira, enquanto pesquisas focadas em políticas sociais frequentemente desconsideram restrições institucionais e administrativas. Assim, há uma lacuna analítica na integração entre dinamismo econômico, desenvolvimento humano e capacidade estatal.

Do ponto de vista metodológico, técnicas como DEA ou Índice de Malmquist são amplamente utilizadas para avaliar desempenho relativo, mas exigem múltiplas variáveis e bases de dados detalhadas nem sempre disponíveis em análises municipais. A regressão linear com foco nos resíduos surge como alternativa robusta e replicável, já aplicada em estudos de benchmark institucional (Cooper et al., 2011), mas ainda pouco empregada na avaliação da capacidade estatal em contextos subnacionais brasileiros. O uso conjunto do ICMS per capita e do IFDM oferece uma abordagem integrada que contribui para suprir essa lacuna.

A estrutura deste artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução. A próxima seção apresenta o referencial teórico, discutindo os fundamentos do federalismo fiscal, do desenvolvimento humano e da capacidade estatal como elemento explicativo do desempenho municipal. Em seguida, a metodologia detalha as etapas de coleta, padronização e modelagem estatística utilizadas para analisar a relação entre ICMS per capita e IFDM. A seção de resultados expõe os achados empíricos, incluindo estatísticas descritivas, regressão linear, análise dos resíduos e a classificação comparativa dos municípios quanto à sua capacidade estatal relativa. Por fim, as considerações finais sintetizam as implicações do estudo, destacam a gestão municipal e a governança como variáveis explicativas centrais e sugerem caminhos para pesquisas futuras e para o aprimoramento das políticas públicas locais.

REFERENCIAL TEÓRICO

FEDERALISMO FISCAL E A AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS

A Constituição de 1988 consolidou a autonomia dos municípios, descentralizando competências e receitas (Brasil, 1988). No entanto, essa autonomia é limitada por desigualdades fiscais, pois muitos municípios dependem de transferências da União e dos estados (Arretche, 2012). Nesse contexto, o ICMS destaca-se como principal fonte de financiamento, representando tanto o dinamismo econômico local quanto a capacidade de arrecadação (Giambiagi et al., 2011).

Para comparações justas entre municípios de portes distintos, é essencial usar o ICMS per capita, que corrige distorções demográficas e permite análises estatísticas robustas (Gujarati; Porter, 2011). Contudo, a autonomia formal nem sempre se traduz em autonomia substantiva, pois a capacidade institucional de transformar recursos em resultados varia segundo a qualidade da burocracia e da governança local (Grin, 2014; Lotta; Favareto, 2016).

DESENVOLVIMENTO HUMANO EM NÍVEL LOCAL

A noção de desenvolvimento humano amplia a visão tradicional centrada no crescimento econômico. Inspirado por Amartya Sen (2000), considera a expansão das capacidades humanas em áreas como saúde, educação e renda. No Brasil, indicadores sintéticos como o IFDM têm sido utilizados para medir essas dimensões de forma comparável entre municípios (Firjan, 2023).

Embora o IFDM forneça uma visão abrangente das condições socioeconômicas locais, ele não revela, isoladamente, a capacidade estatal dos governos municipais. A comparação entre resultados sociais e indicadores econômicos, como o ICMS per capita, permite identificar o quanto a estrutura estatal é capaz de transformar bases econômicas em bem-estar (Marques, 2017; Cavalcante; Gomide, 2017). Esse enfoque também evidencia desigualdades regionais, mostrando que fatores institucionais e sociais podem compensar limitações orçamentárias (Diniz, 2006).

CAPACIDADE ESTATAL NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A literatura sobre gestão pública tem destacado a centralidade da capacidade estatal na explicação do desempenho governamental. A capacidade estatal envolve dimensões administrativas, técnicas, institucionais e políticas que permitem ao Estado formular, coordenar e implementar políticas públicas de maneira contínua e coerente (Cavalcante; Gomide, 2017). Inclui elementos como qualificação da

burocracia, rotinas administrativas, planejamento estratégico, mecanismos de monitoramento, capacidade de articulação federativa e estabilidade organizacional (Loureiro et al., 2010; Grin, 2014).

Na análise municipal, a capacidade estatal é especialmente relevante devido à diversidade estrutural entre os entes locais, à variação na profissionalização das equipes técnicas e à dependência de transferências intergovernamentais. Municípios com maior capacidade estatal tendem a transformar seus recursos de maneira mais consistente, independentemente da magnitude da arrecadação.

Métodos tradicionais de avaliação de desempenho, como DEA ou Análise de Fronteira Estocástica, são úteis para mensurar capacidade produtiva, mas exigem bases de dados extensas e múltiplas variáveis nem sempre disponíveis no nível municipal (Kumbhakar; Lovell, 2003). A regressão linear com análise de resíduos, por sua vez, permite identificar a capacidade estatal relativa ao comparar o desempenho observado com o desempenho esperado dado o nível econômico do município (Cooper et al., 2011; Gujarati; Porter, 2011).

Dessa forma, municípios com resíduos positivos são interpretados como aqueles com maior capacidade estatal para transformar arrecadação em resultados sociais, enquanto resíduos negativos indicam limitações institucionais e administrativas.

INTERFACE ENTRE ECONOMIA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os estudos de economia pública e políticas sociais convergem na constatação de que crescimento econômico não garante, por si só, avanços no desenvolvimento humano. Municípios podem apresentar alta arrecadação, mas não traduzirem esse desempenho econômico em melhorias sociais, devido a limitações administrativas, institucionais ou políticas (Sen, 2000; Draibe; Castro, 2007).

A relação entre ICMS per capita e IFDM evidencia essa dinâmica. Municípios que apresentam resultados sociais superiores ao previsto para seu nível de arrecadação demonstram possuir mecanismos institucionais mais robustos, melhor coordenação intersetorial, maior capacidade de planejamento e burocracia mais qualificada elementos centrais da capacidade estatal (Marques, 2017).

Por outro lado, quando o desenvolvimento humano é inferior ao potencial econômico, isso sugere déficits de capacidade estatal, seja na formulação de políticas, na gestão de recursos, na implementação ou na articulação federativa. Assim, a capacidade estatal torna-se o elo explicativo entre a estrutura econômica municipal e seus resultados sociais, reforçando a necessidade de análises que integrem recursos, instituições e resultados.

METODOLOGIA

COLETA DE DADOS DO IFDM

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi utilizado como variável dependente, por ser um indicador composto que sintetiza o desempenho dos municípios brasileiros nas áreas de saúde, educação e emprego e renda. O IFDM é construído com base em dados oficiais, sendo amplamente adotado em estudos sobre qualidade de vida e desempenho municipal (Firjan, 2023). Para este estudo, foi coletado o valor mais recente do IFDM geral de cada município, que corresponde à

média entre seus três componentes, sendo considerado um proxy do desenvolvimento humano local. O uso do IFDM como variável dependente justifica-se pela sua confiabilidade metodológica e sua atualização regular com base em dados públicos de alta cobertura.

A variável dependente do estudo é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), indicador sintético calculado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. O IFDM varia de 0 a 1 e é composto por três dimensões: saúde, educação e emprego/renda. Neste estudo, foi utilizado o IFDM geral mais recente disponível para cada município (Firjan, 2023).

COLETA DA POPULAÇÃO PELO CENSO 2022

Com o intuito de tornar comparáveis os valores de arrecadação entre municípios de portes distintos, foi realizada a coleta da população total de cada município com base nos dados oficiais do Censo Demográfico de 2022, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população foi usada como denominador no cálculo do ICMS per capita, permitindo controlar o efeito do tamanho populacional sobre a arrecadação municipal. O uso de dados censitários atualizados é essencial para garantir a fidedignidade do indicador por habitante, conforme defendido por Babbie (2005), que aponta a necessidade de correções demográficas em análises que envolvem grandezas econômicas agregadas.

COLETA DO ICMS POR MUNICÍPIO

A arrecadação de ICMS foi obtida para cada município selecionado, abrangendo os anos mais recentes disponíveis. O ICMS é o principal tributo estadual e representa uma importante fonte de receita para os municípios, pois parte de sua arrecadação é repassada às prefeituras segundo critérios definidos constitucionalmente. Segundo Giambiagi et al. (2011), o ICMS é considerado uma variável proxy do dinamismo econômico local, sendo frequentemente utilizado em estudos de finanças públicas e economia regional. Os dados foram organizados em séries históricas por município, compondo a base necessária para análise longitudinal.

CÁLCULO DA MÉDIA HISTÓRICA DE ICMS

Dado que o IFDM representa um valor consolidado e que não está disponível para todos os anos da série do ICMS, optou-se por calcular a média do ICMS arrecadado por município ao longo do período de análise (2015 a 2023). Esta média visa representar o nível médio de desempenho econômico do município durante o período. Segundo Wooldridge (2012), a utilização de médias temporais pode ser útil para suavizar efeitos sazonais e choques pontuais, permitindo uma melhor comparação entre unidades distintas ao longo do tempo.

A arrecadação de ICMS foi coletada anualmente para cada município no período de 2015 a 2023. Essa série histórica permite calcular uma média representativa do nível econômico dos municípios ao longo do tempo. O ICMS médio (ICMS_M) foi calculado por:

$$\overline{ICMS}_i = \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T ICMS_{it}$$

Onde:

- $\overline{ICMS}_i$: média da arrecadação de ICMS do município i no período
- T : número de anos da série (neste caso, 9)
- $ICMS_{it}$: arrecadação do município i no ano t

CÁLCULO DO ICMS PER CAPITA

Com a média de ICMS e a população obtida, foi calculado o ICMS per capita para cada município, dividindo-se a arrecadação média pela população total. Esta etapa foi fundamental para corrigir distorções causadas pelo tamanho dos municípios, tornando os valores economicamente comparáveis. A literatura recomenda fortemente o uso de indicadores per capita em análises intermunicipais para evitar vieses de escala (Gujarati & Porter, 2011). A conversão da variável ICMS para uma forma relativa (por habitante) também facilita a aplicação de modelos estatísticos com menor heterocedasticidade.

Com os dados populacionais e a média de ICMS, foi calculado o ICMS per capita para cada município, a fim de normalizar a arrecadação em relação ao tamanho populacional:

$$ICMSpc_i = \frac{\overline{ICMS}_i}{Pop_i}$$

Onde:

- $ICMSpc_i$: ICMS per capita do município i
- Pop_i : população total do município i , conforme Censo 2022

Essa normalização evita distorções associadas ao porte dos municípios, como defendem Gujarati & Porter (2011), sendo essencial para comparações intermunicipais justas.

PADRONIZAÇÃO COM Z-SCORE

Dado que os valores do ICMS per capita apresentaram grande variação entre os municípios, foi aplicada a técnica de padronização estatística por meio do z-score. Essa transformação estatística consiste em subtrair a média do conjunto de dados e dividir pelo seu desvio padrão, resultando em uma nova variável com média zero e desvio padrão igual a um. De acordo com Hair et al. (2009), a padronização por z-score é indicada para comparações entre unidades heterogêneas e quando se deseja eliminar o efeito de escalas diferentes. Com isso, tornou-se possível comparar o desempenho de municípios de forma mais justa e isonômica.

A variável ICMS per capita foi padronizada para remover efeitos de escala e permitir

comparação estatística. A padronização foi feita por meio do **z-score**, que transforma a variável original em uma com média 0 e desvio padrão 1:

$$z(ICMSpc)_i = \frac{ICMSpc_i - \mu}{\sigma}$$

Onde:

- μ : média de *ICMSpc* de todos os municípios
- σ : desvio padrão de *ICMSpc*

Essa transformação é recomendada por Hair et al. (2009), especialmente em modelos com variáveis de diferentes unidades ou magnitudes.

APLICAÇÃO DA REGRESSÃO LINEAR E USO DOS RESÍDUOS

Por fim, foi aplicada uma regressão linear simples com o IFDM como variável dependente e o z-score do ICMS per capita como variável independente. O foco da análise não esteve apenas nos coeficientes estimados, mas especialmente nos resíduos da regressão, ou seja, na diferença entre o valor observado do IFDM e o valor previsto pelo modelo. Esta abordagem, também adotada por estudos de benchmarking e eficiência relativa (Cooper et al., 2011), permite identificar quais municípios performam acima ou abaixo do que seria esperado dado seu nível médio de arrecadação. Municípios com resíduos positivos foram considerados mais eficientes na conversão de recursos econômicos em desenvolvimento humano; já os com resíduos negativos, menos eficientes.

Foi aplicado um modelo de regressão linear simples, em que o IFDM é a variável

$$IFDM_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot z(ICMSpc)_i + \varepsilon_i$$

Onde:

- $IFDM_i$: índice FIRJAN do município *i*
- $z(ICMSpc)_i$: z-score do ICMS per capita
- β_0 : intercepto
- β_1 : coeficiente de inclinação
- ε_i : termo de erro (resíduo)

dependente e o z-score do ICMS per capita é a variável independente:

Este modelo busca estimar o valor esperado de IFDM com base na arrecadação per capita relativa. A análise estatística inclui o cálculo do R^2 para medir a variância explicada, e do valor-p para verificar a significância dos coeficientes.

ANÁLISE DOS RESÍDUOS COMO MEDIDA DE CAPACIDADE ESTATAL RELATIVA

O principal foco do estudo está na análise dos resíduos da regressão, calculados

como:

$$Resíduo_i = IFDM_i - \widehat{IFDM}_i$$

Onde:

- $\widehat{IFDM}_i$: valor previsto de IFDM para o município i

Os resíduos representam o desvio entre o desenvolvimento humano observado e o previsto pelo modelo. Conforme a lógica da análise de eficiência, adotada por Cooper et al. (2011), os municípios com resíduos positivos são considerados mais eficientes, pois alcançaram um nível de desenvolvimento superior ao esperado dado seu ICMS per capita. Já aqueles com resíduos negativos são menos eficientes, pois performaram abaixo do potencial econômico estimado. A interpretação segue lógica consolidada em estudos de desempenho institucional (Cooper et al., 2011):

- **Resíduos positivos** → municípios cujo IFDM observado é maior que o previsto → indicam **maior capacidade estatal** para transformar recursos econômicos em resultados sociais.
- **Resíduos negativos** → municípios cujo IFDM é inferior ao previsto → indicam **limitações de capacidade estatal**, seja administrativa, institucional ou política.

A análise dos resíduos padronizados também permite identificar casos extremos e comparar o desempenho relativo entre municípios. A regressão e seus resíduos formam a base empírica para mensurar a capacidade estatal relativa, entendida como a habilidade municipal de produzir desenvolvimento humano a partir de seu potencial econômico.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Embora o critério adotado para a seleção da amostra tenha sido a escolha do município mais populoso de cada um dos 28 COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) do Rio Grande do Sul, três COREDEs não foram contemplados na análise final: Campanha Meridional, Centro-Sul e Missões. A exclusão desses conselhos ocorreu por razões técnicas associadas à inconsistência, ausência ou padronização inadequada dos dados de ICMS per capita e/ou IFDM dos seus respectivos municípios mais populosos, Santana do Livramento, Camaquã e São Luiz Gonzaga. Tais limitações inviabilizaram sua inclusão na regressão sem comprometer a robustez estatística do modelo. Apesar dessa redução marginal, a amostra composta por 25 municípios assegura ampla cobertura territorial, diversidade estrutural e validade analítica para os objetivos propostos, mantendo a coerência metodológica do estudo.

RESULTADOS

Tabela 1 – IFDM por ano e município

IFDM	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Não-Me-Toque	0,622	0,646	0,679	0,6879	0,7404	0,7356	0,7971	0,7617	0,7801
Frederico Westphalen	0,752	0,7206	0,757	0,7369	0,7415	0,747	0,7492	0,7801	0,7843
Bagé	0,5605	0,5588	0,5763	0,5744	0,5809	0,6249	0,6019	0,5983	0,6284

Vacaria	0,6496	0,6237	0,6369	0,6406	0,6688	0,693	0,677	0,7077	0,7474
Três Passos	0,7362	0,7276	0,7189	0,7284	0,7003	0,7318	0,7588	0,7842	0,7773
Santa Maria	0,702	0,6819	0,7044	0,7123	0,7169	0,7185	0,7189	0,7521	0,7522
Cachoeira do Sul	0,5911	0,5796	0,5835	0,5772	0,6138	0,6461	0,6663	0,6526	0,6855
Guaíba	0,5911	0,5739	0,5824	0,5746	0,5869	0,5774	0,5978	0,6422	0,6609
Santa Rosa	0,7282	0,7181	0,7273	0,7227	0,7462	0,7681	0,8121	0,8222	0,8467
Uruguaiana	0,5728	0,5637	0,56	0,5849	0,5911	0,5892	0,608	0,6343	0,6519
Canela	0,6957	0,6989	0,7002	0,6829	0,7071	0,7172	0,7395	0,7603	0,7643
Capão da Canoa	0,6794	0,6416	0,6552	0,6624	0,6836	0,6624	0,6792	0,7264	0,7545
Porto Alegre	0,6989	0,6794	0,6855	0,6977	0,7094	0,7119	0,7085	0,7414	0,7515
Santo Ângelo	0,6618	0,6429	0,6487	0,6642	0,699	0,7006	0,7162	0,7423	0,7587
Passo Fundo	0,7182	0,7099	0,72	0,7303	0,7355	0,7441	0,7513	0,7586	0,783
Ijuí	0,7685	0,7601	0,7638	0,782	0,8021	0,7911	0,8008	0,8244	0,86
Erechim	0,7647	0,7493	0,7708	0,7664	0,7936	0,7872	0,8261	0,831	0,8307
Caxias do Sul	0,7295	0,7271	0,7209	0,7552	0,75	0,7468	0,7788	0,789	0,8077
Pelotas	0,6044	0,5792	0,5895	0,6159	0,6275	0,6319	0,6368	0,6601	0,67541
Montenegro	0,7022	0,7258	0,7422	0,7551	0,7832	0,7803	0,7983	0,8073	0,8366
Santiago	0,65	0,6521	0,6643	0,6591	0,6792	0,6615	0,6733	0,7079	0,6963
Taquara	0,6009	0,5896	0,5983	0,6134	0,6468	0,6109	0,625	0,6853	0,7285
Santa Cruz do Sul	0,7383	0,7184	0,7159	0,7269	0,7413	0,7621	0,754	0,7899	0,8133
Novo Hamburgo	0,6979	0,6991	0,7056	0,7349	0,7447	0,7597	0,776	0,7766	0,8139
Lajeado	0,7909	0,7838	0,7949	0,8072	0,8333	0,8444	0,8411	0,8444	0,868

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Firjan (2025)

Para a Tabela 1, observa-se a evolução do IFDM dos 25 municípios analisados entre 2015 e 2023. A tendência geral de crescimento dos índices aponta para avanços contínuos no desenvolvimento humano, coerentes com a abordagem de Sen (2000), que entende melhorias sociais como expansão de capacidades. Municípios como Lajeado, Ijuí, Santa Cruz do Sul e Erechim mantêm níveis elevados de IFDM ao longo do período, indicando maior capacidade estatal de sustentar políticas públicas nas áreas de saúde, educação e emprego e renda, conforme discutido por Cavalcante e Gomide (2017). Em contraste, Bagé, Cachoeira do Sul e Uruguaiana apresentam desempenho mais instável, sugerindo limitações estruturais e administrativas que afetam sua capacidade de implementação de políticas. A trajetória consistente de municípios de maior porte, como Caxias do Sul e Passo Fundo, reforça a literatura que relaciona bases econômicas robustas, capacidade fiscal e melhores condições institucionais (Arretche, 2012; Giambiagi et al., 2011). O conjunto dos resultados evidencia desigualdades regionais persistentes no estado e aponta para a necessidade de fortalecer capacidades estatais locais como estratégia para reduzir assimetrias e aprimorar resultados sociais.

Tabela 2 – ICMS por ano e município

ICMS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Não-Me-Toque	R\$ 8.603.608	R\$ 8.423.171	R\$ 10.145.575	R\$ 9.447.873	R\$ 12.313.433	R\$ 11.612.839	R\$ 26.723.358	R\$ 27.206.017	R\$ 28.485.389
Frederico Westphalen	R\$ 35.750.904	R\$ 43.022.256	R\$ 41.072.966	R\$ 44.582.234	R\$ 50.282.486	R\$ 66.667.587	R\$ 65.893.238	R\$ 64.293.114	R\$ 64.166.243
Bagé	R\$ 37.709.186	R\$ 41.920.354	R\$ 42.504.748	R\$ 41.843.717	R\$ 38.613.107	R\$ 42.330.915	R\$ 55.047.613	R\$ 49.259.830	R\$ 82.335.600
Vacaria	R\$ 58.923.820	R\$ 41.086.920	R\$ 32.144.714	R\$ 39.394.178	R\$ 47.483.120	R\$ 54.738.451	R\$ 83.703.927	R\$ 99.162.089	R\$ 127.217.327
Três Passos	R\$ 21.917.175	R\$ 21.852.801	R\$ 24.290.550	R\$ 26.348.321	R\$ 26.082.238	R\$ 26.881.635	R\$ 22.563.610	R\$ 26.326.386	R\$ 27.010.934
Santa Maria	R\$ 198.703.475	R\$ 215.541.254	R\$ 237.132.751	R\$ 255.060.134	R\$ 263.895.153	R\$ 264.932.774	R\$ 288.617.172	R\$ 403.156.651	R\$ 488.969.782
Cachoeira do Sul	R\$ 42.289.529	R\$ 38.355.698	R\$ 38.267.627	R\$ 43.020.432	R\$ 41.353.750	R\$ 47.865.345	R\$ 63.129.897	R\$ 59.978.124	R\$ 68.279.657
Guaíba	R\$ 185.372.735	R\$ 184.168.982	R\$ 211.075.891	R\$ 219.559.188	R\$ 215.601.428	R\$ 192.519.505	R\$ 314.152.920	R\$ 363.791.055	R\$ 345.864.013
Santa Rosa	R\$ 36.154.916	R\$ 40.420.749	R\$ 50.472.542	R\$ 63.041.357	R\$ 63.935.018	R\$ 76.128.621	R\$ 86.697.065	R\$ 94.719.117	R\$ 120.125.839
Uruguaiana	R\$ 74.002.566	R\$ 82.337.058	R\$ 82.850.484	R\$ 82.417.726	R\$ 83.592.797	R\$ 114.967.451	R\$ 137.642.251	R\$ 124.470.113	R\$ 155.441.091
Canela	R\$ 22.775.453	R\$ 23.304.616	R\$ 29.555.540	R\$ 32.584.942	R\$ 31.647.152	R\$ 38.174.079	R\$ 51.581.659	R\$ 62.219.885	R\$ 70.205.543
Capão da Canoa	R\$ 11.891.655	R\$ 13.461.041	R\$ 17.699.360	R\$ 20.578.964	R\$ 21.066.169	R\$ 24.937.563	R\$ 34.330.655	R\$ 39.435.025	R\$ 57.704.075
Porto Alegre	R\$ 9.889.853.077	R\$ 7.414.814.788	R\$ 6.540.538.311	R\$ 5.389.083.709	R\$ 5.010.376.142	R\$ 4.441.397.905	R\$ 6.418.655.338	R\$ 5.336.863.077	R\$ 5.329.716.255
Santo Ângelo	R\$ 71.971.683	R\$ 80.572.354	R\$ 83.384.150	R\$ 65.895.131	R\$ 74.879.707	R\$ 109.562.235	R\$ 115.826.874	R\$ 116.805.202	R\$ 130.816.162
Passo Fundo	R\$ 372.361.581	R\$ 521.323.634	R\$ 668.747.404	R\$ 620.153.691	R\$ 633.789.499	R\$ 646.849.817	R\$ 931.912.053	R\$ 1.255.922.821	R\$ 1.275.479.584
Ijuí	R\$ 102.608.422	R\$ 115.177.274	R\$ 119.955.820	R\$ 130.094.133	R\$ 147.012.638	R\$ 159.975.757	R\$ 202.931.554	R\$ 219.563.845	R\$ 267.068.468
Erechim	R\$ 187.970.819	R\$ 173.223.025	R\$ 158.812.068	R\$ 166.120.083	R\$ 190.126.274	R\$ 236.132.098	R\$ 303.716.407	R\$ 339.569.013	R\$ 389.414.249
Caxias do Sul	R\$ 1.675.829.245	R\$ 1.738.543.874	R\$ 1.871.968.622	R\$ 2.294.492.958	R\$ 1.216.460.155	R\$ 1.256.614.073	R\$ 1.770.742.510	R\$ 1.848.726.050	R\$ 1.941.227.142
Pelotas	R\$ 211.600.726	R\$ 287.916.368	R\$ 297.038.462	R\$ 296.166.022	R\$ 292.381.810	R\$ 403.765.344	R\$ 431.768.614	R\$ 422.304.570	R\$ 502.734.998
Montenegro	R\$ 100.780.212	R\$ 97.571.092	R\$ 118.919.575	R\$ 163.334.768	R\$ 183.367.573	R\$ 200.108.186	R\$ 299.440.903	R\$ 355.184.218	R\$ 460.744.602
Santiago	R\$ 747.338.887	R\$ 8.748.528	R\$ 10.259.077	R\$ 11.447.434	R\$ 11.565.965	R\$ 15.245.252	R\$ 17.524.353	R\$ 18.404.447	R\$ 28.735.690

Taquara	R\$ 24.415. 171	R\$ 27.756. 023	R\$ 29.593. 333	R\$ 29.246. 692	R\$ 30.958. 248	R\$ 32.980. 927	R\$ 44.715. 700	R\$ 52.375. 962	R\$ 54.757. 494
Santa Cruz do Sul	R\$ 422.62 0.771	R\$ 520.42 7.140	R\$ 528.41 4.056	R\$ 602.80 1.791	R\$ 588.14 4.696	R\$ 612.09 3.388	R\$ 677.26 0.255	R\$ 788.62 9.765	R\$ 782.91 4.934
Novo Hamburgo	R\$ 346.131. 759	R\$ 350.31 9.235	R\$ 389.46 0.140	R\$ 417.305 .947	R\$ 406.86 9.483	R\$ 396.52 4.364	R\$ 501.92 7.102	R\$ 568.44 2.957	R\$ 622.55 7.872
Lajeado	R\$ 130.256 .709	R\$ 119.063 .412	R\$ 120.533 .909	R\$ 135.816. 874	R\$ 154.716 .600	R\$ 185.05 4.108	R\$ 203.76 7.843	R\$ 211.601. 372	R\$ 289.29 6.244

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Sefaz (2025)

Na Tabela 2, observa-se a arrecadação de ICMS entre 2015 e 2023 nos municípios analisados. Verifica-se crescimento expressivo ao longo do período, especialmente em Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre, que concentram os maiores volumes, coerentes com sua base produtiva mais diversificada, como discutem Giambiagi et al. (2011). Lajeado e Ijuí também se destacam pela trajetória ascendente, indicando dinamismo econômico regional. Em contraste, municípios menores como Não-Me-Toque e Três Passos apresentam arrecadação substancialmente inferior, refletindo limitações estruturais e as desigualdades regionais apontadas por Diniz (2006). A heterogeneidade dos valores reforça a literatura sobre federalismo fiscal, que evidencia diferenças na autonomia financeira e na capacidade estatal dos entes subnacionais (Arretche, 2012). Tal variação justifica o uso de indicadores per capita para comparações mais equânimes entre municípios. O aumento observado em 2022 e 2023 pode estar associado à retomada econômica pós-pandemia e ao impacto inflacionário acumulado, fenômenos compatíveis com oscilações de receita tributária em contextos de choque econômico.

Tabela 3 – ICMS per Capita

Município	Média ICMS	População (2022)	ICMS per Capita
Não-Me-Toque	R\$ 15.884.584,73	17898	R\$ 887,51
Frederico Westphalen	R\$ 52.859.003,20	32627	R\$ 1.620,10
Bagé	R\$ 47.951.674,43	117938	R\$ 406,58
Vacaria	R\$ 64.872.727,43	64197	R\$ 1.010,53
Três Passos	R\$ 24.808.183,22	25436	R\$ 975,32
Santa Maria	R\$ 290.667.683,02	271735	R\$ 1.069,67
Cachoeira do Sul	R\$ 49.171.117,55	80070	R\$ 614,10
Guaíba	R\$ 248.011.746,23	92924	R\$ 2.668,97
Santa Rosa	R\$ 70.188.358,14	76963	R\$ 911,98
Uruguaiana	R\$ 104.191.281,78	117210	R\$ 888,93
Canela	R\$ 40.227.652,15	48946	R\$ 821,88
Capão da Canoa	R\$ 26.789.389,90	63594	R\$ 421,26
Porto Alegre	R\$ 6.196.810.955,79	1332845	R\$ 4.649,31
Santo Ângelo	R\$ 94.412.610,84	76917	R\$ 1.227,46
Passo Fundo	R\$ 769.615.564,96	206215	R\$ 3.732,10
Ijuí	R\$ 162.709.767,91	84780	R\$ 1.919,20
Erechim	R\$ 238.342.670,66	105705	R\$ 2.254,79
Caxias do Sul	R\$ 1.734.956.069,97	463501	R\$ 3.743,15
Pelotas	R\$ 349.519.657,07	325685	R\$ 1.073,18
Montenegro	R\$ 219.939.014,58	64322	R\$ 3.419,34
Santiago	R\$ 96.585.514,78	48938	R\$ 1.973,63

Taquara	R\$ 36.311.061,11	53242	R\$ 682,00
Santa Cruz do Sul	R\$ 613.700.754,87	133230	R\$ 4.606,33
Novo Hamburgo	R\$ 444.393.206,46	227646	R\$ 1.952,12
Lajeado	R\$ 172.234.118,97	93646	R\$ 1.839,20

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2025)

Com a Tabela 3, apresentamos a média de ICMS arrecadado, a população segundo o Censo 2022 e o ICMS per capita de cada município analisado. Porto Alegre, Caxias do Sul e Erechim registram os maiores valores per capita, evidenciando forte dinamismo econômico relativo, coerente com a concentração produtiva descrita por Giambiagi et al. (2011). Em contraposição, municípios como Bagé e Capão da Canoa exibem valores per capita mais baixos, apesar da arrecadação expressiva, devido ao maior contingente populacional, o que reforça a influência da estrutura demográfica no potencial fiscal municipal. Essa discrepância confirma a relevância do uso de métricas per capita, conforme recomendado pela literatura estatística e de finanças públicas (Gujarati; Porter, 2011), pois elas corrigem distorções associadas ao porte populacional e permitem comparações mais isonômicas entre municípios. A adoção desse indicador também auxilia na interpretação das variações de capacidade estatal, ao revelar o volume de recursos disponíveis por habitante para a produção de políticas públicas.

Tabela 4 – Desvio padrão e Média ICMS per Capita

Desvio padrão	1261,471
Média ICMS per Capita	1815

Fonte: Elaboração própria a partir da tabela anterior (2025)

A Tabela 4 apresenta a média do ICMS per capita entre os municípios analisados, equivalente a R\$ 1.815,00, e um desvio padrão de R\$ 1.261,47. A amplitude desses valores revela forte dispersão entre os municípios, evidenciando desigualdades estruturais na capacidade fiscal, conforme descrito por Diniz (2006) e Arretche (2012). Essa heterogeneidade indica que os municípios possuem potenciais econômicos bastante distintos, o que impacta diretamente suas condições de financiar políticas públicas e, portanto, sua capacidade estatal. A elevada variabilidade reforça a necessidade de técnicas de padronização estatística, como o z-score, recomendadas pela literatura metodológica (Hair et al., 2009) para possibilitar comparações mais consistentes entre unidades com escalas econômicas dessemelhantes.

Tabela 5 – Z-Score e IFDM

Município	Z- Score	IFDM
Não-Me-Toque	-0,74	0,72
Frederico Westphalen	-0,15	0,75
Bagé	-1,12	0,59
Vacaria	-0,64	0,67
Três Passos	-0,67	0,74
Santa Maria	-0,59	0,72
Cachoeira do Sul	-0,95	0,62
Guaíba	0,68	0,60
Santa Rosa	-0,72	0,77
Uruguaiana	-0,73	0,60
Canela	-0,79	0,72

Capão da Canoa	-1,10	0,68
Porto Alegre	2,25	0,71
Santo Ângelo	-0,47	0,69
Passo Fundo	1,52	0,74
Ijuí	0,08	0,79
Erechim	0,35	0,79
Caxias do Sul	1,53	0,76
Pelotas	-0,59	0,62
Montenegro	1,27	0,77
Santiago	0,13	0,67
Taquara	-0,90	0,63
Santa Cruz do Sul	2,21	0,75
Novo Hamburgo	0,11	0,75
Lajeado	0,02	0,82

Fonte: Elaboração própria a partir da tabela anterior (2025)

Na Tabela 5 analisamos os valores padronizados do ICMS per capita (z-score) e o IFDM correspondente a cada município. O z-score permite identificar o posicionamento econômico relativo de cada local em comparação à média estadual, enquanto o IFDM expressa o nível de desenvolvimento humano alcançado, alinhado à abordagem de Sen (2000). Porto Alegre e Santa Cruz do Sul apresentam os maiores z-scores (2,25 e 2,21), indicando arrecadação per capita muito superior à média; contudo, seus IFDMs (0,71 e 0,75) não estão entre os mais elevados, sugerindo limitações de capacidade estatal para transformar recursos em resultados sociais, conforme discutem Cavalcante e Gomide (2017). Em contraste, municípios como Lajeado, Erechim e Ijuí apresentam IFDMs acima de 0,79, mesmo com z-scores próximos de zero ou negativos, evidenciando maior capacidade estatal, uma vez que conseguem converter bases econômicas modestas em alto desempenho social. Já cidades como Bagé, Capão da Canoa e Uruguaiana registram valores reduzidos tanto em arrecadação quanto em desenvolvimento, refletindo fragilidades estruturais e institucionais, como apontam Arretche (2012) e Grin (2014). A comparação entre z-score e IFDM confirma que maior arrecadação não garante, por si só, melhores condições de vida, reforçando o papel central das capacidades administrativas e institucionais. Dessa forma, o uso dos resíduos da regressão torna-se ferramenta essencial para identificar municípios que demonstram maior ou menor capacidade estatal relativa.

Tabela 6 – Z-Score e IFDM filtrado

Município	Z- Score	IFDM
Não-Me-Toque	-0,735046534	0,716644
Frederico Westphalen	-0,154300861	0,752067
Bagé	-1,116285849	0,589378
Vacaria	-0,637525703	0,671633
Três Passos	-0,665436017	0,740389
Santa Maria	-0,590637993	0,717689
Cachoeira do Sul	-0,951781186	0,621744
Guaíba	0,677168087	0,598578
Santa Rosa	-0,715649173	0,765733
Uruguaiana	-0,733919173	0,5951
Canela	-0,787071423	0,718456

Capão da Canoa	-1,10465434	0,682744
Santo Ângelo	-0,465555795	0,692711
Passo Fundo	1,519937027	0,738989
Ijuí	0,082803174	0,794756
Erechim	0,34883462	0,791089
Caxias do Sul	1,528698412	0,756111
Pelotas	-0,587855665	0,624523
Montenegro	1,27200491	0,770111
Santiago	0,125951445	0,671522
Taquara	-0,897956179	0,633189
Novo Hamburgo	0,108902888	0,745378
Lajeado	0,01938858	0,823111

Fonte: Elaboração própria a partir da tabela anterior (2025)

Durante a etapa de padronização estatística por z-score do ICMS per capita, identificou-se que alguns municípios, como Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, apresentavam valores muito distantes da média, caracterizando-se como outliers. A presença desses casos extremos tende a distorcer a relação linear entre as variáveis e a inflar artificialmente os coeficientes da regressão, comprometendo a normalidade dos resíduos e a validade inferencial do modelo, conforme alertam Hair et al. (2009). Além disso, Porto Alegre possui estrutura econômica e administrativa singular, atuando como metrópole regional com forte concentração de serviços públicos e atividades de alta complexidade, o que a torna pouco comparável aos demais municípios da amostra. Situação semelhante ocorre em Santa Cruz do Sul, cuja arrecadação está fortemente associada a setores específicos de elevado valor adicionado. Assim, optou-se pela exclusão desses casos extremos para preservar a robustez estatística e assegurar comparabilidade isonômica, alinhando-se às melhores práticas de análise em estudos de gestão pública.

A Tabela 6 apresenta os valores de z-score do ICMS per capita e seus respectivos IFDMs. Observa-se que municípios como Lajeado, Erechim e Ijuí registram elevados níveis de desenvolvimento humano, mesmo com z-scores próximos de zero, o que revela maior capacidade estatal para transformar recursos limitados em resultados sociais, conforme discutem Cavalcante e Gomide (2017). Em contraste, Montenegro, Guaíba e Bagé apresentam baixos IFDMs apesar de níveis medianos ou elevados de arrecadação, sugerindo limitações institucionais e administrativas que impactam sua capacidade de implementação de políticas públicas. Esses resultados evidenciam disparidades significativas entre os municípios e reforçam a influência das capacidades estatais na conversão de recursos econômicos em bem-estar.

Tabela 7 – Resumo da Regressão Linear

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,435437624
R-Quadrado	0,189605925
R-quadrado ajustado	0,151015731
Erro padrão	0,063626525
Observações	23

Fonte: Elaboração própria a partir da tabela anterior (2025)

Com a Tabela 7, observamos os resultados da regressão linear simples entre o ICMS per capita padronizado (z-score) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

(IFDM), considerando 23 municípios. O valor de R aponta correlação positiva, porém moderada, entre arrecadação e desenvolvimento humano, indicando que o potencial econômico contribui, mas não determina os resultados sociais, em consonância com a perspectiva de Sen (2000). O R-quadrado mostra que aproximadamente 18,96% da variação do IFDM é explicada pelo ICMS per capita, revelando que cerca de 81% das diferenças decorrem de outros fatores, especialmente capacidades institucionais, qualidade da burocracia e arranjos de governança local, como discutem Arretche (2012) e Cavalcante e Gomide (2017). O R-quadrado ajustado reforça essa limitação explicativa, destacando que a relação entre recursos econômicos e desenvolvimento humano é condicionada pela capacidade estatal. O erro padrão indica dispersão moderada dos resíduos, revelando variações entre o IFDM observado e o previsto pelo modelo. O total de 23 observações confirma a exclusão de municípios extremos, como Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, medida adotada para assegurar maior robustez estatística. Assim, os resultados evidenciam que níveis elevados de arrecadação não garantem, por si sós, melhores indicadores de desenvolvimento humano, reforçando o papel crítico das capacidades administrativas e institucionais na produção de políticas públicas eficazes.

Tabela 8 – ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	0,019891	0,019891	4,913319	0,037823802
Resíduo	21	0,085015	0,004048		
Total	22	0,104906			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do estudo (2025)

A Tabela 8 apresenta os resultados da análise de variância (ANOVA) aplicada ao modelo de regressão entre o ICMS per capita padronizado e o IFDM. O valor de $F = 4,91$, com significância de 0,0378, indica que o modelo é estatisticamente significativo ao nível de 5%, demonstrando que a variável explicativa contribui para explicar parte da variação do desenvolvimento humano, conforme os parâmetros metodológicos descritos por Gujarati e Porter (2011). A soma dos quadrados da regressão (0,01989) representa cerca de 18,96% da variabilidade total, consistente com o R^2 previamente apresentado. No entanto, a soma dos quadrados do resíduo (0,0850) evidencia que parcela substancial da variação permanece não explicada pelo nível de arrecadação per capita. Essa predominância dos fatores residuais reforça o papel central de elementos institucionais, administrativos e políticos definidos pela literatura como componentes essenciais da capacidade estatal (Cavalcante; Gomide, 2017; Grin, 2014). Assim, os resultados da ANOVA confirmam a necessidade de analisar os resíduos para compreender como diferentes municípios convertem seus recursos econômicos em resultados sociais.

Tabela 9 – Coeficientes Estimados da Regressão Linear entre o ICMS per capita (z-score) e o IFDM

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interseção	0,712114 514	0,01366 5398	52,11 078	1,07123E -23	0,68369 5762	0,740533 265	0,68369 5762	0,740533 265
Variável X1	0,03744 1424	0,01689 137	2,216 601	0,03782 3802	0,002313 896	0,072568 952	0,002313 896	0,072568 952

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do estudo (2025)

Na Tabela 9 observam-se os coeficientes estimados da regressão linear entre o ICMS

per capita padronizado (z-score) e o IFDM. O coeficiente associado à variável independente é 0,0374, com valor-p de 0,0378, indicando significância estatística ao nível de 5%. Isso implica que, para cada unidade adicional no z-score do ICMS per capita, o IFDM tende a aumentar, em média, 0,0374 pontos, sugerindo relação positiva entre potencial econômico e resultados sociais, ainda que condicionada pela capacidade estatal, como discutem Arretche (2012) e Cavalcante e Gomide (2017). O intervalo de confiança de 95% (0,0023 a 0,0726) reforça a confiabilidade da estimativa, pois não inclui zero, atendendo aos critérios metodológicos apresentados por Gujarati e Porter (2011). O intercepto da regressão, de 0,7121, representa o IFDM esperado quando o nível de arrecadação per capita corresponde exatamente à média estadual ($z = 0$). Esses parâmetros confirmam que, embora exista associação estatisticamente significativa entre arrecadação e desenvolvimento humano, grande parte da variação observada depende de fatores institucionais que expressam a capacidade estatal de cada município.

Tabela 10 – Resultados de resíduos

<i>Observação</i>	<i>Resíduos padrão</i>	<i>Resíduos</i>
Lajeado	1,77	0,110270662
Santa Rosa	1,29	0,080413744
Ijuí	1,28	0,079540773
Erechim	1,06	0,06591351
Três Passos	0,86	0,053189247
Frederico Westphalen	0,74	0,045729397
Canela	0,58	0,035810117
Não-Me-Toque	0,52	0,03205112
Novo Hamburgo	0,47	0,029185785
Santa Maria	0,45	0,027688703
Capão da Canoa	0,19	0,011989763
Montenegro	0,17	0,010370922
Santo Ângelo	-0,03	-0,00197233
Caxias do Sul	-0,21	-0,013240048
Vacaria	-0,27	-0,01661131
Passo Fundo	-0,48	-0,030034231
Taquara	-0,73	-0,045304867
Santiago	-0,73	-0,045308093
Cachoeira do Sul	-0,88	-0,054734026
Pelotas	-1,05	-0,065581027
Bagé	-1,30	-0,080941404
Uruguaiana	-1,44	-0,089535535
Guaíba	-2,23	-0,138890873

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do estudo (2025)

Com a Tabela 10, apresentam-se os resíduos da regressão linear entre o ICMS per capita padronizado (z-score) e o IFDM, evidenciando a diferença entre os valores previstos e os observados. Municípios como Lajeado, Ijuí e Erechim exibem resíduos positivos elevados, indicando que alcançaram níveis de desenvolvimento humano superiores ao estimado pelo modelo, revelando maior capacidade estatal para transformar recursos econômicos em resultados sociais, conforme argumentam Cavalcante e Gomide (2017). Em contraste, Bagé, Guaíba, Santa Rosa e Santiago apresentam resíduos negativos significativos, sinalizando desempenho social inferior ao esperado dado seu potencial econômico, o que sugere limitações

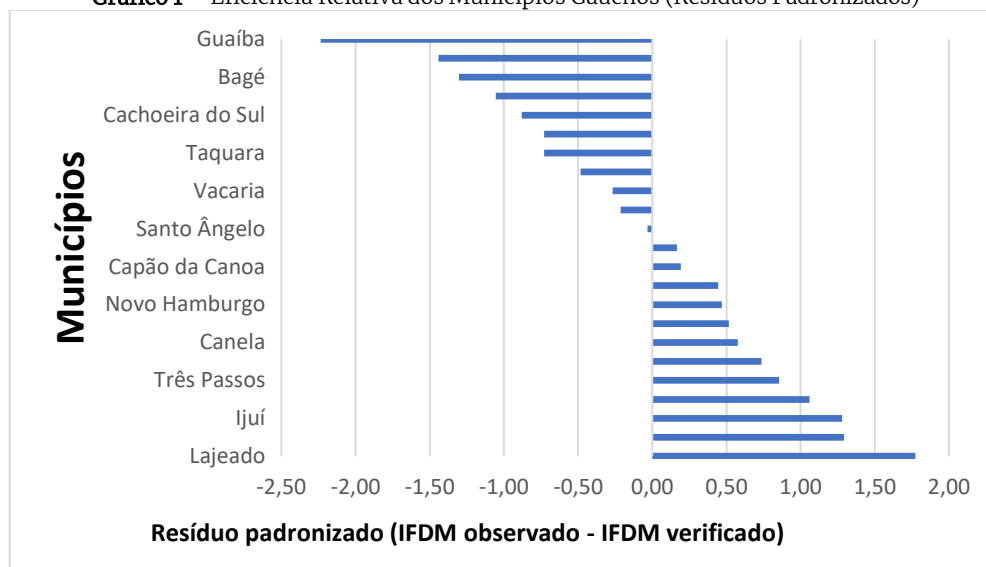
institucionais e administrativas na implementação de políticas públicas, como discutido por Arretche (2012) e Grin (2014). Os resíduos padronizados reforçam essas diferenças e auxiliam na identificação de possíveis outliers, além de permitir a classificação comparativa dos municípios quanto à sua capacidade estatal relativa.

Tabela 11 – Análise de resíduos

<i>Observação</i>	<i>Resíduos padrão</i>	<i>Resíduos</i>
Lajeado	1,77	0,110270662
Santa Rosa	1,29	0,080413744
Ijuí	1,28	0,079540773
Erechim	1,06	0,06591351
Três Passos	0,86	0,053189247
Frederico Westphalen	0,74	0,045729397
Canela	0,58	0,035810117
Não-Me-Toque	0,52	0,03205112
Novo Hamburgo	0,47	0,029185785
Santa Maria	0,45	0,027688703
Capão da Canoa	0,19	0,011989763
Montenegro	0,17	0,010370922
Santo Ângelo	-0,03	-0,00197233
Caxias do Sul	-0,21	-0,013240048
Vacaria	-0,27	-0,01661131
Passo Fundo	-0,48	-0,030034231
Taquara	-0,73	-0,045304867
Santiago	-0,73	-0,045308093
Cachoeira do Sul	-0,88	-0,054734026
Pelotas	-1,05	-0,065581027
Bagé	-1,30	-0,080941404
Uruguaiana	-1,44	-0,089535535
Guaíba	-2,23	-0,138890873

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do estudo (2025)

A Tabela 11 apresenta a classificação dos municípios do Rio Grande do Sul com base na análise dos resíduos da regressão linear entre o ICMS per capita padronizado e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O objetivo é identificar quais municípios alcançam desempenho social acima ou abaixo do esperado, considerando seu nível de arrecadação tributária por habitante. Resíduos positivos indicam que o município obteve IFDM superior ao previsto pelo modelo, sendo interpretados como evidência de maior capacidade estatal, isto é, maior habilidade administrativa, institucional e política de transformar recursos econômicos em desenvolvimento humano, conforme discutem Cavalcante e Gomide (2017). Já os resíduos negativos sinalizam desempenho social inferior ao esperado, refletindo limitações na capacidade estatal, seja pela fragilidade das estruturas burocráticas, pela baixa coordenação das políticas públicas ou por entraves institucionais, conforme apontado por Arretche (2012) e Grin (2014).

Gráfico 1 – Eficiência Relativa dos Municípios Gaúchos (Resíduos Padronizados)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do estudo (2025)

O Gráfico 1 apresenta o ranking de capacidade estatal relativa, no qual se destacam Lajeado, Santa Rosa, Ijuí, Erechim e Três Passos, todos com resíduos padronizados positivos e elevados, especialmente Lajeado (1,77) e Santa Rosa (1,29). Esses municípios demonstram capacidade estatal superior à prevista, evidenciando maior habilidade administrativa, institucional e política para transformar recursos econômicos em desenvolvimento humano, conforme a abordagem de Cavalcante e Gomide (2017). Mesmo com níveis médios ou moderados de arrecadação, conseguem produzir resultados sociais expressivos, ilustrando o papel estruturante das capacidades estatais na implementação de políticas públicas.

Em contraste, os municípios com menor capacidade estatal relativa são Guaíba, Uruguaiana, Bagé, Pelotas e Cachoeira do Sul, todos com resíduos padronizados negativos significativos. Guaíba, com resíduo de -2,23, apresenta desempenho social muito aquém do esperado para seu nível de arrecadação, sinalizando possíveis fragilidades institucionais, baixa efetividade na gestão pública ou limitações administrativas que comprometem a conversão de recursos em bem-estar, conforme discutido por Arretche (2012) e Grin (2014).

É relevante observar que alguns municípios com arrecadação elevada, como Pelotas e Caxias do Sul, não figuram entre aqueles com maior capacidade estatal, reforçando que a disponibilidade de recursos não determina, por si só, o desempenho social alinhado à visão de Sen (2000) sobre a centralidade das capacidades. A análise dos resíduos evidencia essas diferenças e se mostra uma ferramenta útil para orientar políticas públicas comparativas, identificar boas práticas e direcionar intervenções voltadas ao fortalecimento institucional. Os dados oferecem subsídios importantes para promover uma administração pública mais equitativa e orientada por resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a capacidade estatal relativa dos municípios mais populosos de cada COREDE do Rio Grande do Sul na conversão da arrecadação tributária, representada pelo ICMS per capita, em desenvolvimento humano, medido pelo IFDM. A metodologia empregada baseada em regressão linear simples e análise dos resíduos permitiu identificar diferenças significativas entre o desempenho social observado e o esperado para cada município, considerando sua base econômica. A

análise revelou que a capacidade estatal, entendida como o conjunto de competências administrativas, institucionais e políticas que sustentam a ação governamental, desempenha papel fundamental na produção dos resultados sociais.

Os achados evidenciam que o nível de arrecadação, embora relevante, não explica a maior parte da variação no desenvolvimento humano entre os municípios. O baixo R^2 , somado à forte dispersão dos resíduos, reforça que fatores não econômicos são determinantes para compreender por que alguns municípios transformam seu potencial fiscal em avanços sociais, enquanto outros permanecem aquém do esperado. Nessa perspectiva, a literatura de governança pública torna-se chave para interpretar o fenômeno. Como discutem Cavalcante e Gomide (2017), Grin (2014) e Loureiro et al. (2010), o desempenho governamental depende da capacidade das administrações municipais de coordenar políticas, profissionalizar sua burocracia, planejar estrategicamente e estabelecer mecanismos estáveis de monitoramento e cooperação.

Assim, este estudo propõe que a gestão municipal e sua estrutura de governança constituem variável explicativa central das diferenças observadas entre os municípios gaúchos. Municípios como Lajeado, Erechim e Ijuí, que apresentaram resíduos consistentemente positivos, provavelmente dispõem de estruturas de governança mais consolidadas, caracterizadas por maior capacidade de coordenação intersetorial, continuidade administrativa, planejamento de médio e longo prazo e burocracias relativamente profissionalizadas. Por outro lado, municípios com resíduos negativos, como Guaíba, Bagé e Uruguaiana, parecem enfrentar restrições institucionais que limitam sua capacidade de converter recursos em resultados sociais, seja pela descontinuidade das políticas, pela fragilidade das equipes técnicas ou pela baixa articulação entre políticas e instrumentos de gestão.

Dessa forma, a variação na capacidade estatal observada no estudo não deve ser compreendida apenas como fenômeno estatístico, mas como expressão concreta das assimetrias de governança existentes no território. O desempenho social elevado não se explica pela magnitude dos recursos disponíveis, mas pela capacidade dos governos municipais de mobilizar esses recursos de modo estratégico, coordenado e sustentado ao longo do tempo. Tal perspectiva está alinhada à concepção de Sen (2000) de que o desenvolvimento depende da expansão de capacidades neste caso, capacidades institucionais.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados reforçam a relevância de iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança local: capacitação de quadros técnicos, institucionalização de rotinas administrativas, criação de sistemas de monitoramento e avaliação, integração das políticas setoriais e fortalecimento de consórcios e arranjos cooperativos intermunicipais. Esses elementos, segundo a literatura, ampliam a capacidade estatal e reduzem a dependência de fatores conjunturais ou da simples magnitude da arrecadação.

Reconhece-se que a ausência de variáveis qualitativas de governança limita a exploração empírica direta dessa proposição. Recomenda-se, portanto, que estudos futuros incorporem indicadores de governança municipal, tais como profissionalização administrativa, estabilidade das equipes técnicas, existência de instrumentos formais de planejamento e mecanismos de transparência e participação. A integração entre métodos quantitativos e análises qualitativas poderá oferecer compreensão mais aprofundada das dinâmicas institucionais que explicam o desempenho municipal.

O estudo avança ao demonstrar que as diferenças no desenvolvimento humano entre municípios com níveis semelhantes de arrecadação decorrem, em grande medida, da qualidade da governança municipal, consolidando a gestão pública como variável essencial para compreender e promover o desenvolvimento regional de forma equitativa.

SOBRE OS AUTORES

Eduardo Knebel Del Frari – Mestrando em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI, participando de grupo de pesquisa "GRUPO DE PESQUISA EM FINANÇAS E MERCADOS". Atuando na área de finanças como Assessor de investimentos na Experato Assessores de Investimentos LTDA.

Argemiro Luís Brum – Doutorado em Economia Internacional – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1989). Atualmente é professor titular junto ao PPGDR da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), consultor de empresas nacionais e internacionais na área do agronegócio, coordenador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (CEEMA/PPGDR/UNIJUI), membro do Colegiado de Coordenação do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional (UNIJUI). Coordenador PPGDR (2024-2026).

Pedro Luís Büttgenbender – Pós-Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS), Doutor em Administração (UNAM e UFMS). Atua como professor Permanente do Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, Bolsista de Pesquisador em Produtividade no CNPq e Pesquisador Gaúcho na FAPERGS. Um dos líderes do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC) e Coordenador de projetos de pesquisa em redes nacionais e internacionais sobre Cooperativismo, Inovação, Fronteiras, Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento Regional.

André Sartori do Nascimento – Bolsista CAPES PROSUC no programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI.

Luciano Anderson Fricke – Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Maria (2004) e pós-graduação MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Passo Fundo (2022). Atualmente é Diretor Industrial e Responsável Técnico da empresa Fricke Soldas Ltda. Coordenador do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da empresa. Coordenador de projetos de inovação tecnológica em cooperação com empresas da Alemanha, Itália e China. Coordenador de desenvolvimento de produtos. Coordenador do projeto "Desenvolvimento e Aprimoramento de Fontes Eletrônicas de Soldagem a Arco Elétrico" (CNPq – RHAE – Pesquisador na empresa).

REFERÊNCIAS

1. ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 41-67, 2005.
2. AFONSO, José Roberto; ARAÚJO, Érica Regina. Federalismo fiscal no Brasil: avanços, impasses e perspectivas. In: GUIMARÃES, Alexandre (org.). *Federalismo e políticas públicas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2020. p. 137-162.
3. BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisa de Survey*. 3. ed. Belmont: Wadsworth, 2005.
4. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998.
5. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
6. CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2014.
7. CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1980*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2012.
8. CAVALCANTE, Pedro; GOMIDE, Alexandre (org.). *Capacidades estatais no Brasil: políticas sociais e desenvolvimento*. Brasília: ENAP, 2017.
9. CAVALCANTE, Pedro; GOMIDE, Alexandre; OSÓRIO, Rafael. Políticas públicas baseadas em evidências: um caminho possível para a eficiência estatal. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 70, n. 3, p. 411-436, jul./set. 2019.
10. COELHO, Denílson Bandeira. Eficiência do gasto público municipal: uma análise empírica para os municípios de Minas Gerais. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 5-30, jan./abr. 2011.

11. COOPER, William W.; SEIFORD, Lawrence M.; TONE, Kaoru. *Data Envelopment Analysis: a comprehensive text with models, applications, references and DEA-Solver software*. 2. ed. New York: Springer, 2011.
12. DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional no Brasil: dimensões e perspectivas.
13. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 29, p. 741-771, dez. 2006.
14. DRAIBE, Sônia Miriam; CASTRO, Jorge Abrahão de. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2007.
15. FIRJAN. *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM: ano-base 2022*. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm>. Acesso em: 10 jul. 2025
16. GIAMBIAGI, Fábio et al. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
17. GRIN, Eduardo. Capacidade institucional e burocracia local: os desafios das prefeituras brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 115-135, 2014.
18. GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
19. HILL, Michael; HUPE, Peter. *Implementing Public Policy*. Sage, 2009.
20. KUMBHAKAR, Subal C.; LOVELL, C. A. Knox. *Stochastic Frontier Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
21. LIMA, Laís de Souza; D'ASCOLI, Jennyfer Silva. Eficiência da despesa pública municipal brasileira: uma análise pelo método DEA. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 71, n. 1, p. 121-145, jan./mar. 2020.
22. LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da coordenação e implementação de políticas públicas intersetoriais no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 1683-1702, nov./dez. 2016.
24. LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando; PACHECO, Regina. Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A qualidade da democracia no Brasil: a visão dos atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 121-146.
25. MARQUES, Eduardo César. *Redes sociais, instituições e ações públicas: introdução a uma abordagem sociológica da política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.
26. MATIAS-PEREIRA, José. *Gestão pública contemporânea: temas fundamentais para o estudo e prática da gestão pública brasileira*. São Paulo: Atlas, 2010.
27. NUSSBAUM, Martha. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
28. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Democracia e administração pública: fundamentos da reforma gerencial. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1223-1247, set./out. 2011.
29. PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2015: trabalho como motor do desenvolvimento humano*. Brasília: PNUD Brasil, 2015.
30. PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
31. REZENDE, Fernando. *Federalismo fiscal: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
32. RHODES, R. A. W. *Understanding Governance*. Open University Press, 1997.
33. SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
34. SOARES, Fabiana; QUINTELA, Hildete Pereira de Melo. Análise da eficiência na gestão municipal da educação básica: uma aplicação da técnica DEA. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 5-32, jan./jun. 2018.
35. SOUZA, Celina. Política pública: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 20-45, 2010.
36. SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press, 1985.
37. THANASSOULIS, Emmanuel. *Introduction to the Theory and Application of Data Envelopment Analysis*. Norwell, MA: Kluwer Academic Publishers, 2001.

Submissão em 15 de outubro de 2025.

Aceito em 23 de novembro de 2025.

